

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELIANE MARIA STROPARO

**POLÍTICAS INCLUSIVAS E ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS (SiBi) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)**

CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELIANE MARIA STROPARO

**POLÍTICAS INCLUSIVAS E ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS (SiBi) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Laura Ceretta Moreira.

CURITIBA

2014

Stroparo, Eliane Maria

Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias:
uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal
do Paraná (UFPR) / Eliane Maria Stroparo. – Curitiba, 2014.

263 f.: il.; graf., tab. + mapas

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Laura Ceretta Moreira

1. Educação inclusiva -- Políticas públicas. 2. Bibliotecas
universitárias. 3. Acessibilidade. I. Moreira, Laura Ceretta. II. Título.

CDD 371.9046



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **ELIANE MARIA STROPARO** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR^a LAURA CERETTA MOREIRA, DR. FRANCISCO RICARDO LINS VIEIRA DE MELO e DR^a MARIA TEREZA CARNEIRO SOARES, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“POLÍTICAS INCLUSIVAS E ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS (SIBI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIAÇÃO
DR ^a LAURA CERETTA MOREIRA		Aprovada
DR. FRANCISCO RICARDO LINS VIEIRA DE MELO		Aprovada
DR ^a MARIA TEREZA CARNEIRO SOARES		Aprovada



Curitiba, 28 de março de 2014.

Prof^a Dr^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof^a. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matricula: 125750

AGRADECIMENTOS

Agradeço a participação de todos que estiveram presentes nesta minha trajetória.

À Deus que me deu a vida, forças para cumprir o meu caminho e pessoas que suavizam essa caminhada.

Aos meus pais, José (*In Memoriam*) e Helena meus grandes mestres, que me ensinaram o valor do conhecimento, do respeito e sobretudo do amor.

Ao meu irmão Edilson, à Vera e sobrinhos, Filipe, Fernanda, Guilherme, Diana, Maria Lúcia, Márcio e Leonardo pelo apoio essencial em todas as horas.

A minha orientadora e amiga Professora Doutora Laura, pelo incentivo no meu projeto em prol dos alunos com deficiência, pela confiança, estímulo, compreensão e orientação, minha permanente gratidão.

À Professora Doutora Maria Tereza, pela gentileza e amizade colaborando com suas sugestões, participando da banca.

Ao Professor Doutor Ricardo pela sua presença na banca, pela disponibilidade e valiosas contribuições.

Aos colegas da Biblioteca de Ciência e Tecnologia pela cordialidade e ajuda no decorrer do curso à Ingrid, Roseny, Guilherme, Maria Aparecida, Clélia, sobretudo à Selma, Vilma e ao Maycon, sou grata a vocês.

Aos bibliotecários do SiBi Ângela, Telma e Simone e aos que concordaram em participar da pesquisa, pelo apoio e amizade. Aos alunos com deficiência que engrandeceram o trabalho com seus depoimentos, embora não possa citar nomes, meu agradecimento especial.

À Lígia Setenareski diretora do SiBi, estendo meu agradecimento à UFPR pela oportunidade oferecida.

A todos que contribuíram para a realização dessa pesquisa, presto meu reconhecimento.

Gosto de salientar que o que eu quero não é nada que os outros já não tenham, não estou pedindo tratamento especial, é só a mesma chance de acesso.

(A1, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013)

RESUMO

Neste estudo aborda-se as políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior tendo como recorte específico o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SiBi/UFPR). A abordagem na pesquisa foi de natureza qualitativa/quantitativa e exploratória, com enfoque descritivo. A pesquisa se desenvolveu a partir de referencial teórico, e legislações vigentes pertinentes a temática. Os dados sobre acessibilidade nas bibliotecas foram coletados por meio de observações em dez unidades selecionadas e entrevistas semiestruturadas com os respectivos gestores de bibliotecas e com 17 alunos com deficiência matriculados em diferentes cursos da UFPR, mapeados pelo Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE). O tratamento dos dados coletados na observação *in loco*, foram analisados e distribuídos em quadros, tabelas, gráficos e contextualizados com depoimentos de bibliotecários e alunos com deficiência e interpretados com base em fundamentos da análise de conteúdo, resultando nas seguintes categorias de análise, acessibilidade física, informacional, atitudinal, de serviços presentes e ausentes no SiBi/UFPR. Constatou-se que ações envolvendo a acessibilidade se efetivam nas bibliotecas, porém ainda é necessária a quebra de barreiras, para que a inclusão de alunos com deficiência aconteça em todo o SiBi/UFPR. Foi possível também verificar junto aos bibliotecários a necessidade de formação continuada e mudança de mentalidade frente às dificuldades apontadas em lidar com o diferente. Evidenciou-se a urgência na implantação de um programa de política inclusiva, pensando na acessibilidade em todas as bibliotecas e na garantia da informação e educação a todos os alunos.

Palavras-chave: Políticas inclusivas. Biblioteca universitária. Acessibilidade.

ABSTRACT

This study addresses to inclusive policies and accessibility in higher education with a specific focus on Library System of the Federal University of Paraná (SiBi/UFPR). The research approach was qualitative/quantitative and exploratory, with description focus. From a theoretical background and legislation relevant to the theme this research was developed. The data about accessibility in libraries were collected through observation in ten selected units and semi-structured interviews with their library managers and 17 students with disability enrolled in different courses in UFPR, mapped out by the Support Center for People with Disabilities (NAPNE). The data collected on site observation were analyzed and distributed to charts, tables, graphs, and it was contextualized with testimonials from librarians and students with disability and interpreted based on content analysis grounds, resulting in these following categories: physical accessibility, informational, attitudinal and services present and absent at SiBi/UFPR. It was noted that actions involving the accessibility are effected in libraries, but the breaking down of barriers is still needed to the inclusion students with disability may occur throughout the SiBi/UFPR. It was also possible to check with the librarians the need for continuing training and changing mindset by challenges faced in dealing with the different. It is highlighted the urgency in deploying a program of inclusive policy, thinking on accessibility in all libraries and ensuring information and education to all students.

Key words: Inclusive policies. College Library. Accessibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 -	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NAS IES.....	40
MAPA 1 -	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SiBi/UFPR NO ESTADO DO PARANÁ.....	72
MAPA 2 -	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SiBi/UFPR NA CIDADE DE CURITIBA.....	73
GRÁFICO 2 -	ALUNOS DE GRADUAÇÃO NO SiBi/UFPR.....	102
GRÁFICO 3 -	ALUNOS DE GRADUAÇÃO COM DEFICIÊNCIA IDENTIFICADOS NO SiBi/UFPR.....	103
GRÁFICO 4 -	PROFISSIONAIS ATUANTES NO SiBi/UFPR.....	103
GRÁFICO 5 -	ACESSO AS DEPENDÊNCIAS NAS BIBLIOTECAS.....	111
GRÁFICO 6 -	MOBILIDADE NAS BIBLIOTECAS.....	113
GRÁFICO 7 -	MOBILIÁRIO NAS BIBLIOTECAS.....	122
GRÁFICO 8 -	SINALIZAÇÃO NAS BIBLIOTECAS.....	124
GRÁFICO 9 -	ACESSIBILIDADE NOS AMBIENTES FÍSICOS DO SiBi/UFPR.....	127

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ALUNOS MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES).....	37
TABELA 2 - ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	38
TABELA 3 - PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PARTICULARES	39
TABELA 4 - PERFIL DAS BIBLIOTECAS.....	101
TABELA 5 - PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS.....	105
TABELA 6 - PERFIL DOS GESTORES DAS BIBLIOTECAS.....	106
TABELA 7 - ACESSIBILIDADE FÍSICA NO SiBi/UFPR.....	109
TABELA 8 - ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS

ABBU	Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEPIGRAD	Coordenação de Estudos e Pesquisas Inovadoras na Graduação
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CORDE	Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência
FDA	Fundo de Desenvolvimento Acadêmico
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
GTPNE	Grupo de Trabalho sobre a Pessoa com Necessidades Especiais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INCLUIR	Programa de Acessibilidade na Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério de Educação e Cultura
NAPNE	Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNBU	Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SESu	Secretaria de Educação Superior

SiBi	Sistema de Bibliotecas
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	INCLUSÃO E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO QUE SE INICIA COM O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO	21
2.1	DIREITO À EDUCAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	31
2.2	ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	37
3	ACESSIBILIDADE COMO CAMINHO PARA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR	45
3.1	DIREITO À INFORMAÇÃO.....	57
4	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	63
4.1	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA ACESSÍVEL E INCLUSIVA.....	68
4.2	SISTEMA DE BIBLIOTECAS (SiBi) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR).....	71
5	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR	76
6	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO SiBi/UFPR: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	86
6.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	86
6.2	UNIVERSO DA PESQUISA.....	90
6.3	ETAPAS DA PESQUISA.....	92
6.4	COLETA DE DADOS.....	93
7	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO SiBi/UFPR: ANÁLISE E DISCUSSÃO DA REALIDADE	96
7.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTE DA PESQUISA.....	100
7.1.1	Caracterização das bibliotecas.....	101
7.1.2	Caracterização dos alunos com deficiência.....	104
7.1.3	Caracterização dos gestores das bibliotecas.....	106
7.2	ACESSIBILIDADE FÍSICA.....	107
7.2.1	Acesso às dependências.....	109
7.2.2	Mobilidade.....	112

7.2.3	Mobiliário.....	118
7.2.4	Sinalização.....	122
7.3	ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL.....	130
7.4	ACESSIBILIDADE ATITUDINAL.....	141
7.5	ACESSIBILIDADE DE SERVIÇOS.....	151
7.6	POLÍTICA INSTITUCIONAL INCLUSIVA PARA ADEQUAÇÃO DO SIBI/UFPR	159
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
	REFERÊNCIAS.....	177
	DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	195
	APÊNDICE A – QUADRO/ PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR.....	197
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO SIBI/UFPR.....	205
	APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....	207
	APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA COM BIBLIOTECÁRIOS.....	208
	APÊNDICE E – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	211
	APÊNDICE F - DECLARAÇÃO DE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS.....	212
	APÊNDICE G – DECLARAÇÃO DE USO ESPECÍFICO DOS DADOS COLETADOS.....	213
	APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	214
	APÊNDICE I – DESCRIÇÃO DA TABELA 1 ALUNOS MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)..	216
	APÊNDICE J – DESCRIÇÃO DA TABELA 2 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	218
	APÊNDICE L – DESCRIÇÃO DA TABELA 3 PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE	220

ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PARTICULARES	
APÊNDICE M – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRÍCULADOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	222
APÊNDICE N – DESCRIÇÃO DO MAPA 1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SiBi/UFPR NO ESTADO DO PARANÁ.....	223
APÊNDICE O – DESCRIÇÃO DO MAPA 2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SiBi/UFPR NA CIDADE DE CURITIBA.....	224
APÊNDICE P – DESCRIÇÃO DAS FORMULAS DE AMOSTRAGEM...	225
APÊNDICE Q – DESCRIÇÃO DA TABELA 4 PERFIL DAS BIBLIOTECAS.....	227
APÊNDICE R – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 2 ALUNOS DE GRADUAÇÃO NO SiBi/UFPR.....	228
APÊNDICE S – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 3 ALUNOS DE GRADUAÇÃO COM DEFICIÊNCIA IDENTIFICADOS NO SiBi/UFPR...	229
APÊNDICE T – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 4 PROFISSIONAIS ATUANTES NO SiBi/UFPR.....	230
APÊNDICE U – DESCRIÇÃO DA TABELA 5 PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS.....	231
APÊNDICE V – DESCRIÇÃO DA TABELA 6 PERFIL DOS GESTORES DAS BIBLIOTECAS.....	233
APÊNDICE X – DESCRIÇÃO DA TABELA 7 ACESSIBILIDADE FÍSICA NO SiBi/UFPR.....	234
APÊNDICE Z – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 5 ACESSO AS DEPEDÊNCIAS NAS BIBLIOTECAS.....	237
APÊNDICE AA – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 6 MOBILIDADE NAS BIBLIOTECAS.....	238
APÊNDICE AB – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 7 MOBILIÁRIO NAS BIBLIOTECAS.....	239
APÊNDICE AC – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 8 SINALIZAÇÃO NAS BIBLIOTECAS.....	240
APÊNDICE AD – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 9 ACESSIBILIDADE NOS AMBIENTES FÍSICOS DO SiBi/UFPR.....	241

APÊNDICE AE – DESCRIÇÃO DA TABELA 8 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL.....	242
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DO ORIENTADOR.....	244
ANEXO B – ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO.....	245
ANEXO C – DECLARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CO- PARTICIPANTES – SiBi/UFPR.....	249
ANEXO D – DECLARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CO- PARTICIPANTES – NAPNE.....	250
ANEXO E – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP 386.428.....	251
ANEXO F – PORTARIA N. 5/12 – BC/DIR – COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE.....	253
ANEXO G – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO SiBi/UFPR GESTÃO 2010/2014 – AÇÃO 9, 10, 26, 32.....	254
ANEXO H – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE CIRCULAÇÃO DO SiBi/UFPR.....	259

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca universitária é uma organização subordinada a universidade à qual pertence e da qual recebe insumos, com a qual compartilha os mesmos objetivos, padrões, valores culturais e dificuldades financeiras e também com a qual assume o mesmo compromisso, que é o da formação dos indivíduos para a sociedade.

Os recursos informacionais geridos pela biblioteca são fundamentais para que a universidade desenvolva sua essência: a geração do conhecimento. A relação entre biblioteca e universidade é que uma produz e a outra registra e divulga a produção acadêmica. É no âmbito da biblioteca que o processo começa e termina. A comunidade acadêmica consulta a biblioteca para produzir conhecimento e, posteriormente, transfere sua produção por meio de algum recurso de informação.

A influência das bibliotecas universitárias é decisiva em todo o processo educacional no ensino superior, ao possibilitar o acesso à informação necessária ao desenvolvimento intelectual de todos os alunos. Elas prestam um serviço essencial para as universidades na era do conhecimento, sendo consideradas como portais para o mundo das informações. Nesse cenário em que as informações são geradas, armazenadas, recuperadas, processadas e transmitidas, originou-se a designação sociedade da informação, que evidencia um novo tempo, no qual a informação assume valores fundamentais, tanto de ordem econômica como social.

A informação é um conjunto de dados ao qual se tem acesso. O conhecimento resulta do processo de aprendizagem, significa apropriar-se de ideias, de resultados de pesquisas, sendo considerado um dos fatores capaz de gerar a superação de desigualdades. Cabe às bibliotecas universitárias o desafio de enfrentar a transição da organização, o armazenamento de documentos e o simples informar onde está localizada a informação para a acessibilidade e a disponibilidade da informação. Compete também a elas a tarefa de buscar alternativas para compartilhar e contribuir com a produção e a socialização do conhecimento nas salas de aula e laboratórios, investindo-se da função de espaço de comunicação pedagógica para promover a cooperação entre alunos e professores, direcionando as informações e socializando os conhecimentos presentes em todos os ambientes universitários. (CARVALHO, 2004).

Para que as bibliotecas universitárias cumpram seu papel, é necessário um novo paradigma: modificar estruturas, remodelar processos, implantar inovações tecnológicas e sobretudo atender às necessidades, aos interesses e às expectativas de seus alunos. As bibliotecas universitárias devem apoiar os alunos na busca da informação, para que possam desfrutar desse direito com liberdade e confiança. Pautados no direito à informação, os alunos não devem ser passivos utilizadores de acervos e serviços idealizados por outros, mas consumidores de informação e conhecimento planejados a partir de suas necessidades. Políticas e diretrizes da biblioteca universitária centradas na prática da valorização do ser humano e no exercício dos direitos da informação são objetivos a serem alcançados nesse novo paradigma.

Pupo e Santos (2001) ressaltam que

A biblioteca universitária, enquanto agente mediador entre o conhecimento gerado e o usuário, na utilização de reciclagem dessas informações, tem o compromisso de democratizar seus espaços, facilitando o acesso de qualquer usuário, sem segregação ou discriminação, pois o direito à informação é a cidadania em exercício pleno.

A universidade e suas bibliotecas universitárias desempenham papel importante como provedores de acesso à informação, por meio da oferta de serviços *on-line*, acesso remoto e digitalização do acervo. A informação é a matéria-prima para a construção do conhecimento, para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, então cabe à biblioteca universitária disponibilizá-la em formato compatível com os diferentes interesses e exigências, respeitando e valorizando todos os alunos e contribuindo para a sua formação como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Essas mudanças trazidas pelo uso de novas tecnologias, aliadas à diversidade de alunos, apresenta às bibliotecas universitárias o desafio de prestar atendimento dentro do princípio de acessibilidade, oferecendo ambientes acessíveis, eliminando barreiras físicas, atitudinais e informacionais e facilitando o acesso e a informação a todos os alunos.

Nesse sentido, as modernizações acompanham os planejamentos universitários com vistas a que a biblioteca universitária facilite para os alunos o acesso à informação e possibilite o desejo de aprender e de discutir, contribuindo dessa forma para a sua formação, com benefícios para o seu desenvolvimento e para o bem da sociedade em que vive.

Além desse contexto, a razão pessoal para a proposição desta pesquisa é a minha trajetória profissional, que aconteceu sempre em bibliotecas. Iniciei como estagiária, ainda como aluna do curso de Biblioteconomia, no ano de 1979, na Biblioteca do Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas/Universidade Federal do Paraná (UFPR), sendo transferida à Biblioteca de Ciência e Tecnologia/UFPR em 1982.

Desde a experiência inicial até os dias atuais, essa história é marcada pelo cuidado com livros, periódicos e outros materiais, pela busca e disponibilização da informação e pela dedicação aos usuários.

Nessa caminhada, o cuidado em atender com qualidade a todos colocou-me algumas vezes em situações de insatisfação, principalmente quando me deparava com solicitações de atendimento e de busca de materiais específicos para alunos com deficiências, a que infelizmente não conseguia responder adequadamente. Essa situação começou a inquietar-me e exigir estudos e encaminhamentos.

Pautada nesse contexto, dei-me conta de que mudanças precisavam ser efetivadas e, em consonância com essas novas demandas, aceitei o desafio de discutir ações e encaminhamentos para a inclusão e a acessibilidade na biblioteca.

Em 2007 tive a oportunidade de participar do curso de capacitação ofertado pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE/UFPR) aos profissionais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SiBi/UFPR). O curso abordava o assunto acessibilidade e permitiu esclarecimentos sobre mudanças de atitudes, comportamentos e prestação de serviços com qualidade aos alunos com deficiência. Despertou questionamentos sobre barreiras, obstáculos vivenciados pelos alunos com deficiência nas dependências da universidade, e levantou indagações a respeito da participação do SiBi/UFPR no processo de inclusão de aluno com deficiência no ensino superior e também sobre que atitudes essa problemática requer das bibliotecas.

O curso foi um marco importante tanto para o SiBi/UFPR como para mim, pois representou um passo na marcha da inclusão e da acessibilidade na UFPR.

Estive envolvida no período entre 2007 e 2011 com a readequação física da Biblioteca de Ciência e Tecnologia/UFPR, cuja preocupação constante foi adaptar o espaço seguindo os padrões de legislações vigentes dentro das especificações de acessibilidade. Além do espaço físico adaptado e adequado, outro item de atenção foi com relação à captação de recursos para a aquisição de equipamentos, como

leitor autônomo e instantâneo, linha braile e mesa tátil falante para adequar o laboratório de informática, o que permitiu o uso de recursos informacionais até então inacessíveis aos alunos com deficiência.

Cabe dizer que as ações não se concluem, pois cada novo aluno com deficiência que chega à biblioteca apresenta uma demanda específica que deve ser atendida. Assim, o desafio de garantir a cada um o direito de usufruir do conhecimento se apresenta como um processo contínuo.

Essa vivência brevemente descrita justifica a busca por conhecimentos sobre inclusão e acessibilidade em bibliotecas para alunos com deficiência e torna-se relevante para o desenvolvimento da presente pesquisa, realizada no intuito de responder à seguinte indagação: de que forma está se efetivando no SiBi/UFPR uma política de inclusão institucional?

Estudos mais aprofundados sobre políticas públicas de inclusão e acesso em bibliotecas universitárias, capazes de incitar ações e avanços, são ainda deficitários, o que motivou o presente estudo.

Tem-se como hipótese que as políticas de acessibilidade brasileiras têm sido tomadas como referência pelo SiBi/UFPR e que poderão, inclusive, ser observados avanços para além daquilo que é previsto nos documentos oficiais de orientação. Entende-se que essas políticas são cruciais para garantir o direito à igualdade e não somente de acesso, mas de sucesso no ensino superior, ou seja, que a inclusão no ensino universitário seja efetiva e que as bibliotecas no SiBi/UFPR sejam definidas como inclusivas, com possibilidade de acesso igual e justo para todos os alunos.

Tendo como base o conhecimento acumulado sobre o processo de acessibilidade nas bibliotecas universitárias fundamentado nas políticas nacionais de inclusão e acessibilidade no ensino superior, o objetivo geral desse estudo é analisar esse processo.

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se:

- descrever as condições de acessibilidade no SiBi/UFPR;
- identificar as políticas públicas de inclusão implementadas no SiBi/UFPR que garantem a acessibilidade dos alunos com deficiência;
- verificar como o SiBi/UFPR tem efetivado ações e programas para a inclusão do aluno com deficiência.

Neste estudo, utiliza-se a observação e a entrevista, com o apoio da pesquisa documental, para analisar resoluções, leis, decretos e programas institucionais relacionados à inclusão de alunos com deficiência no SiBi/UFPR.

Realizou-se pesquisa de campo utilizando a observação *in loco* para a compreensão da realidade prática das bibliotecas com relação à acessibilidade e à inclusão aos alunos com deficiência. Os aspectos considerados vão desde o espaço físico e arquitetônico, o informacional e comunicacional, até os atitudinais do dia a dia dos profissionais em serviço.

Foram efetivadas entrevistas semiestruturadas com chefes de bibliotecas denominados nesta pesquisa de gestores das bibliotecas e alunos com deficiência, matriculados nos diferentes cursos da UFPR no ano de 2013, mapeados pelo NAPNE.

A definição de pessoas com deficiência proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Convenção de Pessoa com Deficiência, em 2006, é adotada neste estudo, que reflete a crença democrática de que todas as pessoas nascem com direitos iguais:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, p. 18)

Atualmente, na área de educação, emprega-se a expressão *necessidades educacionais especiais*, um termo mais amplo, considerando-se os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Alunos com deficiência física, deficiência visual, surdez e deficiência múltipla são delimitados nesta pesquisa de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (BRASIL, 2008). Outros termos para nominar pessoas com deficiência aparecem devido às citações e aos documentos pesquisados. Não são considerados alvos desta pesquisa alunos com transtornos

globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação¹.

À luz dos entrevistados, procura-se conhecer a realidade da instituição com relação ao acesso inclusivo, identificar as barreiras e os facilitadores encontrados, o que consideram avanços e entraves para a inclusão e em que medida o SiBi/UFPR colabora para a efetivação do direito ao acesso à informação. Junto aos bibliotecários, as entrevistas visam identificar as políticas públicas de acessibilidade implementadas, as ações, os serviços e os recursos oferecidos aos alunos com deficiência. Minayo (2011, p. 64) afirma que as entrevistas “podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização”.

A análise crítica reflexiva sobre as condições de acesso e permanência e ações no SiBi/UFPR diante da temática faz-se por meio de documentos, observações, depoimentos de bibliotecários e de alunos com deficiência.

A análise dos dados obtidos das observações efetiva-se a partir dos parâmetros estabelecidos pela NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), 2004).

A análise de dados obtidos pelas entrevistas efetiva-se a partir de fundamentos da análise de conteúdo.

O relato deste estudo organiza-se em sete capítulos, iniciando-se pela Introdução.

No capítulo 2, sobre a inclusão no ensino superior, apresenta-se o processo de inclusão, o direito à educação e os alunos com deficiência no ensino superior.

No capítulo 3, analisa-se a acessibilidade como caminho para a inclusão e direito à informação.

No capítulo 4, sobre a biblioteca universitária e o ensino superior no Brasil, abordam-se os seguintes itens: biblioteca universitária acessível e inclusiva e o SiBi/UFPR.

¹ Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se neste grupo alunos com autismo, síndrome do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização em tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos, estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. (BRASIL, 2008, p. 15).

No capítulo 5, arrola-se a produção do conhecimento sobre inclusão e acessibilidade no ensino superior.

No capítulo 6, sobre acessibilidade e inclusão no SiBi/UFPR e a trajetória da pesquisa, detalha-se a metodologia, quem são os participantes da pesquisa e a coleta de dados.

No capítulo 7, que trata da análise e discussão da realidade de acessibilidade e inclusão no SiBi/UFPR, faz-se a análise, a interpretação e a discussão de dados. Apresentam-se os resultados obtidos com base nas observações e entrevistas.

As considerações finais e as conclusões se basearam nos resultados obtidos e na análise documental.

Salienta-se que no texto encontram-se ilustrações (mapas, gráficos), tabelas e fórmulas que tiveram seu conteúdo descrito conforme o Instituto Federal De Educação Ciência e Tecnologia (2009) para o aluno com deficiência visual, inseridos em apêndices.

2 INCLUSÃO E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO QUE SE INICIA COM O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO

As políticas de expansão do ensino superior no Brasil iniciam-se com a reforma universitária de 1968² e estendem-se até a década de 80, coincidindo com o período militar. A reforma universitária implantada no Brasil em 1968, planejada pelo segundo governo militar, de natureza autoritária, antidemocrática e centralizadora, impactou a universidade pela forte repressão política a que esta foi submetida e pelas medidas de discutível mérito. Marcada pela transição de ensino de elite para o ensino de massa, transformação de instituições acadêmicas em centros de preparação técnico-profissional, reformulação da natureza dos vestibulares, extinção da cátedra, estabelecimento de uma carreira universitária baseada no mérito acadêmico, instituição do departamento como unidade de ensino e pesquisa e a criação dos colegiados de cursos. O período de 1964 a 1980 marca a forte expansão pela qual o ensino superior no Brasil passou, pois o número de matrículas aumentou quase dez vezes (MACEDO, 2005). Essa expansão foi marcada sobretudo no setor privado, baseada na multiplicação de cursos e estabelecimentos isolados, visando sobretudo conter o movimento estudantil já presente nas reivindicações anteriores ao golpe militar de 1964, e impedir a passagem das camadas médias ao campo da oposição.

A respeito da expansão das instituições de ensino superior, Fávero (2006, p. 33), citando o Relatório do Grupo de Trabalho³ (1968), comenta que ela ocorreu “por simples multiplicação de unidades em vez de desdobramentos orgânicos”. Complementando, ainda ressalta que “a universidade se expandiu, mas, em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a entrar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação”.

Chauí (2001, p. 50), analisando o processo de massificação no ensino superior, afirma

se a reforma pretendeu atender às demandas sociais por educação superior, abrindo as portas da universidade, e se com a entrada das

² A primeira iniciativa ocorreu no período jesuítico, porém esse estudo vai tratar da expansão do ensino superior a partir do período militar.

³ RELATÓRIO do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária criado pelo Decreto n. 62.937/68. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

“massas” na universidade não houve crescimento proporcional da infraestrutura de atendimento (bibliotecas, laboratórios) nem do corpo docente, é porque está implícita a ideia de que para a “massa” qualquer saber é suficiente, não sendo necessário ampliar a universidade de modo a fazer com que o aumento da quantidade não implicasse diminuição de qualidade.

No período seguinte, de abertura política e início da redemocratização do país (1980-1995), há uma acomodação do ensino superior, que apresentou um modesto crescimento (ZAINKO, 2010). Esse período foi marcado por uma crise econômica cujos efeitos se manifestam no ensino superior e causaram uma estagnação tanto no setor público quanto no privado.

A partir de 1996, pode-se afirmar que o ensino superior no Brasil entra na segunda fase de forte expansão, com elevado número de matrículas, desencadeadas pela criação de novas instituições de ensino superior. Porém, esse crescimento se deu de forma acentuada nas instituições privadas. A partir desse ano, o sistema privado começa a se expandir numa grande velocidade, proporcionada tanto pelo modelo econômico que se configurava, marcado por crises de capital, desemprego, crescimento de trabalho informal, altos índices de pessoas sem rendas, sem teto, sem terras e número elevado de violência, como pela flexibilização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), que facilitou e intensificou a diversidade das instituições, até então exclusivamente estatais. (BRASIL, 1996).

Com base em estudos de Adrião (2006), Nogueira (2004) e Raichelis (1998) sobre o período tratado, é possível investigar a redefinição da relação entre o Estado e a sociedade civil, caracterizando a atuação de organizações sociais na oferta de serviços. O Estado age como regulador, promotor e provedor, permitindo a implantação de serviços chamados não exclusivos, tais como universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa, oportunizando a privatização dos setores de ensino, e um mercado para a iniciativa privada. É importante salientar que, nesse processo de expansão do ensino superior, a tendência era aumentar o número de instituições e o número de matrículas, porém não foi assegurada a democratização do acesso com garantia de permanência e qualidade.

A partir de 2003, observa-se um movimento realizado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tem o intuito de recuperar o orçamento das universidades federais. Em 2007 se deu um acentuado processo de expansão, com

a implantação de novas unidades acadêmicas distribuídas por todo o país. Esse contexto reflete o compromisso no redimensionamento das políticas sociais, tendo nas instituições de ensino superior a base para o combate à exclusão social.

De acordo com Zainko (2010, p. 116),

É fundamental que a “nova” universidade tenha como compromisso fazer com que a educação superior, tendo a pesquisa como seu princípio educativo, seja parte integrante e ativa do desenvolvimento cultural, socioeconômico e ecologicamente sustentável das pessoas, das comunidades e das nações.

Cobra-se das universidades comprometimento e responsabilidade social, por meio da formação, produção e disseminação dos novos conhecimentos, de serviços para a comunidade e para a sociedade em geral. Dentre esses desafios impostos à universidade, encontra-se o acesso e a democratização do ensino superior, para que o aluno possa desenvolver seu pensamento crítico, o que contribui para a formação de valores.

Zainko (2002, p. 11) ainda salienta que “democratizar o ensino implica em pensar novas formas de acesso, garantindo àqueles que chegam à universidade uma permanência com qualidade acadêmica e pertinência social”. A autora destaca que as políticas públicas para o ensino superior devem garantir não somente a expansão do número de vagas, mas a permanência do aluno, fundamentando-se na sua formação integral, preparando-o para a vida. Os alunos estão no centro das decisões, são eles os elementos principais no processo de renovação do ensino superior.

A educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades, vive um processo de transformação, motivado pelo paradigma da educação inclusiva, compreendido muito além do direito à matrícula, pois leva em consideração a diversidade étnica, as diferenças raciais, socioeconômicas e as necessidades educacionais especiais. Cobra-se o desafio de buscar caminhos para a democratização do acesso e a permanência na universidade a esses grupos que se apresentam socialmente desfavorecidos. Diante das reivindicações desses grupos por justiça social, as políticas de ação afirmativa apresentam-se como proposta para o problema da desigualdade, da discriminação e do preconceito. Salienta Mello (1996) que, para cada situação injusta na sociedade, o direito deve promover a

equiparação dos desiguais, atendendo ao princípio constitucional da igualdade, para transformar a sociedade e contribuir para a redução das diferenças.

O preconceito existente com relação a esses grupos solidifica a ideia de que eles são improdutivos, não habilitados, ocasionando isolamentos e exclusão social. A educação passa a ter um papel decisivo para a formação de pessoas críticas e autônomas.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu art. 3.º, determina como papel do Estado promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988). Assim, as ações afirmativas, inclusive a implantação do sistema de cotas em processos de seleção para as vagas no ensino superior, é um instrumento político do Estado que tem por objetivo eliminar desigualdades, preconceitos e discriminações, estabelecendo a igualdade de oportunidade e tratamento.

Ressalta-se que as ações afirmativas não se restringem a reservas de vagas. São várias as ações consideradas afirmativas, como bolsa permanência, aulas de apoio, curso de idiomas, curso de informática e auxílio transporte, entre outras, que visam promover a integração social dos grupos discriminados e valorizar ações que garantem o acesso e a permanência de pessoas que historicamente foram excluídas dos espaços sociais.

Considerados como políticas que buscam proporcionar igualdade de oportunidade e de acesso à universidade às pessoas com deficiência são os seguintes programas: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Programa Nacional de Assistência Estudantil (PENAES).

Destaca-se como plano do governo, com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior, o FIES, instituído pela Portaria n. 1.725, de 3 de agosto de 2001, destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições privadas, cadastradas no programa e com avaliação positiva pelo Ministério da Educação (MEC).

O ProUni, criado pelo governo federal em 2004, tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino

superior. Oferece isenção de alguns tributos às instituições de ensino que aderem ao programa, exigindo em contrapartida a concessão de bolsas a alunos carentes (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS, 2013). O ProUni consiste em uma política pública de ação afirmativa que promove o acesso à educação superior à população de baixa renda, atende aos interesses do governo de expansão e democratização do ensino superior e visa diminuir os gastos públicos.

Almeida (2009 p. 132) analisa o ProUni como

Um dos programas que melhor representa as características das políticas da educação superior do país, expressando uma compreensão neoliberal acerca do financiamento de IES privadas com recursos públicos, o que acentua o processo de privatização desse nível de educação em consonância com as políticas do Estado.

Faceira (2004, p. 16) salienta que

Pensar o ProUni como política de inclusão social é ressaltar o significado dessa categoria teórica (“inclusão social”) como sinônimo do resgate da cidadania, da plenitude dos direitos sociais, da participação social e política dos indivíduos (cidadãos) em todos os aspectos da sociedade. Isto é, a inclusão social é caracterizada pelo exercício da cidadania plena ou emancipatória, pela participação social, política e cultural, além do acesso aos direitos básicos. Nesse sentido, a efetivação de uma política pública voltada à inclusão social no ensino superior implica a garantia do acesso e permanência do aluno, a equidade de oportunidades e efetivação da democratização do espaço escolar.

O ProUni é identificado como um programa de inclusão por favorecer alunos que não conseguem ter acesso ao ensino superior público, aumentando a distribuição de vagas e financiando o setor privado com recursos públicos. (ALMEIDA, 2009). Esse autor salienta ainda que

Em um cálculo simplista, chega-se à conclusão de que é mais barato “pagar” pelo serviço que oferecê-lo, mais ainda se é possível ao mesmo tempo auxiliar as IES privadas, minimizando o percentual de vagas ociosas dessas instituições, que chega a quase 50%. (ALMEIDA, 2009, p. 297).

Conforme Guerra e Fernandes (2009), esse programa aumentou o número de bolsistas no setor privado, o que contribui para diminuir o problema do alto número de vagas ociosas nas instituições privadas.

Para se pensar o ProUni como um meio de democratizar o acesso à educação superior, deve-se avaliar se, juntamente com a ampliação de acesso, está

a preocupação com a permanência dos alunos até a conclusão do curso. Essa é uma crítica feita ao ProUni, que garante o acesso ao ensino superior, contudo a inclusão social muitas vezes não é efetivada. A permanência do aluno é inviabilizada devido às condições socioeconômicas que impedem a continuidade no curso, o que acaba por dificultar o aproveitamento dos estudos. Especificamente com relação às cotas para alunos deficientes, o programa tem contribuído com a concretização do acesso, mas pouco se preocupando com a permanência, oferecendo benefícios e não direitos aos bolsistas (CATTANI; HEY; GIGIOLI, 2006). É primordial que ações sejam implementadas para garantir a permanência do aluno do ProUni, buscando atender às necessidades específicas apresentadas por cada um, como alimentação e transportes, entre outras.

Aponta Leher (2005, p. 2) que:

o ProUni é uma operação de salvamento para o setor privado. As grandes empresas educacionais que atendem as elites não têm muito interesse no Programa [...], no entanto, para as instituições de menor qualidade, que contam com um alto índice de inadimplência, isso é uma boia de salvação num setor que vive uma crise profunda.

Ressalta-se que o ProUni é o maior programa do governo que utiliza o dinheiro público para incentivar o ensino privado, contudo há pouca transparência no que se refere às informações oficiais fornecidas a respeito dos resultados do programa. Trata-se de um instrumento efetivo de democratização de ensino superior no Brasil ou de um programa que desprestigia a esfera pública e valoriza as particulares, camuflando dados estatísticos e acobertando um déficit educacional?

O *slogan* Universidade para Todos é incerto, visto que não privilegia a universalização do acesso. As ações e os gastos públicos direcionam-se a grupos específicos e transferir a educação para o setor privado configura a omissão do Estado.

O Programa INCLUIR, lançado pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2005, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Especial (SEESP) e da Secretaria de Educação Superior (SESu), convoca as instituições federais de ensino superior (IFES) para trabalharem com propostas de criação, reestruturação e consolidação de núcleos de acessibilidade na instituição, a fim de que a acessibilidade esteja implantada em todos os ambientes das IFES. Souza (2010) salienta que o INCLUIR é a única iniciativa governamental estruturada voltada ao

atendimento dos alunos com deficiência, financiando ações nas IFES. Seu principal objetivo é fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidades nas IFES que respondam pela organização de ações institucionais para a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

O programa visa beneficiar a população que apresenta deficiência e promover políticas de ações afirmativas por parte das IFES, contemplando verbas para reformas estruturais (adaptação de espaços físicos, como elevadores, rampas, entre outros) e compra de recursos tecnológicos como computadores, impressoras braile, lupas, *software* especiais, entre outros, fomentando a implantação de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão que ampliem as oportunidades educacionais das pessoas com deficiência no ensino superior. (PROGRAMA INCLUIR, 2013).

O estudo de Souza (2010) analisa e discute os editais publicados entre os anos de 2005 a 2009 e constata a participação no programa de todos os Estados brasileiros com pelo menos um projeto. No edital UFPR sem barreiras: Incluir com qualidade, a UFPR foi contemplada em 2005, 2007, 2008 e 2009.

Ainda segundo Souza (2010), as instituições apresentam propostas diversificadas, visando participar e atender às exigências dos editais do Programa INCLUIR. Arrolam-se os projetos que envolvem bibliotecas que foram submetidos e aprovados em editais:

- UFLA (Edital 2009) – Consolidação do Núcleo de Acessibilidade na Biblioteca Central da UFLA;
- UFMG (Edital 2007) – Implantação de referência de acessibilidade na UFMG: conclusão da referência de acessibilidade na Biblioteca Universitária;
- UFPA (Edital 2005) – Modernização da seção Braile da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará;
- UFRPE (Edital 2005) – Na Biblioteca Central da UFRPE, tempo de incluir e potencializar os usuários especiais;
- UFV (Edital 2006) – Apoio financeiro para adequação das instalações físicas da Biblioteca Central da UFV para a inclusão de usuários portadores de n.e.e.;

- UNIFEI (Edital 2009) – O conhecimento é para todos: acessibilidade no prédio e na Biblioteca da UNIFEI.

Souza (2010) salienta que as IES vêm submetendo seus projetos aos editais do programa publicados pelo MEC, visto ser a principal referência utilizada para atendimento aos alunos com deficiência. Todavia, não se tem ainda estudos oficiais avaliativos sobre o impacto desse programa nas universidades públicas brasileiras no que concerne aos alunos com deficiência.

O Programa INCLUIR passa por modificações. Anteriormente, o recurso era colocado à disposição por meio de editais e as universidades participavam de seleção para receber os valores; atualmente, eliminou-se a seleção e o montante para cada universidade é definido pela proposta orçamentária.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n. 9.660, de 24 de abril de 2007, objetiva a expansão do ensino de graduação, a expansão da universidade pública e a democratização de seu acesso e permanência, contemplando o aumento de vagas nos cursos de graduação e ampliação dos cursos noturnos, a promoção de inovações tecnológicas e o combate à evasão (BRASIL, 2007). Em seu art. 2.º, inciso 5.º, apresenta a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil, visando articular ações no processo educativo para garantir melhorias no sistema universitário, reduzindo o abandono e erradicando a retenção dos alunos nos cursos (BRASIL, 2007).

As instituições adeptas do programa elaboram propostas de crescimento de seu ensino de graduação, devendo atingir um total de 18 alunos de graduação para cada docente, um fator de aproveitamento de 0,9 na graduação (90% de diplomas de graduação, em relação ao número de alunos ingresso no vestibular), e as novas vagas devem ser criadas em cursos noturnos. Cada instituição recebe em seu orçamento um montante de 20% do total relativos a gastos com pessoal e custeio, também com um montante para gastos com infraestrutura destinados à viabilização prevista. A partir do planejamento, os investimentos em cada universidade são aplicados em recuperação e construção de instalações físicas, contratação de professores e servidores administrativos, aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aulas, bibliotecas e ambientes de professores e órgãos administrativos.

Salienta-se que os investimentos via REUNI trazem benefícios tanto na instalação de novos prédios e/ou readequação de existentes e na aquisição de equipamentos como na criação de vagas, aumentando o número de profissionais nas IFES, porém o REUNI é uma política de governo, não é uma lei, e por se tratar de um programa não há garantias de continuidade de recursos. O REUNI é regido por um contrato de gestão, proposto entre o MEC e as IFES, e os recursos são condicionados à capacidade orçamentária e operacional do MEC. A imposição de metas fixas obriga as IFES ao comprometimento de prazos, sendo obrigados a abrir mão de sua autonomia para cumprir o plano de investimento encaminhado ao MEC.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado com o objetivo de auxiliar os alunos em alimentação, transporte, moradia, inclusão digital, assistência à saúde, cultura e esporte. Foi implantado em 2008 e transformado em 19 de dezembro de 2010 no Decreto Presidencial n. 7.234/10, que representou um marco histórico na política de assistência estudantil. As ações indicadas pelo programa visam viabilizar a igualdade de oportunidades, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão. (BRASIL, 2010).

No art. 3.º, inciso 1.º, o programa estabelece que as ações deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso; participação na aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

Os recursos financeiros destinados à realização dessas ações devem ser repassados às IFES, que serão responsáveis pela execução das ações e pela definição dos critérios de seleção dos alunos beneficiados pelo programa.

Com o crescimento do número de alunos matriculados nas universidades e com a expansão das IFES pelo Brasil, o fator permanência clama por políticas que atendam às demandas dos alunos em situação de desigualdade social e econômica, assegurando acessibilidade e recursos humanos e materiais para o desenvolvimento acadêmico. Nesse contexto, o PNAES tem sido importante para o desenvolvimento de políticas de assistência estudantil nas diferentes áreas de atuação.

As políticas de ações afirmativas são apresentadas como uma possibilidade para a promoção da justiça social no ensino superior.

Identificando-se as dimensões de injustiça que afetam esses grupos desfavorecidos, a teoria de Fraser (2001) demonstra que a justiça nos dias de hoje requer tanto a redistribuição de bens e das riquezas sociais como o reconhecimento valorativo cultural das diferenças. A autora salienta que as reivindicações por justiça social são de duas naturezas: na primeira, estariam as reivindicações contra a desigualdade material, cujos “remédios” implicam em redistribuição e reestruturação mais justa dos recursos e riquezas; na segunda, estariam as lutas contra a dominação cultural, que exige “remédios” que implicam em reconhecimento do valor e dos direitos dos grupos dominados, em que a meta visa o mundo que acolha as diferenças. Esclarece que o discurso acerca da justiça social se encontra dividido entre reivindicações por redistribuição, de um lado, e reconhecimento, de outro, e, assim, as políticas públicas devem adotá-las de forma conjugada.

Portanto, longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural estão imbricadas, dialeticamente, reforçando-se mutuamente. Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano. O resultado é frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica. (FRASER, 2001, p. 251).

Nessa perspectiva, a luta por reconhecimento das diferenças nas políticas afirmativas em contexto brasileiro está enraizada por problemas decorrentes de desigualdades econômicas.

A diversidade, a diferença, demandam ações que vão além da formação de políticas e programas, requerem o enfrentamento de preconceitos presentes na sociedade, na erradicação da pobreza, na redução das desigualdades sociais.

Fávero (2007) destaca que, para se alcançar a justiça, a preocupação maior é a aplicação eficaz da igualdade. Argumenta que o dilema é saber em qual hipótese tratar igualmente o igual e desigualmente o desigual. Determinar o que significa princípio de igualdade foi preocupação da CF/88, Brasil (2008) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) porém esses princípios ficam violados diante da desigualdade social e econômica, persistindo os preconceitos e as discriminações que funcionam como elementos de exclusão social e negação do direito à educação. Correia e Moreira (2007, p. 3192) descrevem: “percebemos que diante da diversidade étnica, social e cultural devemos

preservar as diferenças e lutar pela igualdade quando a diferença discrimina e preservar a diferença quando a igualdade descaracteriza”.

É certo que a educação brasileira vive um processo de mudanças motivadas pela concepção da educação inclusiva, fundamentadas em base legal, que visam garantir o acesso e a permanência. Nessa perspectiva, compete às políticas públicas de educação superior o planejamento e a implementação de metas de acessibilidade que promovam a plena participação dos alunos com deficiência, assegurando o direito de todos à educação.

Desse modo, a deficiência não se caracteriza como doença e/ou invalidez e as políticas públicas não se constituem como ações de caráter assistencialista. Na educação superior, a inclusão das pessoas com deficiência deve garantir o direito à participação e ao desenvolvimento com as demais pessoas, sem restringir sua participação a ambientes e atividades baseados na deficiência. O Programa INCLUIR (2013) salienta que as IFES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade, visando à efetivação desses direitos, promovendo a participação plena dos alunos com deficiência no plano de desenvolvimento institucional; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro profissional; nos projetos pedagógicos; nas condições físicas, ambientais e arquitetônicas; nos serviços de atendimento ao público; nas páginas eletrônicas e demais publicações; no acervo pedagógico e recursos acessíveis.

Nessa perspectiva, às políticas públicas de educação superior compete assegurar o direito de todos à educação, contribuindo para que o novo paradigma da inclusão torne-se realidade, desde as práticas pedagógicas homogeneizadoras até a edificação dos prédios, a organização dos acervos, dos ambientes acadêmicos e também das formas informacionais e comunicacionais.

2.1 DIREITO À EDUCAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Falar em sociedade e educação inclusiva envolve questões como igualdade de direitos, democracia e responsabilidade estatal. A partir da década de 1990, a inclusão foi trazida para o contexto da educação, tornando-se tema obrigatório de

discussões, e a diferença passa a ser incorporada nos discursos e documentos legais, ocorrendo

Uma movimentação de educadores em busca de qualificação para as novas demandas, igualmente um número crescente de pais de alunos busca assegurar o direito de seu filho independentemente da natureza das necessidades especiais, matricular-se na escola de sua comunidade e frequentar as atividades de classe comum juntamente com seus pares não deficientes. (OMOTE, 2004, p. 2).

Assim, a ênfase à diversidade como condição a ser valorizada na educação inclusiva é apresentada de forma benéfica para a escolarização de todas as pessoas, favorecendo a aprendizagem e as práticas pedagógicas. A educação inclusiva está colocada neste estudo como compromisso ético e político, implicando na educação como direito de todos e na igualdade como critério nas políticas educacionais, a fim de garantir esse direito e defendendo o respeito às características de cada indivíduo no processo pedagógico.

Do ponto de vista de Cury (2002), o acesso à educação é um direito garantido por lei em praticamente todos os países: a inscrição na legislação age como instrumento de luta para a criação de condições de democratização da educação e também para a socialização de gerações mais iguais e menos injustas.

A CF/88, que está baseada nos princípios fundamentais da democracia, no seu art. 1.º, inciso 2.º, assegura a cidadania a todos, e no inciso 3.º, a dignidade da pessoa humana. No art. 5.º, a igualdade de todos, sem qualquer discriminação. No art. 205, a educação como direito de todos é dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a participação da sociedade. (BRASIL, 2008). Ressalta-se um avanço no art. 205, uma vez que o Estado e a família somam-se à sociedade como responsáveis na formação dos estudantes. Embora o art. 205 apregoe que a educação como direito de todos é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, nem sempre a sua viabilização fica assegurada pelo Estado e pelos pais. Oliveira (2001, p. 42) discorre sobre o fato de que “as modernas sociedades democráticas encerram uma contradição entre ter que declarar direito a todos e a resistência social a sua efetivação” e que “a exclusão social e, particularmente, a educacional, requerem remédios mais amplos e articulados, pois o Estado mostrou-se refratário em diversas esferas a efetivar tais direitos”.

O art. 208, inciso 2.º, prevê o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, às pessoas com deficiência. A CF/88 trouxe o reconhecimento de direitos, visando formatar a educação, Brasil (2008). Foi então discutida e aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 1996). No seu art. 14, essa lei regulamenta a gestão democrática no ensino público, sendo que à União, aos Estados e aos Municípios caberia definir o que seria gestão democrática. É a partir da LDBEN, em seu capítulo 4.º, que a educação de pessoas com deficiências entra na pauta de discussões das políticas educacionais no Brasil, prescrevendo que a educação desses alunos deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996).

Essa questão mostra, de um lado, que a busca por uma educação de qualidade para todos é uma luta legítima, e, por outro lado, há incerteza se o estado irá cumprir o seu papel oferecendo condições básicas como a quebra de barreiras, a formação de professores e o apoio necessário a esses alunos no processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Bobbio (1997, p. 51), “sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados, mas contínuos, distintos mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e sua articulação interna”. Sendo assim, as políticas públicas dirigidas às pessoas com deficiência são uma reivindicação dos cidadãos que exercem poder sobre o Estado e dele exigem maior proteção.

Arelaro (2012) pondera que a participação social nos processos educacionais é o maior dos desafios para o país. Explica que

O princípio da gestão democrática é condição para ser gestada a qualidade de ensino. Afinal, a questão da pergunta, do diálogo, não é simplesmente uma técnica de aula, é na verdade uma questão epistemológica. É assim que as pessoas aprendem. (ARELARO, 2012, p. 5).

Ressalta que “política pública e educacional para ser competente tem que ter obrigatoriamente participação popular”. (ARELARO, 2012, p. 5).

A participação dos cidadãos na formulação de políticas públicas remete a debates públicos necessários às inovações e mudanças, favorecendo respostas às demandas da sociedade e impulsionando a implementação dessas políticas.

Gohn (2000) adverte que a participação da sociedade na elaboração fiscal e controle de políticas públicas se dá por meio de conselhos de diferentes composições e funcionamento, pois o importante é garantir a participação da sociedade nas decisões políticas. O que se destaca são estratégias para aumentar a participação das pessoas na formulação e na implementação das políticas públicas.

Também Prieto (2000) reitera o importante papel que os pais e profissionais de educação têm desempenhado para garantir que seus filhos ou alunos recebam o atendimento educacional a que tem direito. A participação no debate das políticas públicas para o ensino é fundamental para a construção de um projeto que possa dar respostas às solicitações da sociedade.

A importância de cobrar do Estado a prestação de um serviço chamado educação já foi apontada por um jurista, Miranda (1960), quando manifesta que qualquer afirmação do direito à educação será ineficaz se não vier acompanhada de instrumentos que permitam a cada cidadão e a cada cidadã cobrar do Estado, com presteza e eficácia, esse direito.

As políticas públicas de inclusão visam garantir, com base em leis e decretos, nos âmbitos federais, estaduais e municipais, a igualdade de direito à educação para todos. A preocupação com os direitos da pessoa com deficiência existe na legislação brasileira, o que se questiona é a sua aplicação: em que medida as leis são suficientes para determinar os direitos e, por outro lado, quais seus avanços e seus entraves. Diante desse sistema, a inclusão é um desafio a ser enfrentado para buscar a melhoria da qualidade de ensino em todos os segmentos, inclusive no ensino superior, garantindo assim aos alunos com deficiência o exercício e o direito à educação.

Garantidos os recursos na educação infantil e no ensino fundamental, as pessoas com deficiência estão conseguindo chegar ao ensino superior, ao qual, até há pouco tempo, tinham acesso limitado.

De acordo com Dechichi, Silva e Gomide (2008, p. 338),

A chegada de alunos com necessidade especiais aos cursos de graduação das universidades públicas tem revelado a necessidade emergencial que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico deste grupo sejam trazidos ao debate, buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário.

Esse processo, a chegada dos alunos com deficiência ao ensino superior, chama a um debate urgente a respeito das condições desse segmento de ensino, não apenas no que se refere ao ingresso, mas à permanência e ao sucesso desses alunos.

Michels (2013) destaca ações e mudanças em algumas universidades: acolhimento, criação de espaços adequados, instalação de equipamentos, programas de computador necessários para a aprendizagem. As ações explicitadas evidenciam que as perspectivas em termos de acesso, permanência e aumento de concluintes no ensino superior implica na adoção de medidas e mudanças no processo educacional. A universidade, para contribuir na garantia do direito à educação e para colocar em prática o processo de inclusão, deve responder ao desafio de eliminar barreiras físicas, programáticas e atitudinais, facilitando o acesso aos lugares, serviços e informações. Cabe lembrar que não basta o direito à educação ser reconhecido, é preciso que ele seja garantido. Os recursos, serviços e equipamentos destinados aos alunos com deficiência no ensino superior estão garantidos por lei, e a implementação depende de políticas sérias de investimentos, mudanças de mentalidade da sociedade e da própria comunidade universitária.

Manzini (2008) destaca que acesso implica processo de mudanças e está relacionado a criar condições legais e direitos igualitários. Entende-se que acesso corresponde não somente ao ingresso na universidade, mas à permanência na instituição por meio de condições adequadas, para que os alunos com deficiência possam concluir com sucesso o curso. O ingresso no ensino superior é um direito de todos, é preciso conceder às pessoas com deficiência permanente ou temporária as mesmas oportunidades de participação e inclusão social, de acordo com suas necessidades, sem discriminação, contribuindo assim para sua formação intelectual e de cidadania. Compartilhando desse pensamento, Oliveira (2003) afirma que os progressos ocorridos em questões referentes à acessibilidade das pessoas com deficiência são decorrentes das perspectivas de uma sociedade inclusiva.

Instituição educacional inclusiva é aquela que se preocupa com o atendimento às necessidades de todo e qualquer aluno, inclusive as associadas a alguma deficiência em qualquer nível educacional. Implica na avaliação de aspectos que constituem barreiras no processo ensino-aprendizagem, evitando-se assim riscos de exclusão. (OLIVEIRA, 2012).

Nesta pesquisa, trabalha-se com as considerações de que o direito à educação inclusiva na universidade é visto como direito fundamental da pessoa com deficiência, cabendo providências por parte dos poderes públicos competentes para evitar a sua exclusão. O estabelecimento e a efetivação de políticas públicas que visam à justiça, ao respeito e à igualdade é fundamental para a superação das desigualdades sociais e educacionais.

Arelaro (2003, p. 13), a respeito da implementação de políticas públicas, relata:

1) a democratização do acesso e da permanência dos alunos, criança, jovem e adulto na escola traduzida em números, tendo como referencia o atendimento de todos(as), uma vez que esta variável traduz, de forma objetiva, a efetivação do direito social à educação; 2) a qualidade de ensino adotada pelo sistema educacional como uma variável de permanência, pois se o ensino e a escola forem considerados pelo aluno “(des)qualificados, ele ali não permanece. É importante considerar, no entanto, que a categoria “qualidade” traduz um conceito histórico social, não havendo, científica e pedagogicamente, uma “qualidade” em si, ou seja, não existe “escola de qualidade”, independentemente do contexto social e histórico em que está inserida; 3) gestão democrática de educação: esta diretriz de avaliação é polêmica, porém quero sustentar que ela é o eixo norteador que, nas políticas públicas, pode nos permitir conceituar e identificar a “boa escola” e a escola para e de todos. É esta variável que dá a mais socialmente justa condição de avaliação da qualidade do acesso e da permanência das crianças, jovens e adultos na escola. E, sem dúvida, é ela também que nos divide, hoje, em grupos de concepções político-educacionais distintas.

A acessibilidade física das IES, a aquisição de equipamentos específicos, a formação e a capacitação da equipe de técnicos e professores especializados são pontos necessários para garantir o apoio previsto em lei para que o direito à educação seja efetivado e a educação seja de fato inclusiva. (ATIQUE; ZAHER, 2006).

A universidade expressa a sociedade da qual faz parte. Citando-se Chauí (2001, p. 35), “não é uma realidade separada e, sim, expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”. Reforça ainda a autora (2001, p. 123): “uma sociedade autoritária, tecida por desigualdades profundas, gera um sistema institucionalizado de exclusões sociais, políticas e culturais”. Essa afirmativa permite prever as dificuldades que passarão as instituições que pretendem se transformar em universidades inclusivas. Dessa maneira, observa-se que a universidade é parte de um sistema maior, a sociedade, e seus objetivos e serviços sofrem alterações de acordo com as mudanças informacionais, políticas, sociais e econômicas.

Universidade inclusiva não se constrói apenas a partir de legislações vigentes, mas sim com mudanças profundas, capazes de transformar a sociedade.

Para Santiago (2000), as universidades deparam-se com novos problemas, dentre eles o aumento e a diversidade da população estudantil, o que exige mudanças nos modelos tradicionais e diferentes soluções para as novas atividades.

Embora as ações de apoio à inclusão de alunos com deficiência na universidade estejam aumentando, observa-se que as mudanças necessárias para responder às demandas ainda representam um grande desafio, no que cabe cumprir a legislação vigente.

2.2 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

De acordo com dados obtidos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2011) o Brasil contava em 2011 com aproximadamente 6,7 milhões de alunos matriculados no ensino superior conforme dados da TABELA 1.

TABELA 1 – ALUNOS MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Ano	IES Públicas		IES Particulares		Total de Alunos
	Número Alunos	% Alunos	Número de Alunos	% Alunos	
2003	1.176.174	29,9%	2.760.759	70,1%	3.936.933
2004	1.214.317	28,8%	3.009.027	71,2%	4.223.344
2005	1.246.704	27,3%	3.321.094	72,7%	4.567.798
2006	1.251.365	25,6%	3.632.487	74,4%	4.883.852
2007	1.335.177	25,4%	3.914.970	74,6%	5.250.147
2008	1.552.953	26,7%	4.255.064	73,3%	5.808.017
2009	1.523.864	25,6%	4.430.157	74,4%	5.954.021
2010	1.643.298	25,8%	4.736.001	74,2%	6.379.299
2011	1.773.315	26,3%	4.966.374	73,7%	6.739.689
Média	1.413.019	26,6%	3.891.770	73,4%	5.304.789

FONTE: INEP (2011)

NOTA: Descrição da tabela – APÊNDICE I

No censo 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil há 45,6 milhões de pessoas com pelo menos uma deficiência, o que representa cerca de 24% da população. Dados referentes à educação da população com deficiência são importantes, e ainda precários, o que dificulta uma

definição precisa da problemática com que se depara essa parcela da população. (IBGE, 2010)

Entende-se que a educação é um fator fundamental para a inclusão, não apenas para pessoas com deficiência, mas para a população em geral. No entanto, as dificuldades e obstáculos encontrados são grandes, tais como os transportes públicos, que não atendem às necessidades; as escolas, que não contemplam a acessibilidade; os professores, que ainda não estão capacitados para lidar com alunos com deficiência; materiais pedagógicos adequados são praticamente inexistentes. Essa situação evidencia-se no número de pessoas com deficiência que chegam ao ensino superior. O censo revelou que a tendência para as pessoas com deficiências é encerrar os estudos entre o meio e o fim do ensino médio, e apenas 6,7% apresentam ensino superior completo. (IBGE, 2010)

Levando-se em conta esse panorama, a quantidade de alunos é ainda irrisória. A TABELA 2, com dados obtidos no INEP (2011), mostra que o número de matrículas de alunos com deficiência em instituições de ensino superior públicas e particulares passou de 5.078 para 23.250 de 2003 a 2011.

TABELA 2 – ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Ano	IES Públicas		IES – Particulares		Total de Alunos
	Número de Alunos com deficiência	% Alunos com deficiência	Número de Alunos com deficiência	% Alunos com deficiência	
2003	1.373	27,0%	3.705	73,0%	5.078
2004	1.318	24,4%	4.074	75,6%	5.392
2005	2.080	32,9%	4.247	67,1%	6.327
2006	1.855	26,7%	5.105	73,3%	6.960
2007	1.392	20,0%	5.551	80,0%	6.943
2008	1.984	16,5%	10.070	83,5%	12.054
2009	6.599	31,4%	14.407	68,6%	21.006
2010	6.885	33,9%	13.453	66,1%	20.338
2011	6.531	28,1%	16.719	71,9%	23.250
Média	3.335	28,0%	8.592	72,0%	11.928

FONTES: INEP, 2011.

NOTA: Descrição da tabela – APÊNDICE J

Embora em nove anos o número de matrículas de alunos com deficiência tenha aumentado aproximadamente 458%, a entrada desse segmento da população ainda é pequena, visto que no começo desse período (2003) representavam 0,13%

do total de alunos com acesso à educação no ensino superior em nosso país, conforme TABELA 3. No final do período (2011), passaram a representar 0,34% do total de matriculados, um crescimento de 0,21 pontos percentuais.

TABELA 3 – PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, PÚBLICAS E PARTICULARES

Ano	% Alunos com deficiência nas IES Públicas	% Alunos com deficiência nas IES Particulares	% Total de Alunos com deficiência nas IES
2003	0,12%	0,13%	0,13%
2004	0,11%	0,14%	0,13%
2005	0,17%	0,13%	0,14%
2006	0,15%	0,14%	0,14%
2007	0,10%	0,14%	0,13%
2008	0,13%	0,24%	0,21%
2009	0,43%	0,33%	0,35%
2010	0,42%	0,28%	0,32%
2011	0,37%	0,34%	0,34%

FONTE: O autor (2013) adaptação de INEP (2011).

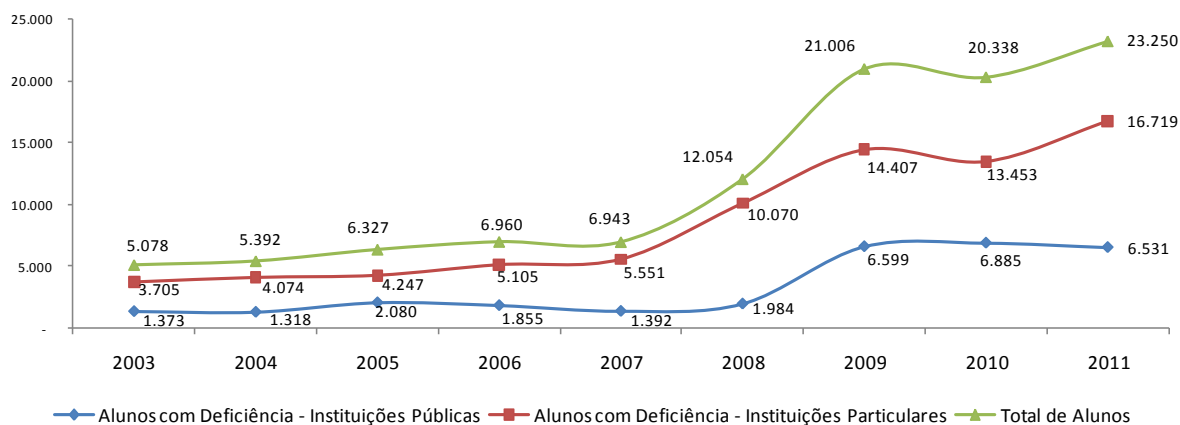
NOTA: Descrição da tabela – APÊNDICE L

Ao analisar os dados da participação dos alunos com deficiência em relação aos demais alunos das IES, observa-se que o acesso dos alunos com deficiência à educação superior nesse período (2011) demonstra um grau de crescimento, se comparado a anos anteriores, porém enfatiza-se a discrepância se comparados com as matrículas dos demais alunos. Nesse aspecto, os dados indicam que o processo é ainda marcado por limitações, e o acesso dos jovens com deficiência à universidade é ainda muito tímido.

Cabe ressaltar que, dos 23.250 alunos deficientes matriculados nas IES, aproximadamente 72% são de rede particular de ensino e apenas 28% são de instituições públicas. Assim, pode-se inferir que a criação de novas instituições de ensino superior particulares, desencadeadas pelas políticas de expansão do ensino superior, é fator determinante nesse contexto.

O GRÁFICO 1 evidencia o crescimento exponencial no número de matrículas de alunos com deficiência a partir de 2007, reforçando o argumento de que a partir dessa data acentua-se o processo de expansão do ensino superior e a preocupação com a ampliação do acesso, o que contribui com a inclusão da população que apresenta deficiência.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NAS IES



FONTE: INEP (2011)

NOTA: Descrição do gráfico – APÊNDICE M

Apesar dos números serem ainda irrisórios, eles já representam uma mudança importante no quadro do ensino superior. O crescimento a partir de 2007 evidencia a implantação e efetivação de políticas educacionais, políticas públicas de inclusão e programas de ações afirmativas que visam o respeito à diversidade e à igualdade social. Os números são demonstrativos importantes para o acesso, porém os alunos com deficiência ainda se deparam com barreiras arquitetônicas, comunicacionais e metodológicas e têm que conviver com preconceitos no ambiente escolar, por isso é importante a conscientização das pessoas envolvidas no processo educacional, para que se permita a igualdade de oportunidades a essas pessoas. As adequações e adaptações precisam estar presentes durante toda a permanência do aluno no ensino superior. As matrículas se efetivam nas universidades, evidenciando os reflexos do ProUni, contudo não há estudos mostrando se a permanência se efetiva e como se efetiva. A análise dos indicadores demonstra um salto no número de matrículas de alunos com deficiência, contudo o desafio é o alcance de dados qualitativos, pois são poucos os registros de pesquisas longitudinais que refletem como o processo de inclusão está ocorrendo dentro das IES.

A universidade tem papel fundamental na busca da inclusão e da acessibilidade, oferecendo oportunidade de autonomia, liberdade e possibilidade de ir e vir para todos. É importante que se pense no acesso e na permanência, não como assistencialismo para com o aluno com deficiência, mas como um compromisso da universidade alicerçado numa educação cidadã, que se preocupa com a igualdade de educação entre os desiguais.

A partir de 1990, a UFPR iniciou ações, ainda de forma tímida, para cumprir com os requisitos legais de inclusão e acessibilidade. Desafio este que exigiu e exige mudanças de atitudes, quebra de barreiras, respeito às diferenças, oferta de recursos, serviços e equipamentos, pensando-se na educação a partir da inclusão. A UFPR, articulada a partir do NAPNE, realiza estudos e ações para garantir o ingresso e a permanência de alunos com deficiência. Levando-se em conta a Portaria n. 1.679 do MEC, que assegura aos deficientes condições básicas de acesso aos equipamentos e instrumentos das IES, exigindo assim da instituição o desafio de modificar os ambientes para que o acesso ao conhecimento seja compartilhado, assegurando a diversidade necessária à igualdade, a PróReitoria de Administração da UFPR tem investido recursos para adaptações arquitetônicas, incluindo o mobiliário (cadeiras, mesas, balcões, equipamentos), a movimentação (caminhos de acesso, pátios, estacionamentos, salas de estudos, banheiros) e o acesso à sinalização e à comunicação (MOREIRA, 2004).

Dentre as ações, destacam-se a instalação de bancas especiais para o concurso vestibular (1991); o projeto “Universidade para Todos” (1996-1997), para desenvolvimento de ações na área das necessidades especiais; a criação do Grupo de Trabalho sobre a Pessoa com Necessidades Especiais (GTPNE) (1996), que tinha por objetivo discutir, elaborar e assessorar a implementação de ações inclusivas nos cursos de graduação e da Escola Técnica, assim como incentivar e promover atividades de extensão voltados para a formação e a capacitação de profissionais para atuar com alunos com necessidades especiais. Ainda dentre essas ações estão os projetos ligados ao Programa Licenciatura e também a defesa da tese de doutoramento de Moreira (2004): Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas.

Moreira (2004, p. 201), estudando as ações institucionais e as práticas pedagógicas em três cursos de licenciatura na Universidade Federal do Paraná, chegou aos seguintes resultados:

Avanço nas ações relativas ao ingresso e às bancas especiais na UFPR; as condições de acessibilidade, os apoios didático-pedagógicos e tecnológicos são fundamentais para o desempenho dos alunos durante as provas; os professores apontam que há na universidade dificuldade em se discutir os problemas enfrentados em sala de aula; os participantes da pesquisa apontam a necessidade de os professores conhecerem mais sobre as necessidades educacionais especiais e terem disponíveis, sempre que necessário, recursos e apoios educativos que auxiliem na prática pedagógica.

Relata Moreira (2004, p. 201) que

Os alunos com necessidades educacionais especiais que conseguem transpor as diversas formas de exclusão presentes na educação básica e no concurso vestibular chegam à universidade e tornam a encontrar uma instituição despreparada, em suas bases políticas, didático-pedagógica e organizativa, para contribuir adequadamente com sua formação acadêmica. Aí está um grande desafio para a instituição universitária, qual seja, garantir uma permanência que se distinga pela inclusão e não pela mera inserção dos alunos. Assegurar as condições de ingresso e o acesso aos alunos são etapas do processo de inclusão, porém sua legitimação se concretiza quando ocorre a devida garantia e efetivação de sua permanência.

O GTPNE foi responsável pelas primeiras ações na universidade em prol da inclusão, organizando palestras, orientando professores e produzindo materiais sobre a temática (MOREIRA, 2012). É preciso mencionar a importância das iniciativas e ações do grupo, ressaltando o enfrentamento de dificuldades, pois não havia uma infraestrutura e uma política inclusiva institucionalizada na UFPR (CORREIA; MOREIRA, 2007).

Em 2005, com a implantação do Programa INCLUIR pelo MEC, são incentivadas a constituição e o fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IES. Nesse contexto, a UFPR executa e encaminha seu projeto intitulado UFPR sem barreiras: Incluir com qualidade, o qual foi aprovado e representou um marco importante em prol do direito à educação de qualidade. A UFPR organiza a infraestrutura física e pessoal e inaugura o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) em 2006, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), inserido na Coordenação de Estudos e Pesquisas Inovadoras na Graduação (CEPIGRAD), cujo objetivo principal é oferecer alternativa à inclusão e à permanência de pessoas com necessidades especiais (alunos, professores e servidores) da UFPR. Manter um espaço para discussão e implementação de estratégias que garantam o ingresso, o acesso e a permanência de pessoas com

deficiência, realizar levantamento das áreas no âmbito da UFPR com problemas de acessibilidade e estudo de possíveis adaptações e localizar as pessoas com necessidades especiais nos diversos *campi* da UFPR são objetivos do NAPNE. Além desses, destacam-se também oferecer apoio psicológico aos alunos, servidores e professores da UFPR e articular ações de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de necessidades especiais.

O NAPNE conta com uma equipe multiprofissional, um programa de apoio às pessoas da UFPR que apresentam necessidades especiais, laboratório de acessibilidade com adaptação de mobiliário, *software* e equipamentos e sala de aula com acessibilidade acústica para alunos com deficiência auditiva (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013a).

Visando atendimento qualitativo à demanda nas áreas de deficiência física, auditiva e visual e de altas habilidades, o NAPNE organiza e promove cursos para capacitação da comunidade universitária e da comunidade externa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013a).

O NAPNE está localizado no prédio histórico na UFPR, cabendo ressaltar que, por estar sediado no prédio centenário, sede da primeira universidade pública do Brasil, fundada oficialmente em 19 de dezembro de 2012, e tombado pelo patrimônio histórico, todas as adaptações tiveram o cuidado de preservar as características do prédio (CORREIA; MOREIRA, 2007).

Ressalta-se também como ação da UFPR em busca da inclusão a aprovação da Resolução n. 70/08, que amplia a política de ingresso e de permanência de alunos com deficiência na UFPR por meio da liberação de investimento na infraestrutura física e de pessoal e da aprovação da destinação de uma vaga preferencial em cada curso de graduação, seja presencial ou a distância, de ensino profissionalizante e ensino médio.

Atualmente, a UFPR conta com 112 cursos de graduação presenciais e 3 a distância, 40 cursos de doutorado, 66 cursos de mestrado, 93 cursos de especialização, 41 cursos de Residência Médica, 8 de Residências Multiprofissionais, 3 cursos de Ensino Técnico e 23 de Estudos a Distância, distribuídos nos *campi* de Curitiba, Matinhos, Pontal do Paraná e Palotina (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2011).

Os alunos matriculados na UFPR estão assim caracterizados: 24.282 (graduação), 1.249 (graduação a distância), 1.575 (doutorado), 2.266 (mestrado),

4.788 (especialização), 289 (residência médica), 57 (residência multiprofissional) e 71 (ensino médio) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2011).

É importante salientar que em 2013 encontravam-se matriculados na UFPR 79 alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), com entrada pelo processo seletivo da UFPR – vestibular, Provar, seleção em programa de pós-graduação e intercâmbio. Esses dados foram fornecidos por Moreira (2013), constituindo-se num levantamento parcial, pois “não consta nessa lista os alunos que não indicaram na ficha de inscrição do concurso vestibular alguma NEE ou adquiriram a mesma após o ingresso”.

Esse contexto demonstra que a inclusão do aluno com deficiência é um fato concreto na UFPR, o que evidencia a necessidade de políticas para garantir esse ingresso e estimular a ampliação do acesso e da permanência na instituição. Frente a essa demanda, a articulação e a sintonia com o NAPNE é fundamental.

O papel da universidade na formação de seus alunos está associado à produção e à disseminação do conhecimento. Sendo a informação a matéria-prima para a construção do conhecimento, compete à biblioteca universitária disponibilizá-la. A biblioteca universitária presta um serviço essencial para a universidade, pois a sua influência é decisiva em todo o processo educacional no ensino superior, possibilitando o acesso à informação necessário ao desenvolvimento intelectual de todos os alunos.

Garantir a acessibilidade é um desafio que se coloca às bibliotecas universitárias, por meio da oferta de produtos e serviços compatíveis com as diferentes necessidades (PELA, 2006). Para tanto, a efetividade das legislações e políticas públicas direcionadas não somente ao ingresso mas também à permanência e à conclusão do ensino superior destacam o papel da biblioteca universitária inserida nesse contexto.

3 ACESSIBILIDADE COMO CAMINHO PARA A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

De acordo com a ABNT (2004, p. 2), acessibilidade pode ser definida como “[...] possibilidade e condições de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.”

A acessibilidade é fundamental para a vida e a participação na sociedade das pessoas com deficiência. Ignorá-la é retirar desses indivíduos a possibilidade de inclusão.

O termo *acessibilidade* pode ser usado erroneamente como sinônimo de inclusão, conforme alerta Manzini (2003, p. xxiii):

Apesar de a associação do termo *acessibilidade* ao termo *inclusão* ser coerente e lógica, é hipoteticamente possível que um ambiente arquitetônico esteja totalmente adaptado, mas a inclusão social não ocorra, ou seja, podemos dizer que a acessibilidade pode auxiliar na inclusão, mas a inclusão não ocorre somente por meio da acessibilidade.

Embora esses conceitos sejam usados de forma imprecisa, vale afirmar que uma educação voltada para todos os alunos enfrenta inúmeras desigualdades, sejam sociais, étnicas, raciais e de gênero, presentes na sociedade e que geram um cenário de exclusão. Na universidade, ainda há dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência, as quais não deveriam ser barreiras à inclusão.

O conceito de acessibilidade está intrinsecamente ligado ao direito constitucional de ir e vir. Portanto, torna-se essencial ao cumprimento de quase todos os direitos das pessoas com deficiência. A acessibilidade deve seguir o paradigma do desenho universal, ou desenho para todos: os ambientes com edificações, espaços urbanos, transportes e lazer devem ser projetados para todos e não apenas para pessoas com deficiência.

Atrelado ao conceito de acessibilidade e inclusão, de acordo com Cambiagli (2007, p. 257), o desenho universal pode ser definido como:

Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente a todas as pessoas, com diferentes características, antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõe a acessibilidade.

A proposta não é a de criar espaços e ambientes separados, para uso exclusivo das pessoas com deficiência, o que seria uma forma de discriminação, e sim, desde o projeto, criar ambientes e sistemas que possam ser utilizados por todos.

Os espaços universitários devem ser democráticos, no sentido de serem utilizados por todos, cabendo à instituição disponibilizar soluções para a quebra de barreiras arquitetônicas, definidas por Emmel e Castro (2003) como “obstáculos construídos no meio urbano ou nos edifícios, que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas que sofrem de alguma incapacidade transitória ou permanente”. A fim de alcançar esse objetivo, entendendo-se que todos devem participar em direitos de igualdade, todo aluno deve ter garantida a possibilidade de acesso de forma segura e independente aos espaços escolares.

Manzini e Correa (2008) destacam que a acessibilidade facilita a inclusão social, pois o meio pode agravar as desvantagens vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Nessa mesma linha de raciocínio, Aranha (2004) diz que a acessibilidade física é um dos primeiros requisitos para a universalização do ensino, pois, quando ela não é disponibilizada, não se pode garantir a educação para todos.

Nesse contexto, a definição de acessibilidade está contida no Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004:

Como sendo a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, aos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, às edificações, aos serviços de transporte, aos sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004).

E, no seu art. 10.º, determina que

A concepção e implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste decreto. (BRASIL, 2004).

A construção de uma sociedade para todos deve ter como base a perspectiva de acessibilidade e estar aliada ao desenho universal, que engloba tanto aspectos do mundo físico (edificações, espaços urbanos, transporte, saúde, lazer) como do mundo digital (rede de computadores e sistemas de comunicação).

Com o advento da inclusão, entende-se que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras em outros contextos, de acordo com Pupo, Melo e Ferres (2008, p. 36):

É bastante comum associá-la primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e de pessoas com deficiência como ex (perceptual, cognitiva, motora e múltipla), uma vez que essas pessoas são as que mais sofrem impacto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. No entanto, acessibilidade ou simplesmente a possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho, estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas.

Para que uma sociedade seja acessível, de acordo com Pupo, Melo e Ferres (2008, p. 18), devem ser observados os seguintes requisitos:

Acessibilidade arquitetônica – sem barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos.

Acessibilidade comunicacional – sem barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual.

Acessibilidade metodológica – sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos.

Acessibilidade instrumental – sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho, de lazer ou recreação.

Acessibilidade programática – sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos.

Acessibilidade atitudinal – sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

A acessibilidade é um direito garantido por lei, para que todos possam ter acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. Dessa forma, as pessoas devem ser atendidas conforme suas necessidades específicas, para não ficarem à parte da vida social. A preocupação com as políticas para o atendimento das pessoas com deficiência tem motivado debates por profissionais de diferentes áreas e trazido desafios e avanços.

No Brasil, na segunda metade da década de 1980, substituindo-se a concepção de integração pela de inclusão, isto é, mudando o foco, a sociedade é que deve adaptar-se para atender às necessidades de todas as pessoas. O movimento de inclusão iniciou-se em busca da educação de qualidade para todos, surgiu como oposição ao movimento de integração. Para o movimento de integração, a educação para os alunos com deficiência deveria ser segregada, enquanto no movimento de inclusão deveria ser realizada sem segregações, nas

escolas regulares. A educação inclusiva tem por objetivo não deixar ninguém fora da escola, considerando todos os alunos em função de suas necessidades.

Enquanto a integração é apenas a pessoa com deficiência quem deve se adaptar para integrar a sociedade, a inclusão visa qualidade à sociedade para que possa incluir a todos. [...] uma sociedade inclusiva é aquela que é capaz de contemplar toda a diversidade humana e encontrar meios para que qualquer um, privilegiado ou vulnerável, possa ter acesso a ela, preparar-se para assumir papéis e contribuir para o bem comum. (INCLUSÃO, 2007, p. 20)

Cury (2005, p. 14) mostra que *incluir* vem do latim *includere* e significa

colocar algo ou alguém dentro de outro espaço/lugar. Esse verbo latino, por sua vez, é a síntese do prefixo *in* com verbo *cludo*, *cludere*, que significa “fechar, encerrar”. (...) a expressão popular brasileira não hesitaria em aproximar tais termos do “entrar no baile”. (...) os excluídos são os barrados no baile.

Na visão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a inclusão é:

Uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga a igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 5)

A inclusão é um processo de participação social plena, de qualquer cidadão em qualquer área da sociedade. É um movimento que tem por base estar presente em todas as áreas, inclusive a educacional, em que chegou para reafirmar o maior princípio, da educação de qualidade como um direito de todos. Foi na Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Necessidades Básicas de Aprendizagem, na Conferência de Jontien, Tailândia, em 1990, que contou com a presença de representantes de cento e cinquenta e cinco governos de diferentes países, que foi formalizado esse princípio. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1990).

Pupo, Melo e Ferres (2008) relatam a trajetória da sociedade inclusiva em movimentos internacionais e nacionais e afirmam que os movimentos contra as discriminações, numa perspectiva inclusiva, se aceleram a partir da Resolução n. 45/1991 da ONU, na década de 1990, quando muda o enfoque da deficiência,

passando da conscientização para a ação. A ONU, em sua Assembleia Geral de 1993, lançou o documento Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, por meio da Resolução n. 48/1996, que contempla avanços em promoção de igualdade de oportunidades no ensino e garantias de condições de acessibilidade e serviços de apoio em ambientes integrados.

No contexto do movimento que enfatiza a educação para todos, a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha, promovida pelo ONU, buscou alternativas para o cumprimento de propostas de ensino de qualidade para todos, tomando por base a educação para todos. Embora seja um documento exclusivo para a educação básica, garante aos jovens e adultos com deficiência a inclusão no ensino superior. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994).

Esse é considerado um dos mais importantes documentos que buscam a inclusão social, juntamente com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e a Declaração Mundial de Direito para Todos. Apresenta os procedimentos e padrões às nações signatárias para a efetivação de oportunidade às pessoas com deficiências. Assegura que a educação dessas pessoas faça parte das discussões relacionadas com a educação para todos.

Visando o movimento de inclusão, foram produzidos documentos internacionais, com a participação do Brasil, destacando-se a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, realizada em 1999 na Guatemala. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999) Um documento resultante da legislação promulgada no Brasil pelo Decreto n. 3.956/2001 afirma que as pessoas com deficiência apresentam os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação, com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Para a educação, esse decreto teve importante papel ao exigir a eliminação de barreiras para garantir o direito de acesso de todos à escolarização. (BRASIL, 2001a).

Na mesma linha de busca em responder ao compromisso com a educação para todos, a Convenção de Nova York, ou Convenção Internacional Ampla e Integral para a Proteção e Promoção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas com Deficiência (2006), resultou em documento aprovado pela Assembleia Geral da

ONU, que visa garantir todos os direitos humanos e libertadores fundamentais às pessoas com deficiência. O documento afirma que

[...] os Estados partes deverão assegurar que as pessoas com deficiência possam ter acesso à educação comum nas modalidades de: ensino superior, treinamento profissional, educação de jovens e adultos e aprendizado continuado, sem discriminação e em igualdade de condições, com as demais pessoas. Para tanto, os Estados partes deverão assegurar a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, p. 11).

A educação inclusiva aparece como um dos grandes temas da 48.^a Conferência Internacional sobre a Educação, realizada em 2008 pela UNESCO em Genebra, onde estiveram reunidos ministros da educação, chefes de delegação e delegados dos cento e cinquenta e três estados membros, bem como representantes de vinte organizações intergovernamentais, vinte e cinco organizações não governamentais, fundações e outras instituições da sociedade civil. (UNESCO, 2008).

Odeh (2000) relata que as recomendações internacionais foram importantes para a efetivação de políticas públicas inclusivas na escola e nas legislações dos países da América Latina, embora regulamentadas lentamente, de acordo com as leis de cada país.

A percepção do panorama da educação das pessoas com deficiência, expressa em textos oficiais, perpassa pelo contexto legal do trato da acessibilidade na legislação brasileira. A temática acessibilidade aparece antes da Constituição na Emenda Constitucional n. 12, de 17 de outubro de 1978, assegurando à pessoa com deficiência a melhoria de sua condição social e econômica (BRASIL, 1978). A CF/88, conhecida como a Constituição Cidadã, é o ponto de partida de destaque aos direitos às pessoas com deficiência, que no art. 3.^o declara que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, inciso 4.^o, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). No art. 5.^o, estabelece a igualdade: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade...” (BRASIL, 1988).

Baseado nos princípios de que a educação é para todos, o MEC instituiu a Portaria n. 1.679, de 1999, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às

peças com deficiência, para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamentos de instituições. (BRASIL, 1999a).

O governo federal apresentou pela primeira vez o termo *acessibilidade* relacionado às pessoas com deficiência que frequentam a universidade na Portaria n. 1.679/1999. Determina a oferta de condições adequadas para o acesso das pessoas com deficiência física, visual e auditiva no ensino superior (BRASIL, 1999a). A portaria indica para cada tipo de deficiência os procedimentos a serem adotados para garantir a acessibilidade dos estudantes com necessidades especiais:

- 1) Deficiência física: eliminar as barreiras ambientais para a circulação do estudante nos espaços de uso coletivo, reservar vagas de estacionamento nas proximidades das unidades de serviços; construir rampas com corrimão ou colocar elevadores; adaptar o estacionamento nas proximidades das unidades de serviços; adaptar sanitários, além de instalar lavabos, bebedouros e telefone para usuários de cadeiras de rodas.
- 2) Deficiência visual: sala de apoio com máquina de datilografia em braile, impressora braile acoplada a computador, sistema de sintetizador de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos; *software* de ampliação de tela; aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio e em braile; equipamento de ampliação de texto para o estudante com baixa visão; lupas; régua de leitura; *scanner* acoplado no computador e livros em braile.
- 3) Deficiência auditiva: intérprete de língua de sinais; flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa; materiais de apoio para os professores referentes às especificidades linguística dos surdos. (BRASIL, 1999a).

Outro ponto importante na portaria refere-se à inclusão dos itens sobre acessibilidade nos instrumentos destinados a autorização, reconhecimento de cursos e credenciamento das instituições. No processo de aprovação e reconhecimento dos cursos, as bibliotecas universitárias são avaliadas nos seguintes itens: acervo, instalações, recursos humanos e também, a partir da Portaria n. 1.679/1999 do MEC, acessibilidade.

No mesmo ano, foi aprovado o Decreto n. 3.298/1999, que regulamenta a Lei n. 7.853, de 1989 (Lei CORDE⁴), que dispõe sobre a política para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, que compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais dessas pessoas. O art. 27 prescreve que a pessoa com deficiência tem direito à educação superior tanto em escolas públicas quanto privadas, sendo que essas instituições deverão oferecer adaptação de provas e apoios necessários, inclusive tempo adicional para a realização das provas em atenção à deficiência,

⁴ CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.

desde que previamente solicitados, seja no processo seletivo de ingresso como também para as provas realizadas durante o curso. (BRASIL, 1999b).

Respondendo ao desafio de oferecer oportunidade a todos os alunos, a Lei Federal n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Promoção de Acessibilidade aos Portadores de Deficiência, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida. Portanto, o acesso deve ser oferecido a todos, com igualdade de direitos, para que exercitem a cidadania plena. A redução de barreiras para as pessoas com deficiência se dá em espaços como rua, residências, centros culturais, museus, bibliotecas, escolas, mobiliários, meios de transporte, áreas de lazer e internet. É a partir da acessibilidade aos ambientes que as relações e interações se estabelecem.

No seu art. 12, ressalta:

Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. (BRASIL, 2000).

No art. 17 da Lei n. 10.098, está expressa a designação dada ao poder público para a promoção de ações para a eliminação de barreiras na comunicação, na informação, no trabalho, na educação, no transporte, na cultura, no esporte e no lazer. Essas barreiras interferem na acessibilidade, no uso com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, nos transportes e na comunicação de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Com o Parecer CNE/CEB n. 17/2001, que trata da Organização dos Sistemas de Ensino para o Atendimento ao Aluno que Apresenta Necessidades Especiais, a educação especial passa a ser compreendida como modalidade transversal a todos os segmentos de ensino, inclusive a educação superior. (BRASIL, 2001b).

O Decreto n. 4.176, de 28 de março de 2002, altera e acresce dispositivos à Lei n. 9610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Em seu art. 46, inciso 9.º, afirma que não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução, a distribuição, a comunicação e a colocação à disposição do público de obras para uso exclusivo de pessoas portadoras de

deficiência, sempre que a deficiência implicar, para o gozo das obras por aquelas pessoas, necessidade de utilização mediante qualquer processo específico ou ainda de alguma adaptação da obra protegida, e desde que não haja fim comercial na reprodução ou adaptação. (BRASIL, 2002a).

Destaca-se a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em especial seu art. 4.º, relacionado com o ensino superior:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002b, p. 1).

A Portaria n. 3284, de 7 de novembro de 2003, dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições. A legislação garante equipamentos e tecnologias de informação para os deficientes visuais, eliminação de barreiras arquitetônicas aos deficientes físicos e apoio didático aos deficientes auditivos. É a partir dessa portaria que as IES começam a demonstrar maior atenção na adaptação arquitetônica para o atendimento a estudantes com deficiência. É um marco importante para a instalação e cumprimento da inclusão no ensino superior, uma vez que esse item passa a ser considerado nos processos de autorização e credenciamento dos cursos, devido à necessidade de garantir aos alunos com deficiência condições básicas de acesso à universidade. (BRASIL, 2003).

Dando atenção às pessoas com deficiência, o Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis n. 10.048 e n. 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. No art. 24, consta:

os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos seus ambientes ou compartimentos para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações esportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004).

Como fundamento e diretriz para a efetivação da acessibilidade, a Política Nacional de Educação Especial no Contexto da Educação Inclusiva é expressa em documento publicado em 2008, elaborado pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) e distribuído para todas as instituições de ensino. Em relação à educação superior, para a efetivação da transversalidade de educação especial, esse documento orienta que:

as ações deverão envolver o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados desde os processos seletivos, bem como no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008).

A palavra acessibilidade está inserida nesse documento tanto para questões arquitetônicas quanto para as formas de comunicação e informação, materiais didáticos e pedagógicos. No que diz respeito à UFPR, a Resolução n. 70/2008, citada anteriormente, significa um passo importante na promoção do cumprimento dos requisitos legais de inclusão e acessibilidade e na busca do direito à educação para todos. (UFPR, 2008).

A preocupação em garantir o pleno exercício de cidadania a todos evidencia-se no Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga no Brasil a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, organizada pela ONU. O documento garante condições de igualdade e acessibilidade, o combate à discriminação em todos os aspectos da vida, como educação, saúde, transporte e acesso à justiça. Também garante a autonomia e o protagonismo das pessoas com deficiência na discussão das políticas públicas e das relacionadas. Em seu art. 9.º, trata da acessibilidade, que tem por fim possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e com plena participação em todos os aspectos de sua vida (BRASIL, 2009).

Mais recentes ainda são os seguintes documentos de garantia dos direitos à educação no ensino superior: o Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, que prevê a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais da educação superior, visando eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social do aluno com deficiência (BRASIL, 2011a); e o Decreto n. 7.612, de 17 de novembro

de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, com quatro eixos de atuação: acesso à educação, saúde, inclusão social e acessibilidade. (BRASIL, 2011b).

Por sua vez, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a partir de 2004, desenvolveu, por meio de seus comitês, normatizações sobre acessibilidade que estão disponibilizadas em formato *on-line*. A maturação dos órgãos públicos, respeitando e dignificando as pessoas com deficiência, se reflete na elaboração e socialização das normas:

- NBR 14020 – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem de Longo Percurso;
- NBR 14273 – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial;
- NBR 14970-1 – Acessibilidade em veículos automotores – Requisitos de dirigibilidade;
- NBR 14970-2 – Acessibilidade em veículos automotores – Diretrizes para avaliação clínica de condutor;
- NBR 14970-3 – Acessibilidade em veículos automotores – Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado;
- NBR 16001 – Responsabilidade social – Sistema da gestão – Requisitos;
- NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- NBR 15290 – Acessibilidade em comunicação na televisão;
- NBR 15250 – Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário;
- NBR 14021 – Transporte – Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano;
- NBR 15450 – Acessibilidade de passageiro no sistema de transporte aquaviário;
- NBR 15320 – Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário;

- NBR 13994 – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- NBR 15599 – Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços;
- NBR 15646 – Acessibilidade– Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros;
- NBR 15570 – Transporte – Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros;
- NBR 15655-1 – Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional. Parte 1: Plataformas de elevação vertical (ISO 9386-1, MOD);
- NBR 26000 – Diretrizes sobre responsabilidade social;
- NBR 14022 – Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros;
- NBR 15208 – Aeroportos – Veículo autopropelido para embarque/desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida – Requisitos;
- NBR 15646 – Acessibilidade – Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros – Requisitos de desempenho, projeto, instalação e manutenção.

Ainda explorando esse mesmo contexto, a NBR 9050 (ABNT, 2004) “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” é o principal instrumento de orientação aos que trabalham com acessibilidade a espaços e meio ambiente edificados. Refere-se à adequação das edificações, equipamentos e mobiliários urbano à pessoa com deficiência, determina normas e parâmetros técnicos a serem observados no projeto, na construção, na instalação e na adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. É remetida pelas leis que abordam a temática.

A NBR 9050 (ABNT, 2004) passou a ter força de lei, pois foi incorporada como texto de referência técnica citada no Decreto n. 5.296/2004.

A NBR 15599 (2008), “Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços”, estabelece, em relação às bibliotecas:

- a) espaço construído e sinalizado como especificado na ABNT NBR 9050;
- b) pessoal capacitado para atendimento de pessoas com deficiência;
- c) acesso com versões de obras em meio sonoro e visual, ou serviço para que a versão alternativa seja obtida e utilizada, tais como:
 - programa de ampliação de tela;
 - sistema de leitura de tela, sintetizador de voz e display braile;
 - *thermoform* e impressora braile ou sistema de leitura de tela que tenha interação com linhas braile;
 - *scanner* ou sistema para reconhecimento ótico de caractere;
 - outros dispositivos facilitadores e adaptados para a pessoas com deficiência, como resenhas gravadas em vídeo ou DVD, como a informação cultural e social.
 - obras de literatura interpretada em Libras, braile ou formato Daisy. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008, p. 10).

3.1 DIREITO À INFORMAÇÃO

O direito à informação, assim como o direito à educação e os direitos civis, políticos e sociais, são garantidos pela CF/1988, que, no seu art. 5.º, inciso 14, declara: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional”. O direito de poder usufruir livremente da informação é a base para o desenvolvimento de toda pessoa.

Como ponto fundamental nas universidades encontra-se a informação e é com base nela que novos conhecimentos e produtos são gerados. A biblioteca universitária, além de possibilitar acesso à informação, tem papel relevante no processo ensino-aprendizagem na medida em que favorece o desenvolvimento e a capacitação de pessoas, para formarem suas próprias ideias e tomarem decisões próprias. Desse modo, a efetivação da informação como direito de todos se converte em instrumento de redução de desigualdades e discriminações. (PELA, 2006).

A informação é vista como uma necessidade fundamental do ser humano e para supri-la deve-se atender às necessidades de todos os alunos, inclusive os alunos com deficiência. Essa preocupação é observada no manifesto sobre o Livre Acesso à Informação, preparado pela International Federation of Library Associations (2002), resumida por Paula (2009, p. 44):

- o livre acesso à informação é essencial para a liberdade, a igualdade, o entendimento mundial e a paz;
- a liberdade intelectual é um direito de cada indivíduo, tanto no sentido de ter e manifestar suas opiniões como de procurar e receber informação;
- a liberdade de acesso à informação, independente de suporte e fronteiras, é uma responsabilidade primordial da biblioteca e dos profissionais da informação;
- as barreiras para a circulação da informação devem ser removidas, especialmente aquelas que favorecem a desigualdade, a pobreza e o desespero;
- as bibliotecas e os serviços de informação atuam fazendo a ligação entre as pessoas e os recursos globais de informação e as ideias e obras de criação intelectual que elas procuram;
- as bibliotecas e os serviços de informação tornam disponíveis a riqueza de expressão humana e a diversidade cultural em todos os meios de comunicação;
- as bibliotecas e os serviços de informação também têm a responsabilidade de atender a todos os membros de suas comunidades, independentemente de idade, raça, nacionalidade, religião, cultura, afiliação política, incapacidade física ou de outra natureza, gênero ou orientação sexual ou qualquer outra condição;
- as bibliotecas e os serviços de informação devem apoiar o direito dos usuários na busca da informação que desejam;
- as bibliotecas e os serviços de informação têm a responsabilidade de facilitar e promover o acesso público à informação de qualidade e à sua comunicação. Aos usuários devem ser oferecidos a orientação necessária e o ambiente adequado para que possam usar com liberdade e confiança as fontes e os serviços de informação de sua escolha.

Pelo prisma da legislação, o Decreto n. 5.296/2004, conhecido como Lei de Acessibilidade, regulamenta o atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência e vem assegurar a igualdade dos desiguais. Destaca, em seu cap. 2, art. 50, que

os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004)

Nesse sentido, as bibliotecas universitárias são espaços que devem atender a essa determinação, tomando providências para a remoção de barreiras físicas, atitudinais, de comunicação e informação, permitindo aos alunos com deficiência usufruir do conhecimento.

Para Malheiros (2013), as bibliotecas desempenham um papel importante na permanência desses alunos, fornecendo a informação necessária e adaptada ao seu desenvolvimento, o que contribui com a qualidade de sua formação.

De acordo com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) (2009, p. 29), “os usuários incapazes de utilizar material impresso pertencem a uma comunidade distinta: alguns são seniores aposentados; outros são estudantes ou pessoas empregadas em diferentes profissões”.

Deve-se salientar que uma parcela de pessoas se tornam deficientes com o envelhecimento. Os idosos com baixa visão formam um grupo de usuários dentre as pessoas com deficiências visuais, conforme Medeiros e Diniz (2004 p. 8): “[...] a experiência de deficiência não pertence apenas ao universo do inesperado e, sim, faz parte da vida de grande número de pessoas”.

Dessa forma, as bibliotecas universitárias precisam também satisfazer as necessidades das pessoas incapazes de utilizar material impresso e oferecer serviços em diferentes formatos, como o braile, a impressão com fonte ampliada, materiais perceptíveis ao tato, audiolivros, livros eletrônicos, sempre refletindo as necessidades e demandas da comunidade.

Marengo e Dutra, (2008, p. 2), destacam o documento realizado pela (IFLA) (2005), que estabelece critérios para o atendimento de deficientes visuais em bibliotecas. A preocupação com os serviços da biblioteca para as pessoas com deficiência se manifesta no estabelecimento de metas, padronização e distribuição de materiais, direitos autorais, controle bibliográfico, identificação de locais de acesso a coleções especiais.

Com base em Costa (2003), são elencados os pontos que as bibliotecas universitárias devem observar para atender às pessoas com deficiência visual:

Equipamentos – úteis aos serviços como computador, impressora braile, *scanner*, teclado falado, sintetizador de voz, vídeo, aparelho DVD, TV, gravador de som, máquina de escrever em braile, lupas, caixas de som, fone de ouvido.

Materiais especiais – sorabã (equipamento utilizado para fazer cálculos numéricos), reglete, punção, jogos e bengala.

Coleção – formada de livros impressos em braile e em tinta (com tamanho da fonte ampliada), livros falados e digitalizados (que podem ser acessados através de sintetizadores de voz ou ampliação de textos).

Convênios – com instituições que trabalham com a transcrição de textos em braile ou falados.

Recursos humanos – bibliotecários, funcionários, estagiários e voluntários preparados para esse trabalho.

Treinamento – para uso das tecnologias de informação e do sistema braile.

Serviços – para atendimento das necessidades dos usuários, como visitas orientadas, acesso à internet através de um sintetizador de voz, atividades culturais, leitores (voluntários em salas de leituras), orientação para pesquisas em qualquer tipo de material, serviço de alerta sobre novas aquisições, disseminação seletiva da informação.

Conforme já expressa a definição de acessibilidade no Decreto n. 5.296 (BRASIL, 2004) e em Pupo, Melo e Ferres (2008, p. 36), e que será trabalhada nesta pesquisa, a acessibilidade é abrangente e complexa, não se limita aos espaços físicos, envolve também o direito à informação, um direito universal e igualitário, concedido às pessoas com deficiência de acordo com suas exigências.

Mazzoni et al. (2001, p. 30) assim escrevem sobre o uso das tecnologias:

[...] com a disseminação da rede internet, trouxeram às pessoas portadoras de deficiências novas possibilidades e expectativas em termos de estudo, trabalho e lazer, assim como um avanço muito grande na tecnologia assistiva associada à informática, tais como sintetizadores de voz, reconhecimento de fala, lupas eletrônicas, linhas braille, simuladores de mouses e teclados com controle sensíveis a ações voluntárias, tais como sopro, pressão, movimento da cabeça etc., de tal forma que hoje se pode dizer que as limitações quanto ao acesso às informações e ao conhecimento a que uma pessoa está sujeita estão inversamente associados à tecnologia que é colocada à sua disposição: quanto mais completa for essa tecnologia, menores serão as suas limitações.

Hoje são várias as ferramentas computacionais para minimizar as dificuldades de acesso de pessoas com deficiência, as chamadas *tecnologias assistivas*. De acordo com Luzo, Mello e Capanema (2004), tecnologia assistiva “é o ramo da ciência preocupado com a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação de aparelhos, instrumentos e procedimentos que aumentem ou restaurem a função humana”. Também pode ser definida como “recurso e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividade da vida diária por pessoas com deficiência” (PUPO; MELO; FERRES, 2008, p. 62). As tecnologias assistivas são instrumentos de promoção de inclusão, pois a falta de tais recursos pode comprometer a realização das atividades escolares e/ou acadêmicas.

Entende-se por tecnologia assistiva qualquer ferramenta ou recurso, utilizado para proporcionar autonomia e independência à pessoa com deficiência. Visam auxiliar na locomoção, no acesso à informação e comunicação, no controle do ambiente, no estudo, no trabalho e no lazer. Cadeiras de rodas, bengalas, órteses e próteses, lupas, aparelhos auditivos e controles remotos são alguns exemplos de tecnologias assistivas. São também os leitores de tela para deficientes visuais, teclados virtuais para portadores de deficiência motora e sintetizadores de voz para pessoas com problema de fala. Em informática, são os programas que permitem que pessoas com deficiência se utilizem dos recursos que os computadores oferecem.

Usam-se as tecnologias de informação e comunicação (TIC) como tecnologia assistiva quando o próprio computador é a ajuda técnica para atingir um objetivo. As novas TIC são importantes instrumentos de inclusão e se apresentam de forma mais evidente quando relacionados às pessoas com deficiência; nesses casos, são utilizados como tecnologias assistivas (MENEGATTI, 2012).

SantaRosa (1997) utilizou uma classificação que divide em quatro áreas as tecnologias assistivas:

- a) as TIC como sistemas auxiliares ou prótese para a comunicação;
- b) as TIC utilizadas para controle do ambiente;
- c) as TIC como ferramentas ou ambientes de aprendizagem;
- d) as TIC como meio de inserção no mundo do trabalho profissional.

O uso de todos os dispositivos e recursos de tecnologia assistiva representa um avanço no desenvolvimento e aprendizagem de pessoa com deficiência. Vale a pena lembrar que existem várias carências sociais apresentadas por muitas pessoas com deficiência decorrentes de barreiras, preconceitos, desigualdades e desinformação. Além da oferta de tecnologias assistivas, é primordial alfabetizar essas pessoas, para que estejam aptas a desfrutar dessas tecnologias.

Disponibilizar para essas pessoas novos recursos de acessibilidade, novos ambientes, na verdade, uma “nova sociedade” que as inclua em seus projetos e possibilidades, não significa apenas propiciar o crescimento e autorrealização das pessoas com deficiência, mas, principalmente, é possibilitar para essa sociedade crescer, expandir-se, humanizar-se, por meio das riquezas de maior e mais harmonioso convívio com as diferenças. (INCLUSÃO, 2007, p. 48).

Entende-se que os avanços em ciência e tecnologia e o desenvolvimento de TIC ampliam as possibilidades de acesso às pessoas com deficiência e conseqüentemente ao conhecimento. Dessa forma, é importante atender as necessidades específicas, oferecendo acesso à informação em diferentes formatos. A tecnologia é de grande relevância, pois, por meio dela, o acesso à informação torna-se mais viável, dando suporte para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência. (PUPO; MELO; FERRES, 2008).

Quanto ao acesso à informação, é obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública, que devem conter o símbolo que representa o pleno acesso às informações disponíveis.

Nesse mesmo contexto, a Lei Federal n. 9.045, de 18 de maio de 1995, autoriza o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade da reprodução de livros em braile, produzidos pelas editoras de todo o Brasil. (BRASIL, 1995).

Ao poder público cabe apoiar as pessoas com deficiências visuais e com surdez, nos eventos científicos culturais, com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), leitores ou TIC. Cabe às secretarias municipais e estaduais de educação a reorganização de sua estrutura administrativa para garantir a presença de intérprete de língua de sinais nas unidades de ensino, visando oferecer ao aluno surdo a possibilidade de acesso à informação na sua língua.

Ressalta Silva, A. C. (2012, p. 48): “é fundamental que o surdo seja aceito como uma pessoa que tem capacidade para construir uma outra linguagem. E isso só acontecerá quando sua língua, a língua de sinais, for, de fato, respeitada”. Nesse sentido, a tecnologia pode ser uma facilitadora no acesso à informação e à democratização do conhecimento. O uso das tecnologias de informação e de internet, no momento atual, que é compreendido como sociedade da informação, estão contribuindo para a melhoria de vida da sociedade, especialmente das pessoas com deficiência.

4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

As bibliotecas universitárias são chamadas a encaminhamentos que contemplem o acesso à informação, considerando as diferentes necessidades de seus usuários. A questão da acessibilidade da pessoa com deficiência é fato consolidado em legislação e em políticas sociais, embora obstáculos e barreiras sejam encontrados ainda em ambientes, edifícios, equipamentos e comunicação, dificultando o uso e criando constrangimento às pessoas com deficiência.

Bobbio (2004, p. 90) assim argumenta a respeito dos direitos enunciados e sua efetiva aplicação:

Será que já nos perguntamos alguma vez que gênero de normas são essas que não ordenam, proibem ou permitem *hic et nunc*, mas ordenam, proibem e permitem num futuro indefinido e sem um prazo de carência claramente delimitado? E, sobretudo, já nos perguntamos alguma vez que gênero de direitos são esses que tais normas definem? Um direito cujo reconhecimento e cuja efetiva proteção são adiados, *sine die*, além de confiados à vontade de sujeitos cuja obrigação de executar o “programa” é apenas uma obrigação moral ou, no máximo, política, pode ser chamado corretamente de “direito”.

Reflexão suscitada a respeito da aplicabilidade dos direitos se destina também à biblioteca universitária inclusiva, a qual deve estar pautada na defesa da igualdade dos direitos, com destaque para o direito à educação. Como desafios imediatos, são colocados às bibliotecas universitárias fazer com que os direitos sejam efetivados, responder às necessidades dos alunos, ampliar o debate sobre políticas públicas de atendimento aos alunos com deficiência e posicionar efetivamente a biblioteca no plano de implantação de políticas de educação inclusiva na universidade.

No contexto universitário, o descaso com o aluno deficiente é verificado na grande maioria das bibliotecas, conforme descreve Nunes (2010, p. 17):

No Brasil, praticamente inexistente biblioteca universitária que incorpore ao seu planejamento garantias de acesso pleno a deficientes físicos, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações e falta de profissionais capacitados para prestar atendimento a essas pessoas.

As bibliotecas universitárias estão vinculadas às instituições nas quais estão subordinadas. São organizações sem autonomia própria, se integram numa relação

de troca mútua, não podem ser entendidas sem que se estude a instituição que lhe deu origem: a universidade. Daí a imagem da biblioteca universitária como instituição social atingida também pelas mudanças e que busca vencer obstáculos e desafios impostos pela sociedade.

A função da biblioteca universitária, conforme Tarapanoff (1981), é prover infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional para apoiar as atividades universitárias, centrando seus objetivos nas necessidades informacionais do indivíduo, membro da comunidade universitária.

Construindo uma retrospectiva sobre as bibliotecas universitárias, constata-se, de acordo com Martins (2002), que sua origem é anterior aos livros e pergaminhos.

As bibliotecas mais antigas registradas nasceram na Babilônia, cuja escrita era gravada em tabletes de argila, passando pelos egípcios, com seus escritos registrados em rolos de papiro, chegando à invenção e à difusão do pergaminho, com o legado do manuscrito enrolado, até o ano 300 d.C. (MARTINS, 2002). Pensadores, filósofos e teatrólogos gregos contribuíram com a guarda e conservação dos escritos, deixando seus acervos entre as bibliotecas de Alexandria e de Pérgamo, as quais foram invadidas e incendiadas pelo exército romano. Com a fusão entre a cultura grega e a latina, as bibliotecas começam a ganhar destaque, permanecendo até a queda do Império Romano. (MARTINS, 2002).

Com o desenvolvimento do cristianismo, as bibliotecas se sedimentam nos mosteiros e conventos. Eram locais reservados, de acesso restrito, com a função de colecionar e preservar o conhecimento produzido, e deram sustentação ao nascimento das universidades. A partir do século XV, com a invenção da imprensa por Gutemberg, as alterações foram significativas na cultura escrita. A reprodução do livro é mais rápida, a tiragem aumenta e o custo é reduzido, refletindo nas bibliotecas e no acesso à informação. (PELA, 2006). Com a Renascença, a biblioteca adquire um novo sentido, assim como o livro apresenta um significado de utilidade ao alcance de todos e surge a figura do bibliotecário. (PELA, 2006).

Considerando a trajetória das universidades nas ações jesuíticas, inicia-se também a retrospectiva da biblioteca universitária. O nascimento e o crescimento das cidades e a construção de igrejas e conventos impulsionam o surgimento das bibliotecas. Onde nasceu um convento nasceu também uma biblioteca, não apenas para uso pessoal dos jesuítas, mas como apoio aos seminários e colégios.

(CARVALHO, 2004). Destaca-se, no final do século XIX e início do século XX, com o surgimento das escolas superiores, a criação das bibliotecas ligadas a essas instituições. (CARVALHO, 2004). A trajetória das bibliotecas universitárias brasileiras foi marcada por dificuldades em todos os níveis, acompanhada pelas dificuldades enfrentadas pelas universidades no decorrer de sua história. (CARVALHO, 2004).

A partir da década de 1950, salienta Ferreira (1980), os objetivos, métodos e processos da universidade passaram a ser analisados, decorrentes da defasagem do grau de desenvolvimento do país e do papel da universidade tradicional e conservadora.

Segundo Santana (1989), a década de 1960 exterioriza a falta de incentivos e medidas governamentais para favorecer o ensino superior. Destacam-se os escassos recursos às universidades e a precariedade da oferta de serviços à comunidade. Esse cenário de obscurantismo estava instalado nas bibliotecas universitárias brasileiras, mesmo após a resolução do Conselho Federal da Educação, em 1963, que recomendava a existência de bibliotecas como um dos requisitos para reconhecimento dos cursos das IES. (RUSSO, 1998).

Com a reforma universitária de 1968, novos objetivos da universidade foram determinados, com o intuito de vinculá-los ao âmbito econômico da nação. A biblioteca universitária segue os princípios traçados pela reforma, ora compreendendo as modificações e modernizações na estrutura e objetivos da universidade, ora sendo vista como parte da sociedade na qual está inserida, preocupando-se com as funções e atividades da universidade, com os indivíduos, membros da comunidade universitária, no desempenho de suas atividades acadêmicas, administrativas e docentes, centrando neles as suas atividades.

Nesse contexto, a biblioteca universitária deveria planejar os seus serviços de acordo com os objetivos da universidade (de ensino, pesquisa e extensão), integrando-se ao sistema acadêmico, opondo-se ao conceito de biblioteca isolada. Introduce-se o princípio de centralização, coordenação e cooperação, seguindo a orientação administrativa de evitar a duplicação de meios para fins idênticos e racionalização administrativa. Como exemplo dessa nova concepção, a criação da Biblioteca da Universidade Nacional de Brasília, com estrutura organizacional centralizada, acompanha os moldes da reforma.

Apesar do desenvolvimento econômico e do crescimento das universidades, as bibliotecas não acompanharam esse crescimento na mesma proporção. Miranda

(1978) relata que, apesar das grandes construções, as bibliotecas não conseguiram atender às demandas de serviços cada vez mais sofisticados e seus acervos não foram renovados.

Em 1973, a Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias criou a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), cujo objetivo era estudar os problemas de desenvolvimento e gerenciamento das bibliotecas universitárias, expandindo seu papel, de acordo com o contexto social, econômico e político de cada época, na promoção de seminários, palestras, congressos, entre outros. (CARVALHO, 2004).

Em 1986 foi criado o Programa de Bibliotecas Universitárias, que atuou como um marco para as políticas públicas e sinalizou propostas de modernização para as bibliotecas universitárias, embora tenha refletido na execução de seus projetos a crise econômica do país. (CARVALHO, 2004).

A década de 1990 consolidou os processos gerenciais, com o predomínio da gestão da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços informacionais, advindos da sociedade da informação, da globalização e do avanço das tecnologias da informação. As iniciativas das bibliotecas, na área de tecnologia da informação, se voltaram para a disponibilização da produção científica por meio da internet, como são os exemplos do portal de periódicos, os bancos de teses e dissertações e as bibliotecas digitais. (CARVALHO, 2004).

É preciso ter clareza de que, desde os tabletas de argila da Babilônia, dos pergaminhos na Ásia Menor e dos papiros do Egito até os diferentes suportes utilizados atualmente, quer seja papel ou magnético, as bibliotecas passaram por etapas de amadurecimento, sem perder de vista sua relação com a socialização do conhecimento e com sua responsabilidade de prover acesso às informações codificadas, registradas e gravadas. (CARVALHO, 2004).

Na atualidade, além da existência física, as bibliotecas são digitais e virtuais, voltadas à facilidade na localização da informação, interligando recursos e usuários. Segundo Cunha (2000), caberá à biblioteca física o gerenciamento dessa informação. A diferença da coleção passa do tamanho do acesso para a quantidade destinada ao acesso à informação, seja em bancos de dados ou em redes virtuais. Hoje a biblioteca universitária deve unir o papel de adquirir e preservar o material bibliográfico impresso ao de incorporar novas tecnologias de informação. O

significado das bibliotecas universitárias também deve mudar no ambiente universitário, já salientado pela Unesco (1999, p. 73):

[a biblioteca] não é mais somente um lugar onde livros e outros materiais escritos, relevantes para o ensino e a pesquisa, são regularmente colecionados, catalogados e preservados. Está se tornando, cada vez mais, o centro nervoso para a interação entre aqueles que providenciam as informações e seus usuários, dos quais o ensino moderno e a pesquisa dependem. Juntamente com arquivos e museus, as bibliotecas providenciam não somente um local físico, mas também um contexto intelectual para a guarda, preservação e troca de conhecimentos.

A socialização do conhecimento, no caso das bibliotecas universitárias, é um dos elementos fundamentais à vida social, sendo considerado como um dos fatores capazes de gerar a superação de desigualdades, de proporcionar agregação de valor e de propagar o bem-estar. (CARVALHO, 2004).

Atualmente as bibliotecas universitárias entram em uma fase de transformação, buscando adaptar-se às mudanças econômicas e tecnológicas que influenciam a socialização do conhecimento. Partindo-se do princípio de que as universidades e as bibliotecas são instituições sociais com duplo papel, ora de criadora do conhecimento, ora de facilitadora do acesso a esse conhecimento, também são atingidas por essas mudanças e são chamadas a refletir sobre seu papel nesse contexto. (CARVALHO, 2004).

Nesse processo de transformação a estrutura da biblioteca universitária é afetada pelas tecnologias da informação, gerando alterações de produção, disseminação, armazenamento, uso e sistematização da informação.

Como afirmam Anzolin e Sermann (2006, p. 7), a biblioteca universitária

tem por finalidade dar suporte informacional, complementando as atividades curriculares dos cursos, oferecendo recursos para facilitar a pesquisa científica. Sua missão é prover informação para o ensino, a pesquisa e a extensão, de acordo com a política, o projeto pedagógico e os programas da universidade na qual está inserida.

As bibliotecas universitárias são responsáveis pelo tratamento e pela disseminação do acervo das universidades das quais fazem parte e também devem estar de acordo com seus objetivos. A sua atuação deve estar focada no estabelecimento de ensino superior à qual está ligada, suas coleções visam atender às disciplinas dos cursos oferecidos, seus usuários são os alunos, professores e

técnicos dessa instituição e os seus serviços são desenvolvidos para atender à demanda dessa clientela. (EMMANUELLI, 2009).

A eficiência das bibliotecas universitárias é decisiva em todo o processo educacional, viabilizando o acesso à informação necessário ao desenvolvimento intelectual acadêmico de todos os alunos.

4.1 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA ACESSÍVEL E INCLUSIVA

As bibliotecas universitárias entram numa fase de mudanças e são chamadas a assumir novos serviços para atender às exigências da universidade, onde se destaca o atendimento aos alunos com deficiência. Coloca-se às bibliotecas universitárias o desafio de garantir acessibilidade a todos os alunos, oferecendo serviços e apoios em formato compatível com seus interesses e exigências. Compete às bibliotecas universitárias prover a comunidade acadêmica, incluindo os que apresentam limitação visual, física e surdez, recursos de informação, oferecendo serviços e produtos diferenciados às suas limitações e potencialidades. (PUPO; MELO; FERRES, 2008).

Para uma biblioteca ser acessível e inclusiva, é necessário que acolha um maior número de pessoas, que as instalações físicas sejam adequadas para atender cada um, conforme suas diferenças, que a acessibilidade digital e tecnológica seja organizada e que o atendimento oferecido pelos funcionários seja de atenção. (PUPO; MELO; FERRES, 2008).

Dessa forma, as possibilidades de acesso iguais e justas para todos os usuários precisam ser garantidas, criando-se ambientes que ofereçam recursos tanto em termos de mobiliário, espaço físico, acervo, sinalização e capacitação pessoal como na adequação da página da *Web*, *software* e *hardware*. Apresenta-se com o papel de buscar, por meio de tecnologia de informação, formas alternativas para compartilhar e contribuir no processo de aprendizagem, possibilitando o acesso ao conhecimento e favorecendo a garantia do direito à educação.

Diante disso, o papel da biblioteca universitária é a promoção da informação aos indivíduos da comunidade universitária, inclusive aqueles com qualquer tipo de deficiência, sem discriminação, contribuindo para a formação intelectual e da cidadania. A biblioteca não pode ficar indiferente ao aluno com deficiência, é um

público que não deve ser ignorado, mas respeitado. Dessa forma, além da acessibilidade e adaptação do espaço físico oferecido pelas bibliotecas universitárias, é importante atender às necessidades específicas, oferecendo acesso à informação em diferentes formatos. A tecnologia é de grande relevância para os alunos com deficiência, pois, por meio dela, o acesso à informação torna-se mais viável, dando suporte para melhorar suas condições de vida. (PELA, 2006).

Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de tecnologia, como a internet e os *softwares* leitores de tela, que facilitam o desenvolvimento de atividades dos deficientes visuais, contribuindo para sua autonomia e não para sua exclusão do mundo digital.

Mazzoni et al. (2001, p. 29) salientam que “os ambientes universitários estão associados à produção e disseminação do conhecimento, destacando-se a informação como um dos elementos relevantes neste processo”. O papel da biblioteca universitária é prover informação e dar acesso a todos os alunos, esse é o passo necessário para que a inclusão aconteça.

De acordo com Torres (2002, p. 32), “a Sociedade da Informação ocorre no momento em que o mundo está mais atento quanto aos diversos direitos humanos e poderá trazer novos e maiores benefícios às pessoas portadoras de deficiência”.

Na sociedade da informação, a acessibilidade ao conhecimento representa um suporte para as pessoas com deficiência melhorarem as suas condições de vida, contribuindo para sua independência e servindo como instrumento de inclusão social. (TORRES, 2002).

Todavia, para a aplicabilidade da inclusão e acessibilidade na sociedade da informação, são necessárias mudanças a partir da visibilidade e do respeito às diferenças. O direito e a igualdade deverão ultrapassar discursos e a efetivação de políticas institucionais e governamentais deverão se materializar nas bibliotecas universitárias.

As transformações que a sociedade contemporânea enfrenta são estendidas à universidade, o que não poderia ser diferente, já que a universidade é constituída do social e o social é constituído de universidade. (CHAUÍ, 2001). A universidade é entendida como agência social para atender às necessidades da sociedade em geral, considerando as diferentes necessidades, em prol do desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura.

Para que as bibliotecas universitárias sejam acessíveis e inclusivas, há que se implementar e efetivar políticas públicas para garantir de forma permanente a inclusão e a acessibilidade.

As bibliotecas universitárias ainda são frágeis em relação à regulamentação e faltam políticas institucionais inclusivas efetivas. A obtenção de recursos externos, via projetos, é uma rotina, pois faltam investimentos político-educacionais para aquisição de tecnologias adequadas, acervo especial e programas mais efetivos para instalações e adaptações em condições de acessibilidade. Inclui-se também a necessidade de capacitação dos profissionais, para melhorar o desenvolvimento de produtos e serviços demandados pelos alunos com deficiência. O que se evidencia são ações fragmentadas e pontuais que não garantem de fato uma política de inclusão nas bibliotecas universitárias.

Mesmo que os alunos com deficiência estejam amparados pela legislação, ainda é grande a distância entre a promessa igualitária, indicada pela lei, e a realidade existente nas bibliotecas.

Uma amostra do distanciamento entre o legal e o real fica evidente nas dificuldades encontradas nas bibliotecas das universidades mencionadas na pesquisa de Pela (2006). A falta de livros adaptados da bibliografia básica foi o que apresentou maior frequência, seguida da demora no processo de adaptação desses livros.

Pelo relato de Castro (2011), observa-se no discurso dos entrevistados de sua pesquisa, quando questionados sobre acessibilidade, que o que mais se destaca é a falta dela.

Oliveira (2003, p. 5) adverte que:

O impacto da falta de acessibilidade discrimina e segrega as pessoas com deficiência, ou seja, não lhes possibilita equiparação de oportunidade para uma vida de qualidade. A inacessibilidade interfere de modo significativo no cotidiano dessas pessoas, pois estão sendo cerceadas do seu direito de ir e vir, de circular livremente, de ser autônomas, de ter educação e trabalho, enfim, elas não têm acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade e também não podem ser inseridas no mundo produtivo.

O que se observa são forças isoladas que lutam contra esse sistema excludente e o direito à educação inclusiva passa a ser uma arma não violenta de reivindicação. O processo de construção dos direitos humanos dos alunos com deficiência não começa somente com a legalidade de textos, mas, sobretudo, com a

legitimidade de ações de pessoas e grupos que impulsionam a mudança e a implementação da legislação.

4.2 SISTEMA DE BIBLIOTECAS (SiBi) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

No processo educacional inclusivo, entre as várias ações de apoio desenvolvidas nas universidades, a biblioteca universitária recebe atenção especial, cabendo a ela fornecer a informação necessária para o desenvolvimento dos alunos com deficiência, facilitando a sua permanência, melhorando a qualidade de sua formação e, assim, contribuindo para diminuir o índice de evasão.

Estudos mais detalhados sobre questões referentes a inclusão e acessibilidade são importantes no âmbito do SiBi/UFPR, que é composto por quinze bibliotecas: uma sede administrativa (Biblioteca Central), treze bibliotecas universitárias e uma de ensino profissionalizante, distribuídas em diferentes áreas geográficas no estado do Paraná, conforme descrito no MAPA 1.

Curitiba

Biblioteca Central (BC)
Biblioteca de Ciência e Tecnologia (CT)
Biblioteca de Ciências Agrárias (AG)
Biblioteca de Ciências Biológicas (BL)
Biblioteca de Ciências da Saúde (SD)
Biblioteca de Ciências da Saúde – Sede Botânico (SB)
Biblioteca de Ciências Florestais e da Madeira (CF)
Biblioteca de Ciências Humanas e da Educação (HE)
Biblioteca de Ciências Jurídicas (JU)
Biblioteca de Ciências Sociais Aplicadas (SA)
Biblioteca de Educação Física (EF)
Biblioteca de Educação Profissional e Tecnológica (ET)

Palotina

Biblioteca do Campus de Palotina (PA)

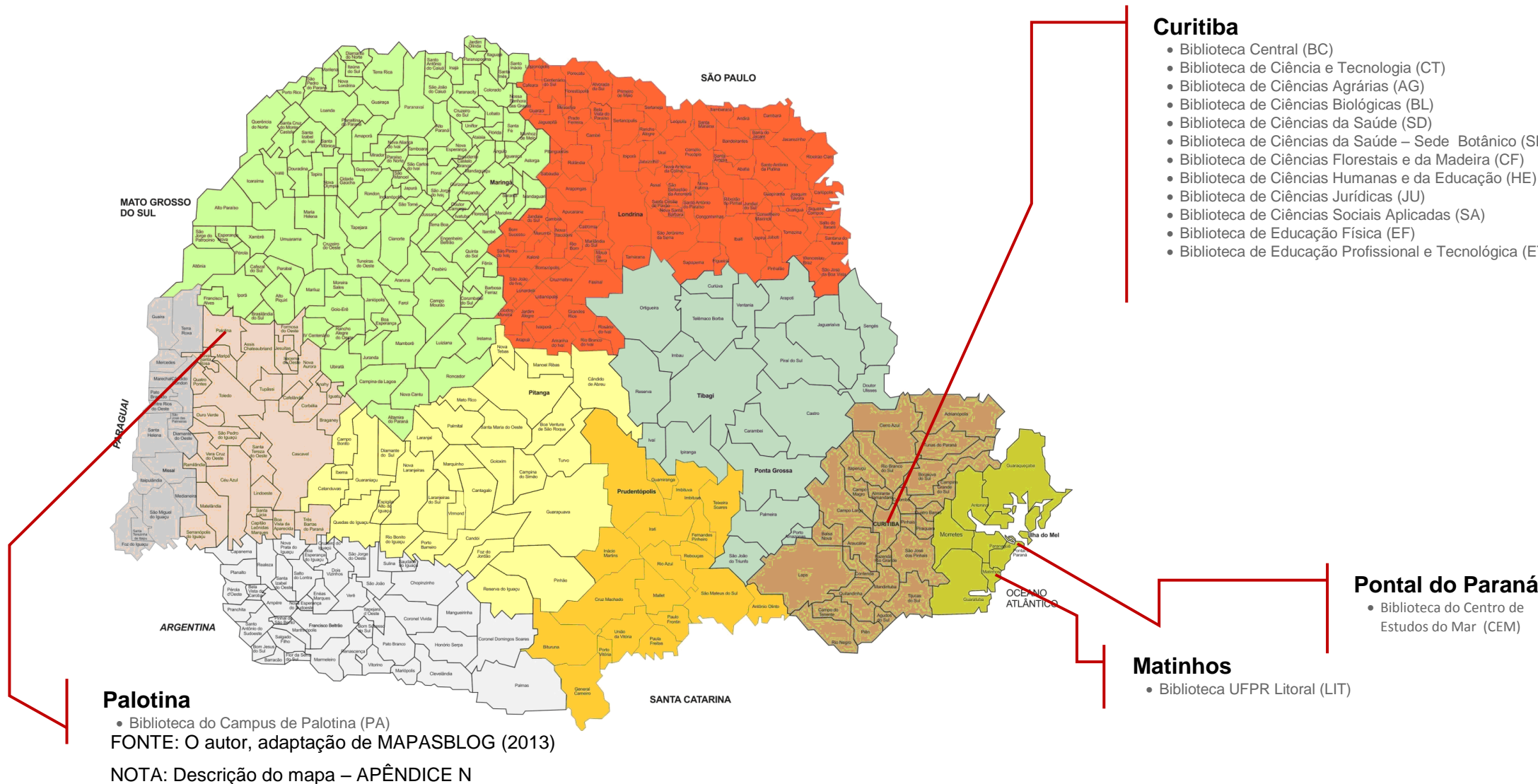
Pontal do Paraná

Biblioteca do Centro de Estudos do Mar (CEM)

Caiobá-Matinhos

Biblioteca da UFPR Litoral (LIT)

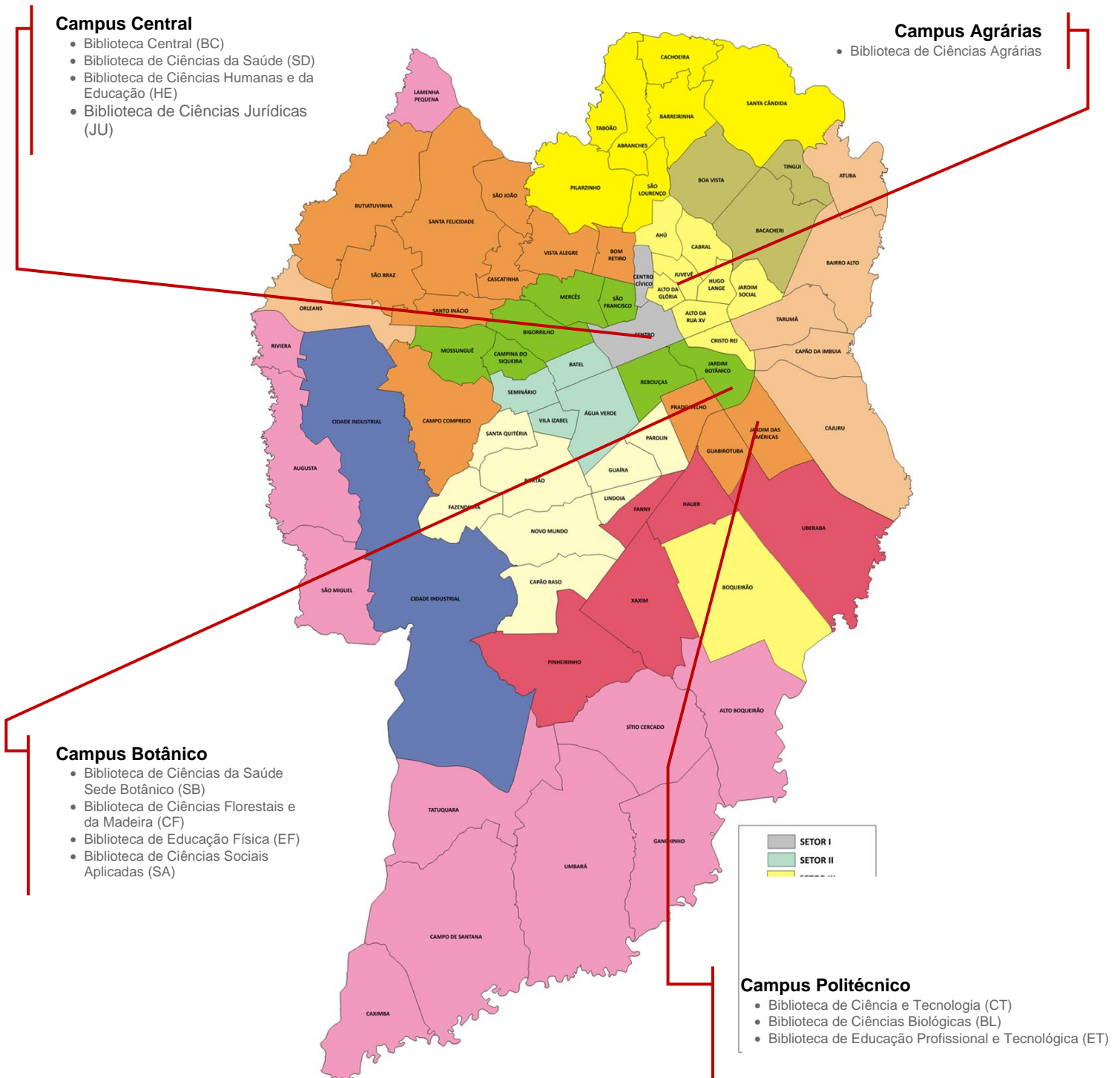
MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SIBi/UFPR NO ESTADO DO PARANÁ.



Há estudos para criação de mais três bibliotecas: a Biblioteca Campus Rebouças, a Biblioteca Campus Cabral e a Biblioteca Jandaia do Sul.

Na cidade de Curitiba, as bibliotecas se distribuem em diferentes *campi*: Central, Agrárias, Botânico e Politécnico, conforme MAPA 2.

MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SiBi/UFPR NA CIDADE DE CURITIBA



FONTE: O autor, adaptação de AGÊNCIA Curitiba (2013)

NOTA: Descrição do mapa – APÊNDICE O

O SiBi/UFPR, em linhas gerais, visa ofertar à comunidade universitária controle e acesso adequados à informações em ciência e tecnologia, essenciais para as atividades universitárias, de cunho acadêmico e administrativo, e para o pleno exercício da cidadania, mediante o fortalecimento do compromisso dos servidores com o SiBi/UFPR, a UFPR e os usuários. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2012).

As bibliotecas do sistema têm como função principal o atendimento e o controle dos serviços prestados à comunidade universitária e a representação da biblioteca junto ao setor do ensino correspondente à área do conhecimento à qual está vinculada. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013c).

A Biblioteca Central, órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria, é encarregada de coordenar e supervisionar as atividades de todo o SiBi/UFPR, tendo como funções: aquisição de materiais (bibliográfico, equipamentos, material permanente e de consumo), planejamento estratégico, processamento técnico de livros, gestão de projetos, gestão dos recursos humanos e serviços administrativos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013c).

Na Biblioteca Central, encontra-se a Coleção Memória UFPR, composta por teses, dissertações, monografias de especialização, livros, periódicos, separatas, fotografias, cartazes, pôsteres, documentos textuais produzidos por setores da UFPR, CDs, disquetes, recortes de jornais, microfimes e vídeos, todos produzidos pela UFPR, além de um acervo iconográfico com mais de 4.800 itens, constituído predominantemente de fotografias, negativos, dispositivos, cartões postais e documentos que datam desde a fundação da Universidade Federal do Paraná. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013b).

As unidades da Biblioteca Central são:

- Coordenação de Formação e Desenvolvimento do Acervo (CFDA);
- Coordenação de Processos Técnicos e Documentação (CPT);
- Departamento de Bibliotecas e Documentação (DBD);
- Departamento Técnico/Seção de Aquisição (DT);
- Divisão Administrativa (DA);
- Núcleo de Automação Documentária (NAD).

Os serviços oferecidos pelo SiBi/UFPR à comunidade universitária são: empréstimo, reserva e renovação, comutação bibliográfica, levantamento bibliográfico, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas editadas pela UFPR (Normas de apresentação de documentos científicos), catalogação na fonte, treinamento e palestras sobre o uso da biblioteca e seus produtos e serviços. As bibliotecas dispõem de computadores com internet e rede *WiFi* para acesso às fontes de pesquisa, salas de estudo em grupo, cabines individuais e guarda-volumes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2012).

O acervo do SiBi/UFPR é assim quantificado: 349.358 títulos e 555.796 exemplares de livros, teses, dissertações e monografias; 14.457 títulos de periódicos e 38.019 outros materiais, abrangendo CD, DVD, VHS, folhetos, mapas, testes psicológicos, partituras, *slides*, filmes, gravuras, apostilas e fotografias. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2012).

Dados referentes a atendimento a usuários, no período de janeiro a dezembro de 2012, mostram 196.623 consultas e 348.167 empréstimos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2012).

O quadro de usuários cadastrados no SiBi/UFPR em 2012 é assim caracterizado: 16.954 alunos graduandos, 872 alunos de especialização, 1.687 alunos de mestrado, 807 alunos de doutorado, 928 professores, 653 técnico-administrativo, 105 alunos de nível médio e outros 142, totalizando 22.148 usuários. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2012).

A relevância deste estudo recai na necessidade de reflexões e questionamentos que esta problemática exige. Ações concretas e contínuas e políticas institucionais efetivas precisam ser implementadas. É fundamental para os projetos de construção de novas bibliotecas que as normas de acessibilidade sejam obedecidas, conforme a NBR 9050 (ABNT, 2004), “acessibilidade e edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos”, assim como adaptações às bibliotecas já existentes que necessitam de reformas e quebra de barreiras.

Devido à constatação de carência de estudos a respeito das condições de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal para com os alunos com deficiência, pretende-se, neste estudo, focar os ambientes nas bibliotecas do SiBi/UFPR além do espaço físico, também os serviços e produtos oferecidos, capacitação pessoal e acervo. Essas bibliotecas serão definidas como inclusivas se as possibilidades de acesso forem iguais e justas para todos os alunos.

5 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Traçar um panorama do referencial teórico sobre acessibilidade em bibliotecas universitárias é importante para identificar, conhecer e analisar os materiais que servirão como base para argumentações e análises.

A produção científica encontrada revelou pesquisas sobre inclusão, acessibilidade, bibliotecas universitárias e políticas de inclusão na educação superior.

Para a revisão de literatura, foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: acessibilidade em bibliotecas, inclusão e bibliotecas, políticas públicas e bibliotecas universitárias. Não foram utilizados filtros como critérios para limitação.

Como fonte de pesquisa, foi utilizado o Portal da Capes⁵, procedendo-se a pesquisa no campo título, pelo Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na base Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (IBICT) e no portal Scielo (nacional). Salienta-se que nos três títulos pesquisados foram utilizadas as mesmas palavras-chaves selecionadas.

A busca efetuou-se também no campo assunto, ainda dentro do Portal da Capes, utilizando-se os mesmos descritores. Analisando os documentos, percebeu-se a necessidade de expandir a busca para além do Portal da Capes, estendendo o levantamento para portais de bibliotecas nacionais, ao Banco Bibliodata, Revista de Educação Especial de Santa Maria, Revista Brasileira de Educação Especial da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial e também aos seguintes eventos: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e Congresso Multidisciplinar de Educação Especial, iniciando a busca no ano de 2000.

Utilizou-se também de referências citadas em livros, teses, dissertações, eventos e artigos sobre o assunto em questão. O levantamento resultou em grande número de trabalhos, os quais foram selecionados para fins desse referencial.

⁵ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação (MEC), mantém uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo (www.periodicos.capes.gov.br), oferece acesso aos textos completos de artigos selecionados em revistas nacionais e internacionais, além de oferecer bases de dados, entre as quais destaca-se o Banco de Teses.

Destacam-se 25 documentos analisados, sendo 10 dissertações, 7 artigos científicos, 4 trabalhos publicados em eventos, 3 teses e 1 trabalho de especialização (APÊNDICE A).

Cunha (2000) analisa as mudanças enfrentadas pelas bibliotecas universitárias, sobretudo as afetadas pelas tecnologias da informação. O autor prenuncia mudanças estruturais (ênfase no atendimento e na terceirização de serviços), no financiamento (consórcios visando à redução de custos), nos serviços (balcão de referência eletrônico, suporte a programas de ensino a distância) e quanto ao público (diversidade de clientela). O autor destaca que a biblioteca universitária deve examinar as possibilidades do futuro e entender que o maior desafio será atender às necessidades da clientela em mudança, entendendo esse desafio como uma oportunidade de renovação.

Mazzoni et al. (2001) discutem o conceito de acessibilidade do projeto Livre de Barreiras, atualmente conhecido como Desenho para Todos, englobando tanto aspectos do mundo físico como do digital. Os autores comentam que as bibliotecas universitárias, no quesito acessibilidade, passaram a chamar a atenção do MEC, a partir de 1999, com a publicação da Portaria n. 1.679, que dispõe sobre a exigência de acessibilidade para pessoas portadores de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições.

Para os aspectos de acessibilidade relacionados a arquitetura e urbanismo, deve-se atender a NBR 9050 (ABNT, 2004), e as páginas apresentadas na *Web* devem atender às recomendações elaboradas pela World Wide Web Consortium (W3C).

Silveira (2001) analisa o papel das bibliotecas universitárias, o de prover recursos informacionais à comunicação acadêmica, a fim de subsidiá-las nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Destaca o descaso para com os deficientes, prevalecendo barreiras arquitetônicas, inacessibilidade à informação disponibilizada, inexistência de tecnologias alternativas, alegando-se o pequeno número de pessoas portadoras de deficiência nas instituições de ensino superior. Essa justificativa confronta-se com as estatísticas, que mostram índice elevado de deficientes nessa faixa etária/segmento.

Torres et al. (2002) abordam aspectos referentes a acessibilidade no espaço digital, conforme categoria de usuários e a interação desses sujeitos com a informação nas bibliotecas. Os autores afirmam que o maior obstáculo enfrentado

pelas pessoas portadoras de deficiências não são as barreiras arquitetônicas, mas o acesso à informação. Tornar acessível a informação no espaço digital significa torná-la disponível ao usuário, seja por meio de sistemas de leitura de tela, sistemas de reconhecimento de fala ou simuladores de teclados, de forma que auxiliem os usuários com limitações; destacam os autores que o espaço digital é a melhor via às pessoas que procuram informações e dispõe de acesso à internet, é o caminho mais socialmente inclusivo para o acesso a todos, desde que respeite as capacidades e limitações.

O trabalho de Oliveira (2003) identifica, descreve e analisa, sob o ponto de vista do estudante com deficiência, as condições de acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina. Relata a autora:

A acessibilidade não é somente o cumprimento de leis, políticas, aberturas de espaços, mas sim um conjunto que congrega determinações e principalmente atitudes para atender à realidade do estudante universitário com necessidades especiais na busca de promoção da inclusão social e efetivação de seus direitos sociais. (OLIVEIRA, 2003, p. 168)

O estudo de Garcia (2004) analisa e discute as políticas de inclusão no Brasil, procurando compreender os processos pelos quais se articula a educação especial. Levou-se em consideração três níveis de elaboração:

- política educacional dos anos 1990 e início do século XXI e suas implicações para a educação de sujeitos considerados com deficiência;
- a “inclusão” pensada como política pública;
- a relação desses dois níveis com as orientações de organismos multilaterais referentes à inclusão.

Segundo a autora, a educação inclusiva é apresentada nos discursos divulgados pelas agências multilaterais como a solução para a educação de todos os alunos, pois congrega as comunidades, reforma as escolas e os sistemas de ensino, coloca todos os alunos em contato com o conhecimento, dissemina as vantagens comparativas de uma educação que não exclui, não agrega e não classifica, mas “focaliza” as necessidades de aprendizagem.

A pesquisa de Moreira (2004) versa sobre o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais de três cursos de licenciatura da Universidade Federal do Paraná. Pela abordagem qualitativa, a autora buscou conhecer as iniciativas e ações da universidade e em que medida estas contribuíram

para o ingresso e a permanência desses alunos, assim como as práticas pedagógicas adotadas pelos professores e a formação acadêmica dos alunos.

Oliveira (2004) aborda a importância da biblioteca universitária, sua finalidade junto às IES e a necessidade de se estabelecer um sistema de avaliação adequado, visando seu melhor aproveitamento e facilitando as condições de ensino. Relata a evolução das técnicas de registro, recuperação e disseminação da informação e, dentro desse processo evolutivo, a função da biblioteca se mantém: organizar, armazenar e dispor a informação para que todo ser humano possa dela usufruir. A autora salienta que

é importante considerar que é obrigatória a existência de uma biblioteca universitária nas instituições de ensino superior, como um dos principais elementos da infraestrutura que devem corresponder às necessidades institucionais e políticas formalmente estabelecidas. (OLIVEIRA, 2004, p. 16)

A dissertação de Souza (2004) visa propor uma metodologia para estruturar serviços informacionais aos usuários com deficiência visual em bibliotecas universitárias de IES. A autora lembra que a criação e a disseminação do conhecimento são o maior foco das universidades. Nesse sentido, às pessoas com deficiência devem ser garantida a inclusão por meio de educação e da informação, a promoção das relações de aprendizagem a partir do espaço biblioteca universitária.

Moreira (2005) aborda a trajetória da universidade brasileira para uma educação mais inclusiva e levanta propostas para a inserção e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na universidade.

A inclusão do aluno com necessidade educacional especial no ensino universitário é uma realidade que necessita de reflexões e implementação de políticas públicas. De acordo com Moreira (2005, não paginado), essas iniciativas começaram a ser observadas a partir da década de 1990, quando

a educação brasileira recebe a influência de um considerável número de dispositivos legais na forma de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e Instruções no âmbito da Legislação Federal, Estadual e Municipal, que encerram questões referentes às pessoas com necessidades especiais. Mais especificamente, com relação ao ensino superior e o aluno com necessidades educacionais especiais, começam a se concretizar legislações que amparam esta questão.

Pela (2006), em sua pesquisa, analisa os anseios dos estudantes deficientes visuais em relação à biblioteca, identificando dificuldades e possibilidades na

utilização da biblioteca como um espaço formativo. A autora, preocupada com a inclusão dos deficientes visuais, observa que

a primeira modificação que o deficiente visual necessita é a adaptação do material informacional, passando o impresso a tinta para o formato digital, produto inexistente no mercado editorial. A biblioteca, para atendê-los, necessita adaptar a informação em meio digital, braile ou MP3.

O estudo de Melo e Medeiros (2007) situa as ações desenvolvidas e em andamento na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para garantir o acesso e a qualidade do ensino aos alunos com deficiência. Os documentos analisados foram baseados em relatórios provenientes da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e projetos institucionais. Relatam os autores

que a UFRN vem paulatinamente possibilitando ações voltadas para garantir a acessibilidade dos alunos com deficiência com vistas à potencialização de sua formação acadêmica e do direito de ir e vir nos seus diferentes ambientes, particularmente através da adequação dos seus espaços físicos. (MELO; MEDEIROS, 2007, não paginado)

Lamônica (2008) identifica, descreve e mapeia barreiras físicas e intervenções realizadas no campus da Universidade de São Paulo de Bauru, no período de outubro de 2001 e dezembro de 2005.

Refletir sobre as dificuldades de acesso é salutar, pois possibilita repensar ações, atitudes e comportamentos, o que favorece a qualidade de vida, a promoção da saúde e a convivência desses indivíduos.

Marengo e Dutra (2008, p. 5) identificam os ambientes inclusivos nas bibliotecas universitárias por meio de levantamento da acessibilidade arquitetônica, instrumental e metodológica. Os autores ressaltam que

as novas tecnologias da informação e comunicação têm contribuído para amenizar a questão de acessibilidade, especialmente àquelas pessoas com deficiência física e sensorial. Entretanto, na aquisição das bibliotecas universitárias nem sempre é possível, dadas as restrições orçamentárias, pois é alto o custo de equipamentos e a manutenção.

O trabalho de Ansay (2009, p. 115) versa sobre a trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior. A autora afirma que:

o aluno surdo que ingressar no Ensino Superior deseja capacitar-se profissionalmente e aprimorar-se de nossos saberes. Valorizar este desejo e dar condições adequadas, para que os mesmos avancem em sua escolaridade, tem um valor inestimável dentro de uma perspectiva da educação inclusiva.

A pesquisa de Emmanuelli (2009) teve por objetivo conhecer as condições de acessibilidade externas e internas existentes nas bibliotecas universitárias localizadas no Anel Viário do Campus Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), levando em conta as barreiras arquitetônicas, urbanísticas ou ambientais, observadas as normativas da ABNT, de acordo com a NBR 9050. Lembra a autora que um espaço universitário deve ser planejado e construído sem barreiras arquitetônicas e a acessibilidade deve estar presente. A biblioteca universitária, dentro do espaço universitário, desempenha um papel de integração e convivência, permitindo a todos seu livre acesso.

Em sua pesquisa, Paula (2009) propõe uma disciplina que ajude na formação do bibliotecário para o atendimento da pessoa com deficiência nas bibliotecas universitárias. O estudo demonstra que em dois cursos de graduação em Biblioteconomia há disciplinas relacionadas com a inclusão.

O trabalho de Wenceslau (2009) traça uma trajetória jurídica das formas de assegurar direitos aos sujeitos diferentes, sobretudo os direitos educacionais, de cidadania e profissionalização. Busca formular o direito à educação nas Constituições brasileiras; relata que, além da dimensão individual, o direito à educação é compreendido pela sua dimensão social. A formação de cada indivíduo contribui para o desenvolvimento político, econômico e social da sociedade; sendo assim, no caso dos deficientes, a luta em favor de igualdade na lei e na sociedade passa a ser uma questão fundamental. Segundo a autora, a cidadania permite ao indivíduo exigir do Estado os seus direitos e o relacionamento entre Estado e cidadão sustenta a organização social democrática, visando suprir suas necessidades básicas com qualidade. Nesse sentido, a autora expõe que:

a sociedade política toma consciência da necessidade de desenvolver política adequada e permanente às pessoas portadores de deficiências ou limitações funcionais, por meio de terapias e serviços que possibilitem a eles se tornarem úteis à sociedade e usufruírem de benefícios oferecidos, como educação adequada às suas necessidades, saúde, informações profissionais e lazer. (WENCESLAU, 2009, p. 86).

Bruno (2010) problematiza aspectos da normatização da política pública de inclusão educacional, sobretudo nas ações para implementação do direito à educação de qualidade e ao atendimento educacional especializado. Baseia as reflexões nos teóricos Hannah Arendt e Michel Foucault, que ajudam a pensar uma política pública aberta à diversidade e à diferença, e refletir sobre as relações existentes entre o momento da formulação dos discursos governamentais e a prática das ações pelos agentes responsáveis. A autora observa que há um caminho a percorrer entre as palavras e as ações, as quais precisam ser materializadas.

Negrini et al. (2010) abordam o processo legal das propostas de acessibilidade, compreendendo a Lei n. 7405, de 12 de novembro de 1985, que tornou obrigatório o uso do símbolo internacional de acesso a todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas com deficiência e dá outras providências; a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência física nas repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos; o Decreto n. 5.296, de 12 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Realizam uma reflexão da proposta de educação inclusiva, que postula o acesso de todos ao ambiente educacional. Para que a inclusão escolar ocorra, as condições de ingresso, acessibilidade e permanência dos alunos com necessidades especiais deve ser processada. As barreiras escolares não se restringem somente aos aspectos arquitetônicos, de comunicação e infraestrutura, mas também as adaptações atitudinais e curriculares são relevantes, assim como a formação profissional.

Reis (2010, p. 126) desenvolve sua pesquisa com o objetivo de investigar o processo de organização e estruturação das políticas de inclusão de alunos com necessidades especiais nas universidades federais mineiras, no período de 2003 a 2007. A autora salienta que, quando se discute o acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais à universidade pública,

é fundamental que sejam garantidas as condições possibilitadoras para que o aluno estude e aprenda. Sem essas condições específicas de aprendizagem (apoio de intérprete de libras, material em braile, acesso físico, adaptações curriculares), o sucesso escolar do discente com necessidades educacionais especiais fica comprometido.

Souza (2010) indica em seu estudo que o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) desempenha o papel de política de acesso e permanência de sujeitos com deficiência na educação superior. Esse programa se propõe a incentivar a construção e o fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IFES, que atuam na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades da instituição para a inclusão educacional e social dessas pessoas.

A autora salienta que, por meio do estudo, percebeu-se que o INCLUIR não só expressa a política de acesso e permanência à educação superior pública como é a única iniciativa governamental estruturada voltada ao atendimento aos alunos com deficiência, financiando ações nas IFES.

Castro (2011) desenvolve seu trabalho com o objetivo de identificar as ações e intervenções quanto ao ingresso e à permanência de pessoas com deficiências no ensino superior. Optou pelo estudo das universidades brasileiras com mais de 20 alunos com deficiência matriculados, resultando em 15 universidades, e utilizando-se de cinco fontes diferentes: questionários, entrevistas, documentos, observação direta informal e artefatos físicos. De acordo com a autora,

fica constatado nos relatos dos alunos que demonstram haver lacuna entre a realidade vivenciada no contexto acadêmico e as determinações estabelecidas pelos dispositivos legais, principalmente quando os alunos citam as barreiras ainda encontradas no ensino superior. (CASTRO, 2001, p. 226).

Menegatti (2012) descreve a temática da acessibilidade voltada aos serviços de informação aos deficientes visuais das bibliotecas universitárias das instituições de ensino superior de Florianópolis. A reflexão da autora visa auxiliar a tornar os serviços de informação mais eficazes para as pessoas com deficiência visual, objetivando sua permanência no ensino superior.

Silva, A. M. (2012) esclarece as ações informacionais utilizadas para o atendimento das necessidades socioinformacionais dos alunos cegos do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), identificando suas necessidades informacionais e barreiras na busca e uso da informação. Relata a autora que,

ao buscar a informação, o indivíduo percorre caminhos para alcançar seus objetivos informacionais, porém as limitações estão sempre presentes e condicionam essa busca a uma parcialidade de conhecimento que, agregado a valores próprios individuais, tem uma validade efetiva do usufruto dessa informação. (SILVA, 2012, p. 105).

A pesquisa de Malheiros (2013) apresenta um estudo que visa identificar as necessidades de informação de usuários com deficiência visual da Biblioteca Digital e Sonora da Universidade de Brasília e colher subsídios para a definição de uma política de desenvolvimento de coleções. Relata a autora que

a informação em meio digital é fundamental para os usuários, sendo a mais utilizada, seguida da informação em áudio e braille; os usuários acessam todo tipo de informação no computador, mas buscam principalmente didáticas e profissionais, tendo suas necessidade de informação a maior parte satisfeitas. (MALHEIROS, 2013, p. 6)

O presente levantamento possibilita uma visão do estado do conhecimento da comunidade acadêmica acerca de políticas inclusivas e acessibilidade no ensino superior e em bibliotecas universitárias, evidenciando-se essa escolha pelos escassos estudos no contexto brasileiro exclusivos sobre bibliotecas universitárias nos últimos anos, mesmo considerando o crescente número de investigações nessa temática.

Observa-se, nessas pesquisas, uma predominância de estudos de impacto no campo da avaliação de políticas. Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 110) indicam que “o impacto de uma política é uma medida do desempenho da ação pública, ou seja, uma medida em que a política atingiu ou não os seus objetivos ou propósitos”. No caso, os estudos aqui relatados avaliam as políticas implementadas, suas causas e mudanças na população-alvo, caracterizando-se como avaliação de políticas, reforçando o argumento dos autores Figueiredo e Figueiredo (1986), que consideram as investigações sobre avaliações políticas ainda reduzidas, necessitando de ampliação e sistematização.

Registra-se também, nesse referencial, uma carência de estudos em políticas inclusivas institucionais direcionadas às bibliotecas universitárias. Essa lacuna de pesquisa é verificada tanto em teses e dissertações como em artigos científicos e trabalhos publicados em eventos. Dessa forma, a análise de uma política institucional inclusiva, que se pretende realizar nesta pesquisa, justifica-se

por ser um desafio de construção de uma temática pouco trabalhada e com produção acadêmica limitada, cuja percepção poderá trazer desdobramentos.

6 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO SiBi/UFPR: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Nesta seção, relata-se a metodologia, as estratégias e as técnicas de pesquisa adotadas para obtenção dos objetivos propostos. A investigação da inclusão de alunos com deficiência, a análise de acessibilidade no SiBi/UFPR e a implementação de políticas inclusivas institucionais são descritas em etapas distintas, a saber: caracterização de pesquisa, universo, etapas da pesquisa e coleta de dados.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A abordagem utilizada é de natureza qualitativa/quantitativa e exploratória com enfoque descritivo e documental, em busca do objetivo principal deste estudo, que é analisar o processo de acessibilidade no ensino superior.

A análise crítica reflexiva sobre as condições de acesso, permanência e ações no ensino superior diante da temática faz-se por meio de documentos, abordando fundamentos teóricos de outros trabalhos. Necessita-se do apoio da pesquisa documental para analisar resoluções, leis, decretos e programas institucionais relacionados ao tema. Os documentos são necessários “para melhor entendimento do caso e também para corroborar evidências coletadas por outros instrumentos e outras fontes, possibilitando a confiabilidade de achados através de triangulação de dados e resultados”. (MARTINS, 2008, p. 46).

Foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados no campo empírico. O primeiro é baseado na observação não participante, que consiste em uma técnica para coletar informação, sem intermediação, atestada por Lakatos e Marconi (1991, p. 193), pela qual “o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece fora”.

A operacionalização da observação constitui-se de elaboração de um roteiro para a compreensão da realidade prática das bibliotecas com relação à acessibilidade e à inclusão dos alunos com deficiência. Foi elaborado com base na NBR 9050 (ABNT, 2004) (ANEXO B) e os aspectos considerados para a análise das dimensões de acessibilidade e inclusão nas bibliotecas vão desde o espaço físico, o

informacional e comunicacional até os atitudinais do dia a dia dos profissionais em serviço.

O segundo instrumento é composto por entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, que possibilitam aos gestores das bibliotecas e aos alunos com deficiência expressar ideias consideradas importantes sobre os questionamentos.

a entrevista pode ser concedida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui informação que possibilita estender o fenômeno em pauta, cuja mediação ocorre principalmente por meio de linguagem. (MANZINI, 2006, p. 360-371)

Gil (1995) aponta a técnica da entrevista como adequada por permitir o aprofundamento das respostas, nas quais o entrevistado é livre para se expressar. Richardson (1999, p. 207) identifica a entrevista como uma técnica de pesquisa que permite uma relação próxima entre as pessoas. A aproximação entre entrevistador e entrevistado é um facilitador para a obtenção de informações.

O roteiro para as entrevistas semiestruturadas com os alunos com deficiências abrange 12 perguntas, visando conhecer a realidade da instituição com relação ao acesso inclusivo, verificar o que os alunos com deficiência têm a dizer, identificar as barreiras e os facilitadores encontrados nas bibliotecas, o que consideram avanços e entraves para a inclusão e em que medida o SiBi/UFPR colabora para a efetivação do direito ao acesso à informação (ANEXO C).

A elaboração do roteiro para as entrevistas semiestruturadas com os gestores das bibliotecas, com 12 perguntas, visa identificar as políticas públicas de acessibilidade implementadas, ações, serviços e recursos oferecidos aos alunos com deficiência (ANEXO D).

Uma preocupação presente nas pesquisas que envolvem seres humanos é acerca das questões éticas. Nesse sentido, o projeto da dissertação foi enviado ao Comitê de Ética de Pesquisas em 21 de agosto de 2013, para análise e parecer, atendendo à Resolução n. 466/2012 (BRASIL, 2012).

Foi desenvolvido com base nessa resolução o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE H), para ser lido pelos participantes. Para os alunos com deficiência visual, a leitura do TCLE foi realizada por uma terceira pessoa e para os alunos com deficiência auditiva contou-se com a colaboração de

intérprete. A concordância em participar da pesquisa e a autorização para gravação e utilização de suas respostas foi manifestada por meio de assinatura. Assegurou-se aos participantes o anonimato, com o comprometimento de uso de códigos para garantir a identidade, preservar e manter a confidencialidade. Foi desenvolvido um TCLE para cada participante, em duas vias.

Para a viabilização do estudo, além do TCLE, foram enviados ao Comitê de Ética os seguintes documentos: declaração de concordância do orientador (ANEXO A), análise de mérito do projeto (ANEXO B), declaração das instituições participantes, SiBi (ANEXO C) NAPNE (ANEXO D), termo de confidencialidade (APÊNDICE E), declaração de tornar público os resultados (APÊNDICE F) e declaração de uso específico dos dados coletados (APÊNDICE G).

A resposta foi enviada em 6 de setembro de 2013, com o Parecer n. 366.428, favorável ao desenvolvimento da pesquisa (ANEXO E).

Tanto as visitas às bibliotecas do SiBi/UFPR visando a observação *in loco* como as entrevistas pessoais foram previamente autorizadas e agendadas por telefone, levando-se em consideração a data e o horário disponíveis de cada um dos participantes da pesquisa. As bibliotecas foram os locais ideais para sua realização. Os dados advindos das entrevistas foram transcritos.

Trata-se de uma pesquisa de natureza mista, qualitativa/quantitativa com pesquisa exploratória e descritiva: “[...] pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 1995, p. 45), e o método descritivo, de acordo com Martins e Teóphilo (2009, p. 41), possibilita “[...] a descrição de pessoas, de situações, de acontecimentos, de reações, inclusive de transcrições de relatos.”

A análise dos dados obtidos das observações efetiva-se a partir de parâmetros estabelecidos pela NBR 9050 (ABNT, 2004).

A análise dos dados obtidos com as entrevistas e os depoimentos de bibliotecários e alunos com deficiência efetiva-se com base em fundamentos da análise de conteúdo, cujo principal referencial é Bardin (1979, p. 42), que a conceitua como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a referência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo é usada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos e textos, levando a considerações qualitativas ou quantitativas, que ajudam a reinterpretar as mensagens.

Dentre os procedimentos metodológicos, a análise de conteúdo utiliza, como categorização,

uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico. (BARDIN, 1979, p. 117)

Ao término da coleta, e após as transcrições, os relatos foram analisados com o intuito de organizar e classificar os dados em categorias.

Faz-se a colocação de relatos e depoimentos dos entrevistados para confirmar fatos ou ideias percebidas pelo pesquisador, visando contextualizar o assunto e sempre respeitando o anonimato e a confidencialidade.

Utilizou-se nesta pesquisa de diferentes métodos para investigar o mesmo fenômeno, o que, segundo Vergara (2009, p. 257), trata-se de uma triangulação metodológica, que permite identificar “a exata posição de um objeto a partir de diversos pontos de referência, utilizando vários métodos para investigar o mesmo fenômeno”.

Creswell (2010, p. 240) identifica essa combinação das pesquisas como método misto, definindo-o como

uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo.

Os dados obtidos, identificados e quantificados foram provenientes de diferentes fontes. Utilizaram-se dados da pesquisa bibliográfica e da legislação; os dados coletados das observações foram cotejados com os dados obtidos dos depoimentos dos alunos com deficiência e das entrevistas com bibliotecários.

As considerações finais mostram os resultados da pesquisa e evidenciam como ocorre o processo de inclusão e acessibilidade no SiBi/UFPR.

6.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A definição do universo a ser pesquisado é o primeiro passo a ser determinado entre os itens que compõe a coleta de dados. Segundo Vergara (2009, p. 46), “população é um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão o objeto de estudo”, e população amostral é uma parte do universo escolhida segundo algum critério de representatividade. Nesta pesquisa, fazem parte do universo as bibliotecas do SiBi/UFPR, as respectivas chefias dessas bibliotecas e os alunos com deficiência matriculados nos diferentes cursos da UFPR, no ano de 2013, mapeados pelo NAPNE.

Para efeito de cálculo, foi utilizada uma ferramenta estatística para amostragem, com cálculo do tamanho da amostra. (GUIMARÃES, 2008).

Com base na população descrita e delimitada de 51 alunos com deficiência física, deficiência visual, surdez e deficiência múltipla, definiu-se um erro amostral tolerável de 20%. A partir disso, foi calculada a primeira aproximação do tamanho da amostra pela fórmula:

$$N_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad \text{onde } E_0^2 = \text{erro amostral ao quadrado}$$

Com N_0 da primeira aproximação definido, utilizou-se a fórmula para calcular o tamanho da amostra final:

$$n = \frac{N \cdot N_0}{N + N_0} \quad \text{onde } N = \text{População} ; N_0 = (\text{primeira aproximação})$$

Calculando:

$$N_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,2^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,04} \quad N_0 = 25 \text{ (primeira aproximação)}$$

$$n = \frac{N \cdot N_0}{N + N_0} \quad n = \frac{51 \cdot 25}{51 + 25} = 16,77 \text{ (amostra)}$$

Como resultado, obteve-se a amostra de 17 alunos com deficiência, que representam 33,33% da população delimitada para entrevista.

A mesma técnica de amostragem foi utilizada para calcular o tamanho da amostra de bibliotecas a ser observadas e gestores das bibliotecas a ser entrevistados; por critério de igualdade, manteve-se o mesmo erro amostral de 20%.

$$N_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,2^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,04} \quad N_0 = 25 \text{ (primeira aproximação)}$$

$$n = \frac{N \cdot N_0}{N + N_0} \quad n = \frac{15 \cdot 25}{15 + 25} = 9,37 \text{ (amostra)}$$

NOTA: Descrição das fórmulas de amostragem – APÊNDICE P

Após o cálculo, o número de amostra foi fixado em dez bibliotecas e respectivas chefias.

Para o recrutamento dos alunos com deficiência, contou-se com o apoio do NAPNE para contato com os 51 alunos, a fim de informá-los da pesquisa e convidá-los a participar. Aqueles que concordaram em participar foram ranqueados, compondo um grupo, e, a partir deste, a escolha é aleatória, utilizando-se recursos computacionais para determinar os 17 alunos participantes da pesquisa.

Para a seleção das bibliotecas e gestores, utilizou-se de fatores como problema de logística, instalação provisória, perfil diferenciado de atendimento, excluindo-se sem prejuízo para a pesquisa e tamanho da amostra as seguintes bibliotecas:

- Biblioteca da UFPR Litoral (LIT) – Matinhos – PR
- Biblioteca do Centro de Estudos do Mar (CEM) – Pontal do Paraná – PR
- Biblioteca do Campus de Palotina (PA) – Palotina – PR
- Biblioteca de Educação Física (EF) – Curitiba – PR
- Biblioteca Central (BC) – Curitiba – PR

Compõem a presente pesquisa as bibliotecas:

- Biblioteca de Ciência e Tecnologia (CT)
- Biblioteca de Ciências Agrárias (AG)
- Biblioteca de Ciências Biológicas (BL)
- Biblioteca de Ciências da Saúde (SD)
- Biblioteca de Ciências da Saúde – Sede Botânico (SB)
- Biblioteca de Ciências Florestais e da Madeira (CF)
- Biblioteca de Ciências Humanas e da Educação (HE)
- Biblioteca de Ciências Jurídicas (JU)
- Biblioteca de Ciências Sociais Aplicadas (SA)
- Biblioteca de Educação Profissional e Tecnológica (ET)

6.3 ETAPAS DA PESQUISA

As etapas adotadas para alcançar o objetivo proposto nesta dissertação apresentam-se na seguinte ordem:

- a) pesquisa documental para analisar resoluções, leis, decretos, programas institucionais relacionados à inclusão de alunos com deficiência no ensino superior;
- b) elaboração do roteiro para observação *in loco* das dez bibliotecas do SiBi/UFPR, tomando por base a NBR 9050 (ABNT, 2004);
- c) elaboração do roteiro de entrevistas semiestruturadas aos bibliotecários chefes das bibliotecas do SiBi/UFPR selecionadas para participarem da pesquisa;
- d) elaboração do roteiro de entrevistas semiestruturadas aos alunos com deficiência;
- e) envio do projeto de dissertação ao Comitê de Ética e Pesquisa, juntamente com documentação solicitada para análise e parecer, atendendo à Resolução CNS n. 466/2012 (BRASIL, 2012);
- f) recebimento do Parecer n. 386.428, do Comitê de Ética e Pesquisa, favorável ao desenvolvimento da pesquisa;
- g) agendamento de visitas às bibliotecas e entrevistas com os bibliotecários;
- h) observação *in loco* nas bibliotecas;

- i) entrevistas semiestruturada com os gestores das bibliotecas;
- j) agendamento de entrevistas com alunos com deficiência, respeitando a disponibilidade de acesso e conveniência de horário do participante;
- k) entrevistas semiestruturadas com os alunos com deficiência;
- l) análise de dados das observações com base na NBR 9050 (ABNT, 2004) e dados das entrevistas com referencial fundamentado na análise de conteúdo.

A etapa (a) visa buscar fundamentação documental para analisar o processo de acessibilidade no ensino superior.

As etapas (b, c, d) visam formular questões para obtenção de informações pertinentes à inclusão de alunos com deficiência e acessibilidade no SiBi, por meio da observação *in loco* e entrevistas.

As etapas (e, f) visam atender às normativas relativas às pesquisas efetuadas em seres humanos.

As etapas (g, h) visam obter informações para alcançar o primeiro objetivo específico, que é descrever as condições de acessibilidade no SiBi/UFPR.

A realização das etapas (i, j, k) estão vinculadas ao segundo e ao terceiro objetivos específicos, que são identificar as políticas públicas de inclusão implementadas no SiBi/UFPR que garantam a acessibilidade dos alunos com deficiência e verificar como o SiBi/UFPR tem efetivado ações e programas para a inclusão do aluno com deficiência.

A etapa (l) permite realizar a análise dos dados observados *in loco* e das contextualizações oriundas das entrevistas, através de procedimentos metodológicos de categorizações fundamentados na análise de conteúdo. Utilizou-se nesta etapa a interpretação de dados, respondendo ao problema da pesquisa, confirmando ou rejeitando a hipótese e apresentam-se os resultados.

6.4 COLETA DE DADOS

Essa etapa da pesquisa é o momento em que o pesquisador e a realidade em que está inserido o problema da pesquisa interagem, é o confronto da teoria com a realidade. As ações utilizadas na pesquisa foram assim delimitadas:

- a) informações gerais obtidas de documentos e *sites* das bibliotecas;

- b) contato inicial por telefone, com bibliotecários, para exposição do projeto, convite para participar da pesquisa, agendamento de visitas às bibliotecas e agendamento para entrevistas semiestruturadas;
- c) verificação dos itens para coleta de dados:
 - roteiro de observação e entrevista;
 - TCLE;
 - gravador;
 - transporte;
- d) visitas às dez bibliotecas participantes, para observação *in loco*, realizadas no mês de setembro de 2013;
- e) entrevistas com os gestores das bibliotecas, que ocorreram no mesmo dia da visita, foram realizadas na própria biblioteca, com duração média de 40 minutos, todas gravadas e posteriormente transcritas;
- f) contato inicial por telefone com alunos com deficiência, para exposição do projeto, convite para participar da pesquisa e agendamento para as entrevistas semiestruturadas;
- g) entrevistas com os alunos foram realizadas nas bibliotecas que atendem o curso em que o aluno está matriculado; foi respeitada a disponibilidade de acesso e conveniência do participante, tiveram duração média de 60 minutos, todas gravadas e posteriormente transcritas de forma integral, mas com ajustes; apenas a pesquisadora teve acesso a esses registros, os quais serão arquivados e destruídos no período máximo de 5 anos. Para as entrevistas com alunos surdos, contou-se com a presença de intérprete de libras.

A coleta de dados teve início em setembro de 2013, após a emissão do Parecer n. 386.428, em 6 de setembro de 2013, pelo Comitê de Ética, do Hospital do Trabalhador, favorável ao desenvolvimento da pesquisa. Na sequência, foram agendadas as visitas às dez bibliotecas participantes da pesquisa e entrevistas com os respectivos gestores. A efetivação das visitas às bibliotecas e das entrevistas com os bibliotecários chefes ocorreram no período de 10 a 25 de setembro de 2013. As informações obtidas pelas observações foram registradas em roteiro, conforme modelo no ANEXO B e classificadas conforme categorias já estabelecidas: acessibilidade física, acessibilidade informacional, acessibilidade atitudinal, acessibilidade em produtos e serviços oferecidos e política institucional inclusiva.

Justifica-se a escolha de entrevista com as chefias das bibliotecas pelo fato de estas contribuírem com informações precisas. As entrevistas iniciaram-se com a leitura do TCLE, aceite de participação e assinatura. Foi assegurado o anonimato do participante como forma de preservar os aspectos éticos envolvidos.

Após a qualificação deste projeto de pesquisa, efetivou-se o contato com os alunos com deficiência, visando formalizar o convite de participantes na pesquisa e agendamento da entrevista, para o que se contou com o apoio do NAPNE.

As entrevistas dos alunos com deficiência ocorreram no período de 21 de outubro a 1.º de novembro de 2013. O horário e o local foram escolhidos conforme disponibilidade dos alunos, sempre nas dependências das bibliotecas. À pesquisadora coube gravar as entrevistas, logo após a leitura inicial do TCLE, o que permitiu aos participantes a ciência de sua participação e colaboração voluntária na pesquisa. As entrevistas foram realizadas em clima de colaboração e cordialidade.

Posteriormente, os dados das entrevistas foram organizados e analisados, seguindo os fundamentos da análise de conteúdos. Para Minayo (2011) essa análise leva às descrições sistemáticas, que ajudam a interpretar mensagens e a atingir significados que vão além da simples leitura.

Um procedimento importante na pesquisa é a elaboração de categorias, que permite a classificação dos elementos que constituem o conjunto das mensagens, criadas para análise do conteúdo das entrevistas. Nesta pesquisa as categorias e/ou indicadores tomados foram as mesmas criadas na elaboração do Roteiro para observação *in loco* das bibliotecas, visto que ao proceder a pré-análise do conteúdo das entrevistas não foi evidenciado (por meio da fala dos entrevistados) novas categorias de análise, ou seja: acessibilidade física, acessibilidade informacional, acessibilidade atitudinal, nos serviços oferecidos e política institucional inclusiva.

7 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO SiBi/UFPR: ANÁLISE E DISCUSSÃO DA REALIDADE

Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados, visando responder ao problema que originou a pesquisa.

Para melhor visualização, os dados, coletados na observação *in loco*, foram analisados e distribuídos em quadros, tabelas e gráficos. Para otimizar a contextualização, foram utilizados os depoimentos e ideias tanto positivas como negativas expressas nas entrevistas dos bibliotecários e dos alunos com deficiência, observando os seguintes passos:

- a) o roteiro da entrevista dos bibliotecários e dos alunos com deficiência foi elaborado com 12 perguntas, considerando-se a análise de categorias e a interpretação dos depoimentos;
- b) as entrevistas foram previamente agendadas e gravadas com o consentimento prévio, e os dados transcritos na íntegra, mas com ajustes;
- c) após a transcrição, foi realizada a leitura dos relatos, possibilitando a elaboração de categorias e permitindo a classificação dos elementos das mensagens dos entrevistados;
- d) na etapa análise e interpretação, procurou-se analisar os relatos em uma perspectiva mais ampla.

Destaca-se, com relação às entrevistas, que:

- foram preservadas a identidade dos entrevistados, utilizando-se de códigos para referenciá-los;
- foram todas gravadas e transcritas na íntegra, com alguns ajustes;
- foram realizadas nas bibliotecas, respeitando a disponibilidade de acesso e tempo dos entrevistados;
- tiveram duração média de 40 minutos para os bibliotecários e 60 minutos para os alunos com deficiência;
- contou-se com a presença de intérprete de libras para os alunos com surdez.

O roteiro de entrevistas com os alunos com deficiência foi apresentado seguindo-se os itens abaixo:

- Dados de identificação
- Frequência no SiBi/UFPR
- Acessibilidade física do SiBi/UFPR
- Serviços oferecidos pelo SiBi/UFPR
- Atendimento dos profissionais do SiBi/UFPR
- Papel do SiBi/UFPR na vida acadêmica
- Sinalização utilizada no SiBi/UFPR
- TIC disponibilizados no SiBi/UFPR
- Acervo em formatos acessíveis no SiBi/UFPR
- Dificuldades para uso das bibliotecas
- Fatores de influência para inclusão no SiBi/UFPR
- Comentários

O roteiro de entrevistas com os bibliotecários foi assim estruturado:

- Dados de identificação
- Frequência de alunos com deficiência no SiBi/UFPR
- Serviços oferecidos pelo SiBi/UFPR
- Barreiras físicas no SiBi/UFPR
- Barreiras informacionais no SiBi/UFPR
- Capacitação profissional
- Profissionais com conhecimento em libras
- Recursos financeiros específicos à temática
- Regulamento com questões específicas ao tema
- Equipamentos disponibilizados no SiBi/UFPR
- Acervos em formatos acessíveis no SiBi/UFPR
- Políticas institucionais inclusivas

Após a transcrição e o estudo das entrevistas, percebeu-se, frente à riqueza dos relatos, a necessidade de organização em categorias e subcategorias ou elementos para melhor interpretá-los.

As categorias estabelecidas e os elementos que as compõem foram as que seguem.

- Categoria 1 – Descreve e apresenta os participantes da pesquisa: bibliotecas, gestores de bibliotecas e alunos com deficiência.
 - Questões norteadoras
 - Para os alunos com deficiência: Você frequenta as bibliotecas do SiBi/UFPR?
 - Para os bibliotecários: Há informações de quantos alunos com deficiência frequentam o SiBi/UFPR?
- Categoria 2 – Acessibilidade física no SiBi/UFPR, que evidencia os elementos acesso às dependências, mobilidade, mobiliário e sinalização.
 - Questões norteadoras
 - Para os alunos com deficiência: Como você avalia a acessibilidade física no SiBi/UFPR? A sinalização permite uma orientação adequada para o uso de recursos, serviços e acervo?
 - Para os bibliotecários: Há barreiras físicas na biblioteca que dificultam o acesso aos alunos com deficiência?
- Categoria 3 – Acessibilidade informacional, construída com base em acervo em formatos acessíveis e TIC.
 - Questões norteadoras
 - Para os alunos com deficiência: As bibliotecas do SiBi/UFPR disponibilizam tecnologia assistiva (computadores com sintetizador de voz, leitores de tela, ampliação de fonte, leitor autônomo)? A biblioteca disponibiliza acervo em formatos acessíveis?
 - Para os bibliotecários: Há barreiras informacionais que dificultam o processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência? Quais equipamentos a biblioteca disponibiliza visando a acessibilidade? A biblioteca disponibiliza acervo em formatos acessíveis?
- Categoria 4 – Acessibilidade atitudinal, que discute situações de atendimento aos alunos e capacitação profissional.

- Questões norteadoras
 - Para os alunos com deficiência: Como é o atendimento recebido dos servidores do SiBi/UFPR? As bibliotecas do SiBi/UFPR são espaços acessíveis, que possibilitam o mesmo tratamento a todos?
 - Para os bibliotecários: Os profissionais da biblioteca recebem capacitação para prestar atendimento aos alunos com deficiência? De que tipo? Essa capacitação é suficiente? Existe profissional apto a prestar atendimento em libras?
- Categoria 5 – Acessibilidade de serviços, que enfatiza a análise de serviços específicos para atendimento de alunos com deficiência.
 - Questões norteadoras
 - Para os alunos com deficiência: Os serviços das bibliotecas do SiBi/UFPR atendem às suas necessidades? Existe apoio por parte das bibliotecas do SiBi/UFPR para garantir sua permanência no curso?
 - Para os bibliotecários: Há interesse dos alunos com deficiência pelos serviços da biblioteca?
- Categoria 6 – Política institucional inclusiva, que discute políticas, normas e regulamentos que regem as ações de serviços no SiBi/UFPR.
 - Questões norteadoras
 - Para os alunos com deficiência: O que favoreceria o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas bibliotecas no SiBi/UFPR?
 - Para os bibliotecários: O regulamento da biblioteca contempla questões e serviços específicos aos alunos com deficiência? Quais? Existem recursos financeiros assegurados à biblioteca com relação à acessibilidade? Que elementos você considera importantes para a implantação de política institucional inclusiva?

A estruturação em categorias e elementos serviu como guia, contemplando as questões definidas no roteiro de entrevistas. A análise das categorias estende-se ao longo deste capítulo.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Por meio da consulta a documentos e da busca nos *sites* das bibliotecas do SiBi/UFPR e da coleta de dados obtida das observações *in loco*, foram traçados perfis e caracterizadas as bibliotecas selecionadas, dados validados pelas entrevistas.

Apresentam-se os dados mapeados da primeira categoria de análise: bibliotecas, bibliotecários e alunos com deficiência.

As referências às bibliotecas, na análise de dados, são feitas mediante codificação, o que preserva a identidade, conforme comprometimento ético no TCLE. Assim, as bibliotecas são denominadas pela letra B, acrescidas de número aleatório de um a dez, não obedecendo a nenhuma ordem de identificação (B1, B2, B3, B4, B5, B6, B7, B8, B9, B10).

Conforme compromisso firmado no TCLE, para preservar a confidencialidade dos bibliotecários participantes, foram utilizados códigos para referenciá-los em suas falas. Determinou-se que serão nominados pela sigla Bib (gestores de bibliotecas), acompanhado de um número identificador aleatório, cuja ordem não corresponde a listagem alfabética e ou cronológica. Assim, ao citá-los, usa-se Bib1, Bib2, Bib3, Bib4, Bib5, Bib6, Bib7, Bib8, Bib9 e Bib10.

Os alunos entrevistados têm seus nomes resguardados, obedecendo-se à Resolução CNS n. 466/2012 (BRASIL, 2012) e ao comprometimento firmado entre a pesquisadora e os pesquisados no TCLE. O anonimato será mantido, referenciando-os pela letra A de aluno, seguida de um número de um a dezessete, sem observância de ordem alfabética e/ou cronológica, ficando assim estabelecido A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16 e A17.

7.1.1 Caracterização das bibliotecas

O número de bibliotecas selecionadas para pesquisa foi definido com base em técnica de amostragem apresentada anteriormente. Das 10 bibliotecas, identifica-se que a B4 está ligada diretamente a 3 setores, a B6 a 2 setores e as demais a 1 setor cada.

Em relação aos cursos de graduação atendidos, verifica-se que 7 bibliotecas (70%) atendem até 5 cursos, 2 bibliotecas (20%) atendem até 15 cursos e 1 biblioteca (10%) atende até 20 cursos.

TABELA 4 – PERFIL DAS BIBLIOTECAS

UNIDADE	ALUNOS/GRADUAÇÃO ATIVOS NO SiBi/UFPR	ALUNOS COM DEFICIÊNCIA SiBi/UFPR**	SETORES DE ENSINO	CURSOS DE GRADUAÇÃO	EQUIPE
B1	924	2	1	4	9
B2	3115	2	1	3	19
B3	225	0	1	2	4
B4	11.425	8	3	20	47
B5	602	3	1	8	9
B6	2057	4	2	14	36
B7	1201	1	1	1	23
B8	1960	2	1	4	18
B9	1495	2	1	5	20
B10	1837	0	1	1	20

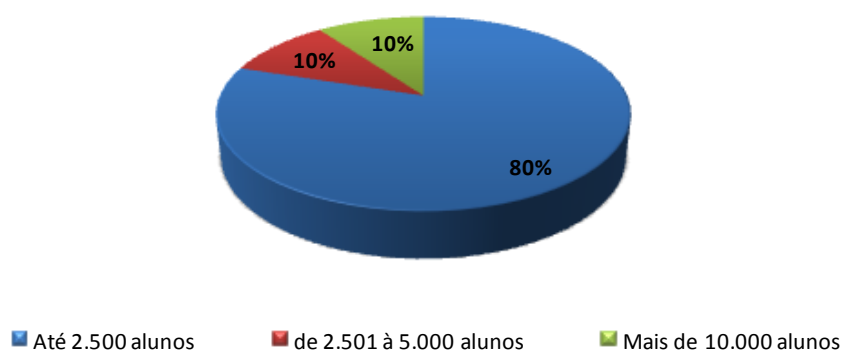
FONTE: O autor (2013).

NOTA: **Alunos com deficiência identificados pelos bibliotecários do SiBi/UFPR.
Descrição da tabela – APÊNDICE Q

Todas as bibliotecas do SiBi/UFPR podem cadastrar alunos matriculados na UFPR, independentemente do curso ou setor a que estejam vinculados; todavia, no levantamento realizado, verificou-se que o número de alunos varia de biblioteca a biblioteca, conforme se observa na TABELA 4. Esse fator justifica-se pela especialidade, pelo número de cursos atendidos e pelo setor ou setores ao(s) qual(is) a biblioteca atende.

O GRÁFICO 2 demonstra a distribuição do número de alunos de graduação por biblioteca: 8 bibliotecas (80%) têm até 2.500 alunos de graduação ativos, 1 biblioteca (10%) tem até 5.000 e 1 biblioteca (10%) mais de 10.000.

GRÁFICO 2 – ALUNOS DE GRADUAÇÃO NO SiBi/UFPR

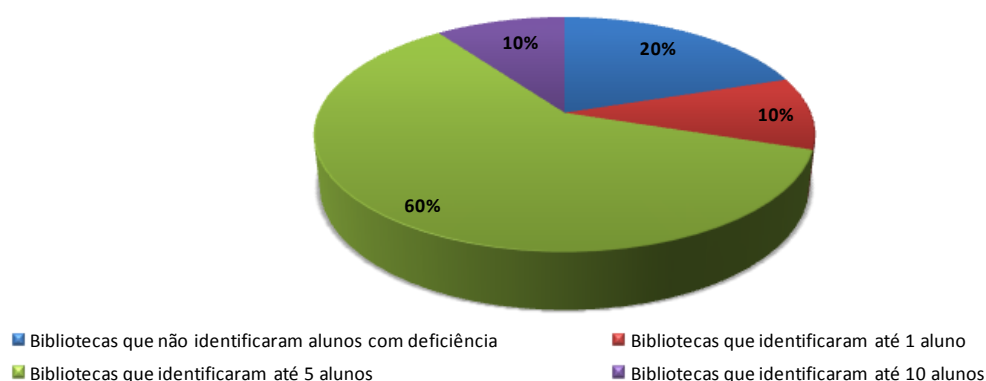


FONTE: O autor (2013).

NOTA: Descrição do gráfico – APÊNDICE R

Como o foco desta pesquisa são os alunos com deficiência, no segmento de graduação, durante a realização das entrevistas questionou-se sobre o número de alunos com deficiência nas bibliotecas. A resposta obtida por mais de 80% dos bibliotecários é a inexistência desse dado provinda dos departamentos ou de outras unidades, e o conhecimento que se tem é por vê-los na biblioteca. O que se leva a constatar que as bibliotecas não têm conhecimento ou dados sobre os alunos com deficiência que atendem. De acordo com o GRÁFICO 3, foi observado que 2 bibliotecas (20%) não identificaram nenhum aluno com deficiência, 1 biblioteca (10%) identificou apenas 1 aluno com deficiência, 6 bibliotecas (60%) identificaram até 5 alunos com deficiência e 1 biblioteca (10%) identificou até 10 alunos com deficiência como seus usuários, sendo que dos 24 alunos identificados com deficiência ativos nas bibliotecas, 8 alunos apresentam deficiência visual, 13 alunos apresentam deficiência física e 3 deficiência auditiva.

GRÁFICO 3 – ALUNOS DE GRADUAÇÃO COM DEFICIÊNCIA IDENTIFICADOS NO SiBi/UFPR

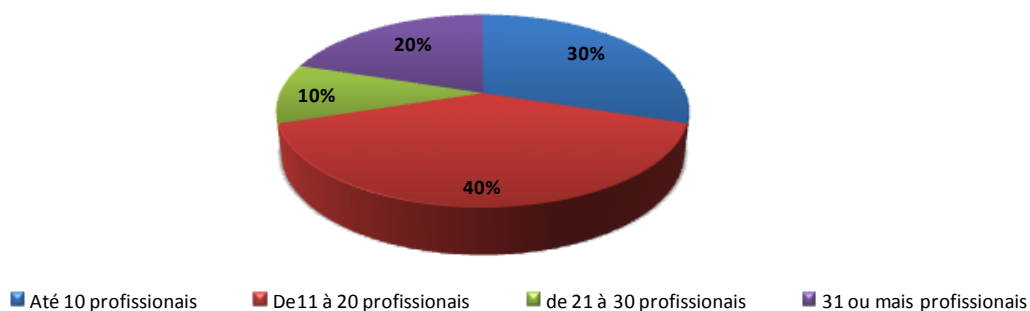


FONTE: O autor (2013).

NOTA: Descrição do gráfico – APÊNDICE S

Os dados dos profissionais que atuam nas bibliotecas, sejam relacionados a bibliotecários, assistentes administrativos, auxiliares de bibliotecas para atender as demandas e orientar os alunos com deficiência no acesso à informação, ficam assim distribuídos.

GRÁFICO 4 – PROFISSIONAIS ATUANTES NO SiBi/UFPR



FONTE: O autor (2013).

NOTA: Descrição da figura – APÊNDICE T

Três bibliotecas (30%) contam com até 10 profissionais prestando atendimento, 4 (40%) têm de 11 a 20, em uma biblioteca (10%) os profissionais que auxiliam estão na faixa de 21 a 30, e duas bibliotecas (20%) contam com mais de 31 profissionais.

O respeito para com as pessoas com deficiências deve fazer parte dos valores da organização, não só com o objetivo de sensibilizar os servidores para com as necessidades dos alunos como também com as necessidades dos colegas

com deficiência. Nessa cultura de conscientização, a B4 se empenha em trabalhar respeitosamente com seus dois servidores que apresentam deficiência visual e motora, enfatizando com isso os valores éticos fundamentais para a compreensão do papel da biblioteca no processo de inclusão (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013).

A presença dos profissionais é imprescindível na oferta de serviços e na orientação dos alunos. Não basta uma estrutura física adequada e um acervo com qualidade, o desempenho das pessoas é fator fundamental.

O recurso mais importante em uma biblioteca é o seu capital humano. Nesses recursos residem as habilidades, os especialistas, a experiência e a história de uma organização. Conseqüentemente, é vital para o desenvolvimento dos funcionários acrescentarem os cursos especiais e o treinamento em gerenciamento e habilidades técnicas, o treinamento no local e a participação em conferências nacionais e internacionais. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2009, p. 68).

A capacitação dos profissionais é um fator essencial para a inclusão educacional dos alunos com deficiência. A formação dos servidores é fundamental para a melhoria direta dos serviços e para a compreensão da importância das bibliotecas no processo de mudança. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2009, p. 73).

Paula (2009) relata que os bibliotecários precisam identificar cursos de capacitação necessários à sua equipe, para habilitá-los a promover a acessibilidade e a inclusão. Propõe nos currículos dos cursos de Biblioteconomia uma disciplina que ajude na formação do bibliotecário para atendimento da pessoa com deficiência nas bibliotecas universitárias.

“Se o sistema de biblioteca tem o objetivo de servir a todos os usuários, inclusive os deficientes, os estudantes deveriam aprender como fazer isso.” (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECARIAS, 2009, p. 69).

7.1.2 Caracterização dos alunos com deficiência

Para efeito desse estudo, contou-se com o apoio do NAPNE para o recrutamento dos alunos com deficiência. Dos 79 alunos matriculados na UFPR com

entrada pelo processo seletivo da UFPR (vestibular, Provar, seleção em programa de pós-graduação e intercâmbio), foi delimitada a população em 51 alunos com deficiência física, deficiência visual, surdez e deficiência múltipla, calculando-se o tamanho da amostra, conforme já descrito anteriormente, em 17 alunos, que representam 33,33% da população. Destes, 10 são do sexo masculino e 7 do sexo feminino.

TABELA 5 – PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS

CÓDIGO	DATA DA ENTREVISTA	IDADE	TIPO DE DEFICIÊNCIA	SETORES VINCULADOS
A1	21/10/13	22	Deficiência visual	Ciências Exatas
A2	22/10/13	31	Deficiência física	Ciências Humanas
A3	22/10/13	22	Deficiente visual	Ciências Exatas
A4	23/10/13	20	Deficiência física	Ciências Exatas
A5	24/10/13	19	Deficiência física	Tecnologia
A6	24/10/13	64	Deficiência física	Educação Profiss. e Tecnológica
A7	25/10/13	23	Deficiência física	Ciências Exatas
A8	25/10/13	18	Deficiência física	Ciências da Saúde
A9	29/10/13	21	Deficiência visual	Ciências Sociais Aplicadas
A10	29/10/13	54	Deficiência física	Ciências Agrárias
A11	30/10/13	18	Deficiência física	Ciências Jurídicas
A12	30/10/13	22	Deficiência física	Ciências Jurídicas
A13	31/10/13	22	Surdez	Ciências da Saúde
A14	31/10/13	33	Deficiência física	Ciências Humanas
A15	31/10/13	18	Deficiência física	Ciências Humanas
A16	31/10/13	19	Surdez	Ciências Humanas
A17	01/11/13	22	Deficiência visual	Ciências da Saúde

FONTE: O autor (2013).

NOTA: Descrição da tabela – APÊNDICE U

Dos 17 alunos entrevistados, 4 apresentam deficiência visual, 11 apresentam deficiência física e 2 alunos com surdez.

A TABELA 5 mostra que 6 alunos apresentam-se na faixa etária de até 20 anos, 7 alunos com idade variando de 21 a 30 anos e 4 alunos na faixa de 31 anos ou mais.

Com relação aos setores da UFPR aos quais os alunos estão vinculados, ficou evidenciado que quatro alunos são do Setor de Ciências Exatas, quatro alunos do Setor de Ciências Humanas, três alunos do Setor de Ciências da Saúde, dois

alunos do Setor de Ciências Jurídicas, um aluno do Setor de Ciências Agrárias, um aluno do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, um aluno do Setor de Tecnologia e um aluno do Setor de Educação Profissional e Tecnológica.

7.1.3 Caracterização dos gestores das bibliotecas

Os gestores de bibliotecas entrevistados também foram selecionados seguindo-se técnica de amostragem, conforme já descrito, cujo número foi fixado em 10 participantes.

TABELA 6 – PERFIL DOS GESTORES DAS BIBLIOTECAS

BIBLIOTECÁRIO	ANO FORMAÇÃO	ENTRADA NA UFPR	NÍVEL DE FORMAÇÃO	DATA DA ENTREVISTA
Bib1	1981	1984	E	10/09/13
Bib2	2000	2010	E*	11/09/13
Bib3	2007	2008	E	18/09/13
Bib4	1987	1995	E	25/09/13
Bib5	1992	1989	E	17/09/13
Bib6	1997	1989	E	17/09/13
Bib7	1996	1989	M*	16/09/13
Bib8	1986	1984	E	17/09/13
Bib9	1997	2004	D*	16/09/13
Bib10	1976	1995	M	12/09/13

FONTE: O autor (2013).

LEGENDA: E – Especialização
M – Mestrado
D – Doutorado
* em andamento

NOTA: Descrição da tabela – APÊNDICE V

A TABELA 6 mostra que 4 bibliotecários foram formados no período de 1976 a 1987, 1 no período de 1988 a 1992 e 5 no período de 1993 a 2010. Cinco desses bibliotecários ingressaram na UFPR entre os anos de 1983 e 1989, 2 entre os anos de 1990 e 2000 e 3 entre os anos 2001 a 2010.

A capacitação da equipe é fator fundamental para o SiBi/UFPR alcançar seus objetivos, evidenciando essa sensibilização na formação dos gestores entrevistados: 6 bibliotecários apresentam-se com especialização já concluída e 1 bibliotecário está concluindo, 1 bibliotecário tem mestrado já concluído, 1

bibliotecário está com mestrado por concluir e outro bibliotecário está com doutorado em andamento. A capacitação é voltada para áreas diversas da Biblioteconomia não sendo direcionadas especificamente para inclusão e acessibilidade.

7.2 ACESSIBILIDADE FÍSICA

A coleta de dados ocorreu durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2013, nas 10 bibliotecas selecionadas, sendo baseada no roteiro de observação elaborado segundo a NBR 9050 (ABNT, 2004) e no roteiro de entrevistas semiestruturadas com os 10 gestores de bibliotecas e com os 17 alunos com deficiência. Para efeito de avaliação, o ambiente físico das bibliotecas foi analisado em quatro categorias: acesso às dependências (degrau, rampa de acesso, porta padronizada, catraca e acesso secundário), mobilidade (mais de um pavimento/elevador/rampas internas, distância entre as estantes, espaço para manobra e mobilidade interna), mobiliário (balcão de empréstimo padronizado, guarda-volumes padronizados, mesas padronizadas, bancadas padronizadas para computadores, banheiros adaptados e bebedouros acessíveis) e sinalização (faixa tátil, sinalização em braile, em libras, mesa tátil falante, voz/braile em elevador).

As categorias estabelecidas, assim como os elementos que compõem cada uma delas, foram avaliadas utilizando-se os parâmetros que veremos a seguir. Os elementos relacionados foram inseridos em um banco de dados e recebem valor numa escala de zero a 4 pontos, onde:

- 0 – não se aplica
- 1 – não existe
- 2 – não atende
- 3 – atende parcialmente
- 4 – atende plenamente

Os resultados obtidos, considerando as pontuações, foram tabulados e transformados em tabelas, gráficos de coluna e setores. Para escalonar a acessibilidade obtida, foram determinados os valores:

- acima de 90% – adequado

- de 89 a 60% – parcialmente adequado
- abaixo de 60% – inadequado

Centrou-se a coleta de dados e observação das condições físicas das 10 bibliotecas com base na NBR 9050 (ABNT, 2004), que estabelece critérios e padrões de acessibilidade:

todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 1).

Ambientes favoráveis e espaços acessíveis são fatores determinantes à permanência com sucesso dos alunos com deficiência na universidade. Relata Moreira (2004, p. 81): “a falta de acessibilidade, a impossibilidade de frequentar a biblioteca da universidade, são barreiras à aprendizagem do aluno com comprometimentos motores e físicos”. Tratando-se da biblioteca, que é uma das unidades que melhor representa a instituição, o ambiente físico é um aspecto observado e analisado, pois deve permitir a utilização por todas as pessoas, independentemente de suas limitações. Os dados coletados nas observações e entrevistas relativos a ambiente físico são apresentados na TABELA 7.

TABELA 7 – ACESSIBILIDADE FÍSICA NO SiBi/UFPR

		B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10	TOTAL	%	% Categoria
ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS	Degrau	4	4	4	4	4	4	2	4	4	4	38	95%	80,81%
	Rampa	4	0	0	0	0	0	2	2	0	0	8	67%	
	Porta	4	4	4	4	4	4	3	4	4	4	39	98%	
	Catraca	4	2	4	4	4	4	4	4	4	4	38	95%	
	Acesso Secundário	1	2	1	4	1	1	3	1	1	1	16	40%	
MOBILIDADE	+1 Pavimento/Elevador/Rampa Interna	3	1	4	4	4	4	1	4	1	4	30	75%	74,38%
	Distância entre Estantes	4	4	1	4	4	4	1	4	4	1	31	78%	
	Espaço de Manobra	1	4	1	4	1	4	1	1	4	1	22	55%	
	Mobilidade Interna	4	4	4	4	4	4	2	2	4	4	36	90%	
MOBILIÁRIO	Balcão	2	2	2	4	4	2	2	2	2	2	24	60%	65,42%
	Guarda Volumes	2	2	2	4	2	2	2	2	2	2	22	55%	
	Mesas	4	2	4	4	2	4	2	2	2	2	28	70%	
	Bancada de Computador	2	2	4	4	2	4	4	4	4	4	34	85%	
	Banheiros	4	2	1	4	2	4	1	4	1	4	27	68%	
	Bebedouro	4	1	1	4	1	4	1	4	1	1	22	55%	
SINALIZAÇÃO	Faixa Tátil	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1	13	33%	33,15%
	Braille	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	25%	
	Libras	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	25%	
	Mesa Tátil Falante	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1	13	33%	
	Voz/Braille Elevador	4	1	0	4	0	4	1	0	1	0	15	63%	
TOTAL	55	41	41	70	43	57	36	48	43	42				
	69%	54%	57%	92%	60%	75%	36%	63%	57%	58%				
	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10				
Entrada	85,0%	75,0%	81,3%	100,0%	81,3%	81,3%	70,0%	75,0%	81,3%	81,3%				
Mobilidade	75,0%	81,3%	62,5%	100,0%	81,3%	100,0%	31,3%	68,8%	81,3%	62,5%				
Mobiliário	75,0%	45,8%	58,3%	100,0%	54,2%	83,3%	50,0%	75,0%	50,0%	62,5%				
Sinalização	40,0%	25,0%	25,0%	70,0%	25,0%	40,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%				

FONTE: O autor (2013).

NOTA: Descrição da tabela – APÊNDICE X

7.2.1 Acesso às dependências

Para oferta, autorização e reconhecimento de cursos superiores, um dos itens avaliados pelo MEC é a acessibilidade (BRASIL, 2003). Também a NBR 9050 (ABNT, 2004) estabelece que “nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício”. (ABNT, 2004, p. 40).

A localização das bibliotecas não foi contemplada nos roteiros de observação e entrevistas, pois, baseando-se na NBR 9050 (ABNT, 2004), esta não a menciona. Embora o grande foco da pesquisa sejam as bibliotecas, os alunos também demonstraram em seus relatos dificuldades em outros aspectos na universidade. Quatro alunos se posicionaram apontando o acesso às bibliotecas como obstáculo encontrado. O A2 comenta que existem rampas de acesso no prédio onde se encontra a B6, porém não é tão tranquilo utilizá-las com sua cadeira de rodas, pois consegue subir ao primeiro andar sem ajuda, mas precisa de auxílio para

ao andares seguintes. Comenta que “faltou energia bem no dia que havia prova marcada para ser feita no nono andar, não consegui chegar e perdi a prova. A professora até me perdoou, marcou para outro dia” (A2, entrevistado pela pesquisadora em 22/10/2013). Com relação ainda às rampas, outro aluno menciona: “tenho receio de passar sozinho nas rampas, não tenho confiança, pois são inclinadas demais” (A14, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

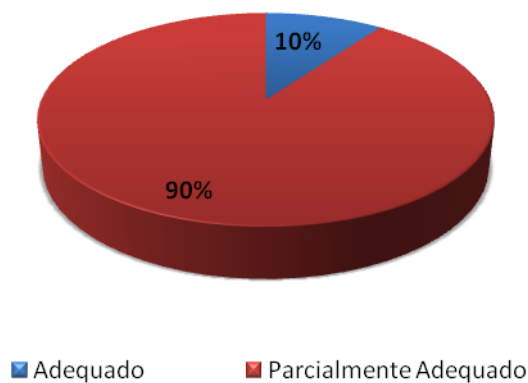
O A6 comenta sobre a existência de barreira encontrada no acesso à B4, devido à presença de escadas no andar inferior, que apresentam dificuldades aos cadeirantes, assim como aos que usam prótese. Desconhecia a entrada pelo andar superior, que é livre de barreiras (A6, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013). Também o A2, no seu depoimento, compartilha que a existência de escadas no andar inferior é um dificultador para o acesso à B4, e relata que não tinha conhecimento da entrada principal pelo andar superior (A2, entrevistado pela pesquisadora em 22/10/2013).

O A14 comenta que, quando precisava usar a B7, acionava a portaria pelo interfone para que alguém abra a porta de entrada do subsolo, que fica ao lado das escadarias. Do subsolo para os andares superiores, utilizava o elevador. Para uso da B2, comenta que o acesso ao prédio é por uma rampa muito inclinada, por isso não consegue transpô-la sozinho e precisa de ajuda, além do fato de o elevador encontrar-se sempre ocupado com materiais (A14, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

O A17 relata que a falta de placas sinalizadoras nos corredores dos prédios informando a localização da biblioteca apresentam-se como elemento dificultador (A17, entrevistado pela pesquisadora em 1/11/2013).

Essas questões apontadas com relação ao entorno das bibliotecas evidencia a falta de critérios e fere os princípios de autonomia, direito de ir e vir e segurança, dificultando a mobilidade dos alunos com deficiência.

GRAFICO 5 – ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS NAS BIBLIOTECAS



FONTE: O autor (2013).

NOTA: Descrição do gráfico – APÊNDICE Z

O GRÁFICO 5 mostra, com relação ao elemento acesso às dependências, que 1 biblioteca (10%) está totalmente adequada e 9 bibliotecas (90%) estão parcialmente adequadas, com 80,81% de pontuação. Constata-se a ausência de degrau, o acesso à entrada apresenta-se contínuo, o que propicia segurança às pessoas, constituindo, dessa forma, um elemento acessível, livre de obstáculo. A porta de entrada também foi objeto de observação: em 9 bibliotecas (90%) é permitida a transposição por pessoa com cadeira de rodas, apresentando vão livre de 0,90m e altura de 2,10m, e registra-se que apenas 1 biblioteca não atende a essa normativa. O Bib5 relata que “anteriormente era impossível o aluno cadeirante entrar na biblioteca; quando assumi a gestão, a prioridade foi trocar a porta, deixando acessível”.(Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013). O A14 relata que as portas da B7 são estreitas e apresentam somente um lado aberto, o que dificulta a entrada: “muitas vezes raspo minha mão nas portas” (A14, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013). Também o A15, no seu depoimento, reforça essa dificuldade, dizendo que “as portas da B7 ficam meio abertas, não sei qual a vantagem disso, mas dificulta a passagem” (A15, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Nas portas de vidro, constata-se faixa sinalizadora ou adesivos. A entrada na B2, embora com acesso secundário, apresenta catraca sem as medidas adequadas para a manobra de cadeira de rodas, o que dificulta a mobilidade de alunos com deficiência. O A8 relata que o acesso está bom, “para mim que ando de

muletas consigo entrar pela catraca, não sei os cadeirantes” (A8, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013). Existe outro agravante nessa biblioteca: para se chegar até a porta de entrada, é preciso passar por um corredor dentro da cantina, o que se constitui um acesso com barreiras. O Bib2 registra que “as barreiras já começam no acesso, para chegar a biblioteca é meio tortuoso, devendo passar pela cantina e na entrada há catraca dificultando o acesso”. (Bib2 entrevistado pela pesquisadora em 11/9/2013).

Outro fator comprometedor com relação ao acesso diz respeito à rampa da B8, que apresenta inclinação fora dos limites estabelecidos. Também foi apontado como barreira pelos alunos A9 e A15 a existência de rampa logo na entrada da B8 e da B7 no portão eletrônico, que forma uma lombada e dificulta a passagem de cadeiras de rodas mesmo quando motorizadas e de pessoas com dificuldade motora (alunos entrevistados pela pesquisadora, A9 em 29/10/2013 e A15 em 31/10/2013).

7.2.2 Mobilidade

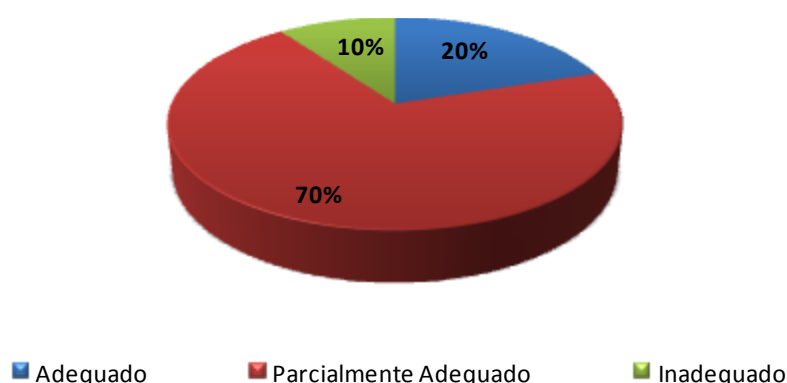
Falar em mobilidade significa movimentar-se com segurança e eficiência. Como demonstram Audi e Manzini (2006, p. 3),

O meio físico possui papel determinante na construção de uma sociedade com base nos princípios da inclusão, pois espaços acessíveis facilitam o desenvolvimento de uma vida social saudável (estudo, trabalho, lazer, atividades operacionais ou de consumo, entre outras). Isso proporciona oportunidade para que os deficientes demonstrem suas capacidades de maneira igualitária às demais pessoas.

Em relação à mobilidade no espaço físico do SiBi/UFPR, os dados observados referem-se a itens que garantem a locomoção por meio de um ambiente com acessibilidade. A observação do elemento mobilidade visa à identificação de possíveis barreiras vivenciadas pelos alunos com deficiência, para que possam ser eliminadas pelas bibliotecas. A organização do espaço interno das bibliotecas deve favorecer a circulação. Caso a biblioteca disponha de mais de um pavimento, podem ser utilizadas rampas internas ou elevadores de transporte de pessoas. A disposição física das mesas e cadeiras deve ser projetada de acordo com o Desenho Universal, permitindo a circulação de todos. A distância entre as estantes de livros e a existência de espaço nos corredores deve permitir a manobra de cadeira de rodas.

No Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, foram disciplinados os requisitos básicos de acessibilidade para todos os estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2004). Quando um ambiente apresenta-se como inacessível, não só se compromete o acesso como se discrimina, segrega e exclui esses alunos de circular livremente por todos os espaços. Respeitar a legislação é garantir aos alunos com deficiência o direito de ir e vir.

GRAFICO 6 – MOBILIDADE NAS BIBLIOTECAS



FONTE: O autor (2013).
 NOTA: Descrição do gráfico – APÊNDICE AA

O elemento mobilidade foi avaliado na B4 como adequado, o espaço interno está de acordo com as especificações normativas (GRÁFICO 6). O A4 relata que a circulação é tranquila, porém o espaço entre as estantes poderia ser um pouco maior, para que o aluno pudesse ficar de frente para localizar o livro (A4, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013). Nas demais bibliotecas, B1, B2, B3, B5, B7, B8, B9 e B10, foi avaliado o elemento mobilidade como parcialmente adequado, com 74,38% de pontuação. Em decorrência, as condições de acessibilidade dessas bibliotecas podem comprometer o acesso dos alunos com deficiência, de modo que ações que visem à adequação e à adaptação desses espaços são importantes. O problema mais sério evidenciado é a inexistência de elevador e rampas internas na B2 e na B9, que apresentam mais de um pavimento e mezanino, o que dificulta a circulação de alunos com cadeira de rodas ou outros acessórios de locomoção.

De acordo com depoimento do Bib9, a acessibilidade na biblioteca que gerencia é zero, “o andar inferior da biblioteca é blindado, não tem elevador, não tem

rampa, só tem escada, e na porta de emergência tem um degrau” (Bib9, entrevistado pela pesquisadora em 16/9/2013.) O Bib2 relata os problemas de mobilidade que os alunos com deficiência encontram na biblioteca: “Não há acesso para o primeiro andar, pois há somente escadas e não há elevadores.” (Bib2, entrevistado pela pesquisadora em 11/9/2013.)

Na B7, encontram-se escadas de madeira e alvenaria que conduzem ao acervo e não atendem às normas de acessibilidade, prejudicando não só o acesso e a circulação como comprometendo a segurança de qualquer pessoa usuária. O A11 refere-se às escadas como um fator complicador: “Para mim, que utilizo prótese⁶, é complicado o uso dessas escadas” (A11, entrevistado pela pesquisadora em 30/10/2013), e o A12 relata que “dá medo usar a escada, é meio perigosa” (A12, entrevistado pela pesquisadora em 30/10/2013). O Bib7 confirma essa problemática “A nossa biblioteca é cheia de mezaninos e escadas, dificultando o acesso e pondo em risco a segurança dos alunos e servidores. Como o prédio é tombado, a própria estrutura não permite adaptação.” (Bib7, entrevistado pela pesquisadora em 16/9/2013).

Vale salientar que o livre acesso aos bens imóveis históricos e culturais deve ser garantido tanto à geração atual quanto às gerações futuras através da preservação do patrimônio cultural, contudo, há necessidade de estabelecer diretrizes de adaptação desses imóveis afim de que as pessoas com deficiência possam conhecer e usufruir desses bens.

Enfocando a problemática da barreira arquitetônica, sinalizam Audi e Manzini (2006, p. 3):

Alunos cadeirantes, diante de uma escada que conduz até a sala de aula, ficam impossibilitados de se locomoverem com autonomia e escolherem seus caminhos. A consequência disso seria o desgaste, o sofrimento e o estresse pela falta de oferta de oportunidades de ir e vir dentro da comunidade escolar.

Ainda na B7, pela falta de espaço físico, e na B8, pela necessidade de reorganização da disposição de mesas e cadeiras nos salões de leitura, apresenta-se uma circulação inadequada, que impossibilita a flexibilização de lugares para alunos com deficiência.

⁶ Prótese de membro inferior.

Relata o Bib8 que “o espaço entre as mesas é bem apertado, ficando comprometida a mobilidade, o aluno com deficiência utiliza as mesas laterais, pois o acesso é mais fácil”. (Bib8, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

Registra-se como ponto positivo nas bibliotecas B1, B4, B6 e B10 a disponibilização de mesas e cadeiras que permitem a mobilidade de todas as pessoas com acessório de mobilidade, sejam bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas e cão-guia.

O Bib4 destaca que:

Foi nossa preocupação desde que fizemos a reforma física retirar as barreiras da biblioteca. No arranjo das estantes, padronizamos os corredores com 0,90m, pois não havia espaço para deixar 1,50m, como preconiza a norma, então atendemos de outra forma a necessidade de giro, deixando um corredor no meio das estantes. Procuramos deixar espaço suficiente entre os mobiliários, adequando tamanho de mesas e cadeiras para os alunos com deficiência circularem livremente. (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013).

Também o Bib6 relata que a biblioteca que gerencia passou por reforma física recente, porém não foi possível adequá-la totalmente, pois o fato de estar localizada no segundo andar já compromete o acesso. Salaria que alguns corredores entre as estantes permitem a circulação, porém não o giro. (Bib6, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

Em três bibliotecas, B3, B7 e B10, a distância entre as estantes de livros é inferior a 0,90m de largura, o que dificulta a mobilidade.

Destaca o Bib3 que:

Os espaços até chegar à biblioteca são amplos e sem obstáculos, porém dentro a mobilidade é comprometida. A distância entre as estantes não permite a circulação de cadeira de roda. O aluno cadeirante precisa solicitar o livro e a gente localiza para ele. (Bib3, entrevistado pela pesquisadora em 18/9/2013).

O Bib10 evidencia o problema da mobilidade na biblioteca, destacando que “a circulação entre as estantes é difícil para os cadeirantes, os corredores são apertados, há problemas de espaço físico. Na situação atual, não há como ampliar os corredores. (Bib10, entrevistado pela pesquisadora em 12/9/2013).

As bibliotecas B1, B5 e B8 também não permitem a manobra de cadeira de rodas, sendo evidenciado o problema nos relatos que seguem. O Bib8 menciona que

“o espaço entre as estantes permite ao cadeirante entrar em alguns corredores, em outros não, há colunas entre eles. A manobra é impossível em todos os corredores. (Bib8, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013). O Bib5 salienta que “o espaço na biblioteca é pequeno, conseguimos o máximo de 90cm nos corredores entre as estantes, porém não foi possível manter espaço para manobra” (Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

Com relação ao espaço entre as estantes, na B7 os depoimentos dos alunos confirmam a não observância das normativas referentes a esse quesito. O A11 diz “que tem que andar de lado entre as estantes” (A11, entrevistado pela pesquisadora em 30/10/2013). Menciona o A12 que “o problema são os corredores muito estreitos entre as estantes” (A12, entrevistado pela pesquisadora em 30/10/2013). Compartilha da mesma opinião o A14: “Os corredores são difíceis de passar, são cheios de colunas, sem possibilidade de manobra. Tenho que voltar de costas.” (A14, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013). Um fator que dificulta a circulação, observado na B2, é a presença de obstáculos estruturais da construção, nos corredores entre as estantes de livros, embora o espaço exigido para manobra seja atendido em outros pontos da biblioteca. O depoimento do A6 mostra uma outra visão, também interessante, com relação ao espaço dos corredores entre as estantes: “Quanto mais estreito o corredor, para os muletantes é melhor, dá mais apoio e segurança, ao contrário do cadeirante, que precisa de maior espaço para circular e fazer o giro” (A6, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013).

Das entrevistas realizadas, evidenciam-se também as dificuldades encontradas com relação à altura das estantes. A NBR 9050 (ABNT, 2004) não menciona a altura padrão, porém, estabelece o alcance máximo confortável de um 1,20 m. Registra-se que para o cadeirante, e para os alunos de baixa estatura, é difícil alcançar os livros que estão na última prateleira. Por um lado, deve-se tentar eliminar esse obstáculo oferecendo a esses alunos a possibilidade de acesso ao livro, o que favorece sua autonomia, e por outro lado esbarra-se num problema geral das bibliotecas, que é a falta de espaço.

Verifica-se que cinco bibliotecas, B1, B4, B6, B7 e B9, apresentam mais de um pavimento. Destas, 3 são contempladas com elevadores, sendo que destes elevadores um apresenta defeito, o que torna o ambiente inacessível.

Destaca o Bib1:

Tudo o que o aluno precisa encontra-se em um único plano, o acesso é permitido ao acervo e não há comprometimento com a mobilidade no salão de leitura, contudo o banheiro está em outro plano e o elevador que dá acesso não funciona. (Bib1, entrevistado pela pesquisadora em 10/9/2013).

Pelos depoimentos dos alunos, os elevadores apresentam algumas dificuldades. O A4 relata que “na B4 o elevador fecha a porta muito rápido, e deveria ser um pouco maior para facilitar a manobra” (A4, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013). O A2 também narra a dificuldade com relação ao tamanho do elevador na B6: “Entro na posição de sair, não é possível manobrar dentro” (A2, entrevistado pela pesquisadora em 22/10/2013). O A14 diz que “o elevador do prédio que dá acesso à B7 é acessível, se estiver sozinho para manobrar dentro dele” (A14, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013). O A10 relata:

Tenho várias cadeiras e nem sempre entram no elevador, para isso preciso pensar nos espaços que vou encontrar durante o dia, para saber qual cadeira usar. [...] apesar de, até onde eu posso, a gente vai, quando não dá mais as pessoas se dispõem a ajudar. (A10, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013).

Duas bibliotecas, B2 e B9, não possuem elevador e nem rampas internas, o acesso se dá exclusivamente por escadas, as quais não se encontram adequadas às normas específicas, constituindo-se como barreira física. O Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, define barreira como “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação” (BRASIL, 2004, p. 3).

Observa-se que a falta de acessibilidade em ambientes das bibliotecas impede o acesso dos alunos com deficiência a alguns espaços, o que dificulta o desenvolvimento de suas atividades e compromete sua autonomia e segurança. As barreiras enunciadas nos depoimentos evidenciam a necessidade de estabelecer programas e ações que garantam condições necessárias de mobilidade, para que as leis se efetivem e para que todos os alunos possam utilizar todos os espaços da biblioteca.

7.2.3 Mobiliários

Foram avaliados elementos componentes do mobiliário das bibliotecas. O balcão de empréstimos deve estar de acordo com as especificações técnicas:

Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m. Deve ser garantido um módulo de referência, posicionado para aproximação frontal ao balcão, podendo avançar sobre o balcão até no máximo 0,30m. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 93).

Pelo menos 5% do total de guarda-volumes deve ser acessível, livre de barreiras e com sinalização por meio do símbolo internacional de acesso.

Com relação às mesas, a NBR 9050 (ABNT, 2004, p. 88) estabelece que “pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis”. Recomenda-se, além disso, “que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade”.

O mesmo ocorre com terminais de consulta por meio de computadores, pelo menos 5% do total deles devem ser acessíveis, e que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Para os bebedouros se estabelece a instalação de 50% acessíveis, por pavimento, respeitando o mínimo de um e devem estar localizados em rotas acessíveis (ABNT, 2004, p. 90). As bibliotecas devem assegurar que

os sanitários e vestiários de uso comum ou uso público devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada. Quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo. Recomenda-se a instalação de uma bacia infantil para uso de crianças e de pessoas com baixa estatura. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 64).

Com relação ao mobiliário, as bibliotecas avaliadas obtiveram a pontuação de 65,42%; destas, duas (20%) apresentam o balcão de empréstimo em conformidade com as especificações, altura livre de no máximo 0,73m do piso e profundidade livre de no mínimo 0,30m; as demais bibliotecas foram consideradas inadequadas, com medidas incompatíveis com a NBR 9050 (ABNT, 2004), o que impede a aproximação (GRÁFICO 7). Pupo, Melo e Ferres (2008, p. 53) destacam

que o “balcão de atendimento é o cartão de visitas de qualquer biblioteca, cujas metas devem prever que todas as facilidades e serviços sejam acessíveis a todos”.

Os depoimentos dos alunos entrevistados ilustram os problemas de acessibilidade nos balcões de atendimento nas diferentes bibliotecas. Os alunos apresentam sugestões inclusive para as que estão em conformidade com as normas. Referindo-se à B4, na sua fala o A4 relata que “para mim o balcão é muito alto, não consigo alcançar o teclado para digitar a senha no momento do empréstimo, sugiro que se providencie uma parte mais baixa e com recuo” (A4, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013). O A5 reforça essa necessidade: “Não precisaria ser todo abaixado, apenas uma parte com rebaixamento para atender não só o cadeirante mas também a pessoa com baixa estatura” (A5, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013).

O Bib4 salienta: “Pensamos em fazer um balcão para que o aluno com deficiência tivesse um atendimento com qualidade, ele foi planejado e executado dentro dos padrões de acessibilidade”. (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013).

O A2 enfatiza que na B6 o uso do balcão é um desconforto, “preciso que o teclado seja levado para baixo quando digito a senha para efetuar o empréstimo” (A2, entrevistado pela pesquisadora em 22/10/2013). Também o A14 e o A15 mencionam que o balcão da B7 é alto, apresenta obstáculo e dificuldade para digitar a senha (A14 e A15, entrevistados pela pesquisadora em 31/10/2013), com relação à B8 o relato é do A9, que diz ser o balcão muito alto para o cadeirante (A9, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013). O A8 refere-se ao balcão da B2 dizendo que “um apoio mais baixo tornaria mais confortável o seu uso” (A8, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013).

O relato do Bib5 demonstra a atenção com o aluno com deficiência no planejamento do balcão de empréstimo: “A gente trocou o balcão, priorizamos um nem alto nem baixo, tentamos deixar compatível com a norma, enfim, tentamos deixar da forma mais prática possível”. (Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013). Também o Bib10 demonstrou sua preocupação com relação ao obstáculo que o balcão inadequado traz aos alunos com deficiência: “Já estamos solicitando a execução de um novo balcão, penso que entrará na próxima licitação”. (Bib10, entrevistado pela pesquisadora em 12/9/2013).

Em todas as bibliotecas estudadas existem armários guarda-volumes, porém apenas uma biblioteca (10%) disponibiliza o percentual de guarda-volumes exigido pela norma, sendo a única que apresenta o símbolo internacional de acesso, de acordo com a Lei n. 7.405/1985, que preconiza a obrigação, nos estabelecimentos de ensino, da colocação do símbolo em todos os locais e serviços que possibilitem a utilização por pessoas com deficiência (BRASIL, 1985). Os alunos relatam as dificuldades encontradas para uso dos guarda-volumes. O A5 diz não ter problemas na B4 com relação a esse item, e sua sugestão para as pessoas que não apresentam deficiência seria a de não utilizar a fileira de baixo, disponibilizando para os alunos com deficiência os espaços de guarda-volume horizontais, de modo que esses alunos possam alcançá-los só com os braços, sem forçar a coluna (A5, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013). O A4 relata que

para mim, os guarda-volumes não são adequados e nunca serão, preciso do acesso de frente, pois de lado fica longe para mim, o que falta é um recuo para a cadeira entrar um pouco mais, sugiro um sistema alternativo que simplificasse o acesso inclusive na abertura. (A4, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013)

Fazendo um resgate das políticas públicas de acessibilidade, Negrini et al. (2010) salientam que essas enfatizam principalmente as condições físicas para superação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, no entanto, quando se trata de educação inclusiva, essas barreiras não se direcionam somente nessa linha:

Verifica-se que cada caso, cada sujeito, possui uma necessidade singular, que permeia o contexto da acessibilidade, da necessidade de condições, de apoio, para ter acesso a todos os ambientes e contextos educacionais, alguns necessitando de apoios físicos, outros de comunicação, outros arquitetônicos, etc. (NEGRINI et al., 2010, p. 295).

O A14 e o A15 dizem que os guarda-volumes da B7 não são acessíveis e não se consegue alcançá-los (A14 e A15, entrevistados pela pesquisadora em 31/10/2013). O A8 sugere a construção de uma plataforma de apoio para uso dos guarda-volumes na B2 (A8, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013).

Mesas e cadeiras com medidas padronizadas para uso dos alunos com deficiência apresentam o valor de 28 pontos (70%), e apenas as bibliotecas B1, B3, B4 e B6 enquadram-se na pontuação máxima. O uso do mobiliário como facilitador

na permanência dos alunos com deficiência no ensino superior é apontado pelo A13, que relata:

Prefiro o ambiente da B6 porque usam carteiras individuais, não tem tanta comunicação entre os alunos, o que facilita o aprendizado. Apesar de ter deficiência auditiva, o barulho me incomoda. (A13, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

As bancadas para uso de computadores apresentam-se acessíveis em 7 bibliotecas (70%), B3, B4, B6, B7, B8, B9 e B10, porém o uso dos computadores nas bibliotecas B1, B2 e B5 ficam prejudicados pela estrutura inadequada. A localização dos computadores deve ser acessível, assim como os cuidados com as características ambientais devem seguir as recomendações de acessibilidade (redução de barulhos, cuidados com reflexo de janelas ou luz artificial sobre as telas dos computadores).

Como o número de alunos com deficiência cresce, eles dependerão cada vez mais da biblioteca, de seus serviços e de acesso a computadores com tecnologia adaptada para apoiar o processo de aprendizagem. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2009).

Bebedouros acessíveis foram pontuados com o valor de 22 pontos (55%), presentes nas bibliotecas B1, B4, B6 e B8. É importante que o bebedouro tenha dupla altura de torneira, de modo a facilitar a sua utilização pelos alunos com baixa estatura, e a base recuada facilita a aproximação dos alunos cadeirantes. (AUDI, 2004).

Com relação a banheiros adequados e adaptados, a pontuação obtida nas bibliotecas foi de 28 pontos (70%), com valores máximos nas bibliotecas B1, B4, B6, B8 e B10; na B8, embora internamente adaptado, o banheiro apresenta obstáculos na porta, o que obstrui a passagem.

O Bib8 relata o problema que ocorre no banheiro: “Diz-se que é adaptado, porém apresenta um obstáculo bem na frente da porta, impossibilitando a manobra no seu interior”. (Bib8, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

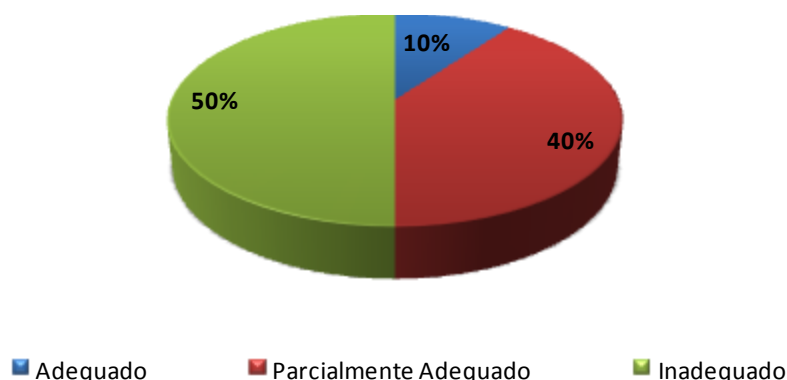
Três bibliotecas, B3, B7 e B9, não dispõem de banheiros nas dependências internas e o uso é feito externamente.

A biblioteca tem que possuir banheiros acessíveis com a máxima prioridade. Um dos direitos básicos que qualquer pessoa deve ter é o acesso irrestrito e condições de privacidade ao que se refere à higiene pessoal. (PUPO; MELO; FERRES, 2008, p. 28).

Os entraves ao uso de banheiros nas bibliotecas são observados nas falas de alguns alunos, como o A10: “Banheiro, só externo, o elevador de acesso ao andar onde se encontra o banheiro não funciona” (A10, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013), o A14: “Banheiro nas dependências da biblioteca? Desconheço, utilizo os externos.” (A14, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Conforme observa-se no GRÁFICO 7, no quesito mobiliário, 10% (1 biblioteca) apresenta-se como adequada, 40% (4 bibliotecas) como parcialmente adequadas e 50% (5 bibliotecas) como inadequadas.

GRÁFICO 7 – MOBILIÁRIO NAS BIBLIOTECAS



FONTE: O autor (2013).
 NOTA: Descrição do gráfico – APÊNDICE AB

7.2.4 Sinalização

O canal de comunicação entre biblioteca e usuários se dá por meio da sinalização, que pode ser visual, tátil, sonora ou braile. A visual é realizada com textos e figuras; a tátil é realizada por meio de caracteres em relevo, braile ou figuras em relevo e a sonora é realizada com recursos auditivos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 16). Salientam Pupo, Melo e Ferres (2008) que comunicações de emergência devem ser apresentadas em todos os

setores da biblioteca, em forma visual, auditiva e se possível vibratória. Complementa que, para as informações relevantes, deve-se usar a forma visual e tátil, podendo apresentar-se também em forma acústica.

A sinalização dos espaços deve seguir a Norma 9050 (ABNT, 2004): a cor dos caracteres deve contrastar com o fundo e este com o ambiente, e, considerando-se o grau de luminosidade existente, o tamanho dos caracteres dependerá do alcance da visão. A indicação de acessibilidade pelo símbolo internacional de acesso deve ser utilizada em locais que não apresentam barreiras arquitetônicas, o que permite às pessoas com deficiência se movimentar, fazendo valer o direito de ir e vir.

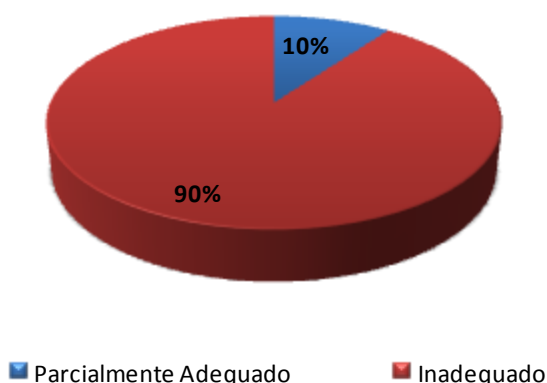
Os pisos táteis devem transmitir, por meio da cor, da textura ou de efeitos sonoros, informação e orientação segura à pessoa com deficiência. Os pisos táteis direcionais indicam o caminho a ser percorrido e os pisos táteis de alerta indicam a mudança de direção (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

O elemento sinalização teve uma pontuação de apenas 17 pontos (33,15%), sendo considerado inadequado. A ausência de sinalização prestando informações, identificando os espaços e percursos, é um problema que compromete a acessibilidade.

A falta de acessibilidade envolve risco de segurança para as pessoas com mobilidade reduzida. Portanto, isso não implica somente em cercear o direito de ir e vir da pessoa, mais expô-la a acidentes (...). (OLIVEIRA, 2003, p. 96).

Uma das exceções no quesito sinalização é a B6, que implantou projeto de comunicação visual contemplando cor, campo de visão, altura das placas, tamanho das fontes, propiciando economia de tempo no acesso ao acervo e ambiente agradável. Esse foi um projeto-piloto de sinalização, embora não atenda na íntegra às normas de acessibilidade da ABNT, que será implantado com adaptações nas demais unidades do SiBi/UFPR.

GRÁFICO 8 – SINALIZAÇÃO NAS BIBLIOTECAS



FONTE: O autor (2013).

NOTA: Descrição do gráfico – APÊNDICE AC

Sinalização com caracteres em braile e em relevo nas placas sinalizadoras, e em libras, inexistem em todas as bibliotecas, faixa tátil direcional e de alerta está presente apenas na B4, assim como sinalização sonora e em braile no elevador (GRÁFICO 8). Relata o A1 que “com a implantação do piso tátil na B4 fica muito mais fácil encontrar a porta da biblioteca, e da porta é só seguir reto para o balcão e solicitar o livro que um funcionário buscará” (A1, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013).

Com relação à sonorização, a B4 está implantando a mesa tátil falante, que permite orientar o aluno com deficiência visual para acesso e uso de recursos, áreas de serviço, informar regulamentos, horários e prover outras informações.

O projeto de sonorização na B4 está em andamento, conforme relata o Bib4: “Já temos equipamentos que estão sendo ajustados, trabalhamos em colaboração com profissional da comunicação, objetivando dar informações para as pessoas que estão dentro da biblioteca” (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013), e acrescenta que o projeto tende a expandir-se para sistema de TV, com notícias e informações contínuas.

O aumento do tamanho da fonte das etiquetas de lombada nos livros é um fator observado nas bibliotecas B1, B4, B5 e B8, variando de tamanho entre elas, o que se busca é um tamanho padrão das letras. Recomenda-se que para o uso da tipografia certa a demanda é o melhor método para atender às necessidades. De acordo com o A9, a etiqueta nas lombadas dos livros é pequena demais, o tamanho ideal da fonte seria o 16, e o tipo a ser usado deveria ser o mais simples possível,

por exemplo o Arial ou o Calibri, pois são fontes sem detalhes rebuscados (A9, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013).

Verifica-se nas falas dos bibliotecários que a sinalização é improvisada e atende precariamente. Cita-se o relato da Bib2, que confirma essa situação: “Hoje na verdade é bem difícil, para ser franca não temos nenhum recurso na biblioteca com relação a piso tátil, som, braile, que possa identificar a sinalização” (Bib2, entrevistado pela pesquisadora em 11/9/2013). Nesse caso, o projeto de sinalização deve ser viabilizado nas bibliotecas, buscando soluções para as demandas não atendidas com relação à acessibilidade.

O relato dos alunos confirma a precariedade da sinalização nas bibliotecas: o A12 diz que “até hoje a gente encontra dificuldades para localizar-se na biblioteca, a sinalização é praticamente inexistente. Caso não tivesse ocorrido a visita nas bibliotecas na primeira semana, ninguém se acharia” (A12, entrevistado pela pesquisadora em 30/10/2013). Relata o A14 que não tem problema na localização dos livros, porém “as placas de sinalização nas estantes são dispostas mais altas do que minha visão alcança” (A14, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013). Menciona o A7 que “encontra maior facilidade na localização dos livros e dificuldades na identificação de percursos, ou seja, há ausência de sinalização direcional” (A7, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013). “A sinalização ainda é precária, o usuário acaba encontrando porque tem apoio, mesmo que não solicite alguém vem ajudar, a precariedade da sinalização é suprida pela ajuda dos funcionários” (A6, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013). Salienta o A5 que “quando tem pessoas para ajudar tudo bem, mas o ideal é facilitar o acesso, pois dá um certa autonomia para o aluno” (A5, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013). O relato do A3 mostra a necessidade de um mapeamento direcional ou a presença de uma pessoa para orientar o aluno com deficiência visual:

na entrada da biblioteca, nem sempre há uma pessoa na porta que possa acompanhar, ou uma explicação em áudio, bem como em forma tátil para orientar o aluno no espaço físico, tudo isso seria bem interessante. Para a pessoa com deficiência visual, a sinalização nos livros e nas estantes não faz diferença, porque ela não vai utilizar o livro em tinta. Já para os alunos com baixa visão, é necessário pensar em sinalização com letras grandes. (A 3, entrevistado pela pesquisadora em 23/10/2013).

Pelo relato, percebe-se que para o aluno com deficiência visual a sinalização inadequada ou a ausência de sinalização é um grave problema, que cerceia o direito de ir e vir da pessoa.

Para Silva, L. G. (2011, p. 160),

As pessoas cegas podem ser olhadas e entendidas como pessoas diferentes, sim, enquanto aparência, enquanto forma de comunicação; enquanto indivíduo, mas iguais às demais pessoas, enquanto capacidade produtiva e relacional, com enorme potencial a ser desenvolvido e com possibilidade de desenvolver vários trabalhos a serviço de que a sociedade precise, desde que lhe sejam oferecidas oportunidades e condições necessárias.

Já o depoimento do A16 salienta a necessidade de sinalização diferenciada para o aluno com surdez:

É uma deficiência das mais severas e que não tem tantos recursos, precisa-se do visual, da imagem, e sobretudo de uma pessoa de prontidão para auxiliar. Insisto, precisa-se de uma pessoa que saiba orientar, tem que ter uma intimidade com a cultura surda e com a linguagem dos sinais. Provavelmente não teria como capacitar todos os funcionários, então a solução seria utilizar uma sinalização mais clara e visual. (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Fernandes (2010, p. 14) destaca a utilização da visão como meio de comunicação e interação com o mundo, por parte do aluno surdo:

Diferentemente de outros surdos com perdas auditivas parciais, que se utilizam da linguagem oral, predominantemente na sociedade, os sujeitos surdos que priorizam a comunicação visual, nas interações verbais, têm uma história marcada pela exclusão e marginalização.

A pessoa surda compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente por meio da língua brasileira de sinais (libras).

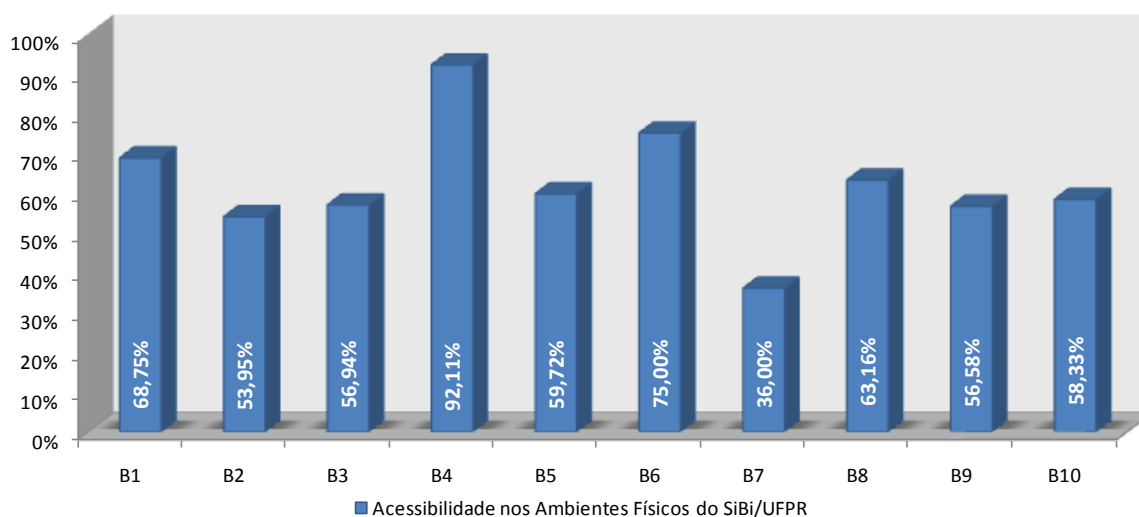
Identificou-se nesta pesquisa que os alunos surdos são os que mais apresentam dificuldades no acesso à biblioteca. Para esses alunos, o problema de comunicação é ainda maior e a sinalização nas bibliotecas deve priorizar o uso de imagens e também a presença de intérprete é fundamental na interação com os ouvintes.

Cabe uma referência a respeito da urgência em discutir encaminhamentos, ações e programas de sinalização para o SiBi/UFPR. Com relação às informações

disponibilizadas nas bibliotecas, é imprescindível o uso de suportes, facilmente visíveis, com sentenças claras e compreensíveis. A sinalização externa é convite para que os alunos entrem na biblioteca e a sinalização interna orienta sobre a distribuição dos espaços e a localização do acervo, fornecendo indicações básicas para o uso de matérias e equipamentos. Recomenda-se o uso de maquetes visuais ou táteis, o uso de *site* das bibliotecas, redes sociais e outros meios para que informação chegue a toda a comunidade. Conforme preconiza a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias⁷ (2002), citada por Paula (2009) e já mencionada anteriormente, as barreiras para a informação devem ser removidas, especialmente as que favorecem a desigualdade, a pobreza e o desespero.

O GRÁFICO 9 apresenta o valor, em porcentagem, obtido em cada uma das bibliotecas, pela somatória dos pontos acumulados em todos os elementos que compõem o ambiente físico.

GRÁFICO 9 – ACESSIBILIDADE NOS AMBIENTES FÍSICOS DO SiBi/UFPR



FONTE: O autor (2013).

NOTA: Descrição do gráfico – APÊNDICE AD

A avaliação mostrou a seguinte classificação quanto à medida de acessibilidade em porcentagem no ambiente físico das bibliotecas: B4 = 92%, B6 = 75%, B1 = 69%, B8 = 63%, B5 = 60%, B3 e B10 = 68%, B9 = 57%, B2 = 54%, B7 =

⁷ FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Manifesto da IFLA sobre a internet 2002**. Disponível em: < <http://www.ifla.org>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

36%, o que evidencia a necessidade de discussões e planejamentos para a implantação da política institucional para que todas as bibliotecas tenham uma perspectiva inclusiva.

Esses resultados permitem definir que a B4 apresenta a melhor porcentagem, sendo considerada adequada à acessibilidade física. Esse fato deve-se principalmente pela preocupação da biblioteca com essa temática, desde a reforma e ampliação de sua área física (2007-2011). Esse ponto mostra-se prioritário na quebra de barreiras, a fim de tornar o espaço cada vez mais acessível e possível de ser utilizado por mais alunos, e essa atenção é observada no arranjo das estantes e corredores padronizados, como preconiza a NBR 9050 (ABNT, 2004), na instalação de pisos táteis direcionais e de alerta, na instalação de elevador de passageiros e na adequação de banheiros. Foi constatado que a mobilidade é possível para todos, sobretudo para cadeirantes, para alunos com muletas, ou com outro tipo de aparelho de locomoção, o tamanho das mesas e cadeiras é adequado para os alunos circularem livremente. O balcão de empréstimo foi projetado para manter o funcionário e o aluno no mesmo nível de visão, para não intimidar nem um nem outro; os guarda-volumes são sinalizados para uso específico dos alunos com deficiência. As transformações ocorridas na B4 visam assimilar o novo paradigma, removendo os obstáculos e barreiras para atender às necessidades dos alunos com deficiência e estabelecer padrões de qualidade para as avaliações do MEC, uma vez que a acessibilidade nas bibliotecas é um instrumento de avaliação de cursos de graduação.

As bibliotecas B1, B5, B6 e B8 foram avaliadas quanto ao ambiente físico como parcialmente adequadas, embora tenham atingido pontuação acima de 60% em relação ao total. Merecem mais cuidado e atenção, a fim de que seus espaços possam ser mais acessíveis e utilizáveis por uma gama maior de estudantes. Verifica-se que as quatro bibliotecas atendem à padronização dos corredores com espaço para circulação de aluno cadeirante no arranjo das estantes, contudo em nenhuma delas o espaço para manobra é atendido, então há necessidade de redimensionamento do *layout*. O balcão de empréstimo apresenta-se com medidas compatíveis apenas na B5, a sinalização nos guarda-volumes inexistente em todas as quatro bibliotecas e bancadas de computadores apresentam-se acessíveis somente na B6 e B8. A pesquisa indica que a B5 não dispõe de banheiro adaptado e bebedouro acessível. A presença de barreiras demonstra que a qualidade dos

ambientes está comprometida, necessitando de adaptação e/ou construção desses elementos. Essas mudanças são necessárias para a observância das leis de acessibilidade, no sentido de preparar melhor as bibliotecas não só para a avaliação do MEC, mas sobretudo para receber com atenção e qualidade os alunos com deficiência, contribuindo assim com o processo inclusivo no ensino superior.

Observa-se a B6 como a única biblioteca com projeto de comunicação já implantado, que será utilizado como padrão para as demais bibliotecas. É necessário destacar que inexistem a sinalização em braile, áudio ou tátil, o que dificulta a comunicação com os alunos com deficiência, comprometendo assim a acessibilidade.

B2, B3, B7, B9 e B10 recebem uma pontuação abaixo de 60%, o que mostra que a acessibilidade no elemento ambiente físico é inadequada. Pode-se mencionar que a remoção de catraca, e a instalação de elevador ou rampa de acesso parece ser a maior necessidade em termos de acesso físico na B2. Na avaliação diagnóstica, verifica-se que a remoção de escadas na B7 merece atenção, pois elas significam pontos de perigo e exclusão. Além disso, é necessário redimensionamento do *layout*, obedecendo a padronização de corredores nas estantes, com espaço para manobra e reorganização de mesas e cadeiras para atender à mobilidade e viabilizar a circulação dos alunos com deficiência.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é a inadequação dos balcões de empréstimo observada nas cinco bibliotecas, que dificulta a comunicação com alunos com deficiência. Desse modo, a substituição dos balcões por novos, ou a adaptação com medidas compatíveis, se mostra necessária.

Os guarda-volumes, mesas, cadeiras e bancadas de computadores também não estão compatíveis com as especificações.

Menciona-se a falta de bebedouros acessíveis e banheiros adaptados, sendo que nas bibliotecas B3, B7 e B9 não existem banheiros. Isso ocorre pelo fato de as bibliotecas estarem instaladas em espaços impróprios, que não foram projetados para esse fim. Outro fator evidenciado com relação à B7 é a dificuldade de modificação estrutural, por esta estar instalada em prédio antigo, tombado pelo patrimônio histórico e cultural. Nesse sentido, as intervenções para torná-lo acessível a todos passam por restrições.

A NBR 9050 (ABNT, 2004, p. 79) determina que:

- Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nessa norma, porém atendendo aos critérios específicos a serem aprovados pelos órgãos do patrimônio histórico e cultural competentes.
- Nos casos de áreas ou elementos onde não seja possível promover a adaptação do imóvel para torná-lo acessível ou visitável, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável.

Dessa forma as intervenções adotadas para eliminação de barreiras, visando a acessibilidade aos bens culturais devem compatibilizar-se com a sua preservação, assegurando condições de acesso e facilitando a compreensão de seu acervo a todos.

A B9 instala-se em prédio mais recente, entretanto, necessita de mudanças e adaptações compatíveis com as especificações de acessibilidade.

7.3 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL

Atualmente, o uso das TIC tornou-se tão comum, principalmente entre a população jovem, cercada de computadores, internet, celulares e material audiovisual para seus afazeres diários, que a designação dada a essa população é Geração Z.

Salienta sabiamente a estudiosa Radabaugh (1993): “Se para as pessoas sem deficiência a tecnologia facilita as coisas, para as pessoas com deficiência a tecnologia torna as coisas possíveis.”

As TIC são ferramentas fundamentais no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, assim como no trabalho, reduzindo as diferenças e tornando possível a participação dessas pessoas nas diversas atividades sociais. Possibilita também desenvolverem suas potencialidades, contribuindo para sua autoestima e autonomia.

Para efeito de análise da acessibilidade informacional, a avaliação foi estruturada em acervo em diferentes formatos e TIC. Dentro do elemento acervo em formatos diferenciados, foram considerados os itens formato em braille, formato em áudio e outros. A análise da tecnologia assistiva baseia-se nos seguintes itens: computador com sintetizador de voz, leitor autônomo, sistema de ampliação, mesa

tátil falante, *softwares* específicos, linha braile, máquina de datilografia braile, impressora braile, *scanner* acoplado a computador, fones de ouvido e lupas.

Conforme Manzini (2005, p. 82),

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia a dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de ampliação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência.

A Portaria n. 3.284/2003 refere-se ao compromisso da instituição em garantir ao aluno portador de deficiência visual impressora braile acoplada ao computador, sistema e síntese de voz e *software* de ampliação de tela, entre outros equipamentos. (BRASIL, 2003).

Para que uma biblioteca seja considerada acessível, não deve haver barreiras em instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo. Afirmam Pupo, Melo e Ferres (2008, p. 17): “Torna-se cada vez mais importante que propostas para acessibilidade de pessoas com características específicas estejam articuladas à promoção da qualidade de vida para todos”.

Com relação ao livro em braile, apesar de ser um meio de alfabetizar o aluno cego, apresenta problemas na armazenagem, são obras caras, de difícil manuseio, e faltam pessoas especializadas para o ensino da escrita braile. Ressalta-se que nem todas as pessoas cegas sabem braile. Quanto aos livros falados, segundo Silva e Barbosa (2011, p. 7), o custo é mais baixo, porém a forma de produção é amadora devido à falta de recursos humanos para sua produção. Cabe sinalizar a observação da Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (2009) a respeito do livro falado:

O livro falado digital no formato DAISY pode conter o texto completo do livro que foi gravado, bem como as imagens ou outros conteúdos em multimídias, de modo que tudo possa estar sincronizado e divertido, como um todo para um grande número de usuários incapazes de utilizar material impresso. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2009, p. 56).

Cabe à biblioteca comprometer-se com a avaliação das necessidades de seus alunos, oferecendo formatos alternativos, seja em braile e/ou falado ou ainda em outro formato.

Outra prática e ferramenta a ser avaliada são as publicações eletrônicas, capazes de quebrar as barreiras e disponibilizar os conteúdos de forma acessível para as pessoas incapazes de utilizar material impresso devido à deficiência.

Baseados na Portaria n. 3.284/2003 do MEC, que condiciona os processos de credenciamento das instituições de ensino superior e reconhecimento de seus cursos, buscou-se neste levantamento a existência de infraestrutura adequada em equipamentos, serviços e recursos facilitadores aos alunos com deficiência no SiBi/UFPR (BRASIL, 2003). Lupas para auxiliar as pessoas com deficiência visual, que necessitam de ampliação de textos e imagens, na leitura e na escrita, e fones de ouvido para proporcionar audição privada para os alunos com deficiência visual que precisam de informação sonorizada. Como apoio ao uso do computador, sistemas que ampliem o conteúdo apresentado na tela e os *softwares* especializados que auxiliam os alunos com deficiência visual, como, por exemplo, o JAWS, o Virtual Vision e o DosVox. *Scanner* acoplado ao computador, máquina de datilografia braile, linha braile utilizada como alternativa aos leitores de tela, impressora braile que imprime as informações codificadas em texto para o sistema braile, leitor autônomo que descreve o conteúdo de livros em papel e/ou textos de páginas de internet, todos esses facilitadores visam auxiliar os alunos com deficiência visual impossibilitados de utilizar informações impressas, aumentar capacidades funcionais e promover a autonomia e independência das pessoas com deficiência que as utilizam, conforme já descrito por Mazzoni et al. (2001) quando destaca o uso e os benefícios das TIC. Também Pupo, Mello e Ferres (2008) salientam que o uso de tecnologias nas bibliotecas visa facilitar a vida acadêmica do aluno com deficiência no ensino superior, auxiliando no cumprimento da Portaria n. 1.679, de 2 de dezembro de 1999, que diz que a instituição deve proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio e equipamentos necessários para auxiliar o aluno com deficiência, promovendo sua autonomia.

TABELA 8 – ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL

		B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10	TOTAL	%	% Categoria
Acervo	Braille	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	3,33%
	Áudio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
	Outros	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	10%	
TIC	Computador com sintetizador de voz	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	10%	23,64%
	Leitor autonomo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	10%	
	Sistema de Ampliação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	100%	
	Mesa Tátil Falante	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	10%	
	Software Específicos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	10%	
	Linha Baille	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	10%	
	Máquina de Datilografia Braille	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
	Impressora Braille	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
	Scanner Acoplado ao Computador	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	100%	
	Fones de Ouvido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
	Lupas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	10%	
TOTAL		2	2	2	8	2	3	2	2	2	2			
		14,3%	14,3%	14,3%	57,1%	14,3%	21,4%	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%			

FONTE: O autor (2013)

LEGENDA: 0 – não existe

1 – existe

NOTA: Descrição da tabela – APÊNDICE AE

O acervo do SiBi/UFPR é composto de livros, teses, dissertações, monografias, periódicos, CD-ROM, DVD, VHS, cassete, folhetos, mapas, testes psicológicos, partituras, *slides*, filmes, gravuras, apostilas e fotografias. A TABELA 8 mostra que os acervos específicos não foram observados em 100% das bibliotecas, assim como a bibliografia básica e complementar em formato acessível para deficientes visuais. Foi relatado pelos 10 bibliotecários que as bibliotecas não comportam a duplicação do número de livros que compõe o acervo (349.358 títulos e 555.796 exemplares), quer em braile quer em áudio. O atendimento se faz de acordo com a demanda, ou seja, cabe à biblioteca adequar o acervo às necessidades dos usuários. As dificuldades encontradas apresentam-se como desafios a serem superados e o uso das tecnologias assistivas são apresentadas como suportes informacionais para suprir a inexistência de material em braile e áudio.

O serviço de biblioteca ideal é aquele onde cada indivíduo, independente do grau de limitação visual, tem acesso aos materiais e informação na hora em que necessite, em um formato que possa ser utilizado, e em quantidades que sejam suficientes, e cujas necessidades são compreendidas. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2009, p. 26).

Um papel importante da biblioteca é analisar as necessidades da comunidade interna e externa da universidade e garantir que os serviços estejam sintonizados com essas necessidades.

Cabe aqui sinalizar como fator relevante em relação à transcrição de conteúdos de fontes de informação para diferentes formatos a não caracterização de desrespeito à Lei de Direitos Autorais.

No cap. 4.º, art. 46, da Lei n. 9.610, define-se que

não constitui ofensa aos direitos autorais [...]de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema braile ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários. (BRASIL, 1988).

A Lei de Direitos Autorais protege os trabalhos dos autores de serem ilegalmente copiados, exceção à regra quando o uso se destina a pessoas cegas.

Na avaliação das tecnologias assistivas, a pontuação foi a de menor valor obtido, 23,64%, pois a inexistência de máquina de datilografia braile e impressora braile ocorreu em todas as bibliotecas. O Bib9 relata “a gente não consegue atender à demanda das pessoas que não têm nenhuma deficiência, as pessoas que apresentam alguma deficiência ficam muito mais aquém” (Bib9, entrevistado pela pesquisadora em 16/9/2013). Computador com sintetizador de voz, leitor autônomo, mesa tátil falante, *software* específico, linha braile e fones de ouvido estão presentes apenas na B4, o que se justifica por ser esta biblioteca a unidade-piloto, que atende às demandas de todos os alunos com deficiência no SiBi/UFPR. Sistema de ampliação e *scanner* acoplado ao computador foram pontuados com 100%, e estão presentes nas 10 bibliotecas.

De modo geral, observa-se nos depoimentos dos alunos o desconhecimento da existência de tecnologia assistiva nas bibliotecas, embora reconheçam a importância. O A3 assim relata:

As que conheço são da B4, na verdade não tenho utilizado, porque agora faço uso de lentes corretivas e consigo ler os livros, o que não consigo emprestar resolvo com a internet. (A3, entrevistado pela pesquisadora em 23/10/2013).

Ressalta-se que o acesso à informação por meio da mídia que mais convém ao aluno com deficiência deve ser considerado tanto como uma questão de

necessidade como de sua preferência. Para as informações disponíveis no espaço digital, os autores devem cumprir a observância da acessibilidade, conforme recomendações feitas pela World Wide Web Consortium – W3C⁸, que atua como gestor de diretivas para a internet:

A acessibilidade na web ou rede mundial de computadores diz respeito a viabilizar que qualquer pessoa usando qualquer tecnologia adequada à navegação web esteja apta a visitar qualquer site, obtenha a informação oferecida e interaja com o site. E para que isso seja possível é necessário que os criadores de página e sistemas web, assim como seus mantenedores, estejam atentos às recomendações de acessibilidade da World Wide Web Consortium – W3C, mas também às diferentes características dos usuários desses sistemas às tecnologias de acesso à informação e interação que utilizam e à influência do ambiente físico sobre a interação do usuário com o computador. (PUPO; MELO; FERREZ, 2008, p. 52).

O A1 relata que, além da internet, não tem conhecimento de recursos e equipamentos com tecnologias assistivas nas bibliotecas da UFPR, e buscava os recursos bibliográficos por meio de outras fontes:

O que fazia na B4 era emprestar o livro a tinta, os meus colegas, monitores de turma e amigos davam um jeito, contei muito com a ajuda deles. A adaptação de materiais segue passos bem definidos, primeiro deve-se colocá-lo no formato digital, seja scanando ou conseguindo uma cópia digital com o editor, em seguida vem a adaptação das imagens fazendo uma descrição alternativa do texto e em terceiro lugar ocorre a adaptação das questões relacionadas com a matemática, como fórmulas, equações e dados tabulados. (A1, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013).

A busca de ajuda com colega de turma para resolver o problema bibliográfico revela a dificuldade encontrada pelo aluno com deficiência visual no acesso a livros e recursos disponibilizados. Essa lacuna caracteriza a exclusão desses alunos quanto ao uso de materiais de leitura. Sendo assim, a biblioteca deve discutir ações para eliminar essas barreiras. O direito de usufruir da informação é garantido pela CF/1988 e é a base para o desenvolvimento de toda pessoa.

Salienta Ross (1998, não paginado):

Não se pode dizer que usufrui de igualdade o estudante que frequenta a escola e não tem acesso aos livros didáticos, à biblioteca e aos outros serviços. Distanciá-lo do conhecimento é afastar a igualdade que pode incidir de seu usufruto. Ou seja, indica mudança de toda a universidade,

⁸ <http://www.w3.org/WAI>

desde o projeto pedagógico como na postura frente ao outro, para ter clareza dos caminhos a seguir.

Relata o A5 que a biblioteca tem o dever de informar a existência de equipamentos para que todos possam usar (A5, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013). Esse fato evidencia que há barreira comunicacional, dificultando o uso de serviços. O SiBi/UFPR se empenha em suprir a carência de bibliografia acessível, oferecendo alternativas por meio de equipamentos leitores de tela, porém o desconhecimento da existência desses equipamentos é evidente entre os alunos.

Sobre a questão das tecnologias disponíveis para os alunos com deficiência, a análise demonstra que a maioria das bibliotecas ainda são deficitárias e o atendimento de apoio ao deficiente visual de todo o SiBi/UFPR está praticamente centralizado na B4.

Também a inexistência de livros em braile e textos falados é solucionada na B4, que atua como biblioteca piloto no quesito acesso à informação aos deficientes visuais em todo SiBi/UFPR, disponibilizando tecnologia assistiva, nesse caso específico, o equipamento designado leitor autônomo, que possibilita a tradução instantânea do texto impresso para o formato sonoro, em vários idiomas. Como pontos positivos destacam-se a facilidade no atendimento às diferentes demandas. Evidencia também a economia na aquisição de livros em braile, devido ao custo elevado, e ao problema de armazenamento dos livros, visto que criar um acervo em braile exige grande espaço físico. E por último destaca-se a possibilidade de tornar acessível a informação contida em livros em formato impresso, e em páginas da Internet, antes inacessíveis a estes alunos.

Um ponto importante e polêmico a ser registrado é com relação às equações, fórmulas e figuras que ilustram o livro e que os recursos tecnológicos ainda não reconhecem adequadamente, desta forma a descrição de imagens aos alunos com deficiência visual ainda é inacessível. “Entretanto, é importante transformar desenhos e gráficos em formatos acessíveis para leitores incapazes de utilizar material impresso”. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2009, p. 61).

Segundo o Instituto Federal de Educação e Tecnologia (2009, p. 3) os textos a serem acessibilizados podem ser feitos de duas formas: em braile para os alunos com deficiência visual que não dispõe de recursos tecnológicos, e com

computadores onde o aluno usará leitor de tela, para compreensão do texto. Neste caso os textos devem ter as ilustrações descritas.

O A4 relata a descrição de imagens como um processo complicado

As imagens são abstratas, é difícil para uma pessoa, mesmo que seja o autor da obra passar a descrição daquilo que a imagem quer dizer, muitas vezes não tem como o ouvinte captar a imagem na mente (A4, entrevistado pela pesquisadora em 23/10/2013).

Como lembram Nunes e Lomônaco (2010, p. 3) “na ausência de uma memória visual, o significado das coisas, transmitido por videntes, leva a pessoa a fazer constantes ajustes entre aquilo que ela conhece por meio de suas percepções e aquilo que chega pela fala dos que a rodeiam”.

Compartilha o A1, relatando a dificuldade encontrada na transcrição de imagens

a descrição alternativa de imagens depende do contexto, como exemplo cito um mapa de Curitiba, se no contexto o mapa consta só para mostrar que Curitiba é maior que Colombo, a descrição alternativa deverá dizer que o mapa mostra que a área de Curitiba é tantas vezes maior que a de Colombo, e é suficiente; porém se o mapa precisa mostrar todas as vias de acesso de Curitiba a Colombo, a forma como se dá o trânsito nessas rodovias, então a descrição textual nesse caso apresenta-se mais difícil. A descrição tem que cumprir um grau mínimo de entendimento da imagem (A1, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013).

De acordo com informações de Pereira (2013)⁹, a solução mais eficiente para a leitura de fórmulas pelos alunos cegos é por meio da linguagem de diagramação de documentos TEX, porém, se o texto estiver em DOC, utiliza-se o *plug-in* para MS *Word Math Type*, que transforma as fórmulas em *Equation* do DOC para TEX. É uma solução possível de ser feita pelo cego, porém depende de acordo e consentimento do autor e/ou editor para envio do texto original nessa linguagem. Caso não se tenha acesso ao TEX, ao DOC e para fórmulas não diagramadas em *Equation*, pode-se usar o *software InftyReader*, que transforma arquivos PDF ou TIF em TEX, fazendo o reconhecimento do texto.

Além do Infty Reader e do Blind Math, destaca-se o instrumento que ganhou plataforma virtual e recomendação do MEC, o multiplano, ferramenta pedagógica

⁹ PEREIRA, G. M. dos Santos. **Descrição de imagens** [mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por: eliane@ufpr.br em 29 abr. 2013.

que permite aos alunos cegos entenderem conteúdos de matemática, como gráficos, equações e funções, por meio da compreensão e memorização por meio da percepção tátil. Foi desenvolvido por um professor paranaense, Rubens Ferronato, e beneficiou vários alunos com deficiência visual. A partir do uso do multiplano concreto, o aluno está apto para o uso do *software* multiplano virtual, aplicado ao computador com percepção auditiva. O uso desse método pode propiciar a inclusão e ajudar a mudar a história desses alunos. (UMA LUZ para a matemática, 2013).

Sinalizam Pupo, Melo e Ferres (2008) que em certos casos é necessário contato com os autores de obra para obtenção dos arquivos em Word e, dessa forma, viabilizar o processo de transcrição. Compete à biblioteca a busca de alternativas para a leitura de fórmulas matemáticas, físicas e/ou químicas, gráficos, equações, utilizados sobretudo nos livros das áreas de ciências exatas e tecnológica. Essas alternativas vão desde acordos com as editoras para obtenção de arquivos TEX dos livros até a busca de ferramentas virtuais aplicadas no computador, sempre de acordo com a demanda dos alunos com deficiência visual. Ressalta-se que a escolha do formato depende da necessidade dos usuários.

A questão de contato com a editora é revelada pelo A1 como um fator que exige tempo e paciência:

Quando procurava com meus pais a obtenção do formato digital dos livros junto às editoras, demorava uns seis meses. Na universidade não tem como saber com antecedência o que vai ser ministrado para se programar e providenciar o contato. A obtenção de formato digital para revistas é mais tranquila, para livros é mais difícil, os editores acham que a gente vai comercializar. (A1, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013).

Pela situação vivenciada pelo A1, fica evidente que a biblioteca deveria receber, com antecedência, a listagem da bibliografia básica a ser utilizada no semestre, para tomar as providências necessárias de atendimento e conversão do material no suporte impresso para o formato acessível ao aluno com deficiência.

Com relação ao uso de novas tecnologias, a Bib5 salienta que “hoje deve-se pensar nos alunos com deficiência e nos alunos de ensino a distância, oferecendo o livro em outro formato” (Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013). *E-book* é a designação que se dá ao formato digital de publicação de um livro, cuja leitura pode ser feita em computador, *tablet* e *e-reader*. O confronto que se faz entre livros digitais e convencionais é questão superada, um não exclui o outro, eles se

complementam, os dois modelos apresentam vantagens e desvantagens. O *e-book* para os alunos com deficiência visual é uma alternativa sustentável, pois possibilita aumentar o tamanho do texto, assim como escutar o seu conteúdo.

Malheiros (2013, p. 30) lembra que,

para as pessoas com deficiência visual, além de permitir o acesso a um mundo de informações, as bibliotecas digitais eliminam as barreiras físicas, como a distância, levando em consideração a dificuldade de locomoção dessas pessoas, e permitem ao deficiente visual o acesso a todo tipo de informação.

Acervo em outros formatos é um assunto desconhecido pela maioria dos alunos participantes. Apenas 2 utilizam as teses e dissertações defendidas na UFPR e disponibilizadas *on-line*, 3 alunos utilizam os livros digitais disponíveis no Portal da Informação¹⁰ e 1 aluno utiliza as revistas *on-line* disponibilizadas no Portal de Periódicos da Capes¹¹.

Novamente a questão da falta de comunicação foi considerada, evidenciando-se que há barreiras nas bibliotecas com relação à ligação entre alunos com deficiência e recursos disponibilizados, o que compromete o direito à informação. Cabe lembrar que a liberdade de acesso à informação é responsabilidade primordial da biblioteca, conforme já preconizada pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários¹² (2002), citada por Paula (2009), e a não efetivação se converte em discriminação e exclusão.

É importante ressaltar que o A16 apresenta outra situação: as TIC não ajudam, o que mais auxilia no seu caso é a presença de intérprete (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013). A presença do intérprete é fundamental para resolver o problema de comunicação, a ausência desse profissional faz com que as informações cheguem aos alunos de forma inadequada e incompleta. Relata que “é interessante informar mais, uma boa comunicação usando *e-mail*, porque por telefone não é possível para mim” (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013). O A16 relata o problema enfrentado pelos alunos

¹⁰ www.portal.ufpr.br

¹¹ www.periodicos.capes.gov.br

¹² FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTÉCIAS. **Manifesto da IFLA sobre a internet, 2002**. Disponível em: < <http://www.ifla.org>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

com surdez, e explica por que a biblioteca é um dos lugares mais evitados por esses alunos:

Eu era ouvinte, depois passei para surdo, já tinha uma intimidade com os livros. Para o aluno que já nasceu surdo é muito difícil porque ele não está acostumado com a língua portuguesa. Como vai funcionar a leitura quer seja no livro ou na internet para esse aluno? Então traduzir o que está escrito é importantíssimo. Imagens são importantes. (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Constatou-se pelo relato do A16 que os alunos com surdez são os que mais apresentam dificuldades para usar a biblioteca. Os alunos com deficiência física e visual conseguem se comunicar porque fazem uso da língua portuguesa, o surdo não utiliza esse idioma. Salienta o A16 que “a biblioteca é um ambiente estrangeiro, onde todos falam língua estrangeira e todo o material está disponível em língua estrangeira” (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013). Diante desse fato, é imprescindível capacitar os profissionais e planejar uma sinalização para as bibliotecas que seja rica em imagens.

Ansary (2009) destaca que, para os alunos surdos concretizarem suas expectativas de ingresso e permanência no ensino superior, somente o diálogo entre eles, suas família e seus professores não basta:

O que deve estar à frente são políticas educacionais de fato inclusivas, sem perder de vista que o processo de aprendizagem não começa na escola e não se dá somente nela, mas também nela, e que aprender é apropriar-se de saberes, de práticas, de formas de relacionar-se com os outros e consigo mesmo. (ANSARY, 2009, p. 115).

Preconiza a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que a presença de intérprete é importante em todos os espaços educacionais para a inclusão dos alunos surdos, constituindo parte do apoio especializado a esses alunos (BRASIL, 2002b). A biblioteca não pode ficar fora desse contexto. A presença de funcionários capacitados e com conhecimento em libras favorece a interação, contribuindo para a quebra de barreiras e garantindo o acesso à informação na sua língua.

7.4 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

Segundo Amaral (1995, p. 2),

a deficiência jamais passa em brancas nuvens, pelo contrário, surpreende, mobiliza, desorganiza. Corporifica o que foge ao familiar, ao usual, ao esperado, ao simétrico, ao belo, ao perfeito...

Complementado a ideia da autora, o diferente se apresenta como uma ameaça, pois contraria aquilo que se define como padrão.

Quando se pretende uma educação mais justa e inclusiva, devem ser excluídos do cotidiano das bibliotecas preconceitos, discriminações e barreiras no trato dos alunos com deficiências. Os profissionais das bibliotecas devem ser conscientizados, sensibilizados e preparados para bem atender esses alunos, dentro de suas necessidades. A barreira atitudinal é um entrave para a inclusão, é fundamental que as pessoas que prestam serviços aos alunos com deficiência ajam com naturalidade e respeito.

O acolhimento e a interação entre os alunos com deficiência e profissionais da biblioteca disponibilizando apoios e recursos motiva-os a uma participação mais ativa e favorece o seu desenvolvimento acadêmico e social.

Salienta-se que, embora não tenha sido contemplado no roteiro de entrevista dos gestores de bibliotecas, o quesito invisibilidade, nos depoimentos seguintes, evidencia a postura dos bibliotecários frente ao reconhecimento ou não dos alunos com deficiência no SiBi/UFPR.

O Bib3 não percebeu a existência de aluno com deficiência na biblioteca que gerencia, justificando o fato por estar trabalhando há pouco tempo naquela biblioteca e pela falta de contato direto no dia a dia com os alunos (Bib3, entrevistado pela pesquisadora em 18/9/2013). O Bib10, embora não tenha registrado atendimento a alunos com deficiência, pois afirma que essa demanda não existe, relata a atenção especial dedicada a uma pessoa idosa, aposentada, que necessita de auxílio para leituras, manuseio de *mouse*, levantamentos bibliográficos e outros serviços, que seus 90 anos impedem de realizá-los (Bib10, entrevistado pela pesquisadora em 10/9/2013). O atendimento a idosos também foi mencionado pelo Bib6, que relata o cuidado especial dedicado a eles, inclusive com relação ao tempo despendido, pois

necessitam de conversas longas, diferentemente dos alunos com deficiência mais jovens (Bib6, entrevistado pela pesquisadora em 12/9/2013).

Torres e Sá (2008, p. 5), referindo-se ao Estatuto do Idoso¹³, destacam que o direito social é um dos fatores que fortalece a inclusão social do idoso, sobretudo o direito à informação:

Ter conhecimento, trocar ideias, perguntar questionar, compreender. A informação caminha por dois níveis que se complementam: o primeiro refere-se à vida cotidiana – ter acesso à tecnologia, à informática, à senha bancária, aos eletroeletrônicos, as notícias, entre outras; o segundo refere-se à garantia dos direitos – como funcionam os serviços prestados por meio da política social, como funciona a rede de atendimento social, os conselhos, a gestão pública, como o poder público emprega o dinheiro na área do envelhecimento.

O idoso não é foco desse estudo, contudo, é uma realidade a ser mencionada, pois trata-se de uma população que demanda ações de caráter interventivo e que está em franco crescimento. O envelhecimento decorrente do aumento da expectativa de vida deverá ampliar o número de pessoas com baixa visão, muitas delas usuárias de serviços informacionais.

Embora desconheçam alunos com deficiência frequentando as bibliotecas, a acessibilidade deveria ser foco do planejamento e das ações dos bibliotecários, pois permanece a dúvida: os alunos com deficiência não vêm à biblioteca porque ela não é acessível ou a biblioteca não é acessível porque esses alunos não vêm a ela?

De acordo com Rocha (2013), a acessibilidade nas instalações das bibliotecas universitárias constitui-se em eixo indicador de análise no processo avaliativo institucional efetuado pelo MEC.

Para a biblioteca e sua infraestrutura física, no instrumento de avaliação institucional o avaliador deve observar:

O(s) espaço(s) físico do acervo institucional (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), a existência de ambientes de estudos individuais e em grupo e espaço para técnicos administrativos, considerando o número de características dos cursos oferecidos bem como a quantidade de estudantes de forma a atender suas necessidades. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013).

¹³ BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1.º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/|10.741.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

Sendo assim, as bibliotecas universitárias não são dispensadas de adaptarem seus espaços pelo fato de não terem aluno com deficiência.

O Bib6 menciona “atendemos em tempos passados um deficiente visual, a gente sentava com ele, para ler o livro, verificar o que ele queria, achar as páginas, levar à fotocopadora, ficava-se horas com ele” e relata com satisfação a mudança de situação atual: “essa pessoa já adquiriu independência no acesso à informação, não necessitando mais desses cuidados.” (Bib6, entrevistado pela pesquisadora em 12/9/2013)

O Bib9 relata que “existem limitações, então a frequência de cadeirantes é baixa, principalmente na área de periódicos, temos uma escada e não tem como acessar o andar, nem pela via normal nem pela via inferior, pois há um degrau na porta”. Diz ainda que não há informações de quantos alunos com deficiência frequentam a biblioteca: “Na verdade, é uma falha tanto do departamento quanto minha, já me instiga a buscar informação, vou passar a fazer isso.” (Bib9, entrevistado pela pesquisadora em 16/9/2013).

O Bib8 relata que informações a respeito dos alunos com deficiência não são oficiais, descobre-se pelo próprio aluno quando este chega à biblioteca. Salienta que “pode existir mais alunos com deficiência, que a gente não sabe”, mencionando que tem conhecimento de um aluno cadeirante que circula pelo setor, mas não frequenta a biblioteca. (Bib8, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

O Bib1 comenta que o “conhecimento que se tem dos alunos com deficiência são dos que vêm à biblioteca, os que existem e que não vêm, não se sabe”. (Bib1, entrevistado pela pesquisadora em 10/9/2013).

O Bib3 questiona “onde eles estão, por que eles não vêm?” Reflete dizendo: “Temos que responder a essa interrogação”. (Bib10, entrevistado pela pesquisadora em 18/9/2013).

O Bib5 é o único que busca notificação oficial a respeito da existência de alunos com deficiência. Relata que “a busca de informação sobre a listagem levou-me a duas instâncias; a primeira unidade procurada foi a coordenação acadêmica, que não dispõe desse levantamento, e a segunda unidade foi a direção do setor, que disponibiliza a informação pertinente.” (Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

O Bib4 relata que o conhecimento dos alunos com deficiência na biblioteca provém de diferentes vias, pelo contato com os alunos, por notificação do

departamento e também por meio de informação do NAPNE. Com os alunos que vêm acompanhados, a notificação ocorre pelo acompanhante. (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013).

A invisibilidade, embora camuflada, realiza a exclusão desses alunos e deve ser banida do cotidiano e substituída por respeito, dignidade, para que a inclusão se efetive.

Constata-se em quase todas as falas que o desconhecimento para enfrentar essa nova realidade, conhecer os alunos com deficiência, e as diferentes dificuldades que venham a apresentar, é essencial para encontrar formas de criar políticas de acesso à biblioteca e a seus serviços e acervos.

Conforme salientam Albino e Melo (2011, p. 52),

A inclusão de estudante com deficiência no ensino superior já é uma realidade, mas é necessário um conhecimento mais detalhado acerca do perfil desse alunado, em cada realidade local, de forma a promover ações de ensino, pesquisa e extensão, que valorizem e respeitem a diversidade, garantindo assim a permanência dos alunos na universidade e o término do curso.

Destaca Pela (2006, p. 59) que

A inclusão em uma biblioteca se dá quando sua porta se abre para receber todo o público sem qualquer distinção, mesmo que seja com necessidades diferentes dos demais, e consiga, interagindo, compreender suas necessidades e proporcionar um serviço diferente.

A presença dos alunos com deficiência no SiBi/UFPR evidencia-se nesse estudo pela atuação nos depoimentos, opiniões e falas, nesse eixo específico, no que diz respeito ao atendimento recebido pelos servidores das bibliotecas.

Os relatos dos alunos sinalizam que os servidores são solícitos, atenciosos, demonstram boa vontade em atender e orientam com paciência. Para o A4,

o atendimento na B4 sempre foi bom, encontro por parte dos funcionários boa vontade e prontidão no serviço de empréstimo, muitas vezes o operador usa a senha dele para me ajudar com relação à digitação, não me sinto inibido com isso, no entanto prefiro a ideia de encontrar uma solução para eu mesmo digitar a senha. (A4, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013).

Boa vontade e prontidão foi a característica mais evidente relatada pelos alunos, observada sobretudo no depoimento do A10:

A nota que dou no atendimento da B1 de 1 a 10 é 11. As pessoas que atendem são excepcionais. Realmente no primeiro dia que adentrei nesse espaço já veio um funcionário preocupado com o atendimento. (A10, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013).

O A6 relata a sua dificuldade e o tratamento que recebe nas bibliotecas:

Me sinto no mínimo igualitário, quando não com atendimento privilegiado. Pelo fato de impulsionar a perna, os atendentes já se pronunciam em me ajudar. Só perdi a perna, e eu sou muito mais que isso. O atendimento prestado me surpreende. (A6, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013).

A respeito de como considerar o tratamento por parte dos servidores das bibliotecas, se igualitário, diferenciado para melhor ou para pior, o A15 relata:

Bom, primeiramente, não sou qualquer usuário, tenho dificuldades, eu recebo um atendimento especial e isto acaba sendo positivo para mim. Na maioria das vezes recebo auxílio, nada é incômodo. Ajudam para eu poder ultrapassar as barreiras. (A15, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

O A6 reforça o depoimento quanto à dedicação e ao auxílio dos servidores:

Quando me socorri na B4, foi por iniciativa dos funcionários da B5, que para lá me encaminharam. Se tivesse que falar do atendimento dessas bibliotecas, seria só de elogios. As pessoas que circulam nas estantes prestam um serviço do tipo “posso ajudar”. (A6, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013)

Todavia, em alguns depoimentos os alunos mostram as dificuldades encontradas com relação à indisponibilidade, à falta de atenção, à aspereza e à deselegância de alguns servidores. O A11 comenta: “Tive dificuldades para encontrar o livro na estante, precisei pedir ajuda, falei com um, com outro, foi bem difícil conseguir ser atendido.” (A11, entrevistado pela pesquisadora em 30/10/2013).

O A16 menciona:

Sozinho, não consigo localizar os livros, então precisei insistir, o funcionário informou que estava armazenado do lado direito, fui lá e não encontrei, fiquei meio sem graça, voltei, solicitei novamente e então o funcionário foi procurar. (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/11/2013).

Lidar com o diferente não é tão fácil, porque significa lidar com o desconhecido, o que pode causar medo, curiosidade, espanto, piedade, repulsa, por ainda não haver a experiência da convivência, e as relações só vão se solidificando à medida que barreiras atitudinais vão se rompendo. A oportunidade de conhecer e de ajudar enriquece a convivência com os diferentes e os vínculos se constroem com valores de respeito e solidariedade.

O A2 observa o desconforto de algumas pessoas em não saber lidar com a diferença. Salaria que “o atendimento deve ser igual para todos, o que deve existir são facilitadores para os alunos com deficiência que apresentam necessidades específicas”. (A2, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013).

No relato do A10, evidencia-se o desconhecimento e a inabilidade no trato com as pessoas com deficiência, o que muitas vezes caracteriza-se como barreira atitudinal:

O pensar a acessibilidade é algo novo. Veja antes de 1990, o cadeirante deveria ficar em casa, o pensamento das pessoas era nada de saliências e nada de ficar sassaricando por aí. Essa trajetória de acessibilidade é uma coisa linda. Mas ainda hoje, quando se está perto das pessoas, parece que vamos fazer mal a elas, isso faz parte do ser humano, nós somos perversos, porém eu relevo isso. Falta mudança de mentalidade, é o coração de cada um que precisa ser mudado. O esforço de inclusão é um processo cruel, as pessoas pensam que não tenho o cognitivo preservado e se dirigem ao meu acompanhante quando poderiam falar diretamente comigo. (A10, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013).

Amaral (1994) sinaliza que a deficiência primária engloba a deficiência (dano ou anormalidade de estrutura ou função) e a incapacidade (restrição/perda de atividade). Trata-se, pois, de uma condição que, referindo-se a fatores intrínsecos, pode ser descrita, como, por exemplo: há ausência do globo ocular e, em consequência, há o não ver. Já na deficiência secundária, incluem-se as significações dadas pelo grupo à diferença/deficiência, sejam essas significações prioritariamente de caráter mais intelectual, afetivo ou social. A deficiência secundária diz respeito às significações que se atribui à diferença, muitas vezes ligadas a preconceitos, estereótipos e estigmas.

Para Goffman (1975), o estigma é um tributo que torna uma pessoa diferente das demais, de modo que esta é percebida como uma pessoa inferior.

Buscando-se na história da educação informações a respeito do atendimento às pessoas com deficiência, pode-se constatar que a conquista e o

reconhecimento de direito à educação dessas pessoas é muito recente em nossa sociedade. Salienta Mazzotta (2011, p. 16):

Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por “serem diferentes”, fossem marginalizadas, ignoradas.

Nesse contexto, a constatação de que a mudança de mentalidade é importante, embora ocorra de forma lenta, fica evidente na citação de Pires (2011, p. 48):

Apesar da extrema urgência da inclusão, todos estamos conscientes que se trata de um processo que depende de mudanças sociais que são lentas, por natureza, e as mudanças de atitude das pessoas, pelo fato de deverem ser incorporados a seus hábitos, são ainda mais lentos.

Ao bibliotecário de hoje cabe responder ao seguinte questionamento: como está ocorrendo o atendimento dentro do paradigma da inclusão e do respeito às diferenças? Se o acesso às bibliotecas é determinante na permanência dos alunos com deficiências, todo investimento na capacitação e qualificação para os profissionais das bibliotecas é fundamental, porém não decisivo. A inclusão nas bibliotecas universitárias se efetiva mediante mudança de mentalidade, o que reflete nas atividades de acolhimento e não de barreiras e no direito à educação não só reconhecido mas garantido.

Observa-se, pelos depoimentos do Bib5 e do Bib10, que há pouco interesse dos profissionais com relação à capacitação para prestar atendimento aos alunos com deficiências, porque não existe a demanda. O Bib5 afirma que nas palestras promovidas pelo NAPNE, e solicitadas pelo SiBi/UFPR, sobre acessibilidade, só ela se fez presente (Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013, e Bib10, entrevistado pela pesquisadora em 12/9/2013).

Bib1, Bib2, Bib3, Bib6, Bib8 e Bib9 afirmam que os servidores participaram recentemente dos treinamentos ofertados, porém a adesão não foi total nas bibliotecas (bibliotecários entrevistados pela pesquisadora, Bib1 em 10/9/2013, Bib2 em 11/9/2013, Bib3 em 18/9/2013, Bib6 em 12/9/2013, Bib8 em 17/9/2013 e Bib9 em 16/9/2013). O Bib3 informa que “a gente tenta divulgar para que todos participem, para que tenham uma noção de como agir e como melhorar.” (Bib3, entrevistado

pela pesquisadora em 18/9/2013). O Bib2 relata que capacitação para prestar atendimento aos alunos com deficiência é somente a recebida nos cursos de formação: “Para ser franca, é uma capacitação bem elementar; boa vontade, porém limitada.” (Bib2, entrevistado pela pesquisadora em 19/9/2013). Compartilha desse pensamento o Bib8, dizendo que os bibliotecários e auxiliares participam das formações, embora sejam muito básicas. Salienta que

algumas pessoas ficam receosas de abordar, medo de perguntar, não querem ser ofensivas. Nota-se ainda que precisa-se muito de capacitação. (Bib8, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

O Bib1 menciona que “os profissionais têm noção, não têm experiência (Bib1, entrevistado pela pesquisadora em 10/9/2013).

O Bib9 opina a respeito da capacitação especializada para prestar atendimento aos alunos com deficiências:

Os servidores nunca ouviram falar, nem eles, nem eu, não sei onde tem, onde buscar. É tudo na base da boa vontade mesmo, na base da humanidade, de querer ajudar. O que também não é bom, porque acaba criando um sentimento de dó, de piedade, de pena. Isso não é certo. A biblioteca tem que trazer recursos para mudar esse panorama. (Bib9, entrevistado pela pesquisadora em 16/9/2013).

A resposta favorável da Bib4 em relação à formação diverge dos demais. Relata o cuidado existente com a acessibilidade desde que se pensou na reforma física da biblioteca, salienta que é evidente a preocupação não só no aspecto ambiental, mas também na capacitação dos profissionais:

A gente está sempre falando sobre isso, solicitando treinamentos, motivando os funcionários, pedindo que prestem atenção, que conversem com os colegas de seção, que se interessem, pois sempre fazemos esse atendimento especializado. (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013).

Declara ainda que há interesse em formação por parte dos profissionais envolvidos com a temática.

Bib7 apresenta um relato elucidativo. Embora reconheça a inexistência de capacitação dos profissionais na biblioteca em que atua, demonstra a preocupação por um atendimento inclusivo:

Os profissionais não têm capacitação, porém, o que eu falo, o que eu sempre luto na biblioteca é assim, qualquer pessoa que entra na biblioteca tem que ser muito bem recebida, no sentido assim, de acolhimento mesmo, principalmente os deficientes. Eu digo, nós não damos condições para que ele tenha acesso àquela informação, a gente sabe disso, mas nós podemos dar a ele a informação na medida do possível, o acolhimento tem que ser para todos. Quando digo acolhimento, eu me refiro ao atendimento que todas as pessoas merecem quando chegam no local, que sejam bem-vindas. (Bib7, entrevistado pela pesquisadora em 16/9/2013).

Salienta a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (2009) que, para o desenvolvimento dos servidores, a formação deveria ser o objetivo mais importante. Preparar, capacitar os servidores para servir bem a toda a comunidade, inclusive os deficientes.

Cabe ressaltar que a capacitação é fator fundamental para atendimento com qualidade aos alunos com deficiência que necessitam de atenção e recursos específicos, todavia não é a capacitação por si só que vai acabar com a exclusão. Lidar com concepções de preconceitos e estigmas requer mudanças de hábitos e de mentalidade de uns em relação aos outros. A inclusão não é algo que se fala, mas algo que se vive, concretamente. A mudança deve refletir nas atitudes, nas ações e nas falas. Se não houver mudança, não haverá inclusão.

Dos depoimentos obtidos, constata-se a necessidade de formação profissional contínua frente ao desconhecimento de como lidar com os alunos com deficiência que vêm chegando à universidade. As necessidades evidenciadas vão desde como atender às diferentes necessidades até a utilização de recursos específicos.

É importante para o SiBi/UFPR capacitar seu corpo técnico, assim como motivá-los na mudanças de hábitos e condutas com relação aos alunos com deficiência, de modo a encontrar formas de retirar os obstáculos que possam impedir o acesso dos alunos com deficiência de adentrar às bibliotecas e obter informações necessárias. As mudanças de mentalidade devem caminhar lado a lado com leis e decretos, no intuito de estabelecer uma estrutura adequada para receber esses alunos, efetivar a inclusão e, desse modo, garantir o direito à educação.

Com relação ao atendimento em libras, das 10 bibliotecas consultadas, apenas na B4 duas pessoas estão frequentando o curso de libras ofertado pelo NAPNE, na B5 uma servidora tem a disciplina no curso de Letras que frequenta e na B6 uma servidora faz curso particular. Essa realidade demonstra que, para que ocorra a inclusão dos alunos com surdez nas bibliotecas, barreiras precisam ser

superadas e estratégias desenvolvidas para que essa comunidade seja atendida, assegurando-se assim o direito à informação e contribuindo com sua permanência no ensino superior.

Questiona Silva, A. C. (2012, p. 42) “Em uma sociedade majoritariamente ouvinte e falante, como pode se relacionar um surdo, ou seja, como aqueles que não ouvem podem se comunicar, seja por língua oral, seja pela via sinalizada?”

A biblioteca deve se preocupar com a acessibilidade à informação tanto dos alunos com surdez, que são os usuários de libras, como daqueles que se comunicam por meio da fala. As dificuldades advindas da deficiência auditiva são distintas a cada pessoa, provenientes de diferentes fatores: idade de acometimento da perda de audição, tipo e grau de comprometimento da perda auditiva, ambiente de aprendizagem, entre outros. Sendo assim, cada aluno chega à biblioteca com diferentes necessidades. A biblioteca, por sua vez, deve buscar estratégias de comunicação e trabalhar com intérprete de libras para facilitar o ambiente de comunicação, trazendo o aluno com surdez para as bibliotecas.

Vale ressaltar que recursos tecnológicos, sozinhos, não têm poder de mudar a realidade existente, a presença de intérprete de libras é que poderá assegurar ao aluno surdo a possibilidade de, na sua língua, ter acesso ao conhecimento (SILVA, A. C., 2012).

Com relação ao questionamento se as bibliotecas são acessíveis e apresentam-se com espaço de acolhimento, mencionam-se alguns depoimentos. A colocação do A16 alerta para que o atendimento aos alunos com deficiência seja de naturalidade e de respeito às particularidades:

Na biblioteca não há muita interação, cada um no seu canto. É o lugar de pessoas diferentes que não têm muita noção de como tratar o aluno com deficiência. Algumas vezes obtive tratamento normal, outras vezes os funcionários aumentavam o tom de voz desnecessariamente, ignorando que o que preciso é que se fale pausadamente sem alterações de voz. Insisto que é imprescindível um funcionário de prontidão para ajudar e que seja familiarizado com a linguagem de sinais. Uma pessoa logo na entrada da biblioteca perguntando se precisamos de ajuda iria deixar o espaço mais acessível. (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Nesse relato, fica constatada a presença de barreiras de comunicação e de informação, como uma lacuna vivenciada pelo aluno com surdez no contexto da biblioteca, o que leva ao seguinte questionamento: essa situação presenciada pode estar comprometendo o desenvolvimento acadêmico?

Já o A12, com sua resposta favorável, relata que “as bibliotecas são espaços acessíveis e em nenhum momento me senti discriminado” (A12, entrevistado pela pesquisadora em 30/10/2013). O A17 menciona que nunca teve nenhum constrangimento, “foram sempre prestativos com todos os usuários sem distinção. O que preciso são de facilitadores, não de tratamento diferenciado.” (A17, entrevistado pela pesquisadora em 1/11/2013).

É importante visualizar a biblioteca universitária no seu contexto cultural, que envolve o relacionamento de pessoas. A preocupação com a oferta de serviços, o uso de tecnologias e outros recursos não pode distorcer o papel da biblioteca, nem se sobressair ao de espaço acessível, preocupada em sedimentar programas e política inclusiva que garantam o direito de informação a todos, contribuindo para diminuir o índice de evasão e para melhor qualidade de formação.

7.5 ACESSIBILIDADE DE SERVIÇOS

É importante não se perder de vista que, além dos ambientes e do acervo, os serviços também devem ser estudados, para se avaliar se atendem às necessidades dos alunos com deficiência. Os direitos democráticos de acesso à informação, à educação e à cultura estendem-se à pessoas com deficiência. As bibliotecas devem desenvolver estratégias para que os serviços sejam acessíveis a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. Os ambientes devem ser acessíveis, livres de barreiras físicas, para permitir o acesso das pessoas com deficiências físicas, as tecnologias apropriadas para uso das pessoas com deficiência visual, assim como libras para pessoas com deficiência auditiva devem ser utilizadas para permitir o acesso à informação.

Os serviços das bibliotecas para alunos com deficiência permeiam todos os recursos: espaço, acervo, profissionais, sistemas automatizados que necessitam de estabelecimento de objetivos, metas, planejamentos, procedimentos para garantir a sua qualidade.

Desenvolver um processo de inclusão não é algo fácil, requer planejamento e práticas de reflexão visando respostas às necessidades individuais de cada aluno. Martins (2011, p. 24) esclarece que

surge uma mudança no sistema de valores e crenças existentes, na organização dos serviços, nas formas de perceber os alunos de uma maneira geral – sejam eles considerados dentro dos padrões de normalidade ou apresentem algum tipo de necessidade educacional especial – como também na forma de ensiná-los, de apoiá-los, de avaliá-los, com suas necessidades individuais.

A educação, como direito inalienável do cidadão, impõe à universidade o dever de oferecê-la de forma acessível a todos, como expressão de valorização de igualdade. A formação de cada aluno com deficiência contribui para o desenvolvimento econômico, político e social de toda a sociedade.

Moreira (2004, p. 178) elucida que

a democratização do ensino não está garantida só com acréscimo de vagas e com o estabelecimento de políticas afirmativas que visem o acesso ao ensino superior. A democratização qualitativa é garantida quando as pessoas que historicamente foram excluídas deixarem de ser submetidas a práticas educacionais e sociais desiguais dentro da instituição que as “inclui”.

O A15 menciona que encontrou indiferença por parte da universidade:

Em sala de aula, fui eu que providenciei a adaptação das carteiras. Solicitei, esperei e, como ninguém atendeu, acabei resolvendo. Sou consciente de que iria enfrentar essas dificuldades, alguém tem que iniciar a trilhar esse caminho. (A15, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Com relação à oferta de serviços nas bibliotecas, as respostas foram variadas. O A17 relata que “o cuidado dos professores em indicar os livros existentes nas bibliotecas sempre ocorreu”, porém, desabafa dizendo: “A dificuldade encontrada foi com relação à obtenção dos textos utilizados pelos professores em sala de aula” (A17, entrevistado pela pesquisadora em 1/11/2013). Esse relato remete às palavras de Ribeiro (2002, p. 125): “A inexistência da possibilidade de realização do direito à educação, ou a insuficiência de condições para o seu exercício, implica também que a igualdade de direitos e deveres da cidadania está anulada ou prejudicada”. A inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior pauta-se no direito da educação para todos sem discriminação. De acordo com Pinheiro (2003), as características mais importantes de qualquer política pública seriam a universalização e democratização:

Universal seria a condição da política que atende ou abrange toda a diversidade humana: homens, mulheres, jovens e velhos, brancos e negros, hetero, bi e homossexuais, gordos e magros, habitantes do campo e da cidade, ricos e pobres etc., incluindo os portadores de deficiência de qualquer grau ou tipo. Democrática seria a política pública, na qual todos os setores da população já incluídos pelo princípio da universalidade tivessem a possibilidade de controlar essas políticas de forma direta e transparente. (PINHEIRO, 2003, p. 103).

Cabe aqui assinalar que as políticas de ações afirmativas têm impulsionado o desenvolvimento dos jovens, sejam eles de diferentes etnias, gêneros, culturas, classes sociais, com ou sem deficiência. Os dados estatísticos revelam o crescimento de matrículas de alunos com deficiência nas universidades, o que demonstra uma democratização do acesso no ensino superior. Além dessa ampliação de vagas, exige-se a reflexão e o debate não só para garantir aos alunos com deficiência o acesso, mas também a permanência com qualidade social de conhecimento. É certo que as políticas públicas são feitas para atender ao maior número de situações, mas, para contemplar as diferentes dimensões da vida humana, procedimentos e adequações são necessárias. Uma das saídas é o uso dos recursos tecnológicos, que apresentam avanços para a melhoria da qualidade de vida, apresentando-se como potencial de transformação para os alunos com deficiência. Contudo, medidas compensatórias e legais devem garantir o direito de oportunidades a todos, com deficiência e demais excluídos. As barreiras devem ser removidas, superando-se desvantagens e desigualdades, para a construção de uma sociedade da informação de forma democrática, garantido-se assim o direito de uso das tecnologias a todos os alunos. O aluno com deficiência tem o direito de receber todos os recursos que os alunos não deficientes têm, e a biblioteca universitária deve promover a sua formação no meio acadêmico, para que possam ocupar um lugar na sociedade.

Santos (1997, p. 122) define sabiamente a articulação necessária entre identidade e diferença:

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Os serviços tradicionais das bibliotecas universitárias basicamente são: consulta local, empréstimos domiciliar, empréstimos interbibliotecário, serviço de referência, orientação no uso da biblioteca, acervo, produtos e serviços, acesso à base de dados, normalização de documentos acadêmicos, comutação bibliográfica, entre outros.

Respondendo ao questionamento sobre os serviços oferecidos pelas bibliotecas, os alunos se posicionaram referindo-se a eles como sendo ótimos e organizados. O A7 relata que “o uso do portal da biblioteca para localizar os livros e o serviço de empréstimo por meio do envio de avisos de devolução e atraso de materiais são facilitadores para meus estudos” (A7, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013). Já o A3 se refere à mudança ocorrida no regulamento de empréstimo, que ampliou o tempo de permanência do livro para os alunos com deficiência, dizendo que “o prazo de empréstimo estendido para 30 dias agora tem sido suficiente para minhas leituras” (A3, entrevistado pela pesquisadora em 23/10/2013). O A13 e o A14 comentam que “um facilitador é o acesso ao portal da biblioteca por meio da conexão doméstica” (A13 e A14, entrevistados pela pesquisadora em 31/10/2013). Referindo-se às novas tecnologias usadas nas bibliotecas para beneficiar os alunos com deficiência, o A10 menciona que “os serviços são ótimos, tanto que só venho emprestar e devolver os livros, a renovação e a reserva faço de casa” (A10, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013).

A possibilidade de renovação e reserva *on-line* revela-se essencial para os alunos com deficiência, que não precisam deslocar-se fisicamente, economizando tempo e trabalho. O avanço das TIC possibilita transformações no dia a dia das bibliotecas, otimizando serviços e tornando o usuário mais independente.

Observa Malheiros (2013, p. 106):

Essa nova demanda desse grupo de usuários cria nas bibliotecas, digitais ou tradicionais, novos serviços e a necessidade de adaptação dos profissionais da informação para que estejam preparados para esses novos desafios.

As necessidades dos alunos com deficiência em relação aos serviços são as mesmas de qualquer outro, embora muitas vezes necessitem de recursos específicos. Para este estudo, o foco de análise dos serviços prestados teve como prisma a acessibilidade; nesse quesito específico, apresentou-se o maior número de respostas negativas, evidenciando-se o desconhecimento de recursos específicos.

O A1, no seu relato, explica que as bibliotecas no Brasil ainda hoje não atendem às necessidades dos deficientes visuais, devido a complexidades na adaptação dos materiais:

Hoje, no Brasil, ainda é muito difícil um centro atender às necessidades oferecendo material acessível. Meus amigos adaptam o livro, transformando-o em formato digital, digitalizam a imagem para texto com um programa OCR, as imagens são descritas ou impressas em alto-relevo usando impressora braile. Para certos conceitos universitários, é difícil abstrair com palavras, então precisa-se tocá-las. Outra questão diz respeito a tabelas, gráficos ou formulas matemáticas, que precisam ser impressas em braile, o que não é muito frequente porque pouquíssimas pessoas sabem o código braile para matemática, outra solução é construir essa matemática no computador usando uma linguagem acessível para leitura. (A1, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013).

É importante salientar que a dificuldade em relação ao acesso a materiais é uma constante para os alunos com deficiência visual, acrescentando-se a ausência e a demora na obtenção de materiais adaptados, assim como a falta de antecipação do material a ser utilizado pelo professor, o que impede um melhor aproveitamento durante sua permanência na universidade.

Para o A16, “na biblioteca está tudo bem organizado, porém sozinho não consigo localizar os materiais. Acho que tinha que ter uma pessoa de prontidão para auxiliar” (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

O A15 aponta a dificuldade encontrada no uso da biblioteca por estar localizada em prédio separado do curso que frequenta:

Normalmente leio o livro quando um amigo emprestou, ele se torna um mediador. Acabei demorando para conhecer tudo. A biblioteca está em outro prédio, então é complicado, com cadeira nas ruas não é viável. O curso está em um prédio e a biblioteca está em outro e não é tão perto assim, acabo não tendo tempo e muito menos disposição. (A15, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Prédios distantes uns dos outros são obstáculos difíceis de superar, pois provocam desgaste físico e emocional, representando muitas vezes desestímulo para a permanência do aluno. O relato do A15 pode levar a reflexões sobre o papel da biblioteca na inclusão social. Esta deve contribuir para o acesso à informação, para que os alunos com deficiência possam adquirir conhecimento e exercer seus direitos. Vale lembrar que o direito à educação é garantido constitucionalmente e

corresponde ao princípio da universalização. A democratização pressupõe participação, aprendizagem e desenvolvimento acadêmico para todos os alunos.

O A1 desabafa: “Nunca busquei a biblioteca como um potencial, nunca pensei em pedir ajuda na biblioteca, porque a obtenção de cópia digital junto ao editor é uma questão difícil” (A1, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013). A fala do A1 é de fundamental importância para a reflexão do papel da biblioteca como apoio ou não à permanência e ao sucesso do aluno com deficiência no ensino superior.

O A9 aponta como barreira a falta de comunicação entre o SiBi/UFPR e os alunos, relatando: “A biblioteca apresenta questões que podem desanimar e desmotivar a permanência. Cito como exemplo a falta de recursos e também o desconhecimento dos recursos existentes” (A9, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013). Essa fala evidencia a preocupação da biblioteca com a disponibilização de equipamentos e recursos, porém de nada adiantam os investimentos nesse quesito se os alunos não tiverem conhecimento e conseqüentemente não fizerem uso.

Um novo horizonte para os alunos com deficiência é o desenvolvimento do serviço de entrega eletrônica, de parte de livro e/ou artigo de revista que deve ser solicitado pelo aluno, que será entregue onde ele se encontra por meio do envio de arquivos via correio eletrônico. De acordo com a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (2009), o serviço de entrega deve levar em conta as necessidades dos leitores incapazes de utilizar material impresso e com dificuldade de transporte.

Depoimentos favoráveis com relação ao papel da biblioteca na vida acadêmica dos alunos com deficiência são observados, como o relato do A16, que diz ser satisfatória a contribuição da biblioteca, no entanto apresenta sugestão referente à presença ou à necessidade de uma pessoa capacitada em libras:

A biblioteca auxilia sim, pois posso completar meus conhecimentos, meus trabalhos. Isso é positivo, no entanto algumas palavras não conheço, vou precisar ler muito para realizar meu TCC, então seria interessante uma pessoa para auxiliar. Traduzir o que está escrito é importantíssimo. (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Destaca-se o papel da biblioteca como facilitadora do processo educativo no ensino superior. O A12 relata que está cursando o último ano e para a realização do

trabalho de conclusão de curso 60% do material utilizado foi da biblioteca, “com certeza foi muito positiva a participação da biblioteca” (A12, entrevistado pela pesquisadora em 30/12/2013). Também o A6 comenta o papel fundamental desempenhado pela biblioteca nos seus estudos, salientando: “Encontro os livros indicados pelos professores, os quais muitas vezes estão esgotados nas livrarias e seu custo é alto. As bibliotecas suprem minhas necessidades bibliográficas totalmente.” (A6, entrevistado pela pesquisadora em 25/1/2013).

É elucidativa a opinião de Pela (2006, p. 33):

A biblioteca participa do processo educativo do estudante proporcionando-lhe a informação para ser bem-sucedido na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. O professor e a biblioteca são parceiros do estudante, para que desenvolva competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolva a imaginação, permitindo-lhe tornar-se cidadão.

Os bibliotecários também expõem suas opiniões a respeito do cuidado e da atenção para com as diferentes necessidades na oferta de serviços. Para a Bib5, a oferta de serviços específicos aos acadêmicos vai ocorrer quando existir a demanda (Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013). O Bib1 expressa a ideia de se implantar no SiBi/UFPR um núcleo de atendimento aos alunos com deficiência, a fim de não repetir serviços em todas as bibliotecas, justificando que o número desses alunos ainda é pequeno, visto que muitos prestam o vestibular e poucos são aprovados (Bib1, entrevistado pela pesquisadora em 10/9/2013).

Os bibliotecários Bib3, Bib4 e Bib5 colocam como um grande facilitador para os alunos com deficiência a aquisição de livros digitais.

Bib3 afirma que “a obra adequada no computador vai facilitar a vida de quem tem problema de locomoção” (Bib3, entrevistado pela pesquisadora em 18/9/2013). O Bib5 relata a necessidade de investir em *e-book* pensando-se nos alunos deficientes: “O livro digital chega na casa da pessoa, se ela tiver dificuldade de locomoção o livro chega até ela” (Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

Bib4 relata:

Temos *e-book*, mas não supre essas necessidades, são livros estrangeiros, precisaria comprar livros básicos, seria muito mais fácil, não precisaria ficar carregando o livro, o acesso seria remoto. (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013).

Reforça que desconhece a existência de livros de bibliografia básica acessíveis. O Bib4 destaca que a biblioteca trabalha com tecnologia assistiva para proporcionar melhores condições de acesso à informação, oferecendo leitura no computador com *software* que amplia a fonte, leitor automático instantâneo, que permite transformar os conteúdos impressos em formato falado ou utilizando a linha braile e mesa tátil que orienta a localização e direção dentro da biblioteca e presta informações sobre os serviços. (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013).

Bib6, Bib7, Bib8, Bib9 e Bib10 relatam que as respectivas bibliotecas não prestam serviços específicos aos alunos com deficiência (Bib6, Bib7, Bib8, Bib9 e Bib10, entrevistados pela pesquisadora em 12/9/2013, 16/9/2013, 17/9/2013, 16/9/2013 e 12/9/2013). Bib8 justifica:

Muitas vezes não se fazem coisas determinadas porque se desconhece. Uma das coisas que falta para as pessoas com relação à acessibilidade é o conhecimento. Temos ainda muito que aprender, para fazer, para conhecer. Eu acho que o grande ponto é a falta de conhecimento de como ajudar. (Bib8, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

A oferta de serviços que contemplem o atendimento específico aos alunos com deficiência é evidente em apenas uma biblioteca, o que demonstra que falta ainda por parte das bibliotecas estudos sobre produtos e serviços a serem ofertados. A criação e o desenvolvimento de serviços requerem inicialmente estudos para saber a quem está sendo planejado. Faz-se necessário conhecer o aluno, suas deficiências, os meios utilizados para leitura, o grau de conhecimento dos recursos de informática, subsídios necessários para o planejamento e o desenvolvimento do serviço, disponibilizando-se adequadamente equipamentos e recursos informacionais que possam atender às necessidades específicas. Não se pode perder de vista que os encaminhamentos a serem tomados e o planejamento na oferta de serviços visam garantir o direito à educação no ensino superior como um direito fundamental dos alunos com deficiência. Nos programas e nas ações de acessibilidade, é fundamental observar os requisitos, que variam de acordo com a categoria de deficiência. Por exemplo, os alunos com deficiência física têm como critério a acessibilidade do espaço físico (rampas, elevadores, estantes com corredores padronizados, entre outros), já com referência à deficiência visual a

acessibilidade depende de *softwares* adequados, linha braille, entre outros, e no que diz respeito à surdez, o aluno deve ter direito a intérprete em libras.

O Bib4 aponta o trabalho que está sendo realizado sobre a temática pela Comissão de Acessibilidade (ANEXO F), que é formada por um grupo de bibliotecários que têm por objetivo participar de ações relativas ao tema, além de propor iniciativas que garantam a acessibilidade física e informacional a todas as bibliotecas. Visa identificar situações que recomendam a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas e atitudinais, capacitar os técnicos em acessibilidade, visando o atendimento adequado das pessoas com deficiência. Levantar nas bibliotecas a disponibilidade de acesso, ou não, de recursos de comunicação e informação (equipamentos, *softwares*, material de apoio e bibliografia, entre outros).

O Bib4 destaca:

A comissão usa uma das bibliotecas como laboratório de todo o SiBi/UFPR, justamente pelo trabalho de acessibilidade que vem desenvolvendo. Acho, porém, que falta envolvimento dos outros servidores. A preocupação pelo tema está centrada ainda em poucas pessoas, é necessária maior conscientização da equipe e as ações precisam ser mais efetivas. (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013).

7.6 POLÍTICA INSTITUCIONAL INCLUSIVA PARA ADEQUAÇÃO DO SiBi/UFPR

Santos (1997) esclarece que as pessoas querem ser iguais, mas querem ver respeitadas suas diferenças. Querem participar, mas querem também que suas diferenças sejam reconhecidas e respeitadas. Pautadas nessa perspectiva, as normas, regulamentos e políticas institucionais precisam ser discutidas nas bibliotecas universitárias, para que se apresentem de uma forma justa, pacífica, que aceitem, respeitem as diferenças.

A propósito, Melo e Gonçalves (2013, p. 91) lembram:

Superada a etapa do processo seletivo vestibular, a pessoa com deficiência física precisará ter à sua disposição, de acordo com suas necessidades educacionais especiais, apoios e recursos que promovam sua participação ativa e, conseqüentemente, uma permanência com sucesso, favorecendo o desenvolvimento acadêmico e social. Para tanto, é imprescindível que as IES organizem-se dentro da sua política institucional para oferecer programas de apoio voltados para esse alunado, assim como para toda a

comunidade acadêmica, assegurando acessibilidade e recursos materiais e humanos qualificados para o atendimento educacional dos mesmos.

Para promover a inclusão e o acesso à informação a todos os alunos, de acordo com suas especificidades, é necessário que as barreiras arquitetônicas sejam removidas e o ambiente da biblioteca seja planejado, permitindo a participação de todos independentemente de suas limitações físicas. A acessibilidade constitui um direito universal e, portanto, um direito à cidadania.

As bibliotecas precisam desenvolver políticas e estabelecer procedimentos de serviços adequados para assegurar que todos os alunos, inclusive os com deficiência, possam obter informações e materiais acessíveis. Devem também considerar métodos de acesso disponíveis amplamente; o telefone e o computador são dois bons exemplos. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2009).

Para os alunos cegos, que têm dificuldades para utilizar material impresso, as bibliotecas devem oferecer tecnologias apropriadas às suas necessidades para garantir o acesso ao acervo. Os exemplos de solução incluem *software* para leitura de tela, *software* de ampliação da fonte na tela, incluindo livros no formato braile e áudio.

O desenvolvimento de estratégia no planejamento para a qualificação e o desenvolvimento dos profissionais é outro fator a ser observado. O quadro de pessoal das bibliotecas deve ser formado por técnicos capacitados para atender e desenvolver atividades voltadas à acessibilidade, com competência para ajudar os alunos a resolver problemas informacionais, brailistas treinados para atender os alunos com deficiência visual, assim como intérprete de sinais (libras) para facilitar a comunicação com os alunos surdos.

Deve ser planejada e desenvolvida uma política clara dos serviços acessíveis a serem oferecidos aos alunos com deficiência. Essa política deve avaliar as necessidades desses alunos, garantindo o oferecimento da informação no formato adequado. A equidade do acesso deve ser o foco principal dos serviços. Para isso, é preciso que a biblioteca realize sistematicamente estudos de identificação de necessidades dos alunos, para poder adequar acervo, serviços e apoios aos interesses dos alunos aos quais serve.

Outro ponto para reflexão no processo inclusivo é o desenvolvimento de uma política para a obtenção de recursos a fim de subsidiar o atendimento das leis

de acessibilidade. Para oferecer serviços e apoios diferenciados, as bibliotecas deveriam pleitear recursos junto aos órgãos competentes.

Planejamento, regulamento e política inclusiva adequada na biblioteca irão contribuir para que o aluno, independentemente de sua condição, adquira conhecimentos para poder exercer seus direitos.

Manzini et al. (2003, p. 191) sinalizam que as necessidades de mudanças aparecerão com a ajuda de alunos com deficiência. Salienta que “tais informações não se encontram registradas em manuais ou normas da ABNT, pois fazem parte do cotidiano das pessoas com deficiência que identificam, mas não atravessam as barreiras, ou seja, o seu acesso é negado”.

Observou-se que os depoimentos dos alunos com relação às dificuldades encontradas são fundamentais para elaboração de projetos e políticas. Os valores e desejos devem permear a oferta de produtos e serviços, os encaminhamentos demonstram a necessidade de atender às especificidades.

Alguns recortes de relatos dos alunos merecem destaque, pois demonstram dificuldades, problemas e algumas sugestões. As dificuldades apontadas abrangem diferentes campos, os alunos solicitam melhoria de acesso tanto ao prédio quanto à biblioteca, com entrada mais amigável para os cadeirantes, o A12 relata o desconforto para entrar no prédio onde está localizada a B7, eventos ocorrem com frequência em frente ao prédio obstruindo a entrada: “É constrangedor para o cadeirante ser carregado ao entrar no prédio” (A12, entrevistado pela pesquisadora em 30/10/2013). Outro item observado nos relatos dizem respeito à ampliação do espaço: “Os espaços têm que ser amplos, o cadeirante não pode esbarrar em obstáculos”, desabafa o A2 (A2, entrevistado pela pesquisadora em 22/10/2013). Reivindicam salas para estudo, local para trabalhos em grupo e espaços individuais adaptados para cadeirantes.

O A5 diz que a biblioteca “é um espaço destinado a disseminar cultura e educação, portanto, deve estar ao alcance de todos, até porque favorece a autoestima e a autonomia” (A5, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013). Menciona o A15 que “o acesso deve ser igualitário, ao conteúdo, ao ambiente, a tudo, o ambiente deve ser desfrutado por todos principalmente tratando-se de instituição pública, a limitação compromete a socialização” (A15, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013). Outra dificuldade que apareceu em quase todas as falas diz respeito à comunicação e à sinalização. Menciona o A2 que “as bibliotecas

mostram boa vontade, todavia ainda não existe uma aproximação com os alunos, os serviços existem porém não estão chegando aos alunos com deficiência” (A2, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013). O A9 compartilha essa opinião, dizendo que “as bibliotecas precisam de sinalização acessível, elas devem passar confiança aos alunos com deficiência e informar o que oferecem” (A9, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013). Observa-se nos relatos dos alunos a dificuldade de se chegar à biblioteca, pois falta sinalização de fácil visualização tanto externa como interna.

Com relação ao acervo, os relatos demonstram dificuldades para alcançar os livros nas estantes, por estarem posicionados em prateleiras altas, bem como a circulação entre as mesmas e o tamanho da fonte nas etiquetas de lombada para identificação dos livros, que precisam ser ampliadas para melhor visualização. Para o A1, “a maior dificuldade é conseguir o material acessível, não adianta a biblioteca estar preparada fisicamente e o aluno não conseguir ler o livro” (A1, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013).

Os alunos entrevistados são unânimes em afirmar que o *e-book* é uma ferramenta muito prática, e seria um grande facilitador, independentemente da deficiência ou não: “Deveria ser acessível a todos, isso tinha que ser pensado com mais atenção” (A15, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Vale salientar o depoimento do divergente do A5 com relação aos livros digitais:

e-book? Não sei exatamente se seria bom ou ruim. Tem alunos que ainda gostam do contato com o livro impresso. Livro em braile? Sei da quantia de estantes que precisa para armazenamento, seria inviável para o acervo inteiro, porém acho interessante disponibilizar alguns títulos em braile, para estimular o contato físico e também para sensibilizar os outros alunos. (A5, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013).

O A16 relata que a grande dificuldade encontrada na biblioteca é a localização dos livros e principalmente saber qual o conteúdo desses materiais. Reforça sempre em sua fala: “Quando preciso ler muito, torna-se cansativo, e também algumas palavras não conheço, seria importante ter na biblioteca uma pessoa para ajudar, para traduzir o que está no papel” (A16, entrevistado pela pesquisadora em 31/10/2013).

Depoimentos com relação ao atendimento mostram da parte de alguns alunos necessidade de igualdade no tratamento, outros relatam a necessidade de

fazer parte do grupo sem precisar de ajuda. Já o A7 comenta: “Quando entrei na universidade, achei que todos me olhariam diferente, porém sou tratado normalmente, não tenho nada a reclamar” (A7, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013). O relato do A8 demonstra sua satisfação com o atendimento recebido: “Posso dizer assim, estou bem feliz, as pessoas são bem atenciosas, elas querem ajudar” (A8, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013).

No tocante ao regulamento da biblioteca, se contempla questões específicas aos alunos com deficiência, não houve posicionamento por parte de três bibliotecários, Bib2, Bib3 e Bib7 (bibliotecários entrevistados pela pesquisadora, Bib2 em 11/9/2013, Bib3 em 18/9/2013 e Bib7 em 16/9/2013). Bib6 e Bib10 relatam que desconhecem regulamentos específicos de acessibilidade na biblioteca, todavia apontam que no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (ANEXO G), consta o item que garante o direito do usuário de exigir da biblioteca todos os recursos necessários para seu atendimento (Bib6 e Bib10, entrevistados pela pesquisadora em 12/9/2013).

Bib1, Bib4, Bib8 e Bib9 comentam a alteração efetuada pela Comissão de Circulação do SiBi/UFPR no regulamento de empréstimo (ANEXO H), garantindo condições especiais aos alunos com deficiência, alterando o prazo para empréstimo dos livros (bibliotecários entrevistados pela pesquisadora, Bib1 em 10/9/2013, Bib4 em 25/9/2013, Bib8 em 17/9/2013 e Bib9 em 16/9/2013).

O Bib5 relata que as efetivações de mudanças no regulamento de empréstimo vão ocorrer quando houver demanda (Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013). O A3, no seu relato, confirma que já utilizou a ampliação de dias para o empréstimo de livros e que essa medida tem lhe auxiliado no desenvolvimento das atividades acadêmicas (A3, entrevistado pela pesquisadora em 23/10/2013).

Outro aspecto que merece ser ressaltado diz respeito aos recursos financeiros assegurados à biblioteca com relação à acessibilidade. Bib7, Bib8 e Bib9 não têm conhecimento de recurso específico, afirmam que encaminham a demanda para a administração do SiBi/UFPR (bibliotecários entrevistados pela pesquisadora, Bib7 em 16/9/2013, Bib8 em 17/9/2013 e Bib9 em 16/9/2013).

Bib1, Bib2, Bib3, Bib5, Bib6 e Bib10 afirmam que não há recurso assegurado para acessibilidade destinado ao SiBi/UFPR. A inexistência de recursos financeiros específicos para acessibilidade nas bibliotecas manifesta uma forma de desrespeito

para com os alunos com deficiência. O Bib1 diz: “Você vai pedindo para todo mundo, atirando para todos os lados”. O Bib6 relata que tudo que precisou conseguiu com seus parceiros de trabalho e o Bib8 menciona: “Busca-se o recurso no SiBi/UFPR, nos departamentos, no setor, nos cursos de especialização”. O Bib3 já relata a necessidade de se criar projeto e tentar recurso encaminhando para a direção do SiBi/UFPR. O Bib10 também relata a necessidade de se elaborar projeto e procurar as pessoas entendidas no assunto para auxiliar (bibliotecários entrevistados pela pesquisadora, Bib1 em 10/9/2013, Bib2 em 11/9/2013, Bib3 em 18/9/2013, Bib5 em 17/9/2013, Bib6 em 12/9/2012 e Bib10 em 12/9/2013).

O Bib4 menciona que não existe recurso exclusivo para acessibilidade:

Tudo que pudemos colocar de acessibilidade, a gente colocou dentro do projeto de reforma da biblioteca. Quando a gente sabe da existência de algum edital para captação de recursos, apresentamos as nossas demandas de acessibilidade. São projetos gerais, não específicos para acessibilidade, concorreremos com todo mundo para todas as coisas. (Bib4, entrevistado pela pesquisadora em 25/9/2013).

Especificamente para atender às necessidades exigidas pela legislação de acessibilidade, somente essa biblioteca participou de projetos para obtenção de recursos. Entre eles, destacam-se os relacionados a seguir.

- a) Projetos de pesquisa intitulado Acessibilidade e Produção Científica para Deficientes Visuais, ocorrido no ano de 2009 pelo edital CNPq/SECIS/MCT – Fundações Estaduais de Amparo à pesquisa n. 064/2009. A B4 atuou como participante no projeto, porém este não foi aprovado;
- b) Em 2010, a B4 enviou demanda ao NAPNE para que fosse incluída no Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior. O projeto foi aprovado pelo MEC, todavia não foi enviado para a universidade o recurso para ser gasto com a solicitação da universidade;
- c) Em 2011, coordenou o projeto Fundo de Desenvolvimento Acadêmico – FDA – com projeto intitulado Adequação do Laboratório de Acessibilidade. O projeto foi aprovado, porém, em função da greve, não houve tempo hábil para aquisição dos *softwares* solicitados;
- d) No FDA de 2012, a B4 coordenou o projeto Laboratório de Acessibilidade: Inclusão de Pessoas com Deficiência. O projeto foi

aprovado e, com os recursos disponibilizados, foram adquiridos leitor automático e instantâneo, linha braile e mesa tátil;

- e) Também em 2012, a B4 enviou suas demandas de acessibilidade para que fossem incluídas no projeto intitulado Estudo Avançado sobre Mobilidades Sociais e Culturais, o qual não foi aprovado;
- f) No último semestre de 2013, a B4 encaminhou suas demandas de acessibilidade para fazerem parte de projeto a ser submetido ao Edital de Tecnologias Assistivas (este projeto encontra-se em andamento).

Evidencia-se que a B4 atua ora como coordenadora dos projetos, ora como participante, mostrando sua sintonia com diferentes unidades. Também fica claro que os projetos nem sempre são aprovados, pois não atendem às exigências dos editais dos programas, porém a tentativa e a busca de recursos é uma constante, quer com projetos específicos de acessibilidade, quer com projetos de caráter geral.

A constatação de que apenas uma biblioteca tem se preocupado com a elaboração e a participação em projetos para buscar subsídios junto aos órgãos competentes para oferecer serviços acessíveis justifica-se pela inexistência de política inclusiva institucional.

Mesmo que de modo ainda insuficiente, o MEC tem iniciado um movimento por meio de editais públicos em prol da inclusão do aluno com deficiência nas universidades.

Siqueira e Santana (2010, p. 134) ressaltam que

a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior tem que estar voltada para os aspectos que dizem respeito a tudo aquilo que envolve o sujeito em suas relações cotidianas. E esta não pode ser pensada a partir de ações isoladas, mas precisa congrega ações com vistas à aquisição de produtos e tecnologias; ações voltadas à formação e para o ensino, entre outros.

A propósito, Menegatti (2012, p. 55) lembra que, no paradigma da sociedade inclusiva, os esforços, embora relevantes, ainda não têm sido suficientes. Salienta ainda que “as políticas governamentais ainda são construídas unilateralmente, sem a efetiva participação dos principais interessados e por essa razão acabam por reproduzir a exclusão”.

Os comportamentos só serão transformados quando a mentalidade das pessoas passar por mudanças. Assim como o Estado tem seu papel, também a

sociedade tem sua parcela de responsabilidade. O direito das pessoas com deficiência só serão garantidos em conjunto pelo Estado e pela sociedade, com políticas e programas que primem pela inclusão de todos

Quando questionados sobre a implantação de políticas institucionais de inclusão, 100% dos bibliotecários entrevistados se posicionaram dizendo ser necessário, interessante, importante e urgente. Entendem que o SiBi/UFPR necessita desenvolver uma política institucionalizada inclusiva, contando com o apoio administrativo para implementar ações que priorizem a permanência de qualidade. Os bibliotecários Bib1, Bib5, Bib7, Bib8 e Bib10 salientam que, se a universidade está abrindo a possibilidade de entrada de alunos com deficiência, então deve haver estrutura para dar apoio e suporte durante sua permanência. O Bib5 informa que “cada vez mais a gente está recebendo alunos com deficiência, e são poucas as pessoas que se importam com essa situação”. O Bib7 alerta que “os alunos com deficiência estão chegando, mas não estamos preparados”. O Bib8 diz que o SiBi/UFPR tem que se preparar para isso e criar mecanismos para atender. O Bib10 afirma que é necessária uma política institucional inclusiva para o SiBi/UFPR (bibliotecários entrevistados pela pesquisadora, Bib1 em 10/9/2013, Bib5 em 17/9/2013, Bib7 em 16/9/2013, Bib8 em 17/9/2013 e Bib10 em 12/9/2013).

Evidenciam-se, nos relatos seguintes, apontados ora por alunos com deficiência, ora por bibliotecários, elementos a serem considerados na política institucional inclusiva. O Bib7 sinaliza a falta de estrutura para acolher os alunos com deficiência nas bibliotecas:

Eu estava vendo pela minha experiência, eu não tenho como receber, equipamento eu não tenho, estrutura física eu não tenho. Eu tenho amor e boa vontade de acolher. Mas eu não tenho como. Falta estrutura. A gente tem que dar a possibilidade e o suporte para que a inclusão aconteça. (Bib7, entrevistado pela pesquisadora em 16/9/2013).

Retorna-se novamente ao item falta de comunicação como obstáculo na divulgação dos serviços, agora apontado pelo Bib5, que solicita medidas urgentes para a remoção dessa barreira:

Acho que ainda são poucas as pessoas que se importam com o tema, tem que mobilizar internamente essa questão, divulgar mais os serviços que as bibliotecas oferecem. Mais informação, mais divulgação. Tornar o portal da biblioteca acessível, pois é o elo de comunicação entre alunos e biblioteca. (Bib5, entrevistado pela pesquisadora em 17/9/2013).

O A2 informa que “as bibliotecas têm boa vontade, no entanto não existe uma aproximação com os alunos. Os serviços existem mas não estão chegando até os alunos com deficiência” (A2, entrevistado pela pesquisadora em, 21/10/2013).

Para o A6, “realmente o que falta é a orientação para chegar à biblioteca, precisa de fácil sinalização e visualização orientada, depois que se chega à biblioteca existe assessoramento” (A6, entrevistado pela pesquisadora em 25/10/2013).

O Bib2 expressa sua opinião a respeito da acessibilidade no Portal da Informação: “O Portal da Informação e o *sites* da UFPR, nenhum deles contêm nada de acessível, exceto aumentar um pouco o tamanho da fonte, inclusive os *softwares* que fazem as leituras de páginas precisam de um apoio” (Bib2, entrevistado pela pesquisadora em 11/9/2013).

Já o Bib6 menciona a capacitação profissional como fator a constar na política inclusiva: “A gente não sabe o que fazer quando chega um cadeirante, ficamos meio constrangidos de perguntar se ele quer ajuda, por receio de intimidá-lo” (Bib6, entrevistado pela pesquisadora em 12/9/2013).

O Bib1, no seu relato, aponta aspectos para a política inclusiva que considera importantes:

Notificação e encaminhamento dos alunos com deficiência pelo Núcleo de Concursos às coordenadorias e estas para as bibliotecas, para conhecimento de quantos e quem são os alunos. Mais um item a constar da política inclusiva é a formação dos profissionais, existe apenas uma noção básica, tínhamos que ter uma formação mais avançada. Também é importante salientar a divulgação do que a biblioteca oferece, os alunos com deficiência não sabem a quem recorrer, quando ele descobre está se formando ou evadiu. (Bib1, entrevistado pela pesquisadora em 10/9/2013)

Tanto os relatos dos bibliotecários como os dos alunos com deficiência evidenciam a necessidade e urgência de implantação de política institucional inclusiva para as bibliotecas.

O A5 destaca a importância do ambiente físico da biblioteca, que deve estar adequado para a utilização por todos os alunos: “O espaço da biblioteca deve ser acessível, pois é um espaço para disseminar a cultura e a educação, deve estar ao alcance de todos” (A5, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013).

No relato do A4, a ênfase é para a obtenção de material bibliográfico de forma acessível: “Uma ideia é colocar os *links* dos livros no *site* da biblioteca, eu encontro o capítulo que preciso, solicito à biblioteca para digitalizar a página desejada e enviar-me por *e-mail*” (A4, entrevistado pela pesquisadora em 24/10/2013).

O A1 apresenta relato que deve ser enaltecido, pois contribui com sugestões para a política inclusiva do SiBi/UFPR:

Gostaria de fazer um pouco mais pelas pessoas, porque me sinto privilegiado, porque não é todo mundo que teve tantos amigos como tive, se não fossem eles não estaria me formando. Interessante pensar no aluno com deficiência visual oferecendo uma semana de conscientização antes do início das aulas. Então eu acho que a biblioteca é uma possível parceira para ajudar nessa questão, mostrando o acervo, produtos e serviços oferecidos. Isso já é oferecido, porém o protocolo não foi adaptado para alunos com deficiência. (A1, entrevistado pela pesquisadora em 21/10/2013).

Orientação e mobilidade ajudam na independência dos alunos com deficiência visual, que assim podem circular de forma mais segura e autônoma, conhecendo o ambiente e a localização dos espaços.

Os relatos reforçam a necessidade de implantação de políticas institucionais de inclusão e demonstram que as bibliotecas precisam identificar de forma antecipada os obstáculos existentes a fim de eliminá-los, para que os alunos com deficiência não os vivenciem e desenvolvam com qualidade suas atividades acadêmicas, garantindo a sua formação com qualidade. Esse esforço vai além da quebra de barreiras arquitetônicas, passa pelo respeito à cidadania, pelo cuidado em garantir o direito à educação para todos, por meio do ingresso, mas, sobretudo, da permanência com sucesso dos alunos com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa contribuiu para incitar reflexões sobre políticas de inclusão no SiBi/UFPR. Contribuiu também para analisar ações de acessibilidade já realizadas, apresentar questionamentos e levantar ponderações que poderão auxiliar no desenvolvimento de ações inclusivas, favorecendo assim a permanência dos alunos com deficiência na universidade, não perdendo de vista que o direito à educação é para todos os cidadãos, o que implica no reconhecimento de que as diferenças dos alunos exigem atendimentos específicos para que se garanta tal princípio.

Um dos maiores desafios da educação tem sido o de colocar em prática o princípio da inclusão, reconhecendo a necessidade e o direito dos alunos com deficiência, sendo o obstáculo ao ingresso e à permanência no ensino superior o primeiro a ser enfrentado. As políticas públicas de ações afirmativas estabelecidas pelo governo tentam erradicar dificuldades, visando garantir a igualdade de tratamento.

É certo que o aumento do número de alunos matriculados no ensino superior e com condições de inclusão são elementos fundamentais para a consolidação da democracia. Nesse contexto, a pesquisa teve como premissa que a educação é um direito de todos e que garantir o cumprimento desse direito depende do esforço de cada universidade no desenvolvimento de ações inclusivas. Para o acesso e a permanência desses alunos no ensino superior, é fundamental que sejam garantidas condições facilitadoras, entre elas o provimento de adequações de bibliotecas, pois estas desempenham papel fundamental no processo educativo do aluno ao proporcionar-lhe informações para que seja bem-sucedido na sociedade atual.

No tocante às legislações sobre inclusão, apresentam-se no levantamento como relevantes e esclarecedoras com relação a procedimentos necessários para a efetivação da inclusão no ensino superior. No entanto, ainda permanecem algumas dificuldades na implementação dessas leis no SiBi/UFPR, conforme detalhado na discussão dos resultados.

Com este trabalho, concluiu-se que as informações acerca dos alunos com deficiência não são articuladas entre as unidades da instituição e a biblioteca. Percebe-se todo o aporte dado durante a realização do vestibular e que posteriormente não se disponibiliza a notificação dos alunos com deficiência

aprovados, para providências antecipadas. Nesse aspecto, a biblioteca só toma conhecimento quando o aluno se apresenta, o que sem dúvida contribui para a sua exclusão.

A análise do espaço físico permitiu concluir que das bibliotecas analisadas, em termos de acessibilidade em todos os aspectos, apenas a B4 pode ser considerada adequada, cuja preocupação em remover barreiras e tornar o ambiente acessível para atender alunos com deficiência vem ocorrendo desde 2007. Quatro bibliotecas foram avaliadas como parcialmente adequadas, necessitando de redimensionamento do *layout* para permitir melhor circulação e manobra de cadeira de rodas entre as estantes. O balcão de empréstimo apresenta-se com medidas incompatíveis, o que dificulta a interação entre alunos e funcionários, necessitando-se de adaptações ou aquisição de novos. Inexistência de banheiros adequados e bebedouros inacessíveis foram identificados como obstáculos a serem transpostos. Em outras cinco bibliotecas, o ambiente físico foi avaliado como inadequado, merecendo atenção a necessidade de remoção de catraca e escadas e a instalação de elevador ou rampa de acesso para as bibliotecas com mais de um pavimento. A sinalização foi o aspecto mais ressaltado como precário, tanto pelos bibliotecários quanto pelos alunos, evidenciando-se a necessidade de melhorar a qualidade, indicando-se por meio de faixas táteis e de imagens, de forma que os alunos saibam sobre os serviços e acervos disponíveis e em que espaço localiza-se cada um dos itens. Chama-se a atenção para a falta de referenciais de localização nos ambientes externos direcionando à biblioteca, assim como internamente indicando elevador, banheiro, salas de estudo, empréstimos, laboratório de informática, entre outros ambientes. Para os alunos cadeirantes, deve-se voltar a atenção para a altura das guias sinalizadoras, que sejam colocadas na faixa de visão, para os alunos com surdez a sinalização só atenderá se utilizar-se de imagens, para os alunos com baixa visão deve-se cuidar do tamanho e tipo da fonte utilizada, priorizando fontes maiores e com traços simples e sem rebuscamentos, já para os alunos cegos é necessário que a sinalização seja pelo braile, tátil e sonora. Considerando que esse item foi apontado com frequência como inadequado, tanto pelos gestores de bibliotecas como pelos alunos, a quebra dessa barreira é uma medida a ser tomada com urgência. Cabe às bibliotecas buscar uma sinalização adequada para que a comunicação com os alunos realmente se efetive.

Para o aspecto da acessibilidade informacional, foram avaliadas a existência de acervo em diferentes formatos e a disponibilização de equipamentos e tecnologias específicas. Em nenhuma das dez bibliotecas analisadas encontra-se duplicação do acervo em formato braile e áudio. Predominam os serviços relacionados ao acesso a informações impressas disponíveis fisicamente nas bibliotecas e também pelo Portal da Informação, livros digitais e também teses e dissertações defendidas na UFPR, assim como artigos de revistas nacionais e internacionais.

Inexistem livros no formato braile e/ou áudio e o atendimento à acessibilidade informacional é feita de acordo com a demanda. Por motivos de armazenamento, custo e outros, não é viável a transformação em braile. A B4 atualmente supre essa carência disponibilizando equipamentos e tecnologia, capazes de transformar o conteúdo impresso em falado, atuando como unidade-piloto em todo o SiBi/UFPR, uma vez que a demanda ainda é pequena.

A análise das tecnologias disponíveis para atendimento de alunos com deficiência demonstra que este é um serviço ainda deficitário em 9 bibliotecas, sendo disponível apenas na B4, que atende às solicitações de todos os alunos com deficiência do SiBi/UFPR. A carência de materiais em outros formatos é suprida por essa biblioteca por meio do uso de tecnologias assistivas, disponibilizando-se o leitor autônomo, que traduz instantaneamente o texto impresso em formato sonoro, em vários idiomas, e a linha braile e a mesa tátil falante são equipamentos também utilizados. Desse modo, as informações contidas nos materiais antes inacessíveis chegam até esses alunos. Um ponto polêmico é a transformação de desenhos, gráficos, imagens e fórmulas matemáticas, que não são reconhecidos adequadamente pelos recursos tecnológicos. A B4 busca encaminhamentos nesse sentido, de atender às necessidades de adaptações de imagens e fórmulas, contatando em alguns casos as editoras para obtenção do formado digital, processo lento e custoso, e também testando *softwares* indicados para futuras aquisições. Talvez a medida mais simples e eficaz se encontra na contratação de aluno bolsista para executar esse processo.

Nas narrativas dos alunos, fica constatado que o atendimento prestado pelos técnicos das bibliotecas é de boa vontade, atenção e prontidão, não sendo evidenciadas barreiras atitudinais, sendo raros os depoimentos que apontam indelicadeza e desatenção. A boa vontade ficou evidente como a característica

marcante no atendimento dispensado pelos funcionários, todavia o não saber lidar com a diferença foi o relato de todos os bibliotecários, constatando-se assim a necessidade de capacitação dos profissionais para que os alunos com deficiência possam ter um atendimento especializado. No entanto, nas palestras sobre acessibilidade promovidas pelo NAPNE em parceria com o SiBi/UFPR, o número de participantes foi pequeno, as ações envolvendo acessibilidade ainda são centradas em poucos profissionais e os ausentes justificam o desinteresse pela inexistência da demanda em suas bibliotecas. Já os que participam das palestras e estão envolvidos com a temática solicitam capacitação avançada e constante, para que possam oferecer serviços adequados às necessidades específicas dos alunos com deficiência, sobretudo curso de libras, para bem acolher e atender os alunos com surdez.

A capacitação é fundamental para o atendimento adequado às necessidades específicas, porém por si só não terminam com as exclusões, os preconceitos e os estigmas. A inclusão depende de mudanças de atitudes, que devem ser incorporadas aos hábitos de atendimento.

Foram estudados os apoios e serviços ofertados aos alunos com deficiência, que são os mesmos de qualquer outro aluno, embora necessitem de recursos específicos. Constatou-se a inexistência de serviços voltados exclusivamente para alunos com deficiência, sobretudo para os alunos cegos, que necessitam de computadores com programas específicos para suas demandas de leituras, com profissionais capacitados para orientar no uso desses recursos, assim como apoio de intérprete de libras para os alunos surdos, lacunas estas presentes nas bibliotecas que comprometem o percurso acadêmico desses alunos. Exceção apresentada é a B4, que disponibiliza recursos tecnológicos capazes de transformar o conteúdo impresso em formato falado, atendendo assim os alunos com deficiência visual. Embora a B4 disponibilize equipamentos e tecnologia para proporcionar o acesso à informação, há o desconhecimento desses recursos por parte dos alunos, evidenciando-se de um lado o esforço da biblioteca em prestar esse atendimento e de outro lado a barreira comunicacional que dificulta ou até impede a sua utilização. O mesmo pode ser dito com relação aos livros digitais disponíveis no Portal da Informação e da entrega eletrônica de parte de livro e/ou artigos de revistas.

Identificou-se que os alunos com surdez são os que apresentam mais dificuldades e os que menos frequentam as bibliotecas, pois elas não estão

preparadas para atendê-los. Nesse caso, a presença de intérprete de libras é de suma importância para que as bibliotecas não sejam mais consideradas como um território estrangeiro, mas um ambiente acolhedor e acessível, garantindo a eles o direito à informação, ao conhecimento e à educação.

Embora a maioria das bibliotecas não apresentem serviços específicos, os alunos com deficiência entrevistados relataram a contribuição positiva das bibliotecas na permanência universitária e no sucesso acadêmico.

Destaca-se entre os serviços o papel da Comissão de Acessibilidade, que visa garantir acessibilidade em todas as bibliotecas do SiBi/UFPR, identificando situações de barreiras, sugerindo capacitação de profissionais para o atendimento adequado aos alunos com deficiência e levantando nas bibliotecas a disponibilidade de acesso à informação, sobretudo contribuindo para caracterizar o espaço da biblioteca, que é muitas vezes visto como mais um prestador de serviços, devendo ser reconhecido como um espaço aliado à concepção da inclusão do direito de ir e vir.

O desenvolvimento de políticas, normas e regulamentos foi analisado nas ações voltadas à adequação das bibliotecas, como a iniciativa da Comissão de Circulação, que efetuou alterações no regulamento de empréstimos do SiBi/UFPR e ampliou de 15 para 30 dias o prazo de entrega dos livros, atendendo demandas e garantindo condições especiais aos alunos com deficiência, o que foi evidenciado por depoimento.

Os bibliotecários concluíram também que inexitem recursos financeiros exclusivos para as bibliotecas se adequarem às normas de acessibilidade. As iniciativas já vivenciadas pelas bibliotecas demonstram a busca pela obtenção de recursos em diferentes fontes, sendo que apenas a B4 participou de projetos específicos, justificando-se a ausência das demais pela falta de política inclusiva institucional.

Todos os bibliotecários são favoráveis à implantação de políticas institucionais de inclusão no SiBi/UFPR e destacam que é uma medida necessária e urgente, ideia compartilhada também pelos alunos com deficiência. Para que as bibliotecas do SiBi/UFPR possam ser consideradas bibliotecas inclusivas, há sugestões de compromisso advindas dos entrevistados a serem traduzidas na composição de uma política institucional de inclusão, como se pode ver a seguir.

- Comunicação antecipada às bibliotecas pelos setores e cursos dos alunos com deficiência matriculados.
- Ampliação de programas de educação inclusiva para a sensibilização dos servidores com relação à inclusão.
- Capacitação de profissionais para melhor orientar e divulgar as informações aos alunos com deficiência.
- Sinalização acessível e divulgação dos serviços e apoios oferecidos pelas bibliotecas.
- Projeto para tornar o Portal da Informação do SiBi/UFPR acessível, transformando-o no canal de comunicação com todos os alunos, independentemente de ter deficiência ou não.
- Investimentos na aquisição de livros digitais nacionais.
- Digitalização do sumário de livros que compõem a bibliografia básica, disponibilizando-os na página do Portal da Informação do SiBi/UFPR, o que possibilita a consulta e a solicitação de cópia da parte e recebimento via *e-mail*.
- Disponibilização da conversão de livros impressos para áudio.
- Adaptação do material, imagens e fórmulas matemáticas para o meio digital.
- Cursos de mobilidade e palestras ofertados aos alunos com deficiência no início do ano letivo e estendido aos pais e/ou acompanhantes, mostrando a biblioteca e divulgando recursos, apoios, serviços e acervo.
- Acompanhamento por parte de aluno bolsista na vida acadêmica do aluno com deficiência, beneficiando não só o aluno com deficiência mas também o aluno bolsista, que é desafiado a desenvolver ações colaborativas e o respeito às diferenças.
- Comprometimento institucional para adequação das bibliotecas, tornando-as acessíveis e inclusivas.
- Integração com outros profissionais e pessoas que se preocupam com o tema.
- Ampliação de pesquisa sobre a temática, a fim de que as pessoas possam expor suas opiniões, sobretudo de como transformar o ambiente

da biblioteca, visto pelo aluno surdo como “território estrangeiro”, em um ambiente acessível e inclusivo.

Enfim, há que se dedicar à definição de uma política institucional inclusiva para se fazer cumprir o direito dos alunos com deficiência no SiBi/UFPR, bem como transformar as condições adversas e favorecer a permanência desses alunos.

Sem dúvida, essas iniciativas contribuirão para a democratização do ensino superior e para a efetivação de investimentos de recursos públicos destinados a esses alunos, que são, em geral, duplamente penalizados: pelas condições econômicas e pela sua diferença.

Nos depoimentos, os alunos destacaram a importância desta pesquisa, por ter buscado junto a eles os problemas, as opiniões e os encaminhamentos para possíveis mudanças nos ambientes das bibliotecas, o que se apresentou como motivador para a continuidade deste trabalho. Entre os depoimentos dos bibliotecários, alguns recortes demonstram expectativas com relação a esta pesquisa. Segundo eles, a iniciativa começa agora, e esperam que a pesquisa possa orientar as demais bibliotecas do SiBi/UFPR em como proceder em assuntos relacionados à acessibilidade e à inclusão de alunos com deficiência.

Inclusivamente correto não é simplesmente atender bem para cumprir tabela, e também não precisa ser do coração, apenas da razão. Esse é um assunto que não tem ponto final, cada um que vai chegando vai acrescentando. (A10, entrevistado pela pesquisadora em 29/10/2013).

Dessa forma, constata-se que, no processo de construção da educação inclusiva nas instituições de ensino superior, as bibliotecas universitárias não podem ficar indiferentes aos encaminhamentos em direção à definição de uma política institucional inclusiva. A concretização das aspirações e expectativas trazidas pelos alunos com deficiências ao ingressarem na universidade depende da superação de diversas barreiras, por meio do estabelecimento de ações concretas que envolvam tanto a comunidade acadêmica quanto os alunos. É certo que as políticas públicas podem contribuir para assegurar direitos e deveres, porém não são garantia para a efetivação da inclusão, o que só acontece se houver o envolvimento de pessoas focadas na modificação de mentalidades e estruturas.

No espaço biblioteca universitária, considerando-se seu papel na capacidade de contribuir para o desenvolvimento de todos os alunos, é dever do

profissional bibliotecário, com sua nova postura e atitude, promover a legitimação de mudanças, mediante políticas de não exclusão e implementação de legislações.

Entende-se que é fundamental para a formação com qualidade e autonomia dos alunos com deficiência a atuação dos profissionais nas bibliotecas universitárias, respondendo ao desafio de garantir a acessibilidade a todos os alunos, quer adaptando o espaço físico, quer oferecendo apoio para acessar a informação em diferentes formatos. A biblioteca universitária apresenta-se como um caminho para que a democratização da informação e a cidadania se efetive, colocando em prática o processo de inclusão e garantido o direito à educação para todos.

Que as bibliotecas universitárias possam garantir integralmente a inclusão dos alunos com deficiência, mostrar a necessidade de ampliação do espaço informacional com o uso de tecnologias de informação e comunicação adequadas e presença de intérprete em libras, promovendo o acesso aos conteúdos com qualidade, além de repensar, entender e criar um espaço para os alunos com deficiência, onde a inclusão esteja pautada na efetivação de seus direitos como cidadãos, e a defesa de sua dignidade.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. **Educação e produtividade**: a reforma do ensino paulista e desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.
- AGÊNCIA CURITIBA. **Ambiente de negócio**. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.br.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=182>>. Acesso em: 22 dez. 2013.
- ALBINO, I. B.; MELO, F. R. L. V. Inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior: algumas reflexões. **Interface**, Natal, v. 8, n. 2, jul./dez. 2011.
- ALMEIDA, C. E. M. de. **O discurso de inclusão nas políticas de educação superior (2003-2008)**. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.
- AMARAL, L. A. **Pensar a diferença x deficiência**. Brasília: Corde, 1994.
- _____. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe, 1995.
- _____. **Em busca de uma política da USP referido à deficiência**. 1997. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratios/laep/Ligia1.html>>. Acesso em: 21 fev. 2003.
- ANSAY, N. M. **A trajetória escolar de alunos surdos e sua relação com a inclusão no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- ANZOLIN, H. H.; SERMANN, L. I. Biblioteca universitária na era planetária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14, 2006. Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006.
- ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva - referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos**: escola. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 3.

ARELARO, L. R. G. Direitos sociais e política educacional: alguns ainda são mais iguais que outros. In: SILVA, S.; VIZIM, M. **Políticas públicas**: educação, tecnologia e pessoas com deficiência. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

_____. **Desigualdade e direito à educação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1132>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade e edificações, equipamento e mobiliário urbano à pessoa portadora de deficiência. Rio Janeiro, 2004.

_____. **NBR 15599**: acessibilidade – comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.

ATIQUE, M.; ZAHER, H. Educação inclusiva na educação superior: políticas públicas e acesso às pessoas portadoras de deficiência. In: CONGRESSO NACIONAL CONPEDI, Manaus, 2006. **Anais...** Manaus, 2006. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

AUDI, E. M. M. **Protocolo para avaliação de acessibilidade física em escolas de ensino fundamental**. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

AUDI, E. M. M.; MANZINI, E. J. **Protocolo para avaliação de acessibilidade em escolas do ensino fundamental**: um guia para gestores e educadores. Marília: ABPEE, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campos, 2004.

BRASIL. Emenda Constitucional n.12, de 17 de outubro de 1978. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 19 de outubro 1978. Seção 1, p. 16857.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.7405, de 12 de novembro de 1985**. Torna obrigatório a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e

serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 1985. Disponível em: <<http://faders.rs.gov.br/legislacao/acessibilidade/lei7405de85.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9045, de 18 de maio de 1995. Autoriza o Ministério da Educação e do Desporto e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade da reprodução, pelas editoras de todo o país, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres Braille, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa de obras já divulgadas para uso exclusivo de cegos. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 19 de maio 1995. Seção 1, p. 7125.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**; LDB n. 9394. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n. 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e da outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 20 de fevereiro 1998, p. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1679 de 02 de dezembro de 1999a. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Mec Legis**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/p1679.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

BRASIL. Decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999b. Regulamenta a Lei n.7853, de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 21 de dez. 1999. Disponível em: <<http://cedipod.org.br/dec3298.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. **Lei n. 10098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e da outras providências. Disponível em: <<http://acessobrasil.org.br/index.php?itemid=43>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

BRASIL. Decreto n. 3956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 09 de out.

2001a. Disponível em:

<<http://www.presidencia.gov.br/ccivil/decreto/2001/d3956.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB n. 17/2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cnc/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 4176 de 28 março de 2002a**, que altera e acresce dispositivos à lei n.9610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, Disponível em: <http://planalto.gov.br/civil_03/consulta_publica/consulta.htm>. Acesso em: 12 jan. 2013.

BRASIL. **Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002b**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/2002/L10436.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 3284, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF., 11 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASIL. Decreto n. 5296, de 22 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.10048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, dez. 2004. Disponível em: <<http://mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/sicorda/dec5626.asp>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras**: diretrizes gerais. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/susp/arquivos/pdf/politica/pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Decreto n. 6949, de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Decreto n. 7234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 20 de jul. 2010.

BRASIL. Decreto n. 7611 de 17 de novembro de 2011. Dispões sobre a educação especial. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Decreto n. 7612 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 18 de nov. 2011b. Seção 1, p. 12-13.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466/2012. **Diário Oficial [da] União**, n. 12, 13 junho de 2013. p. 59. Seção 1.

BRUNO, M. M. G. A política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: algumas reflexões sobre as práticas discursivas e não discursivas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG, 2010. p. 1-13.

CAMBIAGLI, S. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: SENAC, 2007.

CARVALHO, J. C. L. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto, 2004.

CASTRO, S. F. de. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades publicas brasileiras**. 245 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CATTANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. Prouni: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CORRÊIA, G. B.; MOREIRA, L. C. **Ações afirmativas, inclusão escolas e cotas étnicas e sociais**: um olhar sobre a experiência da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-396-014.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

COSTA, S. M. **Biblioteca para portadores de deficiências visuais**: aspectos organizacionais. 89 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Ensino - Curso de Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89 jan./abr. 2000.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito a deficiência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262 jul. 2002.

_____. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005.

DECLARAÇÃO de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial. Disponível em: <http://direitoshumanos.usp.br/documentos/tratados/educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao_salamanca.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Apresentado na Conferência Mundial de educação para todos, Jontien, 1990.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C. da; GOMIDE, A. B. Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU. In: **INCLUSÃO Escolar e educação especial: teoria e prática na universidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 333-352.

EMMANUELLI, M. N. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias**: um direito de todos. Monografia (Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

EMMEL, E. M. G.; CASTRO, C. B. Barreiras arquitetônicas no campus universitário: o caso da UFSCAR. In: MARQUEZINI, M. C. et al. **Educação física, atividades lúcidas e acessibilidade de pessoa com necessidades especiais**. Londrina: UEL, 2003. (Coleção Perspectiva Multidisciplinares em Educação Especial, 9).

FACEIRA, L. da S. **Programa Universidade para Todos: política de inclusão acadêmica e social? - novo enfoque**. 2004. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/07/06.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

FÁVERO, E. A. G. . Educação especial: tratamento diferenciado que leva a inclusão ou a exclusão de direitos? In: FÁVERO, E. A. G. at al. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientação pedagógica: formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SESP, 2007.

FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento**. 2009. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/libraries-for-print-disabilities/86-pt.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2013.

FERNANDES, S. de F. **Inclusão de estudantes surdos no ensino superior: desafios e perspectivas**. In: CADERNOS de educação inclusiva. Curitiba: UFPR, 2010.

FERREIRA, L. S. **Bibliotecas universitárias e brasileiras**. São Paulo: Pioneira, 1980.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de política: um quadro de referência teórica. **Análise & conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez. 1986.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UNB, 2001.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas da inclusão**: uma análise educação especial brasileira. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1995.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GOHN, M. G. Os conselhos de educação e a reforma do Estado. In: CARVALHO, M. C. A. A.; TEIXEIRA, A. C. C. **Conselhos gestores de políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2000.

GUERRA, L. C. B.; FERNANDES, A. S. A. O processo de criação do Programa Universidade para Todos (Prouni): interesses e escolhas no Congresso Nacional. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 18, n. 2, p. 280-305, 2009.

GUIMARÃES, P. R. B. **Métodos quantitativos estatísticos**. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

INCLUSÃO digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros. Brasília: UNESCO, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFRS). **Acessibilidade de materiais para deficientes visuais**. Bento Gonçalves, 2009. Disponível em: <<http://acessibilidade.bento.ufrs.edu.br/arquivos/pdf/manual/manual-02-arquivo-19.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior**: 2011 – resumo técnico. Brasília, 2013.

_____. **Acessibilidade na educação superior**: impactos na avaliação in loco. Brasília, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMÔNICA, D. A. C. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no Campus da USP/Bauru. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 2, p. 177-188, maio/ago. 2008.

LEHER, R. **Prouni é bóia de salvação do ensino privado**. Recife: ADUFEPE, 2004/2005. (Reforma Universitária, Caderno 3).

UMA LUZ para matemática. Disponível em:
<<http://gazedopovo.com.br/educacao/conteudo.phtml?id=8791338tit=uma-luz-para-matematica>>. Acesso em: 09 out. 2013.

LUZO, M. C.; MELLO, M. A. F.; CAPANEMA, V. Recurso tecnológico em terapia ocupacional –órteses e tecnológica assistiva. In: CARLO, M. de; LUZO, M. C. M. **Teoria ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares**. São Paulo: Rosa, 2004.

MACEDO, A. R. de et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 1-15, 2005.

MALHEIROS, T. M. de. C. **Necessidade de informação do usuário com deficiência visual**: um estudo de caso da Biblioteca Digital e sonora da Universidade de Brasília. 305 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MANZINI, E. J. Introdução. In: MARQUEZINI, M. C. et al. **Educação física, atividades motoras e lúdicas, e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais**. Londrina: Eduel, 2003. p. xxi-xxvi.

_____. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: ENSAIOS pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEES/MEC, 2005. p. 82-86.

_____. Considerações sobre a entrevista para pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. (Org.). **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: UFES, 2006. p. 361-386.

_____. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área da educação. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de. **Educação especial: dialogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 281.

MANZINI, E. J.; CORREA, P. M. Avaliação da acessibilidade em escolas do ensino fundamental usando a tecnologia digital. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: Anped, 2008. p. 1-13.

MANZINI, E. J. et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas. In: MARQUEZINI, M. C. et al. **Educação física, atividades motoras e lúdicas, e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais**. Londrina: Eduel, 2003. p. 185-192.

MAPASBLOG. Regiões turísticas do Paraná. Disponível em: <mapasblog.blogspot.com.br/2011/10/mapas-do-parana.html>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MARENGO, L.; DUTRA, S. K. Análise das condições de acessibilidade existentes nas bibliotecas universitárias para usuários portadores de necessidade especiais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., São Paulo, 2008. **Trabalho oral**. São Paulo, 2008. p. 1-12.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G. de A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, L. de A. R. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In: _____. et al. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 17-26.

MARTINS, N. A. **A palavra escrita: história do livro da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ático, 2002.

MAZZONI, A. A. *et al.* Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. **A nova maneira de se entender a deficiência e envelhecimento**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1878/1/TD_1040.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.

MELO, F. R. L. V.; GONÇALVES, M. de J. Acesso e permanência de estudantes com deficiência física no ensino superior. In: MELO, F. R. L. V. (Org.). **Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais**. Natal: EDUFRRN, 2013.

MELO, F. R. L. V.; MEDEIROS, R. **Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: ações no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Trabalho apresentado no 4. Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2007.

MELLO, C. A. B. **Controle jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

MENEGATTI, Y. **Serviço de informação acessíveis para deficientes visuais em bibliotecas de instituições de ensino superior no município de Florianópolis**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MICHELS, L. R. **Conceitos e adaptações específicas para cada tipo de deficiência**. Disponível em: <<http://www.saci.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MIRANDA, A. Biblioteca universitária no Brasil: reflexos sobre a problemática. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., 1978, Niterói. **Anais...** Niterói, 1978. p. 1-10.

MIRANDA, P. de. **Comentários à Constituição de 1946**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1960. v. 1.

MOREIRA, L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais**: das ações institucionais às práticas pedagógicas. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. In (ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais em questão. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria n. 25, 2005. Não paginado.

_____. **Necessidades educacionais especiais e o processo de ensino e aprendizagem nos cursos de licenciatura da UFPR**. Curitiba: UFPR, 2012. Relatório do Programa Licenciár.

_____. **Levantamento parcial de alunos com NEE com entrada pelos processos seletivos da UFPR a partir do ano de 2008**. Curitiba: UFPR/NAPNE, 2013.

NEGRINI, T. et al. Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 37, p. 287-298, maio/ago. 2010.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticas da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

NUNES, M. M. de S. M. **A biblioteca pública universitária, acessibilidade e pessoas com deficiências físicas**. 63 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

NUNES, S.; LOMÔNACO, J. F. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 55-64, 2010.

ODEH, M. M. O atendimento educacional para crianças com deficiências no hemisfério sul e a integração não planejada: implicações para as propostas de integração escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 27-42, 2000.

OLIVEIRA, E. T. G. de. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência**. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

OLIVEIRA, F. B. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Diálogos e Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 93-108. 2012.

OLIVEIRA, L. R. de. **Biblioteca universitária**: uma análise sobre os padrões de qualidade atribuídos pelo MEC ao contexto brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2004.

OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da constituição federal. São Paulo: Xamá, 2001.

OMOTE, S. **Inclusão**: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em:

<portal.mj.gov.br/sebh/ct/legis_intern/dbh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 26 fev. 2014.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de educação para todos, Jontien, 1990.

_____. Resolução **ONU n.45/91, de 14 de dezembro de 1990**. Disponível em: <<http://www.institutopradihma.org.br/sete/conteudo.asp?id=347>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. **Declaração de Salamanca** sobre princípios, política e prática em educação especial. 1994. Disponível em:

<<http://direitoshumanos.usp.br/documentos/tratados/educacao/decalracaosalamanc a.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. **Resolução ONU n. 48/96 – Normas sobre equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência**. Disponível

em: <<http://http://www.faders.rs.gov.br/portal/index.php?id=legislacao&cat=6>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

_____. **Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência**. Guatemala, 1999.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências**. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/convenção.php>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

_____. Conferencia Internacional da Educação. 2008. Disponível em: <www.dgidc.min_edu.pt/data/dgidc/Revista_Noesis/doc.../lafora76.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

PAULA, S. N. de. **Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

PELA, M. A. P. **A biblioteca universitária, espaços formativos e inclusão: a perspectiva de graduandos com deficiência visual**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PINHEIRO, H. L. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. In: SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.). **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

PIRES, J. Por uma ética de inclusão. In: MARTINS, L. de A. R. et al. **Inclusão: Compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PRIETO, R. G. **Política educacional do município de São Paulo: estudo sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, no período de 1986 a 1996**. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PROGRAMA INCLUIR. **Documento orientador Programa Incluir: acessibilidade na educação superior SECADI/SESu-2013**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article>. Acesso em: 15 abr.2013.

PROGRAMA Universidade para Todos(ProUni). **PDE/ProUni**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRES, S. P. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp, 2008.

PUPO, E. J.; SANTOS, G. C. As novas tecnologias da informação: uma proposta de acesso e atendimento a usuários com necessidades especiais em bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL, 1., 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, Faculdade de Saúde Pública, 2001.

RADABAUGH, M. P. **Study on the financing of assistive technology devices of services for individuals with disabilities.** A report of the president and the congress of the United States, National Council of Disability. Mar. 1993. Disponível em: <<http://www.ccclivecaption.com>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social, caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 1998.

REIS, N. M. de M. **Política de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior e as universidades federais mineiras.** 188 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

RIBEIRO, M. Educação para cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, M. Avaliação institucional: bibliotecas universitária e avaliação pelo MEC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 25., Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/cbbu/arquivos/pdf/AvaliacaoInstitucional-CBBD2013.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

ROSS, P. R. Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. In: BIANCHETTI, L. B.; FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania.** Campinas: Papyrus, 1998. p. 53-110.

RUSSO, M. **Bibliotecas universitárias brasileiras: diretrizes para o próximo milênio.** São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1998.

SANTANA, J. V. Biblioteca universitária e a transferência da informação: problemas e perspectivas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 1989.

SANTAROSA, L. M. C. Escola virtual para a educação especial: ambientes de aprendizagem telemáticos cooperativos como alternativa de desenvolvimento. **Revista de Informática Educativa**, Bogotá, v. 10, n. 1, p. 115-138, 1997.

SANTIAGO, R. Aprendizagem organizacional nas instituições de ensino superior. In: TAVARES, J.; SANTIAGO, R. **Ensino superior: (in) sucesso acadêmico**. Porto: Porto, 2000.

SANTOS, B. de S. Por uma concepção multicultural de direitos humano. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 1997.

SILVA, A. C. da. A representação da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. In: FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e bilinguismo**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 39-50.

SILVA, A. M. da. **Informação e inclusão acadêmica**: um estudo sobre as necessidades sócio informacionais dos universitários cegos do Campus I da UFPB. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, L. G. dos S. Estratégias de ensino utilizadas, também, com um aluno cego, em classe regular. In: MARTINS, L. de A. R. et al. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 149-161

SILVEIRA, J. G. da. Biblioteca inclusiva? Repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais dos sistema de bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 1., 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2001. p. 245-256.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. da S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr. 2010.

SOUZA, B. C. S. de. **Programa Incluir (2005-2009)**: uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil. 179 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SOUZA, S. C. **Acessibilidade**: uma proposta de metodologia de estruturação de serviços informacionais para usuários cegos e com visão subnormal em bibliotecas universitárias. 141 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

TARAPANOFF, K. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil; sua posição sócio econômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., Brasília, 1981. **Anais...** Brasília, 1981.

TORRES, E. F. **As apresentações de acesso ao ensino superior de jovens e adultos na educação especial**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. da M. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002.

TORRES, M. M.; SÁ, M. A. A. dos S. Inclusão social dos idosos: um longo caminho a percorrer, **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v.1, n.2, 2008. Disponível em: <<http://www.unitau.br/revistashumanas>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

UNESCO. **Conferência Internacional sobre Educação, 48**. Genebra, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. COUN. **Resolução 70/08**. Aprimora as políticas de ingresso e permanência de pessoas com deficiências na UFPR e aprova a destinação de uma vaga em cada curso de graduação, de ensino profissionalizante e de ensino médio para as pessoas deficientes a partir do processo seletivo 2008/2009 (vestibular). Curitiba, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Proplan. **Relatório de dados**. Curitiba, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SIBI. **Relatório de atividades SIBI**. Curitiba, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Prograd-Cepigrad-Napne**. Disponível em: <<http://www.prograd.ufpr.br/cepigrad/napne.atml>>. Acesso em: 14 ago. 2013a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SIBI **Política de Desenvolvimento de Coleções**. Curitiba, 2013b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SIBI. **Portal da Informação**. Disponível em: <<http://www.portal.ufpr.br/>>. Acesso em: 02 set. 2013c.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WENCESLAU, M. E. Direito à educação para o deficiente: garantia ao exercício efetivo da cidadania e profissionalização. **Intermeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 15, n. 30, p. 84-101, jul./dez. 2009.

ZAINKO, M. A. S. **Educação superior, democracia e desenvolvimento humano sustentável**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Políticas e Gestão de Educação Superior. Curitiba, 2002.

_____. Políticas de formação de professores na universidade pública: uma análise de necessidades, entre o local e o global. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 37, p. 113-127, maio/ago. 2010.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

AMARAL, L. A. Sociedade x deficiência. **Revista Integração**, São Paulo, v. 4, n. 9, abr./maio/jun. 1992. p. 4-10.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília: SEDH/CORDE, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni 2008 – Relatório do primeiro ano**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2012.

CORRÊIA, G. B.; MOREIRA, L. C. **Transformando “nós em laços”**: percalços e vicissitudes da inclusão na Universidade Federal do Paraná. Apresentado no 9. Seminário – Educação Políticas Públicas e Pessoas com deficiência. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem09pdf/sm99ss02_05.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2006. p. 15-39.

FÁVERO, E. A. G. **Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

GUÉRIOS, E.; STOLZ, T. (Org.). **Educação inclusão e exclusão social: contribuição para o debate**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

JOSLIN, M. F. A. **A política de inclusão em questão: uma análise em escolas da rede municipal de ensino em Ponta Grossa – PR**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

MOREIRA, L. C. **O respeito à diversidade e ao aluno com necessidades educativas especiais**. Curitiba: UFPR, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Especiais**. Salamanca, 1994.

_____. **Declaração de Santo Domingo**: governabilidade e desenvolvimento na sociedade do conhecimento. Santo Domingo, 6 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.oas.org/main.asp?slang=Fpalink=http://www.oas.org/36ga>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

_____. Primeira Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações não governamentais de Pessoas com Deficiência e suas famílias. **Declaração de Caracas**. 18 de out. 2012. Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/legislação_01_A1_11.htm>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PINTO, J. M. de R. O financiamento da educação no governo Lula. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Recife, v. 25, n. 2, p. 323-340, maio/ago. 2009.

PRADO, A. R. de A. **Município acessível ao cidadão**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Carina, 2001.

ROSS, P. R. Pressupostos da integração /inclusão frente a realidade educacional. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: desafio para o novo milênio, 3., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1988. v. 3, p. 239-243.

SILVA, H. O. P.; BARBOSA, J. S. A relação deficiente visual e biblioteca universitária: a experiência do centro de atendimento ao deficiente visual – CADV da Universidade Federal de Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-17, mar. 2011.

SANTOS, A. P. dos; CERQUEIRA, E. A. de. **Ensino superior**: trajetória história e políticas recentes. Trabalho apresentado no 9. Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2009.

UNESCO. **Política de mudanças e desenvolvimento no ensino superior**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

APÊNDICE A – QUADRO/ PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

CLASSIFICAÇÃO	AUTOR	TÍTULO	ANO	TIPO DE DOCUMENTO	OBJETO	SUJEITO/MÉTODO	RESULTADOS
Futuro das Bibliotecas	CUNHA, M. B. da	Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010	2000	Artigo de revista	Analisar as mudanças enfrentadas pelas bibliotecas universitárias afetadas pelas tecnologias de informação	Análise e reflexão dos temas estrutura, financiamento, serviços públicos, mudanças universitárias e reflexos em suas bibliotecas.	As Bibliotecas devem assimilar um novo paradigma. Remover obstáculos que à impedem de responder às necessidades de sua clientela em mudança, transformar processos e estruturas administrativas.
Acessibilidade nas Bibliotecas	MAZZONI, A.A. <i>et al.</i>	Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias	2001	Artigo de revista	Discutir o conceito de acessibilidade.	O estudo de caso ocorreu na Biblioteca Central da UFSC, campus da Trindade. Foram utilizados visitas, observações e mensurações.	As conclusões de acessibilidade que a universidade adota, possuem em efeito multiplicador, pois funcionam como modelo à outras instituições.
Acessibilidade nas Bibliotecas	SILVEIRA, J. G. da.	Biblioteca inclusiva? Repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais do Sistema de bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções.	2001	Publicação em evento	Refletir sobre a situação das bibliotecas no âmbito da UFMG.	Levantamento em literatura do tema, em registros e arquivos institucionais, boletins informativos, referências locais . Depoimentos apontando sugestões.	Embora as bibliotecas da UFMG apresentem iniciativas em prol do deficiente, o elenco de barreiras e de dificuldades a que estão submetidos os usuários portadores de necessidades especiais, ainda persistem, não podendo ser definidas como bibliotecas inclusivas.

Acessibilidade nas Bibliotecas	TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J.B. da M.	A acessibilidade à informação no espaço digital.	2002	Artigo científico	Abordar aspectos referentes à acessibilidade no espaço digital.	Propõe aspectos de acessibilidade no espaço digital, conforme categoria de usuários.	A acessibilidade digital é requisito para atualização nos sistemas de informação e documentação utilizados pelas bibliotecas.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	OLIVEIRA, E. T. G.	Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina – UEL: o ponto de vista do estudante com deficiência.	2003	Dissertação	Analisar sob o ponto de vista do estudante com deficiência a acessibilidade na UEL	Onze estudantes cadastrados no Programa de Acompanhamento ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais – PROENE com deficiência física, visual e múltipla, matriculados em 2012, participaram da pesquisa por meio de pesquisa semi-estruturada	Indicar que a acessibilidade é um caminho para a inclusão do estudante com necessidade especial no contexto universitário.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	GARCIA, R. M. C.	Políticas públicas da inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira.	2004	Tese	Estudar as políticas de inclusão no Brasil e compreender os processos pelos quais se articulam à educação especial	Investigação desenvolvida por meio de análise documental de fontes nacionais e internacionais com base na análise de discurso textualmente orientada proposta por Norman Fairclough	A educação inclusiva é apresentada nas orientações de organismos multilaterais como a saída para a educação de todos os alunos.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	MOREIRA, L. C.	Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas	2004	Tese	Aborda o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais de três cursos de licenciatura da UFPR	Entrevistados nove alunos com necessidades educacionais especiais nas áreas físicas, visuais auditivas que freqüentavam a universidade, e 22 seus professores.	O princípio do respeito à diversidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, assim como o respeito à diferença é essencial para o ingresso e a permanência das pessoas com

							necessidades educacionais especiais na UFPR.
Futuro das Bibliotecas	OLIVEIRA, L. R. de	Biblioteca universitária: uma análise sobre os padrões de qualidade atribuídos pelo MEC ao contexto brasileiro	2004	Dissertação	Aborda a necessidade de se estabelecer um sistema de avaliação para as bibliotecas.	Avaliados 48 cursos de graduação, objetivando subsidiar e propor critérios para essa avaliação. Utilizam-se padrões de qualidade para a biblioteca universitária e pesquisas direcionadas para os aspectos da qualidade desses padrões.	Estabelecer e organizar os padrões de qualidade para a biblioteca é fundamental para a avaliação com excelência.
Acessibilidade nas Bibliotecas	SOUZA, S. C.	Acessibilidade: uma proposta de metodologia de estruturação de serviços informacionais para usuários cegos e com visão subnormal em biblioteca universitária.	2004	Dissertação	Propor uma metodologia para estruturar serviços informacionais aos usuários com deficiência visual em bibliotecas universitárias das IFES.	Para contextualização foi usada a pesquisa bibliográfica e aplicou-se a metodologia da pesquisa ação para desenvolvimento da proposta, tendo como campo de pesquisa a biblioteca universitária da UNISUL.	Problemas ainda circulam a efetivação de serviços nas bibliotecas universitárias em consonância com a acessibilidade comunicacional e a equidade entre indivíduos diferentes.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	MOREIRA, L. C.	In (ex)clusão na universidade: aluno com necessidades educacionais em questão	2005	Artigo científico	Descreve a trajetória e a colaboração da universidade brasileira para uma educação mais inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> - análise de estudos que marcam a trajetória da universidade brasileira para uma educação mais inclusiva. - levantamento de dispositivos legais sobre acesso, ingresso e permanência deste alunado na universidade. - levantamento de pontos de vista sobre inclusão. 	A universidade desde sua criação enfrentou desafios, com perdas e ganhos, o que não pode acontecer é a discriminação velada ou não.
		A biblioteca universitária, espaços	2006		Analisar as relações entre a biblioteca universitária da Univid	Adotou-se como referencial teórico a contextualização da	A biblioteca universitária desempenha papel para a diminuição e

Acessibilidade nas Bibliotecas	PELA, M. A. P.	formativos e inclusão: a perspectiva de graduandos com deficiência visual.		Dissertação	e os estudantes com deficiência visual.	Biblioteca da Universidade Cidade de São Paulo e sua história em relação as políticas de inclusão , assim como a aplicação de questionário semi-estruturado a 21 graduandos deficientes visuais.	superação das diferenças, contribuindo para a construção da cidadania.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	MELO, F. R. L. V. D; MEDEIROS, R.	Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: ações no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.	2007	Publicação em Evento	Situar ações desenvolvidas e em andamento na UFRN, que privilegiam o acesso e a qualidade de ensino aos alunos com deficiência.	Abordagem qualitativa e exploratória com o emprego de análise documental	Ações de diversas naturezas: - aprovação do projeto Incluir; - criação do espaço inclusivo na biblioteca central; - realização de seminário de educação inclusiva.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	LAMÔNICA, D. A. C.	Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no Campus da USP/Bauru.	2008	Artigo científico	Identificar intervenções de acessibilidade realizadas no campus da universidade de São Paulo – Bauru no período de 2001-2005	Centrou-se na coleta de dados e análise das condições arquitetônicas de três unidades que compõe o Campus, baseado nas normas de ABNT	As intervenções realizadas são uma amostra das necessidades de mudanças e do compromisso assumido pelo campus para promover o intercâmbio e a acessibilidade, garantindo o direito de todos ao acesso nessa instituição pública.
Acessibilidade nas Bibliotecas	MARENGO, L; DUTRA,	Análise das condições de acessibilidade existentes nas bibliotecas universitárias para	2008	Publicação em evento	Identificar os ambientes inclusivos nas bibliotecas universitárias, através de levantamento da acessibilidade	A coleta de dados foi efetuada por questionário de 15 questões, enviados a 771 instituições dos quais participaram 10,3%.	Necessidade de investimentos nas bibliotecas universitárias no quesito acessibilidade.

	S.K.	usuários portadores de necessidade especiais.			arquitetônica, comunicacional, instrumental e metodológica.		
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	ANSAY, N. M.	A trajetória escolar de alunos surdos e sua relação com a inclusão no ensino superior	2009	Dissertação	Relata a trajetória de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior	Usa a abordagem qualitativa, com nove entrevistas semiestruturadas com sujeitos surdos que freqüentavam as universidades de Curitiba no ano de 2007.	Para o ingresso de maior número de surdos no ensino superior, não bastam leis, se faz necessário engajamento da comunidade civil como um todo.
Acessibilidade nas Bibliotecas	EMAMANUELI, M. N.	Acessibilidade física em bibliotecas universitárias: um direito de todos.	2009	Especialização	Conhecer as condições de acessibilidade nas bibliotecas universitárias no Anel Viário do campus do Vale da UFRGS.	Abordagem quanti qualitativo, desenvolvida pela revisão bibliográfica, visitas exploratórias, análise e interpretações de dados.	Necessidade de investimentos nas bibliotecas da IES para que possam adequar-se às normas e para que estejam aptas a receber os alunos portadores de qualquer tipo de deficiência. Necessidade de capacitação dos profissionais das bibliotecas, para que possam interagir com esta parcela de usuários.
Acessibilidade nas Bibliotecas	PAULA, S. N.	Acessibilidade a informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário	2009	Dissertação	Propor uma disciplina que ajude na formação do bibliotecário para o atendimento da pessoa com deficiência nas bibliotecas universitárias	O método aplicado foi o comparativo dedutivo, tratando-se de pesquisa do tipo exploratório e descritiva, valendo-se de pesquisa bibliográfica e de pesquisa na Web.	Apresenta-se a proposta de uma disciplina que envolva a acessibilidade e a informação em bibliotecas universitárias.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	WENCESLAU, M. E.	Direito à educação para o deficiente: garantia ao exercício efetivo	2009	Artigo científico	Traçar uma trajetória histórica-jurídica do direito à educação para o deficiente	Análise nas Constituições brasileiras na legislação infra-constitucional e doutrinas sobre o tema	A luta em favor da igualdade, na lei e na sociedade é uma questão fundamental.

		da cidadania e profissionalização.					
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	BRUNO, M. M. G.	A política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: algumas reflexões sobre as práticas discursivas e não discursivas	2010	Publicação Em evento	Refletir sobre as práticas discursivas e não discursivas das políticas públicas no campo da Educação Especial	Reflexões baseadas nos teóricos Hannah Orendt e Michel Foucault	A inclusão educacional no Brasil apresenta avanços, porém nos discursos governamentais encontram-se os fenômenos de “dispersão” “fragmentação” e “rarefação.” com relação a efetivação do direito à inclusão
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	NEGRINI, T. <i>et al.</i>	Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional	2010	Artigo científico	Mostrar a percurso legal da acessibilidade	Estudos na área, compreendendo a Lei 7.405, a Lei 10.048, a Lei 10.098 e o Decreto 5296.	Carência de políticas públicas que atendam a acessibilidade nas diferentes dimensões, sejam arquitetônicas, sejam de adaptações educacionais e pedagógicas.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	REIS, N. M. de M.	Política de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior e as Universidades Federais Mineiras	2010	Dissertação	Investigar as políticas de inclusão de alunos com necessidades especiais nas universidades federais mineiras, no período de 2003-2007.	A abordagem utilizada foi quantitativa e qualitativa e os instrumentos usados foram a pesquisa bibliográfica, a legislação vigente, o questionário e a entrevista semi-estrutura.	A educação inclusiva nas instituições de ensino superior, devem ser construídas, reafirmadas e priorizadas; e o cumprimento da legislação vigente deverá ser observado.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	SOUZA, B. C. S. de	Programa Incluir (2005-2009): uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil.	2010	Dissertação	Estudar o Programa Incluir como política de acesso e permanência de sujeitos com deficiência na Educação Superior	Foram analisados cinco editais publicados pelo MEC nos anos 2005-2009, mediante questionários on-line junto as IES contemplados pelo programa.	Para algumas instituições de Educação Superior, o Programa Incluir, se constitui como uma política pública importante para ações inclusivas, de um modo geral apontam-se

							mudanças, especialmente no que se refere ao tempo de liberação das verbas.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	CASTRO, S, F. de.	Ingresso e permanência de alunos com deficiência em Universidades Públicas Brasileiras.	2011	Tese	Identificar ações e iniciativas nas universidades públicas brasileiras quanto ao ingresso e permanência de pessoas com deficiência. Verificar barreiras e facilitadores encontrados.	Pesquisa de campo realizada em 13 universidades públicas brasileiras, utilizando-se: questionário, entrevista semi-estruturada, documentos, observação direta informal e artefatos físicos.	As universidades vêm desenvolvendo ações, porém ainda não são suficientes para a permanência de alunos com deficiência.
Acessibilidade nas Bibliotecas	MENEGATTI, Y.	Serviços de informação acessíveis para deficientes visuais em Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior no município de Florianópolis	2012	Dissertação	Identificar os serviços de informação das bibliotecas universitárias das Instituições de Ensino Superior de Florianópolis	Abordagem de cunho qualitativo empregando o método exploratório, obedecendo as etapas: - levantamento de dados sobre as bibliotecas; - elaboração do roteiro de entrevistas; - entrevista semi-estrutura com os gestores das bibliotecas; - entrevista semi-estruturada com a coordenadora da biblioteca virtual da ACIC; - tabulação de dados; - análise e interpretação de dados.	Os serviços de informação não são acessíveis aos deficientes visuais, apenas uma biblioteca oferece serviços voltados a essas pessoas.
Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade no	SILVA, A. M. da	Informação e inclusão acadêmica: Um	2012	Dissertação	A Metodologia usada foi a análise de Bardin, através do processo	Universidade Federal da Paraíba, por existirem universitários cegos nos	Existem barreiras informacionais, atitudinais e técnicas,

Ensino Superior		estudo sobre as necessidades sócio informacionais dos universitários cegos do Campus I da UFPB		de categorização embasada no modelo Sense Making de Brenda Dervin	seus cursos de graduação, e setores com atendimentos especializados para os portadores de necessidades especiais.	não só para o aluno cego como também entre os docentes, e da própria universidade por não viabilizar a usabilidade das Tick como fator de inclusão digital em seu contexto educacional.
Acessibilidade nas Bibliotecas	MALHEIROS, T. M. de. C.	Necessidade de informação do usuário com deficiência visual: um estudo de caso da Biblioteca Digital e Sonora da Universidade de Brasília	2013	Dissertação Identificar as necessidades de informação do usuários com deficiência visual da biblioteca digital e sonora da Universidade de Brasília, visando coletar subsídios para a definição de uma política de desenvolvimento de coleção	A coleta de dados foi realizada com 20 usuários, e o instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada com perguntas abertas e fechadas.	Observar o impacto da tecnologia da informação na vida dos usuários com deficiência visual.

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO SiBi**BIBLIOTECA:** _____**ENDEREÇO:** _____**FONE:** _____

1. A entrada da biblioteca possui degrau? Sim Não
2. Caso possua degrau, ela possui também rampa de acesso? Sim Não
3. A porta de entrada permite a transposição por pessoa com cadeira de rodas (vão livre de 0,80 e altura mínima de 2,10 m) Sim Não
4. Possui catraca na entrada? Sim Não
5. Caso possua, existe um acesso secundário para alunos com deficiência?
 Sim Não
6. À distância entre as estantes de livros possuem no mínimo 0,90m de largura?
 Sim Não
7. Nos corredores entre as estantes, existe espaço para manobra de cadeira de rodas? Sim Não
8. A disponibilização do mobiliário permite a mobilidade de todas as pessoas, com acessório de mobilidade (bastões, muletas, andadores e cadeira de rodas)?
 Sim Não
9. Existem faixas guias táteis no interior da biblioteca? Sim Não
10. O balcão de empréstimo permite a aproximação da cadeirante com altura livre de no máximo 0,73 do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m?
 Sim Não
11. Os armários guarda-volumes são adaptados para acessibilidade?
 Sim Não

12. A biblioteca dispõe de mais de um pavimento? Sim Não
13. A biblioteca dispõe de elevador de acesso? Sim Não
14. Os elevadores possuem *voice*? Sim Não
15. Os elevadores possuem indicação dos andares em Braille? Sim Não
16. A biblioteca dispõe de rampas internas? Sim Não
17. Há sinalização tátil em Braille e em relevo, nas placas sinalizadoras ao alcance do tato, localizadas nas portas, salas, na lateral das escadas ou rampas?
 Sim Não
18. Há sinalização em libras na biblioteca? Sim Não
19. Os banheiros são acessíveis, adaptados e de fácil acesso? Sim Não
20. Existe bebedouro acessível (com altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso)? Sim Não
21. A localização do computador de consulta é acessível? Sim Não
22. Há computadores com ferramentas de busca de informações e páginas da Internet acessíveis? Sim Não
23. A biblioteca dispõe de Tecnologia Assistiva:
- Linha Braille Sim Não
 - Lupas Sim Não
 - Fones de ouvido Sim Não
 - Sistema de ampliação Sim Não
 - *Softwares* específicos para deficientes visuais Sim Não
 - Leitor autônomo Sim Não
24. A biblioteca disponibiliza aos alunos com deficiência, sistemas (Sophia, Windows, Office, entre outros), com a opção de tradução autônoma através de sintetizador de voz? Sim Não

APÊNCIDE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Identificação

1. Nome do aluno
2. Data de nascimento
3. Telefone/endereço eletrônico
4. Curso

5. Deficiência

1. Você frequenta as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UFPR (SiBi/UFPR)
2. Como você avalia as bibliotecas do SiBi/UFPR em relação à acessibilidade física.
3. Os serviços que as bibliotecas do SiBi/UFPR oferecem atendem suas necessidades? Justifique
4. Como é o atendimento que você recebe dos servidores nas bibliotecas do SiBi/UFPR?
5. Existe apoio por parte das bibliotecas do SiBi/UFPR para garantir a sua permanência no curso? Descreva
6. Você acha que a sinalização nas bibliotecas do SIBI/UFPR permite uma orientação adequada para uso e recursos, serviço e acervo?
7. As bibliotecas do SiBi/UFPR disponibilizam tecnologia assistiva (computadores com sintetizador de voz, leitores de tela, ampliação de fonte, leitor autônomo, entre outros)?
8. Nas bibliotecas do SiBi/UFPR você tem acesso a obras em formatos acessíveis (e-Book, Áudio Livros, Braille, Leitor Autônomo)?
9. As bibliotecas do Sibi/UFPR são espaços acessíveis, possibilitando o mesmo tratamento a todos? Justifique.
10. Cite dificuldades encontradas na utilização das bibliotecas do SiBi/UFPR?
11. Em sua opinião, o que favoreceria o processo de inclusão dos alunos com deficiências nas bibliotecas do SiBi/UFPR?
12. Comentários que deseja fazer

APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA COM BIBLIOTECÁRIOS



Identificação _____
 Nome _____ do
 bibliotecário _____
 Nome _____ da
 Biblioteca _____

Roteiro para Entrevista semi estruturada com Bibliotecários

1. Há informações de quantos alunos com deficiência frequentam a biblioteca?

2. Existe interesse dos alunos com deficiência pelos serviços da biblioteca?

() Eventualmente () Muito () Pouco

3. Há barreiras físicas na biblioteca que dificultam o acesso aos alunos com deficiência? Descreva.

4. Há barreiras informacionais na biblioteca que dificultam o processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência? Descreva.

5. Os profissionais da biblioteca recebem capacitação para prestar atendimento aos alunos com deficiência? Que tipo? É suficiente?

6. Existe profissional na biblioteca apto a prestar atendimento em “Libras”?

7. Existem recursos financeiros assegurados a biblioteca com relação à acessibilidade?

Sim Não Não específicos

8. O regulamento da biblioteca contempla questões e serviços específicos aos alunos com deficiência? Quais?

9. Que equipamentos a biblioteca disponibiliza visando a acessibilidade dos alunos com deficiência?

- Máquina de datilografia em Braille
 Impressora Braille
 Computador com sintetizador de voz
 Gravador de voz
 Equipamento para a ampliação da fonte de textos
 Fotocopiadora que amplie textos
 Lupas
 Scanner acoplado ao computador
 Leitora instantânea automática
 Mesa tátil falante

_____) Outros. Descreva-os:

10. A biblioteca disponibiliza o acervo dos conteúdos básicos em formatos diferentes? Quais?

Braille Áudio Outros

11. Como você avalia o processo de implantação de políticas públicas de inclusão na biblioteca?

Adequado Em adequação Inconsistente

12. Que elementos você considera importantes para a implantação de uma política inclusiva institucional?

APÊNDICE E – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE


TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A pesquisadora, abaixo firmada, assegura que o caráter anônimo dos alunos com deficiência, e chefias das bibliotecas, será mantido e que suas identidades serão protegidas.

A pesquisadora manterá um registro de inclusão dos participantes de maneira sigilosa, contendo códigos, nomes e endereços para uso próprio, e os formulários de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinados pelos participantes serão mantidos pela pesquisadora em confidência estritas, juntos em um arquivo.

Asseguramos que os alunos com deficiência e as chefias das bibliotecas receberão uma cópia ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Curitiba, 12 de agosto de 2013.


Eliane Maria Stroparo
Pesquisadora responsável


Laura Ceretta Moreira
Orientadora

APÊNDICE F – DECLARAÇÃO DE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS

DECLARAÇÃO DE TORNAR PÚBLICOS OS RESULTADOS

Eu Eliane Maria Stroparo, matrícula no. 0341900, autora da pesquisa "Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias", a ser realizada na UFPR a partir da aprovação no CEP até 12/08/2014, declaro que os resultados e conclusões obtidos na pesquisa serão apresentados em forma de dissertação e poderão de acordo com as práticas editoriais e éticas serem publicados em revistas científicas, específicas ou apresentados em reuniões científicas, congressos, jornadas independentemente dos resultados serem favoráveis ou não.

Curitiba, 12 de agosto de 2013.


Eliane Maria Stroparo

Pesquisadora Responsável



Laura Ceretta Moreira

Orientadora

APÊNDICE G – DECLARAÇÃO DE USO ESPECÍFICO DOS DADOS COLETADOS**DECLARAÇÃO DE USO ESPECÍFICO DO MATERIAL E/OU DADOS
COLETADOS**

Declaro que os dados coletados serão de uso específico para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Curitiba, 12 de agosto de 2013.


Eliane Maria Stroparo
Pesquisadora responsável


Laura Ceretta Moreira
Orientadora

APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Eliane Maria Stroparo, pesquisadora da UFPR e mestranda do Curso de Pós-Graduação e Educação, linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, sob orientação da Professora Dra. Laura Ceretta Moreira, estamos convidando-o a participar de um estudo intitulado “Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias”. Esta pesquisa justifica-se pela carência de estudos a respeito das condições de acessibilidade física, informacional e atitudinais aos alunos com deficiência.

- a) O principal objetivo desta pesquisa será discutir o processo de acessibilidade nas bibliotecas, fundamentadas nas políticas nacionais de inclusão de acessibilidade a nível superior.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário participar de uma entrevista semi-estruturada com a utilização de roteiro específico.
- c) Para tanto você deverá comparecer em uma das Bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná - SIBI/UFPR e ou no NAPNE, o que for de sua preferência sempre respeitando a sua disponibilidade de acesso e de tempo para a entrevista semi-estruturada por aproximadamente 60 minutos.
- d) Alguns riscos mínimos relacionados ao estudo podem ser: cansaço e desconforto.
- e) Os benefícios esperados com essa pesquisa são:
 - Identificação das necessidades de inserção de acessibilidade no SIBI/UFPR como requisito básico para oferta de produtos e serviços.
 - Implementação de Políticas Efetivas no SIBI/UFPR
 - Contribuição no processo de inclusão de alunos com deficiência no SIBI/UFPR.
 - Contribuição para o avanço científico.
- f) Eu, Eliane Maria Stroparo, pesquisadora da UFPR e mestranda do Curso de Pós-Graduação e Educação, Bibliotecária Chefe da Biblioteca de Ciência e Tecnologia da UFPR, (41) 3232-0789 e (41)9135-2392, eliane@ufpr.br, responsável por este estudo posso ser contatada pelos telefones acima e ou e-mail, para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado. A sua recusa não implicará na interrupção de seu atendimento e/ou tratamento, que está assegurado.
- h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (pesquisadores e ou orientadores co-participantes dessa pesquisa). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído. Podendo esses ficarem arquivados pelo prazo máximo de 5 anos.
- i) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro.
- j) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os possíveis riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão, sem prejuízo com a pesquisadora ou com essa instituição.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

(Assinatura do sujeito de pesquisa ou responsável legal)

Local e data

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE I – DESCRIÇÃO DA TABELA 1 ALUNOS MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

A TABELA 1 mostra que no ano de 2003, o número de alunos inscritos nas instituições de ensino superior públicas era de 1.176.174 alunos, que representavam 29,9% do total de matriculados, nas instituições particulares o número de alunos inscritos era de 2.760.759 alunos que representavam 70,1%, o total de alunos do ano de 2003 era de 3.936.933; no ano de 2004 o número de alunos inscritos nas instituições de ensino superior públicas era de 1.214.317 alunos, que representavam 28,8% do total de matriculados, nas instituições particulares o número de alunos inscritos era de 3.009.027 alunos que representavam 71,2%, o total de alunos do ano de 2004 era de 4.223.344; no ano de 2005 o número de alunos inscritos nas instituições de ensino superior públicas era de 1.246.704 alunos, que representavam 27,3% do total de matriculados, nas instituições particulares o número de alunos inscritos era de 3.321.094 alunos que representavam 72,7%, o total de alunos do ano de 2005 era de 4.567.798; no ano de 2006 o número de alunos inscritos nas instituições de ensino superior públicas era de 1.251.365 alunos, que representavam 25,6% do total de matriculados, nas instituições particulares o número de alunos inscritos era de 3.632.487 alunos que representavam 74,4%, o total de alunos do ano de 2006 era de 4.883.852; no ano de 2007 o número de alunos inscritos nas instituições de ensino superior públicas era de 1.335.177 alunos, que representavam 25,4% do total de matriculados, nas instituições particulares o número de alunos inscritos era de 3.914.970 alunos que representavam 74,6%, o total de alunos do ano de 2007 era de 5.250.147; no ano de 2008 o número de alunos inscritos nas instituições de ensino superior públicas era de 1.552.953 alunos, que representavam 26,7% do total de matriculados, nas instituições particulares o número de alunos inscritos era de 4.225.064 alunos que representavam 73,3%, o total de alunos do ano de 2008 era de 5.808.017; no ano de 2009 o número de alunos inscritos nas

instituições de ensino superior públicas era de 1.523.864 alunos, que representavam 25,6% do total de matriculados, nas instituições particulares o número de alunos inscritos era de 4.430.157 alunos que representavam 74,4%, o total de alunos do ano de 2009 era de 5.954.021; no ano de 2010 o número de alunos inscritos nas instituições de ensino superior públicas era de 1.643.298 alunos, que representavam 25,8% do total de matriculados, nas instituições particulares o número de alunos inscritos era de 4.736.001 alunos que representavam 74,2%, o total de alunos do ano de 2010 era de 6.379.299; no ano de 2011 o número de alunos inscritos nas instituições de ensino superior públicas era de 1.773.315 alunos, que representavam 26,3% do total de matriculados, nas instituições particulares o número de alunos inscritos era de 4.966.374 alunos que representavam 73,7%, o total de alunos do ano de 2011 era de 6.304.789; a média do número de alunos inscritos nas instituições de ensino superior públicas no período é de 1.413.019 alunos, que representam 26,6% do total de matriculados, nas instituições particulares a média de alunos inscritos é de 3.891.770 alunos, que representam 73,4%, a média do total de alunos no período é de 5.304.789. Fonte: INEP (2011)

APÊNDICE J – DESCRIÇÃO DA TABELA 2 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

A TABELA 2 mostra que no ano de 2003 o número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior era de 1.373, que representavam 27,0% do total de alunos matriculados, e o número de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares era de 3.705, que representavam 73,0%, o total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares era de 5.078 alunos; no ano de 2004 o número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior era de 1.318, que representavam 24,4% do total de alunos matriculados, e o número de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares era de 4.074, que representavam 75,6%, o total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares era de 5.392 alunos; no ano de 2005 o número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior era de 2.080, que representavam 32,9% do total de alunos matriculados, e o número de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares era de 4.247, que representavam 67,1%, o total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares era de 6.327 alunos; no ano de 2006 o número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior era de 1.855, que representavam 26,7% do total de alunos matriculados, e o número de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares era de 5.105, que representavam 73,3%, o total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares era de 6.960 alunos; no ano de 2007 o número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior era de 1.392, que representavam 20,0% do total de alunos matriculados, e o número de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares era de 5.551, que representavam 80,0%, o total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares era de 6.943 alunos; no ano de 2008 o número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior era de 1.984, que representavam 16,5% do total de alunos matriculados, e o número de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares

era de 10.070, que representavam 83,5%, o total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares era de 12.054 alunos; no ano de 2009 o número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior era de 6.599, que representavam 31,4% do total de alunos matriculados, e o número de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares era de 14.407, que representavam 68,6%, o total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares era de 21.006 alunos; no ano de 2010 o número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior era de 6.885, que representavam 33,9% do total de alunos matriculados, e o número de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares era de 13.453, que representavam 66,1%, o total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares era de 20.338 alunos; no ano de 2011 o número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior era de 6.531, que representavam 28,1% do total de alunos matriculados, e o número de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares era de 16.719, que representavam 71,9%, o total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares era de 23.250 alunos; a média do número de alunos com deficiência física inscritos nas instituições de ensino superior no período é de 3.335, que representa 28,0% do total de alunos matriculados, e a média de alunos com deficiência inscritos nas instituições de ensino superior particulares é de 8.592, que representa 72,0%, a média do total de alunos com deficiência inscritos em instituições de ensino superior públicas e particulares no período é de 11.928 alunos; Fonte: INEP (2011).

APÊNDICE L – DESCRIÇÃO DA TABELA 3 PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PARTICULARES VERSUS ALUNOS

A TABELA 3 mostra que no ano de 2003 a participação de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior era de 0,12% em relação ao total, nas instituições particulares a participação era de 0,13% e a participação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior públicas e particulares era de 0,13%; no ano de 2004 a participação de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior era de 0,11% em relação ao total, nas instituições particulares a participação era de 0,14% e a participação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior públicas e particulares era de 0,13%; no ano de 2005 a participação de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior era de 0,17% em relação ao total, nas instituições particulares a participação era de 0,13% e a participação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior públicas e particulares era de 0,14%; no ano de 2006 a participação de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior era de 0,15% em relação ao total, nas instituições particulares a participação era de 0,14% e a participação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior públicas e particulares era de 0,14%; no ano de 2007 a participação de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior era de 0,10% em relação ao total, nas instituições particulares a participação era de 0,14% e a participação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior públicas e particulares era de 0,13%; no ano de 2008 a participação de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior era de 0,13% em relação ao total, nas instituições particulares a participação era de 0,24% e a participação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior públicas e particulares era de 0,21%; no ano de 2009 a participação de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior era de 0,43% em relação ao total, nas instituições particulares a participação era de 0,33% e a participação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior públicas e particulares era de 0,35%; no ano de 2010 a participação de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior era de 0,42% em relação ao total, nas instituições particulares a participação era de 0,28% e a participação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino

superior públicas e particulares era de 0,32%; no ano de 2011 a participação de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior era de 0,37% em relação ao total, nas instituições particulares a participação era de 0,34% e a participação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior públicas e particulares era de 0,34%; Fonte o autor (2013), adaptado do INEP (2011).

APÊNDICE M – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

O GRÁFICO 1 mostra a evolução do número de alunos com deficiência matriculados nas instituições de ensino superior, a figura mostra um gráfico com linhas crescentes, no eixo horizontal observamos a divisão por anos e no eixo vertical o número de alunos matriculados; a linha na cor azul mostra o número de alunos com deficiência em instituições públicas, no ano de 2003 existiam 1373 alunos matriculados, no ano de 2004 existiam 1318 alunos matriculados, no ano de 2005 existiam 2080 alunos matriculados, no ano de 2006 existiam 1855 alunos matriculados, no ano de 2007 existiam 1392 alunos matriculados, no ano de 2008 existiam 1984 alunos matriculados, no ano de 2009 existiam 6599 alunos matriculados, no ano de 2010 existiam 6885 alunos matriculados, no ano de 2011 existiam 6531 alunos matriculados; na linha de cor vermelha mostra o número de alunos com deficiência em instituições particulares, no ano de 2003 existiam 3705 alunos matriculados, no ano de 2004 existiam 4074 alunos matriculados, no ano de 2005 existiam 4247 alunos matriculados, no ano de 2006 existiam 5105 alunos matriculados, no ano de 2007 existiam 5551 alunos matriculados, no ano de 2008 existiam 10070 alunos matriculados, no ano de 2009 existiam 14407 alunos matriculados, no ano de 2010 existiam 13453 alunos matriculados, no ano de 2011 existiam 16719 alunos matriculados; a linha na cor verde mostra o número de alunos com deficiência em instituições de ensino superior, no ano de 2003 existiam 5078 alunos matriculados, no ano de 2004 existiam 5392 alunos matriculados, no ano de 2005 existiam 6327 alunos matriculados, no ano de 2006 existiam 6960 alunos matriculados, no ano de 2007 existiam 6943 alunos matriculados, no ano de 2008 existiam 12054 alunos matriculados, no ano de 2009 existiam 21006 alunos matriculados, no ano de 2010 existiam 20338 alunos matriculados, no ano de 2011 existiam 23250 alunos matriculados; Fonte INEP (2011).

APÊNDICE N – DESCRIÇÃO DO MAPA 1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SiBi/UFPR NO ESTADO DO PARANÁ

O MAPA 1 refere-se a localização geográfica do SiBi/UFPR no estado do Paraná, quando observamos o mapa do estado do Paraná, a capital Curitiba encontra-se abaixo à direita e abaixo do ponto central, onde ficam localizadas as bibliotecas Central, Ciência e Tecnologia, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências da Saúde Sede Botânico; Ciências Florestais e da Madeira, Ciências Humanas e da Educação, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais Aplicadas, Educação Física, Educação Profissional e Tecnológica, mais a direita desse ponto já no litoral do estado está a cidade de Pontal do Paraná onde encontra-se a biblioteca do Centro de Estudos do Mar, logo abaixo ainda no litoral do estado está a cidade de Matinhos onde encontra-se a biblioteca DA UFPR Litoral, partindo para o extremo esquerdo do mapa e pouco acima do ponto médio, próximo das fronteiras do estado do Mato Grosso do Sul e da Republica do Paraguai está a cidade de Palotina onde encontra-se a biblioteca do Campus de Palotina.

APÊNDICE O – DESCRIÇÃO DO MAPA 2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SiBi/UFPR NA CIDADE DE CURITIBA

O MAPA 2 refere-se a localização geográfica do SiBi/UFPR na cidade de Curitiba, quando observamos o mapa da cidade de Curitiba logo acima do ponto médio do mapa está o bairro Centro, onde está localizado o campus central com as bibliotecas Central, Ciências da Saúde, Ciências Humanas e da Educação e Ciências Jurídicas, logo a direita um pouco acima está o bairro Juvevê, onde localiza-se o campus agrárias com a biblioteca de Ciências Agrárias, um pouco a direita desse ponto, e abaixo do ponto médio está localizado o bairro Jardim Botânico, onde observamos o campus botânico com as bibliotecas de Ciências da Saúde Sede Botânico, Ciências Florestais e da Madeira, Educação Física e Ciências Sociais Aplicadas, logo abaixo e direita fica o campus politécnico, localizado no Jardim das Américas onde ficam as bibliotecas de Ciência e Tecnologia, Ciências Biológicas e de Educação Profissional e Tecnológica.

APÊNDICE P – DESCRIÇÃO DAS FORMULAS DE AMOSTRAGEM

$$N_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad \text{onde } E_0^2 = \text{erro amostral ao quadrado}$$

(ene zero é igual a um sobre “e” zero ao quadrado, onde “e” zero ao quadrado é igual ao erro amostral ao quadrado)

$$n = \frac{N \cdot N_0}{N + N_0} \quad \text{onde } N = \text{População} ; N_0 = \text{(primeira aproximação)}$$

(ene minúsculo é igual a ene maiúsculo que multiplica ene zero maiúsculo sobre ene maiúsculo mais ene zero maiúsculo, onde ene maiúsculo é igual a população e ene zero maiúsculo é igual a primeira aproximação)

$$N_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,2^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,04} \quad N_0 = 25 \text{ (primeira aproximação)}$$

(ene zero é igual a um sobre “e” zero ao quadrado, logo ene zero é igual a 1 sobre a zero virgula dois ao quadrado, ene zero é igual a um sobre zero virgula zero quatro, onde ene zero é igual a vinte e cinco)

$$n = \frac{N \cdot N_0}{N + N_0} \quad n = \frac{51 \cdot 25}{51 + 25} = 16,77 \text{ (amostra)}$$

(ene minúsculo é igual a ene maiúsculo que multiplica ene zero maiúsculo sobre ene maiúsculo mais ene zero maiúsculo, ene minúsculo é igual a cinqüenta e um que multiplica vinte e cinco sobre cinqüenta e um mais vinte e cinco, que é igual a dezesseis virgula setenta e sete)

$$N_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,2^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,04} \quad N_0 = 25 \text{ (primeira aproximação)}$$

(ene zero é igual a um sobre “e” zero ao quadrado, logo ene zero é igual a 1 sobre a zero virgula dois ao quadrado, ene zero é igual a um sobre zero virgula zero quatro, onde ene zero é igual a vinte e cinco)

$$n = \frac{N \cdot N_0}{N + N_0} \quad n = \frac{15 \cdot 25}{15 + 25} = 9,37 \text{ (amostra)}$$

(ene minúsculo é igual a ene maiúsculo que multiplica ene zero maiúsculo sobre ene maiúsculo mais ene zero maiúsculo, ene minúsculo é igual a quinze que multiplica vinte e cinco sobre quinze mais vinte e cinco, que é igual a nove virgula trinta e sete)

APÊNDICE Q – DESCRIÇÃO DA TABELA 4 PERFIL DAS BIBLIOTECAS

A TABELA 4 mostra a caracterização das bibliotecas, a B1 possui 924 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, desses 2 alunos foram identificados com alguma deficiência, está vinculada a 1 setor, atende a 4 cursos de graduação e possui 9 pessoas em sua equipe; a B2 possui 3115 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, desses 2 alunos foram identificados com alguma deficiência, está vinculada a 1 setor, atende a 3 cursos de graduação e possui 19 pessoas em sua equipe; a B3 possui 225 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, não foram identificados alunos com deficiência, está vinculada a 1 setor, atende a 2 cursos de graduação e possui 4 pessoas em sua equipe; a B4 possui 11425 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, desses 8 alunos foram identificados com alguma deficiência, está vinculada a 3 setores, atende a 20 cursos de graduação e possui 47 pessoas em sua equipe; a B5 possui 602 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, desses 3 alunos foram identificados com alguma deficiência, está vinculada a 1 setor, atende a 8 cursos de graduação e possui 9 pessoas em sua equipe; a B6 possui 2057 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, desses 4 alunos foram identificados com alguma deficiência, está vinculada a 2 setores, atende a 14 cursos de graduação e possui 36 pessoas em sua equipe; a B7 possui 1201 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, desses 1 aluno foi identificado com alguma deficiência, está vinculada a 1 setor, atende a 1 curso de graduação e possui 23 pessoas em sua equipe; a B8 possui 1960 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, desses 2 alunos foram identificados com alguma deficiência, está vinculada a 1 setor, atende a 4 cursos de graduação e possui 18 pessoas em sua equipe; a B9 possui 1495 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, desses 2 alunos foram identificados com alguma deficiência, está vinculada a 1 setor, atende a 5 cursos de graduação e possui 20 pessoas em sua equipe; a B10 possui 1837 alunos de graduação ativos no SiBi/UFPR, não foram identificados alunos com deficiência, está vinculada a 1 setor, atende a 1 curso de graduação e possui 20 pessoas em sua equipe; Fonte o autor (2013); Nota: “asteristo”, “asterisco” Alunos com deficiência identificados pelos bibliotecários do SiBi/UFPR.

APÊNDICE R – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 2 ALUNOS DE GRADUAÇÃO NO SiBi/UFPR

O GRÁFICO 2 mostra a distribuição do número de alunos de graduação por biblioteca em 3 divisões setoriais: representado na cor azul 80% das bibliotecas (oito delas) têm até 2.500 alunos de graduação ativos; na cor vermelha 10% das bibliotecas (uma delas) têm de 2501 até 5.000 alunos de graduação ativos, e na cor verde 10% das bibliotecas (uma delas) têm mais de 10.000; fonte o autor (2013).

APÊNDICE S – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 3 ALUNOS DE GRADUAÇÃO COM DEFICIÊNCIA IDENTIFICADOS NO SiBi/UFPR

O GRÁFICO 3 mostra a distribuição do número de alunos de graduação com deficiência identificados no SiBi/UFPR a figura está dividida em 4 setores: representado na cor azul 20% das bibliotecas (duas delas) não identificaram alunos com deficiência; na cor vermelha 10% das bibliotecas (uma delas) identificou até um aluno com deficiência, e na cor verde 60% das bibliotecas (seis delas) identificaram até 5 alunos com deficiência; na cor lilás 10% das bibliotecas (uma delas) identificou até 10 alunos com deficiência; fonte o autor (2013).

APÊNDICE T – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 4 PROFISSIONAIS ATUANTES NO SiBi/UFPR

O GRÁFICO 4 mostra a distribuição de profissionais atuantes no SiBi/UFPR a figura está dividida em 4 setores: representado na cor azul 30% das bibliotecas (três delas) conta com até 10 profissionais; na cor vermelha 40% das bibliotecas (quatro delas) tem de 11 à 20 profissionais, e na cor verde 10% das bibliotecas (uma delas) tem de 21 à 30 profissionais; na cor lilás 30% das bibliotecas (três delas) conta com 31 ou mais profissionais; fonte o autor (2013).

APÊNDICE U – DESCRIÇÃO DA TABELA 5 PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS

A TABELA 5 mostra o perfil dos alunos entrevistados, o A1 entrevistado em 21/10/2013, com 22 anos de idade na data da entrevista, deficiente visual, vinculado ao Setor de Ciências Exatas; o A2 entrevistado em 22/10/2013, com 31 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Ciências Humanas; o A3 entrevistado em 22/10/2013, com 22 anos de idade na data da entrevista, deficiente visual, vinculado ao Setor de Ciências Exatas; o A4 entrevistado em 23/10/2013, com 20 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Ciências Exatas; o A5 entrevistado em 24/10/2013, com 19 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Tecnologia; o A6 entrevistado em 24/10/2013, com 64 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Educação Profissional e Tecnológica; o A7 entrevistado em 25/10/2013, com 23 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Ciências Exatas; o A8 entrevistado em 25/10/2013, com 18 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Ciências da Saúde; o A9 entrevistado em 29/10/2013, com 21 anos de idade na data da entrevista, deficiente visual, vinculado ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas; o A10 entrevistado em 29/10/2013, com 54 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Ciências Agrárias; o A11 entrevistado em 30/10/2013, com 18 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Ciências Jurídicas; o A12 entrevistado em 30/10/2013, com 22 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Ciências Jurídicas; o A13 entrevistado em 31/10/2013, com 22 anos de idade na data da entrevista, com surdez, vinculado ao Setor de Ciências da Saúde; o A14 entrevistado em 31/10/2013, com 33 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Ciências Humanas; o A15 entrevistado em 31/10/2013, com 18 anos de idade na data da entrevista, deficiente físico, vinculado ao Setor de Ciências Humanas; o A16 entrevistado em 31/10/2013, com 19 anos de idade na data da entrevista, com surdez, vinculado ao Setor de Ciências Humanas; o A17 entrevistado em 01/11/2013, com 22 anos de idade na

data da entrevista, deficiente visual, vinculado ao Setor de Ciências da Saúde; Fonte o autor (2013).

APÊNDICE V – DESCRIÇÃO DA TABELA 6 PERFIL DOS GESTORES DAS BIBLIOTECAS

A TABELA 6 mostra o perfil dos gestores das bibliotecas, o Bib1 formou-se no ano de 1981, admitido na UFPR em 1984, nível de formação especialização em andamento, foi entrevistado em 10/09/2013; o Bib2 formou-se no ano de 2000, admitido na UFPR em 2010, nível de formação especialização, foi entrevistado em 11/09/2013; o Bib3 formou-se no ano de 2007, admitido na UFPR em 2008, nível de formação especialização, foi entrevistado em 18/09/2013; o Bib4 formou-se no ano de 1987, admitido na UFPR em 1995, nível de formação especialização, foi entrevistado em 25/09/2013; o Bib5 formou-se no ano de 1992, admitido na UFPR em 1989, nível de formação especialização, foi entrevistado em 17/09/2013; o Bib6 formou-se no ano de 1997, admitido na UFPR em 1989, nível de formação especialização, foi entrevistado em 17/09/2013; o Bib7 formou-se no ano de 1996, admitido na UFPR em 1989, nível de formação mestrado em andamento, foi entrevistado em 16/09/2013; o Bib8 formou-se no ano de 1986, admitido na UFPR em 1984, nível de formação especialização, foi entrevistado em 17/09/2013; o Bib9 formou-se no ano de 1997, admitido na UFPR em 2004, nível de formação doutorado em andamento, foi entrevistado em 16/09/2013; o Bib10 formou-se no ano de 1976, admitido na UFPR em 1995, nível de formação mestrado, foi entrevistado em 12/09/2013; Fonte o autor (2013); Acompanhada de legenda: letra E igual à especialização, letra M igual a mestrado, letra D igual a doutorado, quando a letra vem acompanhada do símbolo “asterisco” significa que a formação esta em andamento.

APÊNDICE X – DESCRIÇÃO DA TABELA 7 ACESSIBILIDADE FÍSICA NO SiBi/UFPR

A TABELA 7 mostra acessibilidade física no SiBi/UFPR no quesito acesso as dependências, foi avaliado o item degrau com 4 pontos para a B1, 4 pontos para a B2, 4 pontos para a B3, 4 pontos para a B4, 4 pontos para a B5, 4 pontos para a B6, 2 pontos para a B7, 4 pontos para a B8, 4 pontos para a B9, 4 pontos para a B10, com soma total de 38 pontos, atingindo 95% do total para o item degrau; item rampa com 4 pontos para a B1, 0 pontos para a B2, 0 pontos para a B3, 0 pontos para a B4, 0 pontos para a B5, 0 pontos para a B6, 2 pontos para a B7, 2 pontos para a B8, 0 pontos para a B9, 0 pontos para a B10, com soma total de 8 pontos, atingindo 67% do total para o item rampa; item porta com 4 pontos para a B1, 4 pontos para a B2, 4 pontos para a B3, 4 pontos para a B4, 4 pontos para a B5, 4 pontos para a B6, 3 pontos para a B7, 4 pontos para a B8, 4 pontos para a B9, 4 pontos para a B10, com soma total de 39 pontos, atingindo 98% do total para o item porta; item catraca com 4 pontos para a B1, 2 pontos para a B2, 4 pontos para a B3, 4 pontos para a B4, 4 pontos para a B5, 4 pontos para a B6, 4 pontos para a B7, 4 pontos para a B8, 4 pontos para a B9, 4 pontos para a B10, com soma total de 38 pontos, atingindo 95% do total para o item catraca; item acesso secundário com 1 ponto para a B1, 2 pontos para a B2, 1 ponto para a B3, 4 pontos para a B4, 1 ponto para a B5, 1 ponto para a B6, 3 pontos para a B7, 1 ponto para a B8, 1 ponto para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 16 pontos, atingindo 40% do total para o item acesso secundário; concluindo o quesito entrada com um percentual de 80,81% em todas as categorias; no quesito mobilidade, foi avaliado o item mais de um pavimento barra elevador barra rampa interna com 3 pontos para a B1, 1 ponto para a B2, 4 pontos para a B3, 4 pontos para a B4, 4 pontos para a B5, 4 pontos para a B6, 1 ponto para a B7, 4 pontos para a B8, 1 ponto para a B9, 4 pontos para a B10, com soma total de 30 pontos, atingindo 75% do total para o item mais de um pavimento barra elevador barra rampa interna; item distância entre as estantes com 4 pontos para a B1, 4 pontos para a B2, 1 ponto para a B3, 4 pontos para a B4, 4 pontos para a B5, 4 pontos para a B6, 1 ponto para a B7, 4 pontos para a B8, 4 pontos para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 31 pontos, atingindo 78% do total para o item distância entre as estantes; item espaço para manobra entre as estantes com 1

ponto para a B1, 4 pontos para a B2, 1 ponto para a B3, 4 pontos para a B4, 1 ponto para a B5, 4 pontos para a B6, 1 ponto para a B7, 1 ponto para a B8, 4 pontos para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 22 pontos, atingindo 55% do total para o item manobra entre as estantes; item mobilidade interna com 4 pontos para a B1, 4 pontos para a B2, 4 pontos para a B3, 4 pontos para a B4, 4 pontos para a B5, 4 pontos para a B6, 2 pontos para a B7, 2 pontos para a B8, 4 pontos para a B9, 4 pontos para a B10, com soma total de 36 pontos, atingindo 90% do total; concluindo o quesito mobilidade com um percentual de 74,38% em todas as categorias; no quesito mobiliário, foi avaliado o item balcão com 2 pontos para a B1, 2 pontos para a B2, 2 pontos para a B3, 4 pontos para a B4, 4 pontos para a B5, 2 pontos para a B6, 2 pontos para a B7, 2 pontos para a B8, 2 pontos para a B9, 2 pontos para a B10, com soma total de 24 pontos, atingindo 60% do total para o item balcão; item guarda volumes com 2 pontos para a B1, 2 pontos para a B2, 2 pontos para a B3, 4 pontos para a B4, 2 pontos para a B5, 2 pontos para a B6, 2 pontos para a B7, 2 pontos para a B8, 2 pontos para a B9, 2 pontos para a B10, com soma total de 22 pontos, atingindo 55% do total para o item guarda volumes; item mesas com 4 pontos para a B1, 2 pontos para a B2, 4 pontos para a B3, 4 pontos para a B4, 2 pontos para a B5, 4 pontos para a B6, 2 pontos para a B7, 2 pontos para a B8, 2 pontos para a B9, 2 pontos para a B10, com soma total de 28 pontos, atingindo 70% do total para o item mesas; item bancada de computador com 2 pontos para a B1, 2 pontos para a B2, 4 pontos para a B3, 4 pontos para a B4, 2 pontos para a B5, 4 pontos para a B6, 4 pontos para a B7, 4 pontos para a B8, 4 pontos para a B9, 4 pontos para a B10, com soma total de 34 pontos, atingindo 85% do total para o item bancada de computador; item banheiros com 4 pontos para a B1, 2 pontos para a B2, 1 ponto para a B3, 4 pontos para a B4, 2 pontos para a B5, 4 pontos para a B6, 1 ponto para a B7, 4 pontos para a B8, 1 ponto para a B9, 4 pontos para a B10, com soma total de 27 pontos, atingindo 68% do total para o item banheiros; item bebedouro com 4 pontos para a B1, 1 ponto para a B2, 1 ponto para a B3, 4 pontos para a B4, 1 ponto para a B5, 4 pontos para a B6, 1 ponto para a B7, 4 pontos para a B8, 1 ponto para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 22 pontos, atingindo 55% do total para o item bebedouro; concluindo o quesito mobiliário com um percentual de 65,42% em todas as categorias; no quesito sinalização, foi avaliado o item faixa tátil com 1 ponto para a B1, 1 ponto para a B2, 1 ponto para a B3, 4 pontos para a B4, 1 ponto para a B5, 1 ponto para a B6, 1 ponto para a B7, 1 ponto

para a B8, 1 ponto para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 13 pontos, atingindo 33% do total para o item faixa tátil; item braile com 1 ponto para a B1, 1 ponto para a B2, 1 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 1 ponto para a B5, 1 ponto para a B6, 1 ponto para a B7, 1 ponto para a B8, 1 ponto para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 10 pontos, atingindo 25% do total para o item braile; item libras com 1 ponto para a B1, 1 ponto para a B2, 1 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 1 ponto para a B5, 1 ponto para a B6, 1 ponto para a B7, 1 ponto para a B8, 1 ponto para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 10 pontos, atingindo 25% do total para o item libras; item mesa tátil falante com 1 ponto para a B1, 1 ponto para a B2, 1 ponto para a B3, 4 pontos para a B4, 1 ponto para a B5, 1 ponto para a B6, 1 ponto para a B7, 1 ponto para a B8, 1 ponto para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 13 pontos, atingindo 33% do total para o item mesa tátil falante; item voz barra braile elevador com 4 pontos para a B1, 1 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 4 pontos para a B4, 0 ponto para a B5, 4 pontos para a B6, 1 ponto para a B7, 0 pontos para a B8, 1 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 15 pontos, atingindo 63% do total para o item voz barra braile elevador; concluindo o quesito sinalização com um percentual de 33,15% em todas as categorias; Abrindo os quesitos por bibliotecas temos acesso às dependências com 85,0% para a B1, 75,0% para a B2, 81,3% para a B3, 100,0% para a B4, 81,3% para a B5, 81,3% para a B6, 70,0% para a B7, 75,0% para a B8, 81,3% para a B9, 81,3% para a B10; no quesito mobilidade 75,0% para a B1, 81,3% para a B2, 62,5% para a B3, 100,0% para a B4, 81,3% para a B5, 100,0% para a B6, 31,3% para a B7, 68,8% para a B8, 81,3% para a B9, 62,5% para a B10; no quesito mobiliário 75,0% para a B1, 45,8% para a B2, 58,3% para a B3, 100,0% para a B4, 54,2% para a B5, 83,3% para a B6, 50,0% para a B7, 75,0% para a B8, 50,0% para a B9, 62,5% para a B10; no quesito sinalização 40,0% para a B1, 25,0% para a B2, 25,0% para a B3, 70,0% para a B4, 25,0% para a B5, 40,0% para a B6, 25,0% para a B7, 25,0% para a B8, 25,0% para a B9, 25,0% para a B10; fonte o autor (2013).

APÊNDICE Z – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 5 ACESSO AS DEPENDÊNCIAS

O GRÁFICO 5 mostra a distribuição setorial sobre o acesso às dependências: representado na cor azul 10% das bibliotecas (uma delas) o acesso foi considerado adequado; na cor vermelha 90% das bibliotecas (nove delas) o acesso foi considerado parcialmente adequado; fonte o autor (2013).

APÊNDICE AA – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 6 MOBILIDADE NAS BIBLIOTECAS

O GRÁFICO 6 mostra a distribuição setorial sobre a mobilidade nas bibliotecas: representado na cor azul 20% das bibliotecas (duas delas) a mobilidade foi considerada adequada; na cor vermelha 70% das bibliotecas (sete delas) a mobilidade foi considerada parcialmente adequada; na cor verde 10% das bibliotecas (uma delas) a mobilidade foi considerada inadequada; fonte o autor (2013).

APÊNDICE AB – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 7 MOBILIÁRIO NAS BIBLIOTECAS

O GRÁFICO 7 mostra a distribuição setorial sobre o mobiliário nas bibliotecas: representado na cor azul 10% das bibliotecas (uma delas) o mobiliário foi considerado adequado; na cor vermelha 40% das bibliotecas (quatro delas) o mobiliário foi considerado parcialmente adequado; na cor verde 50% das bibliotecas (cinco delas) o mobiliário foi considerado inadequado; fonte o autor (2013).

APÊNDICE AC – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 8 SINALIZAÇÃO NAS BIBLIOTECAS

O GRÁFICO 8 mostra a distribuição setorial sobre a sinalização nas bibliotecas: representado na cor azul 10% das bibliotecas (uma delas) a sinalização foi considerada adequada; na cor vermelha 90% das bibliotecas (nove delas) a sinalização foi considerada parcialmente adequada; fonte o autor (2013).

APÊNDICE AD – DESCRIÇÃO DO GRÁFICO 9 ACESSIBILIDADE NOS AMBIENTES FÍSICOS DO SiBi/UFPR

O GRÁFICO 9 mostra a distribuição o percentual de acessibilidade nos ambientes físicos do SiBi/UFPR: a figura mostra um gráfico em barras crescentes para a vertical, no eixo horizontal observamos a disposição das bibliotecas e no eixo vertical o percentual de acessibilidade; a B1 atingiu um percentual de acessibilidade de 68,75%; a B2 atingiu um percentual de acessibilidade de 53,95%; a B3 atingiu um percentual de acessibilidade de 56,94%; a B4 atingiu um percentual de acessibilidade de 92,11%; a B5 atingiu um percentual de acessibilidade de 59,72%; a B6 atingiu um percentual de acessibilidade de 75,00%; a B7 atingiu um percentual de acessibilidade de 36,00%; a B8 atingiu um percentual de acessibilidade de 63,16%; a B9 atingiu um percentual de acessibilidade de 56,58%; a B10 atingiu um percentual de acessibilidade de 58,33%; fonte o autor (2013).

APÊNDICE AE – DESCRIÇÃO DA TABELA 8 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL

A TABELA 8 mostra acessibilidade informacional no quesito acervo, foi avaliado o item braile com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 0 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 0 ponto, atingindo 0% do total para o item braile; item áudio com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 0 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 0 ponto, atingindo 0% do total para o item áudio; item outros com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 1 ponto, atingindo 10% do total para o item outros; concluindo o quesito acervo com um percentual de 3,33% em todas as categorias; no quesito TIC, foi avaliado o item computador com sintetizador de voz com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 1 ponto, atingindo 10% do total para o item computador com sintetizador de voz; item leitor autônomo com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 1 ponto, atingindo 10% do total para o item leitor autônomo; item sistema de ampliação com 1 ponto para a B1, 1 ponto para a B2, 1 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 1 ponto para a B5, 1 ponto para a B6, 1 ponto para a B7, 1 ponto para a B8, 1 ponto para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 10 pontos, atingindo 100% do total para o item sistema de ampliação; item mesa tátil falante com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 1 ponto, atingindo 10% do total para o item mesa tátil falante; item software específicos com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a

B10, com soma total de 1 ponto, atingindo 10% do total para o item software específicos; item linha braile com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 1 ponto, atingindo 10% do total para o item linha braile; item máquina de datilografia braile com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 0 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 0 ponto, atingindo 0% do total para o item máquina de datilografia braile; item impressora braile com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 0 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 0 ponto, atingindo 0% do total para o item impressora braile; item scanner acoplado ao computador com 1 ponto para a B1, 1 ponto para a B2, 1 ponto para a B3, 1 ponto para a B4, 1 ponto para a B5, 1 ponto para a B6, 1 ponto para a B7, 1 ponto para a B8, 1 ponto para a B9, 1 ponto para a B10, com soma total de 10 pontos, atingindo 100% do total para o item scanner acoplado ao computador; item fones de ouvido com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 0 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 0 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 0 ponto, atingindo 0% do total para o item fones de ouvido; item lupas com 0 ponto para a B1, 0 ponto para a B2, 0 ponto para a B3, 0 ponto para a B4, 0 ponto para a B5, 1 ponto para a B6, 0 ponto para a B7, 0 ponto para a B8, 0 ponto para a B9, 0 ponto para a B10, com soma total de 1 ponto, atingindo 10% do total para o item lupas; concluindo o quesito TIC com um percentual de 23,64% em todas as categorias; totalizando por biblioteca temos a B1 com 14,3%; a B2 com 14,3%; a B3 com 14,3%; a B4 com 57,1%; a B5 com 14,3%; a B6 com 21,4%; a B7 com 14,3%; a B8 com 14,3%; a B9 com 14,3%; a B10 com 14,3%; Fonte o autor (2013); acompanha legenda onde se lê zero não existe, e onde se lê 1 existe.

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DO ORIENTADOR

DECLARAÇÃO

Declaro estar ciente e de acordo com a apresentação do projeto de pesquisa intitulado Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias, sob minha orientação.

Declaro, também, que li e entendi a Resolução CNS 466/2012 responsabilizando-me pelo andamento, realização e conclusão deste projeto.

Em caso de desistência ou abandono da mestranda Eliane Maria Stropari comprometo-me a enviar ao CEP/SC relatório do projeto quando da sua conclusão ou de qualquer momento, se o estudo for interrompido.

Curitiba, 12 de agosto de 2012



Laura Ceretta Moreir
Orientadora do Projeto

ANEXO B – ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO

Apreciação de Projeto de Pesquisa

Título: Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias

Autora: Mestranda ELIANE MARIA STROPARO

Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais

1. RELEVANCIA DA PROPOSTA

O projeto cumpre com papel importante ao tratar de tema pouco abordado na literatura em políticas educacionais, uma vez que lida com avaliação de políticas de acessibilidade para estudantes do ensino superior.

2. ABORDAGEM METODOLOGIA

As técnicas de pesquisa adotadas para alcançar o objetivo proposto nessa dissertação, são a observação e a entrevista. A observação se efetivará nas bibliotecas do SIBI/UFPR. Os aspectos que serão considerados, para a análise das dimensões de acessibilidade e inclusão nas bibliotecas, vão desde o espaço físico e arquitetônico, o informacional e comunicacional até os atitudinais do dia-a-dia dos profissionais em serviço.

Serão efetivadas entrevistas semi-estruturadas com 33,33% dos bibliotecários chefes das bibliotecas e dos 51 alunos com deficiência, matriculados nos diferentes setores da UFPR no ano de 2013, mas não serão considerados os 28 alunos com altas habilidades. O conceito de alunos com deficiência (física, auditiva, visual e múltipla) são delimitados pela autora nessa pesquisa, em conformidade com a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”.

Já as entrevistas estão focadas em permitir conhecer mais profundamente a realidade da instituição com relação ao acesso inclusivo, verificar o que os alunos com deficiência tem a dizer, identificar as barreiras e os facilitadores encontrados nas bibliotecas do SIBI, o que consideram avanços e entraves para a inclusão e em que medida o SIBI/UFPR colabora para a efetivação do direito ao acesso a informação. Junto aos bibliotecários, as entrevistas visarão identificar as políticas públicas de acessibilidade implementadas, ações, serviços e recursos oferecidos aos alunos com deficiência.

A proposta da autora é de realizar uma análise de conteúdo, cujo principal referencial é Laurence Bardin. As técnicas parecem, ao nosso ver, apropriadas para o desenvolvimento do projeto.

3. TAMANHO DA AMOSTRA

A pesquisadora, para efeito de cálculo, utilizou ferramenta estatística para cálculo amostragem, com cálculo do tamanho do público alvo. Com base na população descrita delimitada de 51 alunos com deficiência física, auditiva, visual e múltipla matriculados na UFPR em 2013, a pesquisa definiu um erro amostral tolerável de 20%. A partir disso foi calculada a primeira aproximação do tamanho da amostra pela fórmula:

$$N_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad \text{onde } E_0^2 = \text{erro amostral ao quadrado}$$

Com N_0 da primeira aproximação definido utilizou-se a fórmula para calcular o tamanho da amostra final:

$$n = \frac{N \cdot N_0}{N + N_0} \quad \text{onde } N = \text{População}; N_0 = (\text{Primeira aproximação})$$

Calculando:

$$N_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,2^2} \quad N_0 = \frac{1}{0,04^2} \quad N_0 = 25 \quad (\text{Primeira aproximação})$$

$$n = \frac{N \cdot N_0}{N + N_0} \quad n = \frac{51 \cdot 25}{51 + 25} = 16,77 \quad (\text{amostra})$$

Como resultado obteve-se a amostra de 17 alunos com deficiência que representa 33,33% da população delimitada para entrevista.

A mesma técnica de amostragem foi utilizada para calcular o tamanho da amostra de bibliotecas a serem observadas e chefes das bibliotecas a serem entrevistados, por critério de igualdade manteve-se o mesmo erro amostral de 20%.

$$N_o = \frac{1}{E_o^2} = \frac{1}{0,2^2} = \frac{1}{0,04} = 25 \text{ (primeira aproximação)}$$

$$n = \frac{N \cdot N_o}{N + N_o} = \frac{15 \cdot 25}{15 + 25} = \frac{375}{40} = 9,37$$

Após o cálculo amostral, a pesquisadora fixou em 10 bibliotecas e respectivas chefias para a focalização do estudo.

Para a seleção dos alunos sujeitos da pesquisa, a autora utilizará listagem fornecida pelo Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais/NAPNE da UFPR, com escolha aleatória, e para as bibliotecas e chefias, a autora utiliza de alguns fatores (logística, instalação provisória, duplicação de bibliotecas com a mesma área de atendimento), definindo pela exclusão as bibliotecas:

- Biblioteca da UFPR Litoral (LIT) – Matinhos - PR
- Biblioteca do Centro de Estudos do Mar (CEM) – Pontal do Paraná - PR
- Biblioteca do Campus de Palotina (PA) – Palotina - PR
- Biblioteca de Educação Física (EF) – Curitiba - PR
- Biblioteca de Ciências da Saúde (SD) – Curitiba - PR

Assim, a amostra de bibliotecas e chefias, ficou composta por:

- Biblioteca Central (BC)
- Biblioteca de Ciência e Tecnologia (CT)
- Biblioteca de Ciências Agrárias (AG)
- Biblioteca de Ciências Biológicas (BL)
- Biblioteca de Ciências da Saúde - Sede Botânico (SB)
- Biblioteca de Ciências Florestais e da Madeira (CF)
- Biblioteca de Ciências Humanas e da Educação (HE)
- Biblioteca de Ciências Jurídicas (JU)
- Biblioteca de Ciências Sociais Aplicadas (SA)
- Biblioteca de Educação Profissional e Tecnológica (ET)

4. PERSPECTIVAS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta pesquisa, como parte do curso de mestrado da autora, gerará como produto a própria dissertação e, por conseguinte, avalio que serão também apresentados resultados na forma de artigos e trabalhos em eventos científicos.

Tendo em vista a conformidade do problema de pesquisa com a metodologia proposta, o parecer deste avaliador é FAVORÁVEL à realização da pesquisa.

Em Curitiba, agosto de 2013.



Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

NuPE/PPGE/UFPR

angelo@ufpr.br

ANEXO C – DECLARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CO-PARTICIPANTES – SIBi/UFPR



Declaramos que nós do SIBi/UFPR, estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa "Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias" sob a responsabilidade de Eliane Maria Stroparo, nas dependências do SIBi/UFPR, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor da Ciências da Saúde, da UFPR, até o seu final em 12/08/2014.

Estamos cientes que os participantes da pesquisa serão os bibliotecários chefes, bem como de que o presente trabalho deve seguir a resolução 466/2012 do CNS e complementares.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, enviamos nossas saudações.

Atenciosamente,


Lígia Eliana Setenareski
SIBi/UFPR

ANEXO D – DECLARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CO-PARTICIPANTES – NAPNE

UFRJ
PROGRAD



Declaramos que nós do NAPNE/UFPR, estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa "Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias" sob a responsabilidade de Eliane Maria Stroparo, nas dependências da UFPR, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor da Ciências da Saúde, da UFPR, até o seu final em 12/08/2014.

Estamos cientes que os participantes da pesquisa serão os alunos com deficiência matriculados na UFPR em 2013, bem como de que o presente trabalho deve seguir a resolução 466/2012 do CNS e complementares.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, enviamos nossas saudações.

Atenciosamente

CEPIGRAD/NAPNE

De acordo.
Em 14.08.13
[Assinatura]

Profª Maria Lúcia de Souza Ladeira Pinto
Pró-Reitora de Graduação Substituta
Matrícula SIAD: 49220
PROGRAD / UFPR

ANEXO E – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP 386428

HOSPITAL DO
TRABALHADOR/SES/PR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS INCLUSIVAS E ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Pesquisador: ELIANE MARIA STROPARO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 21234513.2.0000.5225

Instituição Proponente: Hospital do Trabalhador/SES/PR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 386.428

Data da Relatoria: 29/08/2013

Apresentação do Projeto:

A pesquisa destina-se a investigar a inclusão de estudantes com deficiência no sistema de biblioteca - SIBI/UFPR, analisando a acessibilidade nas mesmas em termos de espaço físico, mobiliário, sinalização, capacitação pessoal e acervo.

Objetivo da Pesquisa:

Discutir o processo de acessibilidade nas bibliotecas universitárias, fundamentadas na políticas de inclusão e acessibilidades a nível superior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Propoe observação em loco nas bibliotecas e entrevistas semi estruturadas com respectivas chefias. Riscos minimos, nao previsiveis, podendo ocorrer desconforto, cansaço e sentimento de tristezas ressentimentos gerados pela constatação que a limitação traz gerados

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevancia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisa atende todos os aspectos éticos.

Recomendações:

Não ha.

Endereço: Avenida República Argentina nº 4400

Bairro: Novo Mundo

CEP: 81.050-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3212-5871

Fax: (41)3212-5828

E-mail: cepht@seca.pr.gov.br

**HOSPITAL DO
TRABALHADOR/SES/PR**

Continuação do Parecer: 886.428

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sugere-se Aprovação

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

CURITIBA, 06 de Setembro de 2013

Assinador por:
silvania klug pimentel
(Coordenador)

Endereço: Avenida República Argentina nº 4400
Beirro: Novo Mundo CEP: 81.050-000
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3212-5871 Fax: (41)3212-5828 E-mail: cepht@sesa.pr.gov.br

ANEXO F – PORTARIA N. 5/12 – BC/DIR – COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ


SISTEMA DE BIBLIOTECAS

PORTARIA Nº 05/12 - BC/DIR

Curitiba, 16 de janeiro de 2012.

**A DIRETORA DO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ, NO USO DAS
ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO
CONFERIDAS,**

Designar os servidores ELIANE MARIA STROPARO, ANGELA PEREIRA DE FARIAS MENGATTO, MARIA DA CONCEIÇÃO KURY DA SILVA, GESSEN TEODORO DA SILVA, VALTER LUIZ DE CASTRO, LILIAM MARIA ORQUIZA, MARILENE DO ROCIO VEIGA, MARIA SIMONE UTIDA SANTOS AMADEU para constituírem a **COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE** do Sistema de Bibliotecas.


LIGIA ELIANA SETENARESKI
Diretora do Sistema de Bibliotecas

Rua General Carneiro, 370-380
Centro
CEP: 80.001-970
Caixa Postal 19051
Curitiba, PR
Tel: (41)3360-5284/3360 5289

**ANEXO G – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO SiBi/UFPR GESTÃO
2010/2014 – AÇÃO 9, 10, 26, 32**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS**

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS
GESTÃO 2010/2014**

**CURITIBA
2010**

9. AÇÃO	LEVANTAR, EM CONJUNTO COM O NAPNE, AS REAIS NECESSIDADES DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DOTAR O SiBi COM EQUIPAMENTOS E SOFTWARES NECESSÁRIOS PARA ADEQUAÇÃO DO ACERVO AO GRUPO A SER ATENDIDO.
RESPONSÁVEL	Eliane Maria Stroparo, chefe da Biblioteca CT. Maria Simone Utida Santos Amadeu, Chefe da Biblioteca AG.
DESCRIÇÃO	Levantar, em conjunto com o NAPNE, as reais necessidades dos portadores de necessidades especiais e dotar o SiBi com equipamentos e softwares necessários para adequação do acervo ao grupo a ser atendido. Este projeto poderá ultrapassar a gestão, devido ao seu alto nível de detalhamento, complexidade e interface/dependência com outras unidades da UFPR.
JUSTIFICATIVA	A adequação do acervo para portadores de necessidades especiais possibilitará e facilitará o acesso aos materiais bibliográficos das bibliotecas e, com isso, promoverá a permanência dessas pessoas nos cursos da UFPR.
OBJETIVO	Adequar o acervo para o acesso e uso dos portadores de necessidades especiais.
PÚBLICO ALVO:	As pessoas da comunidade universitária da UFPR com necessidades especiais.
INDICADOR E/OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA GERENCIAR AÇÃO/PROJETO:	As pessoas da comunidade universitária da UFPR com necessidades especiais.

DEMANDAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO/PROJETO:

RECURSOS FINANCEIROS – Orçamento discriminado	Valores R\$
Aquisição de equipamentos e softwares específicos para portadores de necessidades especiais	R\$400.000,00
Total do custo do AÇÃO/PROJETO	R\$400.000,00

FONTES DE RECURSOS PARA O PROJETO

Orçamento UFPR.
A captar.

RECURSOS HUMANOS:

Equipe atual: Divisão Administrativa (DA) e Núcleo de Automação Documentária (NAD) da Biblioteca Central, servidores das bibliotecas setoriais e servidores do NAPNE.

10. AÇÃO	PERMITIR O ACESSO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS ÀS BIBLIOTECAS E A SEUS ESPAÇOS INTERNOS.
RESPONSÁVEL	Lígia Eliana Setenareski, Diretora do SiBi. Ernesto Sperandio, Prefeito da Cidade Universitária.
DESCRIÇÃO	Adequação dos espaços internos das Bibliotecas do SiBi e da forma de acesso a elas. A implementação desta ação poderá ultrapassar a gestão devido ao seu alto custo, seu alto grau de detalhamento e interface/dependência com outras unidades da UFPR.
JUSTIFICATIVA	Dotar as Bibliotecas do SiBi com acesso adequado para pessoas com necessidades especiais.
OBJETIVO Permitir o acesso dos portadores de necessidades especiais às Bibliotecas e a seus espaços internos.	
PÚBLICO ALVO: As pessoas da comunidade da UFPR com necessidades especiais.	
INDICADOR E/OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA GERENCIAR AÇÃO/PROJETO: As pessoas da comunidade da UFPR com necessidades especiais. A infra-estrutura física das Bibliotecas.	

DEMANDAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO/PROJETO:

RECURSOS FINANCEIROS – Orçamento discriminado	Valores R\$
Adequação dos espaços físicos das Bibliotecas.	R\$1.000.000,00
Total do custo do AÇÃO/PROJETO	R\$1.000.000,00

FONTES DE RECURSOS PARA O PROJETO

Orçamento UFPR.

RECURSOS HUMANOS:**Equipe atual:** Servidores da PCU, servidor das Bibliotecas do SiBi.

26. AÇÃO	REVISAR E ATUALIZAR AS "NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS CIENTÍFICOS", DISPONIBILIZÁ-LAS EM PAPEL E EM MEIO DIGITAL PARA ATENDER AO MERCADO, E ADEQUÁ-LAS PARA ACESSO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
RESPONSÁVEL	Ligia Eliana Setenareski, Diretora do SIBi.
DESCRIÇÃO	Revisar e atualizar as "Normas para Apresentação de Documentos Científicos", ao menos uma vez na gestão, disponibilizá-las em papel e em meio digital para atender ao mercado, e adequá-las para acesso aos portadores de necessidades especiais.
JUSTIFICATIVA	A atualização das "Normas para Apresentação de Documentos Científicos" faz-se necessária para acompanhamento das mudanças das normas da ABNT. A disponibilização das normas em meio digital, em meio sonoro e em braille, faz-se necessário para permitir seu uso por pessoas com necessidades especiais e democratizar o seu acesso.
OBJETIVO	Manter atualizadas, modernizar e democratizar o acesso às "Normas para Apresentação de Documentos Científicos" para a Comunidade da UFPR. Adequar a nova edição impressa das "Normas para Apresentação de Documentos Científicos" ao meio digital.
PÚBLICO ALVO:	As pessoas da Comunidade Universitária da UFPR, inclusive os portadoras de necessidades especiais.
INDICADOR E/OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA GERENCIAR AÇÃO/PROJETO:	As pessoas da Comunidade Universitária da UFPR, inclusive as portadoras de necessidades especiais. A edição atual das normas para apresentação de documentos científicos.

DEMANDAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO/PROJETO:

RECURSOS FINANCEIROS – Orçamento discriminado	Valores R\$
Revisão e atualização	R\$10.000,00
Adequação para o meio digital	R\$20.000,00
Adequação para o meio sonoro	R\$10.000,00
Adequação para o braille	R\$10.000,00
Total do custo do AÇÃO/PROJETO	R\$50.000,00

FONTES DE RECURSOS PARA O PROJETO

Editora UFPR.

RECURSOS HUMANOS:

Equipe atual: Comissão de elaboração das Normas para Apresentação de Documentos Científicos.

32. PROJETO	DOTAR AS BIBLIOTECAS DO SiBi COM COMUNICAÇÃO VISUAL, SONORA E TÁTIL ADEQUADA
RESPONSÁVEL	Ligia Eliana Setenareski, Diretora do SiBi. Chefes das Bibliotecas Setoriais do SiBi.
DESCRIÇÃO	Dotar as bibliotecas do SiBi com comunicação visual adequada.
JUSTIFICATIVA	As bibliotecas do SiBi possuem sinalização ineficiente nos seus espaços internos, o que dificulta o acesso, pelo usuários, ao acervo e aos serviços disponíveis. Por este motivo, faz-se necessário a elaboração e execução de um projeto para a aquisição de itens necessários a uma moderna e eficiente comunicação visual, sonora e tátil nos ambientes das bibliotecas, de modo que esta venha a facilitar a mobilidade do usuário nos espaços físicos e a promover maior agilidade na recuperação da informação. Assim, padronizar e atualizar a sinalização criará a identidade visual, sonora e tátil do SIBI e facilitará o acesso dos usuários a todos os serviços disponíveis nas bibliotecas, assim como sua localização dentro da Biblioteca.
OBJETIVO	Dotar as Bibliotecas do SiBi com comunicação visual adequada.
PÚBLICO ALVO:	Comunidade Universitária – UFPR e sociedade em geral.
INDICADOR E/OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA GERENCIAR AÇÃO/PROJETO:	As placas de sinalização dos acervos, serviços e salas das Bibliotecas do SiBi.

DEMANDAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO/PROJETO:

RECURSOS FINANCEIROS – Orçamento discriminado	Valores R\$
Aquisição de placas e outros materiais	R\$100.000,00
OU	
Aquisição de itens necessários para dotar o SiBi com comunicação visual, sonora e tátil adequada.	
Total do custo do AÇÃO/PROJETO	R\$100.000,00

FONTES DE RECURSOS PARA O PROJETO

Orçamento da UFPR

RECURSOS HUMANOS:**Equipe atual:** SiBi, PCU.

ANEXO H – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE CIRCULAÇÃO DO SiBi/UFPR

Dispõe sobre o Regulamento do Serviço de Circulação do Sistema de Bibliotecas (SiBi), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) aprovado em Reunião de Chefias em 31 de outubro de 2013.

Capítulo I

Da Finalidade

Art. 1º - O presente Regulamento tem por finalidade estabelecer condições para o serviço de circulação de material bibliográfico e outros itens passíveis de empréstimo nas bibliotecas do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Capítulo II

Do cadastro e identificação dos usuários

Art. 2º - Poderão cadastrar-se para realizar empréstimo domiciliar, os seguintes usuários:

- a) discentes dos cursos (presenciais e a distância) de ensino médio integrado, graduação¹, pós-graduação, intercâmbio, aperfeiçoamento e residência médica com matrícula regular na UFPR;
- b) docentes (ativos e aposentados) da UFPR;
- c) técnicos administrativos (ativos e aposentados) da UFPR;
- d) funcionários da FUNPAR.

Parágrafo 1º - Após a habilitação, o usuário estará apto para utilizar o serviço de circulação em qualquer Biblioteca do SiBi/UFPR, utilizando o número de seu CPF e senha, sendo estes pessoais e intransferíveis.

Parágrafo 2º - A validade do cadastro do usuário será limitada ao seu vínculo à UFPR.

¹ Matrícula em Disciplina Isolada não caracteriza vínculo, segundo art. 26 da Resolução 37/97-CEPE "...não é aluno regularmente matriculado nos cursos de graduação da Universidade Federal do Paraná."

Para intercambistas também deverá ser verificada a validade do visto de estudante, o limite será a data que ocorrer primeiro.

Parágrafo 3º - É obrigatória a atualização dos dados cadastrais pelo usuário, sendo de sua responsabilidade as informações fornecidas. O SiBi/UFPR poderá solicitar a qualquer momento a atualização dos dados. O usuário poderá atualizar seus dados em qualquer Biblioteca do SiBi/UFPR.

Parágrafo 4º - Usuários da comunidade externa poderão utilizar as bibliotecas apenas para fins de estudos e consulta local.

Capítulo III

Do Empréstimo, Renovação e Reserva

Art. 3º - O empréstimo, renovação e reserva será permitido somente a usuários que estiverem sem pendência com o SiBi/UFPR.

Art. 4º - Os tipos, prazos, quantidade de materiais permitidos para empréstimo, por categoria de usuários; em cada uma das Bibliotecas do SiBi/UFPR, são descritos no APENDICE 1.

Art. 5º - É assegurada ao usuário com deficiência (física, visual, auditiva ou múltipla) a solicitação de condições especiais para empréstimo e devolução. A solicitação deve ser apresentada diretamente à chefia da biblioteca.

Art. 6º - É responsabilidade do usuário, devolver o material dentro do prazo e nas mesmas condições físicas, na biblioteca em que realizou o empréstimo.

Parágrafo único: Para usuários que necessitem realizar empréstimo de Bibliotecas do SiBi/UFPR fora do município sede de seu curso, seguir as regras do Capítulo V.